

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Guilherme Dias

**O PATRIMÔNIO HISTÓRICO SOB A ÓTICA DOS GRUPOS
ÉTNICOS NO RIO GRANDE DO SUL: (1980-2000)**

Santa Maria, RS
2019

Guilherme Dias

**O PATRIMÔNIO HISTÓRICO SOB A ÓTICA DOS GRUPOS NO RIO GRANDE
DO SUL ÉTNICOS (1980-2000)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Doutor em História**.

Orientador: Prof. Dr. André Luis Ramos Soares

Santa Maria, RS
2019

Dias, Guilherme

O patrimônio Histórico sob a ótica dos grupos étnicos no
Rio Grande Do Sul (1980-2000) / Guilherme Dias.- 2019.
214 p.; 30 cm

Orientador: André Luis Ramos Soares
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em História, RS, 2019

1. História 2. Patrimônio 3. Memória 4. Identidade I.
Soares, André Luis Ramos II. Título.

Guilherme Dias

**O PATRIMÔNIO HISTÓRICO SOB A ÓTICA DOS GRUPOS ÉTNICOS NO
RIO GRANDE DO SUL (1980-2000)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Doutor em História.**

Aprovado em 30 de agosto de 2019:

André Luis Ramos Soares, Dr (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Phill Luis Miguel Oosterbeek, Dr. (IPT - Parecer)

João Carlos Tedesco, Dr. (UPF - Videoconferência)

José Martinho Rodrigues Remedi, Dr. (UFSM)

Marta Rosa Borin, Dra. (UFSM)

Santa Maria,
RS 2019.

AGRADECIMENTOS

A todos os Professores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria.

Ao meu orientador, professor Dr. André Luis Ramos Soares, pelos ensinamentos e pela paciência desde os tempos de minha graduação em História, na qual por mais de uma vez me incentivou a seguir meus estudos, por ser presença em todos os meus momentos de dúvidas e incertezas.

A minha parceira de vida, Lucimara Lais Zachow, por todo apoio e compreensão, por viver a intensidade desse último ano junto comigo.

Aos integrantes da equipe autointitulada “caravana da coragem”, que aceitaram voluntariamente o desafio de viajar por horas e dedicar seu tempo e esforço para aplicar os questionários e auxiliar nas entrevistas. São eles:

William Molinos Lopes, meu colega dos tempos de graduação e amigo de longa

data. Luis Augusto Bordin Jacques, meu ex-aluno, acadêmico de História e amigo.

Josemir Fortunato, Sociólogo e amigo.

Guilherme Bertoncelli Bertazo, ex-aluno, hoje professor de história e amigo.

Gabriel Feih Cardoso, meu primo e amigo.

Murilo Souza, último a entrar na equipe, acadêmico de História e amigo.

Aos meus alunos, por me inspirarem e por me motivaram a cada dia buscar mais conhecimento.

RESUMO

IMIGRAÇÃO E IDENTIDADE ÉTNICA DO RIOGRANDE DO SUL: O PATRIMÔNIO SOB A ÓTICA DOS GRUPOS ÉTNICOS (1980-2000)

AUTOR: Guilherme Dias

ORIENTADOR: André Luis Ramos
Soares

Este trabalho procura estabelecer relações entre o patrimônio e a memória a partir da análise dos processos de tombamento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE), comparando as informações dos processos com os dados obtidos através da aplicação de novecentos questionários em nove cidades do Estado do Rio Grande do Sul, além da realização de entrevistas com os moradores dos municípios escolhidos. As cidades onde o trabalho foi realizado foram selecionadas por terem em comum o fato de possuírem bens tombados em razão de critérios étnicos; assim, os questionários e entrevistas foram realizados nas seguintes cidades: Bento Gonçalves, Erechim, Farroupilha, Flores da Cunha e Nova Prata, onde os bens tombados foram valorizados por sua relação com a imigração e cultura italiana; Itaara (Santa Maria), com um bem tombado ligado a imigração judaica e São Leopoldo, Santa Cruz do Sul e Ivoti com bens ligados a imigração e a cultura alemã. O patrimônio é constantemente associado à memória pelos que se dedicam a pesquisar o tema, no entanto, mensurar e quantificar essa relação revela-se um processo mais moroso e ainda pouco relatado. Da mesma forma, muitas pesquisas se dedicam a estudar os processos de tombamento e as políticas dos órgãos relacionados, associando patrimônio e memória conforme as políticas desenvolvidas pelos agentes do Estado; as consequências dos processos tombamento, sua influência na memória e no cotidiano dos habitantes das cidades muitas vezes escapam do escopo das pesquisas. Embora a concepção hegemônica de patrimônio esteja ligada a materialidade e a antiguidade dos bens, os dados obtidos no presente trabalho indicam que em algumas cidades os bens relacionados ao patrimônio natural e manifestações do patrimônio imaterial estão presentes na memória dos habitantes; em alguns casos, o patrimônio oficial não foi citado por aqueles que responderam aos questionários e concederam as entrevistas, o que pode levar ao questionamento da influência do patrimônio oficial na memória.

Palavras-chave: patrimônio; memória; critério étnico.

ABSTRACT

IMIGRATION AND ETHNIC IDENTITY OF RIO GRANDE DO SUL: HERITAGE UNDER THE ETHNIC GROUP OPTICS (1980-2000)

AUTHOR: Guilherme Dias
ADVISOR: André Luis Ramos
Soares

The present study aims to establish relationships between heritage and memory upon analyzing tipping processes of Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE), by comparing the information of these processes with data obtained through the application of nine hundred questionnaires and selected interviews with locals in nine cities of Rio Grande do Sul state. The cities where the study was carried out were selected due to having in common the fact of having goods that are considered for ethnical characteristics, thus, the questionnaires and interviews were conducted in the follow cities: Bento Gonçalves, Erechim, Farroupilha, Flores da Cunha and Nova Prata, where the goods were considered because of its characteristics with the Italian culture and immigration; Itaara (Santa Maria), with a good regarding the Judaic immigration and São Leopoldo, Santa Cruz do Sul and Ivoti, regarding the German culture and immigration. Heritage is usually associated with the memory by those who are dedicated to the subjects, however, measuring and quantifying this relationship still proves to be a slower and less reported process. Similarly, many studies are devoted to studying the tipping processes and the policies of the related agencies, by associating heritage and memory according to the policies developed by the state; The consequences of tipping processes, their influence on the memory and daily life of citizens often escape the scope of the research. Even though the hegemonic conception of heritage is linked to the materiality and antiquity of goods, the data obtained in the present work indicate that in some cities, goods related to natural heritage and manifestations of non-material heritage are present in the memory of the citizens; in some cases, official heritage was not cited by those who answered the questionnaires and were interviewed, which may lead to questioning the influence of official heritage on memory.

Keywords: Heritage; Memory; Ethnic Criterion

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1- Mapa com a localização das cidades de Porto Alegre e São Gabriel..... | 38 |
| Figura 2 - Igreja do Galo..... | 41 |
| Figura 3 - Mapa com a localização das cidades de Porto Alegre e Cruz Alta..... | 41 |
| Figura 4 - Casa de Érico Veríssimo..... | 43 |
| Figura 5 - Mapa com a localização das cidades de Porto Alegre e Veranópolis..... | 43 |
| Figura 6 - Casa Saretta | 45 |
| Figura 7 - Mapa com a localização original da Casa Saretta e seu novo endereço..... | 45 |
| Figura 8 - Mapa com a localização das cidades de Porto Alegre e São Leopoldo..... | 48 |
| Figura 9 - Antiga Feitoria Velha..... | 50 |
| Figura 10 - Mapa com a localização das cidades de Porto Alegre e Farroupilha..... | 51 |
| Figura 11 - Interior da Casa de Pedra..... | 52 |
| Figura 12 - Mapa com a localização das cidades de Porto Alegre e Bento Gonçalves..... | 52 |
| Figura 13 - Antiga Escola Estadual de Santa Teresa..... | 55 |
| Figura 14 - Mapa com a localização das cidades de Porto Alegre e Ivoti..... | 55 |
| Figura 15 - Igreja Matriz de Ivoti..... | 57 |
| Figura 16 - Mapa com a localização das cidades de Porto Alegre e Flores da Cunha..... | 58 |
| Figura 17 - Casarão dos Veronese..... | 60 |
| Figura 18 - Mapa com a localização das cidades de Porto Alegre e Nova Prata..... | 60 |
| Figura 19 – Fachada do Casarão Verde, hoje Museu Municipal Domingos Battistel..... | 61 |
| Figura 20 - Museu do Trem..... | 62 |
| Figura 21 - Mapa com a localização das cidades de Porto Alegre e Erechim..... | 63 |
| Figura 22 - Sede da Comissão de Terras - Castelinho..... | 64 |
| Figura 23 - Mapa com a localização das cidades de Porto Alegre e Santa Cruz do Sul..... | 66 |
| Figura 24 - Antigo Banco Pelotense..... | 70 |
| Figura 25 - Mapa com a localização das cidades de Porto Alegre e Itaara..... | 71 |
| Figura 26 - Cemitério Israelita da Colônia Phillipson..... | 72 |
| Figura 27 - Mapa da distância entre Bento Gonçalves e Santa Tereza..... | 142 |
| Figura 28 - Mapa com a distância entre a Praça Matriz de Itaara e o Cemitério Israelita Phillipson..... | 178 |
| Figura 29 - Casa da Feitoria Velha em 05 março de 2019..... | 185 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|-----|
| Gráfico 1 - Tempo de residência na cidade..... | 107 |
| Gráfico 2 - Grupo étnico com o qual se identifica..... | 107 |
| Gráfico 3 - Conhecimento acerca da história do município..... | 108 |
| Gráfico 4 - Sobre a vida (residir) no município..... | 108 |
| Gráfico 5 - Correlação entre grupo étnico e opinião sobre a vida no município..... | 109 |
| Gráfico 6 - Sobre a estrutura urbana (ruas, prédios, asfalto, sinalização e calçamento)..... | 109 |
| Gráfico 7 - Sobre a estrutura urbana (praças, parques e ciclovias)..... | 110 |
| Gráfico 8 - Sobre as condições de preservação dos prédios públicos..... | 110 |
| Gráfico 9 - Correlação entre o grupo étnico e a opinião a respeito da estrutura urbana..... | 111 |
| Gráfico 10 - O que entende por patrimônio..... | 111 |
| Gráfico 11 - Quais itens considera mais representativo como um patrimônio..... | 112 |
| Gráfico 12 - Reconhece o patrimônio tombado pelo IPHAE..... | 113 |
| Gráfico 13 - Correlação entre o grupo étnico e o reconhecimento do patrimônio tombado pelo IPHAE..... | 113 |
| Gráfico 14 - Citou algum evento relacionado a cultura ou imigração alemã..... | 114 |
| Gráfico 15 - Correlação (percentual) entre o grupo étnico e citar algum evento relacionado a cultura ou imigração alemã..... | 114 |
| Gráfico 16 - Correlação (número de indivíduos) entre grupo étnico e citar algum evento relacionado a cultura ou imigração alemã..... | 115 |
| Gráfico 17 - Correlação entre grupo étnico e qual item considera mais representativo como um patrimônio..... | 116 |
| Gráfico 18 - Tempo de residência na cidade..... | 117 |
| Gráfico 19 - Grupo étnico com o qual se identifica..... | 117 |
| Gráfico 20 - Conhecimento da história do município..... | 118 |
| Gráfico 21 - Sobre a vida (residir) no município..... | 118 |
| Gráfico 22 - Correlação entre grupo étnico e opinião sobre a vida no município..... | 119 |
| Gráfico 23 - Sobre a estrutura urbana (ruas, prédio, acessos, asfalto, sinalização e calçamento)..... | 119 |
| Gráfico 24 - Sobre a estrutura urbana (praças, parques e ciclovias)..... | 120 |
| Gráfico 25 - Sobre as condições de preservação dos prédios públicos..... | 120 |
| Gráfico 26 - Correlação entre o grupo étnico e a opinião a respeito da estrutura urbana..... | 121 |
| Gráfico 27 - O que entende por patrimônio..... | 121 |
| Gráfico 28 - Quais dos itens considera mais representativo como um patrimônio..... | 122 |
| Gráfico 29 - Reconhece o patrimônio tombado pelo IPHAE..... | 122 |
| Gráfico 30 - Correlação entre grupo étnico com o qual se identifica e reconhecimento do patrimônio tombado pelo IPHAE..... | 123 |
| Gráfico 31 - Correlação entre grupo étnico e citar algum evento referente a cultura ou imigração alemã..... | 123 |
| Gráfico 32 - Tempo de residência na cidade..... | 124 |
| Gráfico 33 - Grupo étnico com o qual se identifica..... | 124 |
| Gráfico 34 - Conhecimento sobre a história do município..... | 125 |
| Gráfico 35 - Sobre a vida (residir) no município..... | 126 |
| Gráfico 36 - Correlação entre o grupo étnico e a opinião sobre a vida no município..... | 126 |
| Gráfico 37 - Sobre a estrutura urbana (ruas, acesso, asfalto, sinalização e calçamento)..... | 127 |

| | |
|--|-----|
| Gráfico 38 - Sobre a estrutura urbana (praças, parques e ciclovias)..... | 127 |
| Gráfico 39 - Sobre as condições de preservação dos prédios públicos do município..... | 128 |
| Gráfico 40 - O que entende por patrimônio..... | 128 |
| Gráfico 41 - Quais itens considera mais representativo como um patrimônio..... | 129 |
| Gráfico 42 - Reconhece o patrimônio tombado pelo IPHAE..... | 129 |
| Gráfico 43 - Correlação entre o grupo étnico com o qual se identifica e o reconhecimento do patrimônio tombado pelo IPHAE..... | 130 |
| Gráfico 44 - Citou algum evento referente a cultura ou imigração alemã | 130 |
| Gráfico 45 - Correlação entre grupo étnico e citar algum evento referente a cultura ou imigração alemã..... | 131 |
| Gráfico 46 - Tempo de residência na cidade..... | 131 |
| Gráfico 47 - Grupo étnico com o qual se identifica..... | 132 |
| Gráfico 48 - Conhecimento acerca da história do município..... | 133 |
| Gráfico 49 - Sobre a vida (residir) no município..... | 133 |
| Gráfico 50 - Correlação entre os grupos étnicos com o qual se identifica e a opinião sobre a vida (residir) no município..... | 134 |
| Gráfico 51 - Sobre a estrutura urbana (ruas, prédios, asfalto, sinalização e calçamento)..... | 134 |
| Gráfico 52 - Sobre a estrutura urbana (praças, parques e ciclovias)..... | 135 |
| Gráfico 53 - Sobre as condições de preservação dos prédios públicos do município..... | 135 |
| Gráfico 54 - O que entende por patrimônio..... | 136 |
| Gráfico 55 - Quais dos itens considera mais representativo como um patrimônio..... | 136 |
| Gráfico 56 - Reconhece o patrimônio tombado pelo IPHAE..... | 137 |
| Gráfico 57 - Citou algum evento referente a cultura ou imigração italiana..... | 138 |
| Gráfico 58 - Correlação entre grupo étnico com o qual se identifica e citar algum evento referente a cultura ou imigração italiana..... | 138 |
| Gráfico 59 - Tempo de residência no município..... | 139 |
| Gráfico 60 - Grupo étnico com o qual se identifica..... | 139 |
| Gráfico 61 - Conhecimento sobre a história do município..... | 140 |
| Gráfico 62 - Sobre a vida (residir) no município..... | 140 |
| Gráfico 63 - Correlação entre o grupo étnico com o qual se identifica e opinião sobre a vida (residir) no município..... | 141 |
| Gráfico 64 - Sobre a estrutura urbana (ruas, prédios, acessos, asfalto, sinalização e calçamento)..... | 141 |
| Gráfico 65 - Sobre a estrutura urbana (praças, parques e ciclovias)..... | 142 |
| Gráfico 66 - Sobre as condições de preservação dos prédios públicos do município..... | 142 |
| Gráfico 67 - O que entende por patrimônio..... | 143 |
| Gráfico 68 - Quais itens considera mais representativos como um patrimônio..... | 143 |
| Gráfico 69 - Reconhece o patrimônio tombado pelo IPHAE..... | 144 |
| Gráfico 70 - Citou algum evento referente a cultura e imigração italiana..... | 144 |
| Gráfico 71 - Correlação entre o grupo étnico com o qual se identifica e citar algum evento referente a cultura e imigração italiana..... | 145 |
| Gráfico 72 - Tempo de residência na cidade..... | 146 |
| Gráfico 73 - Grupo étnico com o qual se identifica..... | 146 |
| Gráfico 74 - Conhecimento sobre a história do município..... | 147 |
| Gráfico 75 - Sobre a vida (residir) no município..... | 147 |
| Gráfico 76 - Sobre a estrutura urbana (ruas, prédio, acesso, asfalto, sinalização e calçamento)..... | 148 |
| Gráfico 77 - Sobre a estrutura urbana (praças, parques e ciclovias)..... | 148 |

| | |
|--|-----|
| Gráfico 78 - Sobre as condições de preservação dos prédios públicos do município..... | 149 |
| Gráfico 79 - O que entende por patrimônio..... | 149 |
| Gráfico 80 - Quais dos itens considera mais representativo como um patrimônio..... | 150 |
| Gráfico 81 - Reconhece o patrimônio tombado pelo IPHAE..... | 150 |
| Gráfico 82 - Correlação entre grupo étnico e reconhecer o patrimônio tombado pelo IPHAE..... | 151 |
| Gráfico 83 - Citou algum evento referente a cultura e imigração italiana..... | 151 |
| Gráfico 84 - Correlação entre grupo étnico e citar algum evento referente a cultura e imigração italiana..... | 152 |
| Gráfico 85 - Tempo de residência na cidade..... | 152 |
| Gráfico 86 - Grupo étnico com o qual se identifica..... | 153 |
| Gráfico 87 - Conhecimento sobre a história do município..... | 153 |
| Gráfico 88 - Sobre a vida (residir) no município..... | 154 |
| Gráfico 89 - Correlação entre grupo étnico com o qual se identifica e opinião sobre a vida (residir) no município..... | 154 |
| Gráfico 90 - Sobre a estrutura urbana (ruas, prédios, acessos, asfalto, sinalização e calçamento)..... | 155 |
| Gráfico 91 - Sobre a estrutura urbana (praças, parques e ciclovias)..... | 155 |
| Gráfico 92 - Sobre as condições de preservação dos prédios públicos do município..... | 156 |
| Gráfico 93 - O que entende por patrimônio..... | 156 |
| Gráfico 94 - Quais itens considera mais representativo como um patrimônio..... | 157 |
| Gráfico 95 - Reconhecer o patrimônio tombado pelo IPHAE..... | 157 |
| Gráfico 96 - Correlação entre grupo étnico com o qual se identifica e reconhecer o patrimônio tombado pelo IPHAE..... | 158 |
| Gráfico 97 - Citar algum evento referente a cultura ou imigração italiana..... | 158 |
| Gráfico 98 - Correlação entre grupo étnico que se identifica e citar algum evento referente a cultura ou imigração italiana..... | 159 |
| Gráfico 99 - Tempo de residência na cidade..... | 160 |
| Gráfico 100 - Grupo étnico com o qual se identifica..... | 160 |
| Gráfico 101 - Conhecimento sobre a história do município..... | 161 |
| Gráfico 102 - Sobre a vida (residir) no município..... | 161 |
| Gráfico 103 - Correlação entre grupo étnico com o qual se identifica e opinião sobre a vida (residir) no município..... | 162 |
| Gráfico 104 - Sobre a estrutura urbana (ruas, prédios, acessos, asfalto, sinalização e calçamento)..... | 162 |
| Gráfico 105 - Sobre a estrutura urbana (praças, parques e ciclovias)..... | 163 |
| Gráfico 106 - Sobre as condições de preservação dos prédios públicos do município..... | 163 |
| Gráfico 107 - O que entende por patrimônio..... | 164 |
| Gráfico 108 - Quais itens considera mais representativo como um patrimônio..... | 164 |
| Gráfico 109 - Reconhece o patrimônio tombado pelo IPHAE..... | 165 |
| Gráfico 110 - Correlação entre grupo étnico com o qual se identifica e reconhecer o patrimônio tombado pelo IPHAE..... | 165 |
| Gráfico 111 - Citou algum evento referente a cultura ou imigração italiana..... | 166 |
| Gráfico 112 - Tempo de residência na cidade..... | 166 |
| Gráfico 113 - Grupo étnico com o qual se identifica..... | 167 |
| Gráfico 114 - Conhecimento sobre a história do município..... | 167 |
| Gráfico 115 - Sobre a vida (residir) no município..... | 168 |
| Gráfico 116 - Sobre a estrutura urbana (ruas, prédios, acessos, sinalização e calçamento).... | 168 |

| | |
|--|-----|
| Gráfico 117 - Sobre a estrutura urbana (praças, parques e ciclovias)..... | 169 |
| Gráfico 118 - Sobre as condições de preservação dos prédios públicos da cidade..... | 169 |
| Gráfico 119 - O que entende por patrimônio..... | 170 |
| Gráfico 120 - Quais itens considera mais representativo como um patrimônio..... | 170 |
| Gráfico 121 - Reconhece o patrimônio tombado pelo IPHAE..... | 171 |
| Gráfico 122 - Grupos étnicos com os quais os participantes se identificaram..... | 172 |
| Gráfico 123 - Índices gerais de reconhecimento do patrimônio tombado pelo IPHAE..... | 173 |
| Gráfico 124 - Dados gerais de correlação entre o grupo étnico que se identifica e o reconhecimento do patrimônio tombado pelo IPHAE..... | 174 |
| Gráfico 125 - Dados gerais sobre o que os participantes entendem por patrimônio..... | 174 |
| Gráfico 126 - Dados gerais sobre o que os participantes consideram mais representativo como um patrimônio..... | 175 |
| Gráfico 127 - Indivíduos de Caxias do Sul que citaram ou não algum evento referente a cultura ou imigração italiana..... | 180 |
| Gráfico 128 - Indivíduos de São Leopoldo que citaram ou não algum evento referente a cultura ou imigração alemã..... | 180 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------|--|
| CEC/RS | Conselho Estadual de Cultura do Rio Grande do Sul |
| CODEC | Conselho de Desenvolvimento Cultural |
| CPHAE | Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado |
| DIPHIC | Divisão do Patrimônio Histórico e Cultural |
| DPHAN | Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional |
| ENART | Encontro de Artes e Tradições Gaúchas |
| IPHAE | Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual |
| IPHAN | Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional |
| UCS | Universidade de Caxias do Sul |
| UFRGS | Universidade Federal do Rio Grande do Sul |
| UFRJ | Universidade Federal do Rio de Janeiro |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura |
| UNISINOS | Universidade do Vale do Rio dos Sinos |
| UNISC | Universidade de Santa Cruz do Sul |
| USP | Universidade de São Paulo |
| LGBT | Lésbicas, gays, bissexuais e travestis, transexuais e transgêneros |
| RS | Rio Grande do Sul |
| SCDT | Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo |
| SEC | Secretaria de Educação |
| SEDAC/RS | Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul |
| SPHAN | Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 17 |
| CAPÍTULO 01 - REFLEXÕES ACERCA DO PROCESSO DE TOMBAMENTO | 23 |
| 1.1 O PATRIMÔNIO SOB A PERSPECTIVA DO IPHAN | 23 |
| 1.2 AS RECOMENDAÇÕES DA UNESCO | 31 |
| 1.3 O PATRIMÔNIO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: CRITÉRIOS DE TOMBAMENTO..... | 35 |
| 1.1.1 Valor de Ancianidade: Igreja do Galo | 37 |
| 1.1.2 Propriedade de personalidade ilustre: Casa de Érico Verissimo | 41 |
| 1.1.3 Risco de desaparecimento: Casa Saretta | 43 |
| CAPÍTULO 02 – O PATRIMÔNIO E O CRITÉRIO ÉTNICO | 47 |
| 2.1 ELEMENTOS PRESENTES NOS PROCESSOS DE TOMBAMENTO | 47 |
| 2.2 O CRITÉRIO ÉTNICO O PARA O TOMBAMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL..... | 48 |
| 2.3 OS AGENTES ENVOLVIDOS NOS PROCESSOS DE TOMBAMENTO | 70 |
| CAPÍTULO 03 – A MEMÓRIA NO PATRIMÔNIO | 78 |
| 3.1 A MEMÓRIA, UM CAMPO POLISSÊMICO | 78 |
| 3.2 A MEMÓRIA NOS PROCESSOS | 82 |
| 3.2.1 São Leopoldo – Casa da Feitoria Velha | 82 |
| 3.2.2 São Leopoldo – Museu do Trem..... | 84 |
| 3.2.3 Ivoti – Igreja Matriz de São Pedro..... | 84 |
| 3.2.4 Santa Cruz do Sul – Prédio do Antigo Banrisul/Banco Pelotense..... | 85 |
| 3.2.5 Bento Gonçalves – Escola Santa Teresa | 86 |
| 3.2.6 Erechim – Castelinho..... | 87 |
| 3.2.7 Farroupilha – Casa de Pedra | 88 |
| 3.2.8 Flores da Cunha – Casarão Veronese | 88 |
| 3.2.9 Nova Prata – Casarão Verde | 89 |
| 3.2.10 Itaara (Santa Maria) – Cemitério Israelita – Judeus | 90 |
| 3.3 PATRIMÔNIO, A MANIFESTAÇÃO MATERIAL DA MEMÓRIA | 91 |
| CAPÍTULO 04 – O PATRIMÔNIO NA MEMÓRIA | 97 |
| 4.1 PATRIMÔNIO E HISTÓRIA ORAL | 97 |
| 4.2 AS RESPOSTAS AOS QUESTIONÁRIOS, RECONHECENDO O PATRIMÔNIO | 106 |
| 4.2.1 São Leopoldo | 106 |
| 4.2.2 Santa Cruz do Sul | 116 |
| 4.2.3 Ivoti | 124 |
| 4.2.4 Bento Gonçalves..... | 131 |
| 4.2.5 Farroupilha..... | 139 |
| 4.2.6 Flores da Cunha | 145 |
| 4.2.7 Erechim..... | 152 |
| 4.2.8 Nova Prata | 159 |
| 4.2.9 Itaara..... | 166 |
| 4.2.10 Os dados das nove cidades | 172 |
| 4.3 OS ENTREVISTADOS E AS ENTREVISTAS, O PATRIMÔNIO PELA MEMÓRIA | |

| | |
|--|------------|
| | 175 |
| 4.3.1 Mais que um museu e mais que uma casa | 176 |
| 4.3.2 Perto do centro, longe da memória | 184 |
| 4.3.3 Presente, logo ali no centro | 187 |
| 4.3.4 Longe do centro e longe da memória | 189 |
| 4.3.5 Nem no centro, nem no campo | 193 |
| 4.3.6 Bem lembrado, porém vazio | 195 |
| 4.3.7 Temos um museu | 198 |
| 05 CONCLUSÃO | 202 |
| REFERÊNCIAS | 206 |
| FONTES PRIMÁRIAS | 213 |

INTRODUÇÃO

A ampliação do conceito de patrimônio, dos agentes envolvidos e das ações constitui-se em pontos de análise fundamentais, pois pressupõem busca pela preservação daquilo que se considera significativo. Nesse processo, como afirma o sociólogo Zygmunt Bauman (2005), a identidade pode ser “selecionada” e é justamente essa busca por uma identidade (nacional, regional ou local) que fundamenta o processo e justifica o tombamento, como no caso do presente estudo, a identidade étnica, no Rio Grande do Sul.

Se as identidades variam conforme a conjuntura na qual o indivíduo se encontra (BAUMAN, 2005), a memória também há de sofrer influências do presente. Sobre a relação da memória, passado e presente, Hobsbawm (1998) afirma que “Todos os seres humanos e sociedades estão organizados no passado – o de suas famílias, comunidades, nações ou outros grupos de referência, ou mesmo de memória pessoal – e todos definem sua posição em relação a ele, positiva ou negativamente.” (HOBSEBWM, 1998, p. 50). Dessa forma, os patrimônios são representativos destes grupos de referência e podem corroborar para a formação tanto das identidades como das memórias individuais e coletivas. Tedesco (2004) discorre sobre a memória como seleção, afirmando que:

Na modernidade, a memória não aparece mais como um depósito, mas como uma pluralidade de funções uma complexa rede de atividades de seleção, de filmagens, na reestruturação em correspondência com as necessidades e demandas do presente, tanto do nível individual quanto social. (TEDESCO, 2004, p. 57).

A memória ainda pode ser compreendida como coletiva, de certa forma, já que os estímulos externos ao ato de lembrar podem estar associados a memórias de outros indivíduos, ou grupos. Assim Halbwachs (2004) afirma que:

Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre o fundamento comum. (HALBWACHS, 2004, p. 38).

Para Halbwachs, a memória individual sofre influência da memória coletiva. Da mesma forma, Santos (2003) afirma que: “A memória por mais adjetivos que encontre no seu caminho – episódica, semântica, voluntária, involuntária, clássica, medieval, moderna, individual ou coletiva – resiste às reduções realizadas e é justamente este o desafio que ela nos traz.” (SANTOS, 2003, p.14).

Ao abordar a memória e o patrimônio como temas desse trabalho, nossa preocupação não é reduzi-los, tampouco uniformizá-los ou defini-los em um termo apenas; pretende-se evidenciar as intersecções entre a memória, a ação do estado e das instituições responsáveis pela preservação do patrimônio, a memória individual e coletiva demonstrando o papel do patrimônio histórico nesse processo.

Ao optar por pesquisar a relação entre a preservação do patrimônio histórico e a relação desse como referencial da memória por grupos étnicos, algumas definições tornam-se necessárias para uma melhor compreensão da temática abordada.

O grupo étnico seria, então, um conjunto de indivíduos que apresenta uma interação entre todos os seus membros, além das características gerais das etnias. Por essa distinção, os membros de uma vizinhança judaica em uma cidade no ocidente, por exemplo, onde todos os indivíduos frequentam a mesma sinagoga, constituem um grupo étnico, ao passo que os judeus de todo o mundo compõem uma etnia. (SILVA e SILVA, 2013, p.125).

A identidade étnica baseia-se na ideia de uma origem comum (ZANINI, 2006) e, assim, os indivíduos que partilham dessa ideia acabam dividindo traços e elementos que caracterizam o pertencimento ao grupo em questão. A relação entre memória e cultura étnica pode ser compreendida conforme a abordagem de Tedesco:

Acreditamos que a memória e a cultura étnica devam ser entendidas, acima de tudo, como prática e fenômeno sócio econômico, as quais possuem ligação com a indústria cultural, com as instituições sociais, no caso específico, especialmente com a família, a religião e a comunidade, com recursos e narrativas sociohistóricas, produzidas por instituições e preservadas ainda hoje, as quais produziram representações sociais sólidas e que permitem a manutenção, ainda que redefinida, de um horizonte de pertencimento. (TEDESCO, 2004, p.253).

Já a relação entre a identidade étnica e o Estado é abordada na análise de Martins, na qual o autor afirma que:

É certo que as identidades étnicas podem opor-se aos estados existentes, mas obedecem a mesma lógica categorial que os estados – como a ideia de pertencimento identitário alimentada pelo Estado, a identidade étnica opera igualmente com a ideia de um determinado povo vinculado a um determinado lugar. (MARTINS, 2007, p.49).

Essa relação de pertencimento de um grupo, que partilha laços comuns, a um lugar e a diferença da relação entre os Estados e esses grupos, é abordada por Stuart Hall; o autor destaca as sutilezas do termo etnia para os britânicos e para os norte-americanos, assim:

A etnicidade também foi incluída no vocabulário doméstico britânico. Enquanto

na mentalidade norte-americana os Estados Unidos constituem uma sociedade composta por etnias, a Grã-Bretanha (embora diversa em suas origens) sempre aplicou o termo aos outros em geral – o “ser britânico” constituiu um significante vazio, a norma em relação a qual a “diferença” (etnicidade) é mensurada. A crescente visibilidade das comunidades étnicas, juntos com os movimentos por governos regionais mais autônomos, questionou a “homogeneidade” da cultura britânica e do “ser inglês” enquanto etnia trazendo a questão multicultural para dentro da crise de identidade nacional. (HALL, 2011, p.65).

A reflexão de Stuart Hall atenta para a existência de identidades étnicas corroborando para uma crise de identidade nacional. Já destacamos aqui o caráter “situacional” das identidades, isto é, a variação que estas podem assumir conforme a conjuntura. No Brasil, mais precisamente em São Paulo, Michael Hall, atenta para as relações entre identidade étnica e classe social. Segundo o autor:

O caso dos italianos em São Paulo fornece argumentos para os que encaram a etnicidade como uma construção social, politicamente contestada, ativa em grande parte por competição econômica com outros grupos, e cuja forma e força dependem de circunstâncias específicas. Manifestações mais fortes de etnicidade, provavelmente exigem uma crença na homogeneidade do grupo suas fronteiras claras, noções difíceis de sustentar em São Paulo, embora não saibamos muito como identidades italianas, ou talvez ítalo- paulistas, foram efetivamente construídas (quando foram). (HALL, M., 2010. p.63).

Conforme o autor, a identidade étnica “rivaliza” com a classe social, com a relação entre indivíduo e trabalho fazendo parte das referências à memória e a identidade. Acerca das circunstâncias, das possibilidades e, ainda, da relação entre o indivíduo e o grupo com o qual se identifica, Martins (2007) afirma que:

A identidade pessoal, pela qual se firma objetivamente o indivíduo, é a síntese subjetiva dos componentes particulares de sua história pessoal com os elementos históricos do grupo e da sociedade que ele pertence, expressa pela relação de pertencimento a tal ou qual comunidade. A conformação histórica das sociedades apresenta-se, ao cidadão do tempo presente, como um leque de alternativas culturais. (MARTINS, 2007, p.54).

Dessa forma, a identidade étnica faz parte do grande conjunto de possibilidades e relações entre as múltiplas identidades que o indivíduo é capaz de acessar em diferentes conjunturas. A dimensão assumida pelo patrimônio histórico dentro dessas possibilidades é uma das questões que este estudo pretende responder.

Assim, como parte do objetivo da presente tese, buscou-se apurar se existe, entre os grupos étnicos, o reconhecimento do bem cultural como elemento que celebra a história/memória do grupo em questão; além disso, buscou-se também verificar se membros

de outros grupos de outras etnias não relacionadas de reconhecerem o bem preservado com o patrimônio; ou seja, se, por exemplo, pessoas que se identificam mais com o grupo étnico dos “italianos” reconhecem como patrimônio os bens tombados¹ que exaltam a história da imigração alemã, estas e outras variações dentro dos grupos possíveis.

No discurso oficial e na bibliografia sobre o tema, as relações entre patrimônio e memória aparecem, com algumas variações, com essa narrativa: o patrimônio preserva parte da história, essa história corresponde a determinado grupo; esse grupo se relaciona com esse bem, logo esse bem está presente em sua memória e influencia em sua identidade. Por dedução, parece bem provável, no entanto, para termos uma melhor dimensão dessas conexões em bens tombados, algumas questões precisam de respostas.

Entre os questionamentos que surgem a partir dessas definições estão: Existe reconhecimento do bem tombado pelos grupos étnicos que ele representa? O patrimônio histórico figura como justificativa da identidade étnica? As principais justificativas para o pertencimento a um grupo baseiam-se em elementos materiais ou imateriais? Qual faixa etária se identifica mais com o patrimônio histórico? Até que ponto a preservação do patrimônio histórico dos grupos étnicos pode influenciar para a formação das identidades?

Segundo Bauman, nós vivemos em tempos líquidos, ou seja, nossa sociedade, nossos valores, a forma como nos relacionamos uns com os outros e até mesmo nossas identidades estão em constante mudança e são facilmente transformadas (BAUMAN, 2001). O patrimônio histórico, segundo nossa interpretação, seria uma alternativa de buscar certa solidez nesses tempos líquidos, e assim, para Tamaso: “O patrimônio de toda espécie ao acumular contraria a transitoriedade das coisas” (TAMASO, 2012, p. 23).

Nesse sentido, o presente trabalho também analisou se existe a mesma relação de identificação com os bens na época de seu tombamento (entre 1980 e 2000) ou se, nesses tempos fluídos, ocorreu uma ressignificação relativa ao reconhecimento desses bens como representante de uma etnia; além disso, buscou-se estabelecer se ocorreu a apropriação de outro grupo étnico, político, religioso ou outros e ainda se outros espaços configuram na cidade como elementos tão relevantes ou mais do que os patrimônios oficiais. Em suma, nosso esforço está em atestar o atual estado de conservação dos patrimônios estaduais representantes das etnias e evidenciar quais relações se deram após o tombamento.

Da forma como é concebido nesse trabalho, o estudo acerca do patrimônio configura

¹ Durante o trabalho mapas apontarão a distância entre as cidades onde se localizam os bens tombados, da capital do estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Dessa forma, objetivou-se proporcionar ao leitor uma referência espacial dos locais onde a pesquisa foi desenvolvida.

o tombamento, visto como parte da relação homem/espço, como parte desse contexto social, na qual as vivências individuais e coletivas podem servir de estímulo e para a lembrança, a memória e, por extensão, para a identidade.

Para selecionar o objeto da presente pesquisa, entre os diferentes processos de tombamento, utilizou-se a análise de conteúdo. Dessa forma, considerou-se tanto questões quantitativas como questões qualitativas conforme explicam os autores Aróstegue (2006) e Bardin (2011), tendo como unidade básica de codificação expressões que remetam a história ou memória de determinado grupo étnico.

Considerando-se o objetivo da presente tese, foi realizada a análise de documentos a fim de elencar os principais processos de tombamento no estado do Rio Grande do Sul, onde o critério étnico foi fundamental para a construção simbólica do bem, isto é, a definição de seu valor como patrimônio cultural. Após uma descrição da documentação referente ao processo de tombamento de cada bem, os principais critérios para o tombamento serão elencados e discutidos e os agentes envolvidos no processo serão destacados e foi respeitada a ordem cronológica desses processos.

A fim de melhor expor o conteúdo e abordar a temática de forma clara e coerente, o presente trabalho foi organizado em cinco capítulos. Dessa forma, o primeiro capítulo, intitulado “*Reflexões acerca do processo de tombamento*”, aborda as questões referentes à proteção dos patrimônios em nível nacional, através da atuação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e o desenvolvimento de ações de proteção nas duas fases do órgão, bem como as mudanças de perspectiva em cada fase. As ações da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e as mudanças nas políticas de proteção do patrimônio também fazem parte desse capítulo, que se encerra analisando os critérios de tombamento adotados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE) no estado do Rio Grande do Sul.

O segundo capítulo, denominado “*O patrimônio e critério étnico*”, por sua vez, procura analisar os processos de tombamento que tiveram o critério étnico como elemento central na valorização e preservação dos bens. Nele, a documentação presente nos processos é analisada, destacando as concepções do IPHAE e também dos agentes envolvidos no processo de patrimonialização; por agentes, consideramos pessoas e entidades externas ao IPHAE, que colaboraram fornecendo documentos ou solicitaram a abertura dos processos de tombamento.

Assim, o terceiro capítulo intitulado “*A memória no patrimônio*”, analisa os dados coletados através da aplicação de novecentos questionários em nove cidades no Estado do

Rio Grande do Sul, onde os bens foram tombados conforme o critério étnico. Sequencialmente, também analisa parte das quarenta e cinco entrevistas realizadas com moradores dos mesmos municípios.

Como metodologia de trabalho, um roteiro fora utilizado para guiar as entrevistas, no qual se optou pela informalidade, a fim de garantir que o entrevistado ficasse a vontade para contribuir. Antes de iniciar as perguntas era explicado ao entrevistado que a entrevista faria parte de uma pesquisa, a qual relaciona a história com o patrimônio e a percepção das pessoas sobre esses temas, tomando o cuidado de não induzir as respostas, não citando os bens tombados sem que antes o entrevistado falasse sobre eles.¹⁵

O objetivo do roteiro era ter um ponto de partida para levantar as questões sobre o patrimônio e a memória, no qual houve a preocupação em explicar os temas da forma mais coloquial possível. Para isso, evitou-se o uso alguns termos mais técnicos inicialmente, até que o entrevistado se sentisse confortável, pois a exemplo do que aconteceu com o questionário, muitos entrevistados tinham dúvidas se realmente poderiam colaborar com a pesquisa.

O Quarto capítulo “O patrimônio na Memória” tem o objetivo de ampliar a possibilidades de interpretações acerca do impacto do processo de tombamento, nos grupos e comunidades que habitam cidades com bens tombados pelo critério étnico, a história oral é concebida nesse trabalho, como parte da metodologia de pesquisa que procura atestar a relação entre patrimônio e a comunidade ao qual está inserido e, ainda sua relação com a memória individual e coletiva.

CAPÍTULO 01 - REFLEXÕES ACERCA DO PROCESSO DE TOMBAMENTO

No presente capítulo serão abordadas questões referentes aos processos de valorização do patrimônio, inicialmente no Estado do Rio Grande do Sul e, na sequência, sob a perspectiva do IPHAN. Posteriormente, será realizado um apanhado geral a respeito das recomendações da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) referentes à proteção do patrimônio histórico.

1.1 O PATRIMÔNIO SOB A PERSPECTIVA DO IPHAN

A origem de um projeto de nível centralizado de preservação do patrimônio em nível nacional, esteve ligada ao período da história brasileira conhecido como Estado Novo, onde Getúlio Vargas instaurou uma ditadura.

A legitimidade da ditadura do Estado Novo dependia de que seus agentes o associassem a Vargas, combinando, na figura do ditador, a imagem de um líder com a representação da nação. Um dos principais pontos de apoio do regime, o ministério da educação e saúde, foi decisivo para sinalizar a importância que o Estado Novo atribuía à cultura como ferramenta de composição desse modelo. Dirigido por Gustavo Capanema – mineiro que disputou e perdeu o posto interventor em Minas Gerais em 1933, e que Vargas optou por levar ao Rio de Janeiro em 1934. O órgão foi, talvez, o melhor exemplo da ambivalência cultivada na política do Estado Novo. E Capanema agarrou sua oportunidade no comando da pasta da educação. Criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [...] . (SCHWARCZ; STARLING, 2015, pg, 377)

A preservação oficial de patrimônios históricos em nível nacional iniciou no Brasil com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Em sua origem o órgão contou com apoio técnico de modernistas, em especial de Mario de Andrade, responsável pela elaboração do anteprojeto de 1936, que daria origem ao SPHAN. Após as adaptações julgadas necessárias, o anteprojeto de 1936 deu origem ao Decreto-Lei 25/37.

O Decreto-lei N°25/1937 forneceu as diretrizes para a criação de atuação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), estabelecendo os critérios dos bens a serem preservados por meio do tombamento: haveria interesse público na conservação de bens vinculados a “fatos memoráveis da História do Brasil” ou com “excepcional valor arquitetônico etnográfico, bibliográfico ou artístico. A dimensão nacional e o caráter de excepcionalidade deveriam, portanto, ser interpretados pelos funcionários e colaboradores do SPHAN e, conseqüentemente, vislumbrados nos bens selecionados e protegido pelo órgão. (GONÇALVES, 2012, p.145).

Nos primeiros anos de atuação do SPHAN, sobre a presidência do mineiro Rodrigo Melo Franco de Andrade, o órgão atuou e privilegiou o Barroco Mineiro, considerado um

representante típico da arquitetura nacional. Os trinta anos do SPHAN sob a orientação de seu primeiro diretor foram denominados de “Fase heroica”.

Em seus primeiros anos de existência o SPHAN estava em consonância com a política nacionalista do Estado Novo, o qual era marcado pela centralização política e na busca por uma identidade nacional sob a regional. Em relação à atuação política de Getúlio Vargas nesse período cabe destacar que:

O Estado Novo trouxe mudanças irreversíveis nas instituições da vida política e na administração pública. O mais importante é que Vargas transformou as relações entre autoridade federal e autoridade estadual, aproximando mais o Brasil de um governo verdadeiramente nacional. (SKIDMORE, 2010, p.65).

Em relação à busca por uma identidade nacional, o caráter simbólico do patrimônio teria muito a colaborar na superação das identidades regionais, fragmentadas, assim:

A identidade nacional pretendida pelo Estado Novo estava centrada no sentimento de pertencimento a uma mesma cultura — a cultura nacional — homogeneizada através da língua, dos símbolos e das representações nacionais, e cuja criação era “missão” dos intelectuais. Havia, no período, um intenso debate em torno das questões nacionais na definição de um novo perfil para o Brasil e os brasileiros, então percebidos como atrasados em relação à Europa e aos Estados Unidos. (SILVA, 2000, p.16).

Nesse contexto de fortalecimento estatal e centralização das ações administrativas, novos órgãos foram criados como forma de possibilitar as transformações pretendidas pelo governo varguista.

Assim deu-se início a um processo de legalização, institucionalização e sistematização da presença do Estado na vida política e cultural do país, focando principalmente nas atividades antes livres da ingerência estatal. No intuito de integrar, organizar e controlar essa “nação”, criam-se os ministérios do Trabalho e da Educação e Saúde pública (SÃO), o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), entre outros, a modo de garantir o amplo compartilhamento de ideais e valores nacionalistas. (PEREIRA, 2012, p. 161).

Esse nacionalismo, pautado no aparelhamento do Estado, atingiu o campo cultural e lançou as bases para a preservação do patrimônio no Brasil. A preservação, agora, receberá atenção de um órgão nacional, pensado e racionalizado para atender uma enorme demanda e com a necessidade de definir quais os elementos representantes da cultura nacional, dignos de preservação, bem como o nível de urgência de suas ações.

Nos quadros do Ministério da Educação (SÃO), a estruturação formal da área da cultura repercutiu na expansão da rede das instituições culturais, todas sob o signo do “nacional”, por exemplo, o Instituto nacional do Livro (INL), o Serviço Nacional do Teatro (SNT), o Instituto Nacional de Cinema Educativo (Ince), o Museu Nacional de Belas Artes (MNBA), o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), entre outras. (PEREIRA, 2012, p.162).

Durante a fase heroica o tombamento foi o principal meio de preservação utilizado pelo SPHAN; sua atividade foi intensa, uma vez que “de 1937 a 1946, o SPHAN, aplicando o tombamento, protegeu legalmente mais de 40% de todo acervo de bens tombados até 1997” (CHUVA, 2009, p. 147).

A expressão “tombamento”, proveniente do direito português, foi pela primeira vez usada no Brasil, em termos de patrimônio cultural, no anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Nacional (SPHAN) elaborado por Mário de Andrade em 1936. Afastando-se dos termos classificações catalogação, recorrentes nas normativas internacionais de proteção aos monumentos históricos e artísticos e nas propostas de juristas brasileiros, o poeta Andrade mantém a terminologia “tombamento”, reafirmando o sentido epistemológico de “registro”, “catálogo e inventário advindos da Torre do Tombo em Portugal”. (PERREIRA, 2012, p.159).

A valorização do barroco da fase colonial, e das igrejas, justifica-se com sua relação com a ocupação do espaço e pelo papel que a igreja desempenhava nas colônias luso-espahnolas. (FONSECA, 2005, p.108) O objetivo dos tombamentos dessa espécie era fomentar uma identidade nacional, destacar o que pode ser considerado uma originalidade brasileira; ao menos era o que acreditavam os modernistas, segundo Silva:

Desse modo, o desafio que se colocava aos pensadores na definição de nossa identidade era o de demonstrar a originalidade da nação brasileira através da valorização das tradições culturais apresentadas como um conjunto ao mesmo tempo legitimador da autenticidade e da unidade de nossa cultura, e portador de referências universais. Era preciso cruzar esses elementos — regional e nacional, tradição e modernidade — para compor a identidade nacional pretendida pelo Estado Novo fornecendo uma imagem de um país moderno, apto a fazer parte do mundo industrializado, ao mesmo tempo em que se apresentava unificado através de suas tradições culturais. (SILVA, 2000, p.18).

A fase heroica do SPHAN e a valorização dos elementos chamados barrocos, o patrimônio de “pedra e cal” passara por transformações após a aposentadoria de seu diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade e, em 1968, inicia a fase moderna.

Os primeiros anos da década de 1960 foram marcados “pela radicalização da política e politização da cultura” (FONSECA, 1997, p.148); devido à polarização ideológica e ao autoritarismo na política, o modelo modernista, que inicialmente era inovador e transformador, tornou-se alvo de críticas uma vez que se tornou modelo dominante. Destaca-

se que “Há um consenso entre historiadores de cultura que nos anos 60 e 70, o modernismo passou a ser objeto de contestação e de crítica. Mas o objeto dessa crítica não era o modernismo irreverente dos anos 20 e sim o ‘alto modernismo’ dos anos 50.” (FONSECA, 1997, p.152) O pós modernismo seria fruto das transformações causadas por essas críticas.

A fase moderna do SPHAN foi acompanhada por essas transformações na percepção cultural, o que norteou as ações do órgão, ampliando sua percepção acerca dos bens a serem preservados.

Na verdade, a partir da década de 1970 e 1980, os domínios do social passíveis de gerar herança ampliaram-se significativamente, esse processo calçou-se num conceito antropológico de cultura, pautado num olhar sobre o cotidiano e enfatizando a perspectiva processual da cultura, em que uma maior variedade de épocas históricas e de ambientes sociológicos passam a ser considerados, assim como as manifestações dos fazeres culturais, revelando-se as particularidades dos grupos étnicos (CHUVA, 2009, p.45).

Esse conceito antropológico de cultura eleva a visão do órgão em relação aos bens a serem tombados, politicamente falando, com a crise do regime militar e a caminhada rumo à democracia; transformações na política do SPHAN já iniciam ainda no período ditatorial. Segundo Fonseca:

No Brasil, os anos da “distensão” coincidiram com a crise econômica internacional, em função da questão do petróleo. Nesse período, as contradições do modelo econômico do regime militar começaram a ficar evidentes, e o regime, assim como a modernização por ele instaurada, começou a enfrentar também uma crise de legitimidade. (FONSECA, 1997, p.15).

Com isso, expande-se o conceito de cultura para além do barroco mineiro, ampliando-se também os agentes responsáveis pela preservação, já estados e municípios agora partilham responsabilidades em prol da preservação.

“Com o processo de democratização do país, a partir dos anos 80, as organizações civis passaram a ocupar um espaço cada vez maior nas decisões sobre as cidades” (MEIRA, 2004, p.20). Nessa nova fase do SPHAN, multiplicam-se os agentes e os esforços para promover e garantir a preservação do patrimônio nacional.

A década de 1980 correspondeu ao momento de transição para o regime democrático no Brasil, no mesmo período o IPHAN também passava por mudanças internas que favoreciam a adoção de projetos voltados para a participação mais ampla dos grupos sociais envolvidos. Referimo-nos a fase moderna que de iniciou no Brasil no final do anos de 1970 [...]. (THOMPSON, FILHO, 2012, p.17).

Assim, é possível afirmar que a trajetória da preservação do patrimônio do Brasil foi pautada por dois momentos históricos distintos: sua primeira fase (heroica) ligada a ao Estado Novo de Getúlio Vargas, foi o momento de centralização e definição das ações em nível federal; a segunda fase (moderna) insere-se em outro período ditatorial brasileiro, no qual com a democratização política também ocorre uma pluralização das ações e agentes de preservação.

Com o conteúdo abordado até o momento buscou-se demonstrar os principais aspectos históricos e teóricos que abarcam as questões referentes ao patrimônio sob a perspectiva do IPHAN. Sequencialmente, nesse segundo momento serão enfatizadas algumas pesquisas nesta área a fim de demonstrar como essas questões teóricas são abordadas por diferentes pesquisadores.

Para tanto, inicialmente destaca-se o trabalho de autoria de Izabela Tamaso, com sua tese intitulada “Em nome do Patrimônio: Representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás”. Nessa tese se analisou os primeiros tombamentos realizados na década de 1950 até o ano de 2001, ano em que a cidade foi elevada à categoria de patrimônio da Humanidade. A autora analisou o processo de patrimonialização na cidade de Goiás utilizou como fontes jornais, processos de tombamento (IPHAN) e entrevistas com os moradores. A autora compareceu às reuniões, conviveu com os agentes de preservação e presenciou o reconhecimento de Vila Boa de Goiás como Patrimônio da Humanidade.

Nesta obra trabalhou-se com a complexidade em que o patrimônio está envolto, destacando-se a existência de diferentes perspectivas em relação ao mesmo:

Surtem assim os contrastes entre, de um lado, os ideais históricos e estéticos da burocracia estatal ou internacional (IPHAN e UNESCO) e dos agentes locais do patrimônio (elite cultural), e de outro, as histórias pessoais e familiares incrustadas nas ruas e becos, pontes e largos, nas paredes de taipa, adobe ou pau-a-pique, das residências da antiga Vila Boa de Goiás (TAMASO, 2007, p.13).

A autora teve como principal objetivo demonstrar as diferentes vicissitudes enfrentadas durante o processo de patrimonialização; em seu texto, fica claro a complexidade do mesmo, seja pelas questões teóricas, pelas questões técnicas ou pelo envolvimento de agentes externos aos órgãos de preservação. O conflito é constantemente abordado em seu texto.

Um exemplo foi a tentativa de implantação de um teleférico na cidade, o que acabou

dividindo opiniões, sendo que através da análise dos argumentos demonstra-se a complexidade do tema e interesses conflitantes, conforme a passagem a seguir:

O projeto de implantação do Teleférico visava ligar, via cabos, o Morro do Cruzeiro ao Morro próximo ao Hotel Vila Boa; e teria entre 900 a 1100 metros de extensão. Os contrários alegavam impactos visuais e ambientais à paisagem cultural da cidade. Os favoráveis argumentavam com base no aumento dos atrativos turísticos e, conseqüentemente, nos benefícios econômicos para o município. (TAMASO, 2007, p. 584).

Neste mesmo trabalho, outro caso litigioso citado envolvendo o patrimônio faz referência à construção de uma avenida, a qual teria por objetivo revitalizar o centro histórico, o mercado público e o matadouro e laticínios, do município. Entretanto, uma desapropriação seria necessária. O tombamento revelou-se um ótimo artifício para a manutenção da propriedade:

A avenida partiria do centro histórico, em um prolongamento da Rua Padre Luiz Gonzaga, e passaria pela Chácara Baumann, de propriedade da tradicional família Fleury Curado (a mesma de Sebastião Fleury Curado, aliado do SPHAN, no meio do século), seguindo em direção ao antigo Mercado Municipal, Vila Araguari, proximidades da Vila Esperança, Mosteiro da Anunciação, chegando ao Setor Rio Vermelho. Duas pontes seriam necessárias durante o trajeto e ambas já tinham sido iniciadas em maio de 2002. Tão logo a família Fleury Curado teve notícias do projeto da avenida e da desapropriação de parte de sua propriedade, entrou junto ao IPHAN com pedido de tombamento do imóvel. (TAMASO, 2007, p.586).

Ao apelar para o valor histórico de sua propriedade, a família Fleury Curado, percebeu no tombamento a possibilidade de manutenção da posse e aproveitou-se do momento histórico que o município vivia, com tombamentos realizados pelo IPHAN. Assim, aguardando o que a autora chama de título de patrimônio da humanidade os proprietários conseguem embargar as obras de construção da avenida.

A análise de Tamaso privilegia os elementos que levam a valorização dos bens e a elevação de Vila Boa de Goiás à categoria de Patrimônio da Humanidade. Em sua abordagem a autora contempla tanto os órgãos oficiais de preservação como a UNESCO, o IPHAN, o Conselho Municipal de Cultura e Patrimônio e a Organização Vilaboense de Artes e Tradições, sem deixar de estudar os munícipes impactados pelas políticas de tombamento, daí a realização de entrevistas com os moradores e autoridades locais.

A abordagem realizada pela autora aproxima-se de nosso trabalho na medida em que procura dar voz aos impactados pelo processo de patrimonialização, a realização de entrevistas está prevista em nosso trabalho, o que distancia as duas pesquisas nesse aspecto

e a entrevista procurando perceber se os valores enunciados pelo IPHAE no processo de tombamento, ainda são os principais elementos com os quais a população se identifica, para que possamos avaliar o impacto das políticas de patrimonialização dos tombamento correspondentes às décadas de 1980 e 1990 no Rio Grande do Sul.

De maneira semelhante, a autora Cristina Helou Gomide, em sua tese defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), também trabalhou com o patrimônio da Antiga Vila Boa de Goiás, também no ano de 2007. Nesta tese procurou-se perceber a forma como os moradores vivem e significam a cidade patrimônio, através das suas memórias. Trabalhou-se com a construção da imagem da cidade utilizando elementos simbólicos e pautando sua narrativa no impacto que elementos traumáticos, como a transferência da capital para a cidade de Goiânia e as enchentes do Rio Vermelho geraram no entorno, assim como também o impacto das festas e do turismo na região. Dessa forma, uma das estratégias para a construção da imagem da cidade foi através de panfletos, folderes e jornais.

Alguns eventos constantemente citados por moradores da cidade de Goiás, como um a referência no incremento ao turismo, são para alguns, oportunidade de trabalho, em faxinas ou na varredura das ruas, na venda de produtos artesanais, doces, com idas ou roupas, ou na hospedagem de pessoas. Três desses eventos são colocados constantemente por moradores como importantes: O Carnaval, a Semana Santa e o Festival Internacional de Cinema Ambiental (FICA). Entretanto, a Cidade Histórica e esses eventos são vistos das mais diversas formas, apresentando também maneiras diversas de significar e viver cotidianamente nesta cidade que tem cada vez mais experimentado a prática turística (GOMIDE, 2007, p.92).

Gomide utilizou-se de diversas fontes, entre elas as fontes orais, nas quais realizou entrevistas; sua preocupação principal foi conseguir dar conta das diferentes significações que a cidade tem para seus habitantes, e, portanto, seu trabalho aproxima-se do nosso na medida em que procura analisar a influência da cidade na memória de seus habitantes; porém, o mesmo se afasta de nossa perspectiva na medida em que não analisa apenas o patrimônio oficial.

No decorrer de sua pesquisa, a autora também analisa a construção de uma imagem da cidade, dando destaque aos elementos naturais, como as memórias provenientes das relações entre a população e o rio, aspectos que não dependem do registro do rio como patrimônio natural, tampouco de seu reconhecimento pelos órgãos oficiais de preservação. Para Gomide:

O rio faz parte da memória dos dois narradores, pois é parte de experiências

vividas, ou na infância, ou por pais e avós, ou até quando adultos. Os entrevistados trazem em suas narrativas a memória do trabalho com o garimpo e da lavagem de roupas no rio. Rememoram outras enchentes, com as quais não conviveram, mas sobre as quais ouviram seus antepassados falarem. (GOMIDE, 2007, p.130).

A narrativa de Gomide parte da experiência de seus entrevistados, de suas vivências com a cidade e seus elementos formadores, onde o patrimônio é apenas um deles, o que difere de nossa perspectiva de análise que centraliza no patrimônio as relações e busca apurar se o patrimônio realmente influencia na memória dos moradores como elemento formador de sua identidade.

Partindo para o contexto do Rio Grande do Sul, o autor Marcelo Caon fez um estudo comparado entre a preservação entre o município de Caxias do Sul e a cidade argentina de La Plata, no ano de 2016. Dessa foram, seu estudo aproxima-se do nosso pela temática, no entanto sua análise privilegia as políticas de tombamento e os agentes oficiais. Embora se utilize de fontes orais, Caon optou por entrevistar professores, arquitetos e arqueólogos, ou seja, os agentes do processo de patrimonialização. Caon afirma que:

Nesse caso, deve-se ter em conta a importância das entrevistas coletadas, em especial duas: do Professor Doutor Daniel Schávelzon, arqueólogo urbano da Universidade de Buenos Aires, que relatou sobre as questões de identidade dos imigrantes na Argentina; e a entrevista do professor Arquiteto Alfredo Conti, da Universidade Nacional de La Plata, que não só participou dos primeiros projetos de preservação da cidade de La Plata como possuía em seu arquivo particular o primeiro estudo sobre a morfologia urbana, além de uma relação das primeiras edificações indicadas à preservação da cidade. (CAON, 2016, p.40).

Outra proximidade entre o trabalho de Caon e o nosso é a abordagem da relação imigração e patrimônio; no entanto, enquanto Caon realizou um estudo comparado entre o patrimônio dos imigrantes italianos em Caxias do Sul e La Plata, enquanto que nós procuraremos evidenciar a formação de um referencial à memória partindo do processo de patrimonialização, no qual os bens representativos de grupos étnicos são preservados e celebrados; dessa forma, procuramos perceber a influência disso na população local, descendente de imigrantes ou não.

Como exemplo de trabalho que se aproxima do nosso, pode-se citar a dissertação de Katia Fernanda Marqueto, com o título “Habitar o Patrimônio Moderno”, defendida em 2017, no Programa de Pós Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O trabalho de Marqueto se propôs a analisar as implicações de residir em um bem tombado, colaborando assim, para dar voz aos impactados pelas políticas de preservação.

São três os exemplares selecionados: Pedregulho (Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes), no Rio de Janeiro; Edifício Jaguaribe, em Porto Alegre; e Copan, em São Paulo. A eleição dos exemplares decorre da condição dos três de se tratarem de conjuntos habitacionais emblemáticos da Arquitetura Moderna, com importância e reconhecimento equivalente entre si em relação às cidades em que estão inseridos. É claro que todo o projeto de intervenção em patrimônio terá suas peculiaridades, desafios específicos de cada obra — como é comum a qualquer projeto arquitetônico. (MARQUETO, 2017, p.15.).

A autora fez uso do critério arquitetônico para selecionar seu objeto de estudo, como é de se esperar em uma dissertação em arquitetura, no entanto, as entrevistas elucidam as consequências do tombamento na sua implicação humana.

As visitas realizadas em todos os conjuntos selecionados como estudos de caso, bem como as entrevistas com seus representantes e moradores foram de suma importância para a compreensão dos projetos e para o entendimento da representatividade dos edifícios, somadas à teoria estudada em livros. (MARQUETO, 2017, p.17.).

Ao trabalhar com os habitantes dos conjuntos tombados, a autora abordou questões referentes a propriedade e conforto dos moradores; o que nem sempre é considerado na época do tombamento, por exemplo, é a modificação das fachadas para a instalação de ar-condicionados. No entanto as entrevistas fornecem apenas implicações arquitetônicas e cotidianas do uso dos imóveis, a relação patrimônio e memória não é explorada.

1.2 AS RECOMENDAÇÕES DA UNESCO

Este item procura evidenciar as intersecções entre a memória e as ações do estado e das instituições responsáveis pela preservação do patrimônio, além da memória individual e coletiva demonstrando o papel do patrimônio histórico nesse processo.

A Organização das Nações Unidas para Educação a Ciência e Cultura (UNESCO) foi a responsável por fomentar o debate e a articulação entre as nações a fim de garantir a preservação do patrimônio em diferentes regiões do mundo. Os documentos provenientes desses encontros são chamados de Cartas, Recomendações, Compromissos e Declarações, sendo que alguns deles serão citados a seguir, a fim de aproximar as fases do SPHAN bem como o papel do IPHAE no contexto da preservação.

Sobre as recomendações da UNESCO e suas influências na política nacional de preservação do patrimônio, cabe aqui destacar inicialmente dois documentos importantes: Recomendação de Paris 1962 e Carta de Veneza 1964 e posteriormente, dois documentos

nacionais, O Compromisso de Brasília de 1970 e o Compromisso de Salvador de 1971.

A recomendação de Paris de 1962 tem por objetivo definir ações de preservação e proteção de paisagem e sítios, leva em consideração o crescimento acelerado das cidades associado à falta de planejamento pode colocar em risco alguns sítios e paisagens. Segundo o documento:

Considerando que ao cultivar novas terras, desenvolver, por vezes desordenadamente os centros urbanos, executar grandes obras e realizar vastos planejamentos físico-territoriais e instalações de equipamento industrial e comercial, as civilizações modernas aceleram esse fenômeno que até o século passado, havia sido relativamente lento. (IPHAN, 2004, p.81).

Além de denunciar os perigos que a falta de planejamento e o crescimento desordenado podem causar aos sítios, a recomendação ainda adota dois princípios importantes que serão levados em consideração no Brasil, em consonância com a fase moderna do SPHAN. O documento adota como princípio que: Os estudos e as medidas a serem adotados para a salvaguarda das paisagens e sítios dever-se-iam estender a todo o território do Estado e não se limitarem a uma paisagem ou sítios determinados. (IPHAN, 2004, p.83).

A recomendação sugere uma proteção contra a especulação imobiliária que poder é atingis as paisagens e sítios:

A salvaguarda não deveria atingir somente às paisagens e os sítios naturais, mas estender-se também aos sítios cuja formação se deve, no todo, ou em parte, à obra do homem. Assim, disposições especiais deveriam ser tomadas para assegurar a salvaguarda de algumas paisagens e de determinados sítios, tais como paisagens e sítios urbanos, que são, geralmente ameaçados, especialmente, pelas obras e pela especulação imobiliária. Uma proteção especial deveria ser assegurada às proximidades dos monumentos. (IPHAN, 2004, p.83).

Questões relativas aos embates entre propriedade e preservação são uma constante na busca pela preservação dos patrimônios, nem sempre os proprietários dos bens têm o mesmo interesse do Estado ou demais entidades envolvidas no processo de tombamento ou proteção, na preservação deles.

Outro documento importante aborda a conservação de monumento e sítios, a Carta de Veneza de 1964, apresenta uma noção de monumento que antecede as ações brasileiras, nas reuniões dos anos 1970. Segundo o documento:

A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bom

como um sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa de um acontecimento histórico. Estende-se não só as grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido com o tempo significado cultural. (IPHAN, 2004, p.93).

A fase moderna do SPHAN será marcada por uma ampliação dos agentes e da noção de patrimônio, nesse sentido as ações do órgão estarão de acordo com a visão da UNESCO, em consonância com as diretrizes internacionais.

O documento ainda sugere que os trabalhos de restauração e conservação sejam documentados através de “relatórios analíticos críticos, ilustrados com desenhos e fotografias” (IPHAN, 2004, p.95). A preocupação com a formação de mão de obra especializada para tal tarefa será abordada nas reuniões de governadores no Brasil.

Em abril de 1970, governadores, secretários estaduais, prefeitos e representantes de instituições culturais, reuniram-se na capital federal para buscar soluções coletivas, visando à proteção do patrimônio nacional. O documento estipulou que:

Reconhecem a inevitável necessidade de ação supletiva dos estados e dos Municípios à atuação federal no que se refere à proteção dos bens culturais de valor nacional;
Aos estados e municípios também compete, com a orientação da DPHAN, a proteção dos bens culturais de valor regional;
Para obtenção dos resultados em vistas, serão criados onde ainda não houver, órgão estaduais e municipais adequados, articulados devidamente com conselhos estaduais de Cultura com a DPHAN, para fins de uniformidade da legislação em vista, atendendo o que dispõe o art. 23 do decreto- lei nº 25 de 1937. (IPHAN, 2004.p.138)

A ampliação dos agentes envolvidos na preservação já pode ser percebida no documento, bem como a descentralização da proteção, característicos na fase moderna do SPHAN, que não perdeu necessariamente sua força, apenas passa a ser auxiliado pelos Estados e municípios. Visto que a ampliação dos conceitos de cultura e patrimônio incidira em uma grande demanda de trabalho, o qual será partilhado. Assim o artigo 23 do decreto-lei 25/1937 passa a ser considerado uma vez que estipula o seguinte:

O poder executivo providenciará a realização de acordos entre a União e os Estados, para melhor coordenação e desenvolvimento de atividades relativas a proteção de atividades relativas a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e para uniformização da legislação estadual complementar sobre o mesmo assunto. (IPHAN, 2006, p.106).

Mesmo prevista pela legislação desde o início da criação do SPHAN, a participação dos Estados e Municípios foi limitada durante a fase heroica; foi necessária uma mudança na

conjuntura histórica e também na concepção de patrimônio para que o envolvimento de outros agentes fosse possível.

A fim de ampliar a qualidade técnica e aperfeiçoar a mão de obra para questões relativas à preservação dos bens tombados, o Compromisso de Brasília ainda estipula ações envolvendo o ensino em diferentes esferas.

Para remediar a carência de mão-de-obra especializada, nos níveis superiores, médio e artesanal, é indispensável criar cursos visando a formação de arquitetos restauradores, conservadores de pintura, escultura e documentos, arquivologistas e museólogos de diferentes especialidades, orientados pela DPHAN e pelo Arquivo Nacional e os cursos de nível superior.

Não só a União, mas também os Estados e municípios se dispõem a manter os demais cursos, devidamente estruturados, segundo orientação geral da DPHAN, atendidas as peculiaridades regionais. (IPHAN, 2004, p.138).

Os bens preservados passam a ser considerados como elementos a comporem os currículos escolares, o culto à nação ainda se faz presente no documento, que é elaborado no anterior à crise dos governos militares, mas que dará as diretrizes necessárias para as ações na fase moderna.

Sendo o culto ao passado elemento básico da formação da consciência nacional, deverão ser incluídas nos currículos escolares, de nível primário, médio e superior, matérias que versem sobre o conhecimento e a preservação do acervo histórico e artístico, das jazidas arqueológicas pré-históricas, das riquezas naturais, e da cultura popular, [...]. (IPHAN, 2004, p.139).

Uma concepção mais ampla de patrimônio pode ser percebida na passagem, ainda associada à formação de uma identidade nacional, ficando evidenciada a diversidade de bens que podem compor o acervo patrimonial nacional.

As ações conjuntas em prol da proteção do patrimônio nacional não cessaram com o compromisso de Brasília, em outubro de 1971, um novo documento previa ações de proteção envolvendo a União, os Estados e os municípios, trata-se do compromisso de Salvador que tinha por finalidade:

Recomenda-se a criação de legislação complementar, no sentido de complementar a visibilidade do bem tombado, para o entendimento do conceito de ambiência.

Recomenda-se a criação de legislação complementar no sentido de proteção mais eficiente dos conjuntos, paisagísticos, arquitetônicos e urbanos de valor cultural e de suas ambiências. (IPHAN, 2004, p.144).

O compromisso de Salvador foi o segundo encontro de governadores, foi uma

continuação do compromisso de Brasília, nele além de reafirmar as questões levantadas no encontro anterior, questões referentes a adequação da legislação foram levantadas e voltou-se a falar em educação, segundo o documento:

Recomenda-se que sejam criados, no âmbito das universidades brasileiras, centros de estudo dedicados à investigação do acervo natural e de valor cultural em suas respectivas áreas de influência, com a planificação, em sentido nacional, do Departamento de Assuntos Culturais do MEC, através de seis órgãos específicos. Recomenda-se aos governos estaduais que incluam no ensino de 2º grau curso complementar de estudos brasileiros e museologia que permita aos histórico e a prestação de serviços nos museus do interior, onde não há profissional de nível superior. (IPHAN, 2004, p.146).

Questões relativas ao patrimônio imaterial são levantadas, não se utiliza esse termo, mas cita manifestações culturais estaduais de caráter imaterial, que passariam a contar com apoio do estado, que além de suporte deveria catalogar os eventos, segundo o documento:

Recomenda-se que os governos estaduais promovam através de órgão competente, a elaboração de um calendário das diferentes festas tradicionais e folclóricas, dando igualmente inteiro apoio a realização de festivais, exposições ou apresentações que visem difundir e preservar as tradições folclóricas de seus respectivos estados. (IPHAN, 2004, p.146).

Os dois encontros são testemunhas de uma mudança na concepção de patrimônio do “pedra e cal” que foi sofrendo alterações até culminar no decreto lei 3.551/2000 que institui o registro dos bens de natureza imaterial como ação de proteção.

A lei estipula a criação de quatro livros de registros, sendo eles, dos saberes, das celebrações, das formas e expressão e dos lugares. Ainda define que “outros livros poderão ser abertos para a inscrição de bens de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro e que não se enquadrem nos livros definidos no primeiro parágrafo desse artigo.” (IPHAN, 2006, p.130). Com a mudança nas concepções e ampliação dos agentes, o patrimônio imaterial passa a contar com legislação e ações específicas, que Mario de Andrade já cogitava no seu anteprojeto em 1936.

1.3 O PATRIMÔNIO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: CRITÉRIOS DE TOMBAMENTO.

O envolvimento com os bens tombados configura-se em uma relação de memória. A partir da interação e utilização dos espaços é possível que o bem preservado influencie na memória de quem o frequenta ou interage de certa forma com ele. A relação entre o espaço cultural e tempo é destacada por Meneses (2012) em sua conferência no Primeiro Congresso

Nacional de Patrimônio Cultural, organizado pelo IPHAN. Para o autor: “Trata-se, portanto, de uma relação de pertencimento – mecanismo nos processos de identidade que nos situa no espaço, assim como a memória nos situa no tempo: são as duas coordenadas que balizam nossa existência.” (MENESES, 2012, p.27). Essa relação com a memória e também com a identidade é o que justifica a preservação do patrimônio histórico.

Os processos de tombamento, compostos por uma série de documentação, procuram justificar a relevância do bem para o Estado do Rio Grande do Sul, no entanto, fazem isso de formas diferentes, destacando diferentes aspectos dos bens a serem tombados. Dentre as justificativas, ou aspectos dos processos, o que foi o objeto dessa pesquisa relaciona-se a grupos de descendentes de imigrantes.

Na abertura dos processos de tombamento e na documentação presente nos mesmos, a lógica interna é de valorização dos grupos étnicos, isto é, descendente de imigrantes, na qual a história local é associada com a história da imigração no Estado e ao histórico do bem em questão. Assim, o bem daria o aspecto local de valorização e a imigração o aspecto regional que qualifica o mesmo como digno de tombamento. Meneses (2012) afirma que

É preciso introduzir outros critérios para avaliar os círculos concêntricos de pertinência e interesse do bem, que possam antes de mais nada definir seu potencial de interlocução. A grande referência deveria ser esse potencial de interlocução, começando sempre com os interlocutores locais. (MENESES, 2012, p.30).

De acordo com a documentação presente nos processos de tombamento, os critérios que qualificam o bem são ressignificados sob o discurso da imigração. Dessa forma, a importância local dos bens a serem tombados foi qualificada por sua relação com os grupos étnicos passando assim a ter relevância estadual. No entanto, passadas algumas décadas do tombamento, seria possível uma alteração? Os locais ainda reconhecem os bens tombados como espaços de memória, ou lugares de memória. Nesse sentido, uma alteração ou mudança de contexto poderia ressignificar a relevância do bem para a comunidade, já que “A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado.” (NORA, 1993, p.09).

Assim, a ligação entre a história e a memória, nesse trabalho, se dá entre o tombamento e seus desdobramentos nas cidades com bens tombados e sua presença na memória, seu reconhecimento e sua interação com habitantes.

No Estado do Rio Grande do Sul, o órgão responsável por promover as políticas de preservação e valorização do patrimônio é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado – IPHAE. Analisando-se alguns processos de tombamento deste órgão, realizados

entre os anos de 1980 e 2000, observa-se que os mesmos apresentam grande variação documental, conforme o ano, também divergindo em extensão e no que qualificamos como formas de tombamento.

Na definição básica, adotada pelo IPHAN, o tombamento se dá de três formas básicas: voluntário, quando o proprietário do bem solicita seu tombamento; de ofício; quando o bem pertence a união e o próprio IPHAN promove o tombamento e compulsório, quando o processo de tombamento é solicitado por terceiros alheios a vontade do proprietário do bem. Embora a definição tradicional adotada pelo IPHAN diferencie os processos conforme sua abertura, pouco se fala sobre sua lógica interna. Por lógica interna nos referimos à documentação presente e da argumentação que fundamenta a valorização do bem, procurando elencar sua relação com a história, memória e cultura, justificando assim, seu tombamento.

Em relação aos casos de tombamentos realizados pelo IPHAE no período citado, optou-se por uma divisão dos processos conforme sua lógica interna; assim, dividimos os bens nos seguintes grupos: valor de ancianidade, quando o bem é considerado o mais antigo de seu tipo ou o primeiro em determinado aspecto construído no município; risco de desaparecimento, quando o estado de degradação do bem norteia o processo, já prevendo sua restauração posterior ao tombamento; propriedade de personalidade ilustre, quando o valor do bem não se dá por questões arquitetônicas ou históricas, mas pela relação de seu antigo proprietário para com a história regional; relação com grupo étnico, quando o elemento norteador parte da história da imigração e seus desdobramentos para atestar a valorização dos bens.

A fim de exemplificar cada grupo de processos, realizou-se uma análise de um representante de cada tipo, à exceção do critério étnico, analisado no próximo capítulo desse trabalho. Cabe ressaltar que é comum a utilização de mais de um critério nos processos, assim, o elemento que nomeia o grupo é o critério norteador presente na documentação do processo.

1.1.1 Valor de Ancianidade: Igreja do Galo

A Igreja Nossa Senhora do Rosário, conhecida como Igreja do Galo, localizada na cidade de São Gabriel, a qual se situa aproximadamente trezentos e quarenta quilômetros de Porto Alegre, de acordo com a figura 1, envolveu em seu processo de patrimônio inicialmente o valor de ancianidade e, posteriormente, o risco de desaparecimento.

Figura 1- Mapa com a localização das cidades de Porto Alegre e São Gabriel



Fonte: Google Maps (2019).

“A Igreja do Galo foi o primeiro prédio de alvenaria erguido na cidade de São Gabriel, e data do ano de 1817” (FIGUEIREDO, 2011, p.23); já a atual Igreja Matriz (Igreja do Arcanjo São Gabriel) foi construída em 1910. Com a inauguração desta última, a Igreja do Galo ficou aos cuidados das irmandades de Nossa Senhora do Rosário e Bonfim e seus fiéis, aos poucos, foram transferindo-se para a nova Matriz. (FIGUEIREDO, 2011, p.98) A denominação deve-se ao fato de que a edificação ostentava no topo de sua torre um galo de bronze, que segundo consta na documentação do processo de tombamento, teria origem missioneira.

Considerando que foi o primeiro prédio de alvenaria do município, o critério de ancianidade levará ao seu reconhecimento como patrimônio municipal. No entanto, o que se pode denominar como uma série de eventos traumáticos, chamaram a atenção da população local e levaram a abertura do processo de tombamento estadual, no qual o valor de ancianidade acrescido pelo risco de desaparecimento formaram a lógica interna do processo.

O início dos eventos dá-se após a construção de uma nova igreja pelos moradores de uma localidade conhecida como Vila Rufino (hoje município de Santa Margarida do Sul), os moradores desta vila solicitaram ao Bispo de Bagé e ao pároco da Igreja Matriz de São Gabriel, o sino pertencente à Igreja do Galo (desativada) para seu novo templo. A medida foi atendida pela diocese através do padre Ruben Natal Dotto e do Bispo de Bagé Dom Ângelo Mugnol.

Em seguida da transferência do sino para a Vila Rufino, um grupo de moradores,

ligados ao tradicionalismo², afirma que o sino foi “levado” da Igreja do Galo, acusando os moradores da Vila Rufino pelo ato e com o apoio da Rádio de São Gabriel, pleiteiam a devolução do mesmo. Essa primeira disputa acontece no ano de 1978.

Em janeiro de 1978 o jornal local “O Imparcial” publica uma nota Intitulada “Igreja do Galo, uma relíquia religiosa.”, destacando a importância histórica do prédio centenário, denunciando o estado de conservação precário e acusando grupos tradicionalistas³ de tramarem para a demolição do templo. A nota afirmava que “A Igreja do Galo hoje e sempre foi patrimônio⁴ histórico e religioso de São Gabriel” (Processo nº 2892-1100 SEDAC/94-9. Fl 05), e ainda, tranquiliza a população assegurando que a prefeitura não permitirá a demolição do templo.

Alguns meses depois, em 27 de junho de 1978, uma nova publicação, no mesmo jornal, explica o ocorrido com o sino, tendo como base depoimentos dos moradores da Vila Rufino, onde afirmaram que o pároco e o Bispo doaram o item para aquela igreja, a documentação presente no processo confirma a versão publicada no jornal. Na oportunidade, os moradores se apresentam também como tradicionalistas, e, ainda, declaram que não tem por intenção “criar caso” por causa do sino. (Processo nº 2892-1100 SEDAC/94- 9 fl. 06)

O fato ainda teve repercussão no Estado do Rio Grande do Sul, através de uma crônica publicada no jornal “Correio do povo”, em 29 de agosto de 1978, intitulada “A Igreja de São Gabriel”. O texto vem em defesa da Igreja do Galo, que já não funcionava mais como templo, porém, seu espaço era utilizado como sede de uma empresa de implementos agrícolas. A atividade comercial, outrora templo religioso, é tratada com escárnio e a passagem bíblica de Jesus expulsando os comerciantes do templo é citada em comparação a realidade da Igreja do Galo. Novamente a ausência do sino é referência na imprensa, conforme o seguinte trecho:

O sino que dobrou tantas ave-marias, que chamou os fiéis para o cumprimento do dever dominical, e que tangeu as glórias da própria tradição gabrielense – ali não mais está foi doado como algo que já não serve mais, ou, inclusive, estorva a ação comercializadora ora em vigor no velho templo. (Processo nº 2892-1100 SEDAC/94-9 fl 07).

A reação que a transferência do sino causou em setores da comunidade são-gabrielense, atestam o poder simbólico do artefato, compreendendo que “os símbolos são elementos da integração social” (BORDIEU, 2000, p.10). A disputa pelo sino desencadeou

² O tradicionalismo é bastante cultuado na cidade de São Gabriel, nesse caso os dois grupos se identificam com o movimento. O que acontece é que os tradicionalistas do centro (onde encontra-se a igreja), sentiram-se ofendidos com a retirada do sino do templo, já que a Vila Rufino fica a 20 km do centro de São Gabriel. O que desencadeou um embate nas rádios e jornais. (FIGUEIREDO, 2011, p. 98).

³ Referindo-se aos moradores da Vila Rufino, que também são tradicionalistas.

⁴ Não houve tombamento na época.

um processo litigioso, que transformou a Igreja do Galo em Patrimônio Estadual.

Nesse contexto, a Igreja da Vila Rufino, de dimensões simples e sem o mesmo histórico da Igreja do Galo, acaba permanecendo com o sino que fora outrora da última, objeto cobiçado por outros grupos da cidade, motivo de debates, publicações em jornais e reuniões, onde a posse do sino era a pauta.

Na sequência, o jornal “Zero Hora”, em 16 de agosto de 1985, noticia o desaparecimento do Galo de bronze que justificava o nome popular da igreja. “Conforme o secretário de turismo Nolana Scipione e o vigário da paróquia, padre Dotto, o furto lesou o patrimônio histórico da cidade de forma irremediável”. (Processo nº2892-1100 SEDAC/94-9 fl. 09) A igreja, então desprovida de seu sino, perdia também o objeto que lhe caracterizava perante a população, o Galo de Bronze. O jornal ainda afirma que a igreja foi “tombada como monumento nacional”, sendo que na realidade o que bem que foi tombado pelo IPHAN em 1974, havia sido o Sobrado da Praça⁵ Dr. Fernando Abott.

Em outra notícia publicada no jornal Zero Hora, em 17 de fevereiro de 1985, denuncia-se as péssimas condições de preservação do imóvel, salientando-se a situação precária do mesmo. Conforme o texto, “A vegetação tomou conta do prédio, árvores com até dois metros de altura ocupam o espaço reservado aos bancos, antes disputados pelos fiéis. Há quatro anos o prédio foi tombado pela prefeitura, mas não houve aplicação de recursos.” (Processo nº 2892-1100 SEDAC/94-9 fl. 20) Entretanto, conforme se evidenciou mais tarde, o abandono não foi o pior capítulo da história da Igreja do Galo.

No dia 24 de junho de 1994, Celso Fussinger, então presidente da comissão de obras do município, mandou derrubar as paredes laterais do templo, mantendo a fachada, para que ali fosse construído um prédio. Na ocasião, a promotora de justiça Maria Cristina Sanson, impediu a demolição do templo e entrou com uma ação pública para evitar novos danos a edificação. (Processo nº 2892-1100 SEDAC/94-9 fl. 21). Novamente, a comoção no entorno da Igreja desencadeou um processo de ressignificação e comoção pública, o que pôs fim ao descaso e abandono do templo.

Diante da instauração de uma ação pública, o presidente de obras, Celso Fussinger, e o motorista da retroescavadeira, Mateus Olaz Moreira, justificaram em sua defesa a sua decisão, afirmando que a ação do tempo e a falta de recursos causaram a destruição da igreja, destacando a falta de mobilização da população, consideradas como “forças vivas do município”. (Processo nº 2892-1100 SEDAC/94-9 fl. 32).

⁵ Conforme a Lista de Bens tombados disponível no portal do IPHAN.

Entretanto, a demolição do prédio foi evitada pela ação pública, e, em novembro 1994, foi aberto o processo de tombamento estadual. Em dezembro do mesmo ano o processo foi concluído e a Igreja do Galo, Figura 2, passou a fazer parte do patrimônio cultural do Estado do Rio Grande do Sul.

Figura 2 – Igreja do Galo



Fonte: Foto do autor (2019).

1.1.2 Propriedade de personalidade ilustre: Casa de Érico Veríssimo

A cidade de Cruz alta localiza-se a aproximadamente trezentos e cinquenta quilômetros da capital do Estado, conforme Figura 3. Neste município nasceu o célebre escritor Erico Veríssimo, cuja casa é considerada patrimônio municipal.

Figura 3 – Mapa com a localização das cidades de Porto Alegre e Cruz Alta



Fonte: Google Maps (2019).

A solicitação de tombamento estadual do imóvel partiu da prefeitura municipal, a qual enumera as qualidades do mesmo, além de anexar um documento intitulado “A Casa Onde Nasceu Érico Veríssimo”. Tal documento relata que o bem foi adquirido, tombado no ano de 1968 e transformado em museu municipal no ano seguinte. Objetos pessoais do escritor e suas obras, sendo alguns manuscritos, compõem o acervo do museu. (Processo nº03956/84, fl 03)

O parecer elaborado pelo Arquiteto Nestor Torelly Martins, não elenca nenhuma relevância arquitetônica ou histórica que possa ser atribuída ao bem, limitando-se a destacar apenas alguns pontos:

O imóvel, pelas medidas tomadas pela comunidade, já está sendo preservado. A participação desta coordenadoria, consistiria em dar consistência jurídica àquelas medidas de preservação, via tombamento. A Arquitetura do prédio, regional, na próxima pintura externa deverá seguir padrões cromáticos fornecidos por essa Coordenadoria, face a inadequação da pintura atual. (Processo nº03956/84 fl 21)

A única referência às questões de relevância arquitetônica é a inadequação da pintura externa, ficando evidenciado que pela utilização do espaço pela comunidade, como museu, não há risco de desaparecimento. Sendo assim, a valorização do bem se dá pela relevância do escritor e o imóvel passa a fazer parte do patrimônio estadual em agosto de 1984. Na imagem 4 está destacada a fachada deste patrimônio.

Figura 4 – Casa de Érico Veríssimo



Fonte: Foto do autor (2019).

1.1.3 Risco de desaparecimento: Casa Saretta

Em Veranópolis, cidade localizada a cento e sessenta quilômetros da capital do estado, Porto Alegre, um imóvel, relacionado à imigração italiana no Rio Grande do Sul é tombado em janeiro de 1983. A localização do mesmo está identificada no mapa da figura 5.

Figura 5 – Mapa com a localização das cidades de Porto Alegre e Veranópolis



Fonte: Google Maps (2019)

A Casa Saretta, como é conhecido o imóvel, não possuiu nem na solicitação de tombamento, nem mesmo no parecer técnico informações que destacassem a relevância histórica do bem. Na solicitação de tombamento, elaborada pela prefeitura, apenas uma lista de bens com interesse de tombamento por parte do estado é enviada a Divisão do Patrimônio Histórico e Cultural.

Conforme o documento, os autores expõe que “Conscientizados da importância de preservar o que nossos antepassados nos legaram, vimos à presença de vossa excelência solicitar estudos da possibilidade de tombamento por parte do estado, de prédios históricos situados no município de Veranópolis.” (Processo nº19102/83, fl. 03) De acordo com análise realizada do processo, não foram anexados históricos dos imóveis, tampouco referência direta à imigração italiana, na solicitação de tombamento.

A relação com os imigrantes, porém, aparece em outro documento; de acordo com a informação 22/82 “[...] a razão principal do tombamento seria o valor arquitetônico do prédio; em madeira, constituindo-se em um expressivo documento dos primórdios da imigração peninsular em nosso Estado.” (Processo nº19102/83, fl. 06) O valor arquitetônico e a relação com a imigração são citados neste trecho, contudo não há maiores esclarecimentos

sobre os temas e a associação direta entre eles.

Um fato bastante curioso neste processo, é que a Casa Saretta foi comprada pela prefeitura, porém o mesmo não ocorreu com o terreno em que a mesma encontrava-se, informação que chega ao órgão estadual através de um ofício enviado pela prefeitura de Veranópolis. Neste documento, se lê: “[...] vimos à presença de vossa senhoria informar que esta municipalidade adquiriu a “Casa Saretta” para ser transferida para outro local.” (Processo nº19102/83, fl. 22) O mesmo documento ainda solicita autorização e auxílio técnico para o traslado do imóvel.

No entanto, em outubro de 1983, o estado de deterioração do bem acaba sendo mencionado em outro ofício da prefeitura, no qual os autores relatam “[...] a urgência possível, pois o prédio está se deteriorando rapidamente, inclusive com ameaça de desmoronamento por goteira.” (Processo nº19102/83, fl. 29) O tombamento procedeu em janeiro de 1983, sendo que nove meses após o tombamento do bem, seu estado de deterioração encontrava-se avançado, obviamente, visto que já não era dos melhores há muito tempo.

Tentando evitar o traslado e evitar danos a estrutura da construção, a prefeitura ofertou uma permuta do terreno onde a Casa Saretta estava localizada por outro terreno, de posse da prefeitura, mas não obteve sucesso. (Processo nº19102/83, fl. 39) A solução foi aguardar auxílio técnico do IPHAE, para o acompanhamento do traslado do imóvel.

Em outra documentação interna do IPHAE, o estado de conservação do bem é evidenciado pelo arquiteto, Nestor Torelly Martins que em 23 de maio de 1984 escreveu “[...] cabe aquela municipalidade que aguardava recomendações nossas, sanar os problemas de infiltração do telhado posterior do prédio, e escorar com madeira as paredes que estão em desaprumo.” (Processo nº19102/83, fl. 40) Uma correspondência da prefeitura endereçada ao órgão estadual, datada de 22 de agosto deste mesmo ano, alerta para o risco de desabamento da Casa Saretta e solicita visita dos técnicos ao município. (Processo nº19102/83, fl. 41).

Após uma série de documentos registrarem o estado de deterioração acelerado do imóvel e de um impasse quanto sua restauração no local onde se encontrava (Avenida Oswaldo Aranha, 556), o proprietário do terreno buscava a utilização do mesmo pra uma nova construção e não apresentava interesse em preservar o imóvel. Conscientes do problema, e do risco de desaparecimento do bem, um acordo entre as parte foi firmado, optando-se pela transferência da Casa Saretta para um novo endereço; conforme o acordo, o proprietário forneceria a mão de obra e a prefeitura de Veranópolis o novo terreno, sendo

que o Estado arcaria com os custos e o auxílio técnico para a remoção do imóvel. (Processo nº19102/83, fl. 67).

Em dezembro de 1984 iniciou-se a desmontagem da Casa Saretta, sendo que em 19 de abril do ano seguinte o traslado havia sido concluído. Em 26 de julho de 1985 já estavam sendo concluídas as instalações da parte hidráulica e elétrica e na data de 14 de setembro deste ano a Casa Saretta (figura 6) foi reinaugurada, em novo endereço, entre a Rua 24 de Maio e a BR 470.

Figura 6 – Casa Saretta



Fonte: Foto do autor (2019).

A imagem abaixo, figura 7, mostra a antiga localização da Casa Saretta, em vermelho, na região central da cidade, e o atual endereço o imóvel, às margens da BR 470.

Figura 7 – Mapa com a localização original da Casa Saretta e seu novo endereço



Fonte: Google Maps (2019).

A negociação para a troca de lugar da Casa Saretta, e seu posterior deslocamento, garantiram a permanência do bem para as gerações futuras. Tal prática pode servir de exemplo

para outros bens que futuramente venham a compor o conjunto de patrimônios do Estado ou da União. No entanto, essa solução não é necessariamente nova, a exemplo dos tempos de Abul Simbel no Egito.

CAPÍTULO 02 – O PATRIMÔNIO E O CRITÉRIO ÉTNICO

O presente capítulo tem por objetivo a análise dos processos de tombamentos estaduais. Assim, em um primeiro momento, apresentar-se-á a documentação que compõem os processos, as singularidades e peculiaridades de cada tramitação.

Após uma descrição da documentação referente ao processo de tombamento de cada bem, os principais critérios para o tombamento serão elencados e discutidos e os agentes envolvidos no processo serão destacados. Entende-se por agentes os técnicos do IPHAE e outros grupos, associações ou instituições que solicitam a abertura do processo e fornecem documentação pertinente sobre o bem.

2.1 ELEMENTOS PRESENTES NOS PROCESSOS DE TOMBAMENTO

Inicialmente serão analisados os processos de tombamento realizados no Estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 1980 e 2000. A análise dos processos inicia-se com a apresentação das partes que o compõe e segue em uma descrição detalhada.

O processo de tombamento conta com uma documentação diversificada; é através dessa documentação que se manifestam os principais critérios que tornam o bem considerado digno de preservação. Sobre as implicações presentes no tombamento, a autora Maria Cecília Londres Fonseca afirma que “[...] o tombamento vem sendo utilizado, tanto por agentes oficiais, como por grupos sociais, como rito, por excelência, de consagração do valor cultural do bem.” (FONSECA, 1997.p.206). Neste trecho, a autora refere-se a política nacional de preservação do patrimônio, assim, como veremos nesse capítulo, a mesma afirmação é válida para os processos de tombamento no Estado do Rio Grande do Sul. O reconhecimento oficial do Estado atesta essa consagração, que prioriza a conservação de determinados bens, fruto da ação de diferentes grupos, valorizando a história dos mesmos.

As justificativas e as formulações históricas, por vezes chamadas nos processos de levantamento histórico do bem, procuram demonstrar seu significado para a comunidade, além do histórico do bem procurar reforçar o caráter simbólico do mesmo. Para Prats:

La principal virtualidad de un símbolo es su capacidad para espresar de una forma sintética e emocionalmente efectiva una relacion entre idéias y valores. Dicho de outra froma, El símbolo tiene la capacidade de transformar lãs concepciones y creencias são emociones, de encarnar-se, y condensarlas y hacer portanto mucho más intensas (PRATS, 1997.p.29)

Nos processos de tombamento os bens cuja preservação se deseja são tratados como símbolos da história e da memória de diferentes grupos, sendo que uma série de elementos justificam sua importância, como, por exemplo, sua singularidade arquitetônica, sua antiguidade (ancianidade), seu estado de conservação (risco de desaparecimento), seu proprietário (figura pública) e, ainda, sua relação com grupos étnicos (Imigração). Em muitos casos mais de um critério justifica o bem e essas justificativas representam a condensação de concepções, crenças e emoções, conforme citado por Prats (1997).

Este conjunto de ideias se apresenta de diferentes formatos na documentação existente nos processos, dos quais nos interessam aqueles que os valores ligados aos grupos étnicos se destacam na justificativa para o poder simbólico que o bem destinado ao tombamento possui para os solicitantes e para o IPHAE.

Como as principais partes que compõem os processos, pode-se elencar as seguintes:

01. Solicitação de tombamento: Um ofício, carta ou memorando que solicita a abertura do processo ao IPHAE. Nesse documento é possível identificar os grupos interessados no reconhecimento por parte do Estado, através do IPHAE, na preservação do bem em si e da história e memória nele existentes.

02. Parecer técnico: Documento emitido pelo IPHAE onde as características que qualificam o bem como digno de preservação valor de ancianidade, arquitetônico, histórico, risco de desaparecimento e relação com algum grupo étnico, o documento ainda pode atestar as condições arquitetônicas, como estado de conservação e necessidade de restauro.

03. Documentos variados: Fotografias, recortes de jornais, trechos de livros e demais correspondências ajudam na fundamentação do processo e elencam os critérios pelos quais o bem deve ser valorizado.

2.2 O CRITÉRIO ÉTNICO O PARA O TOMBAMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

O município de São Leopoldo foi o primeiro a abrir um processo de tombamento estadual baseado nos critérios étnicos. Distante apenas quarenta quilômetros da capital do Estado, Porto Alegre, conforme ilustrado na figura 8, o município de São Leopoldo recebeu os primeiros imigrantes alemães nas primeiras décadas do século XIX. Criada sob os interesses do governo imperial, os primeiros imigrantes alemães se estabeleceram na colônia em julho de 1824 e o local para o povoamento foi escolhido junto à sede da Antiga Feitoria Velha. (CUNHA, 2017). A relação entre o prédio da antiga feitoria e o início da imigração tornou-se o elemento central do processo de tombamento do bem e norteando também o

tombamento do Museu do Trem.

Figura 8 – Mapa com a localização das cidades de Porto Alegre e São Leopoldo



Fonte: Google Maps (2019).

Cronologicamente, o primeiro processo analisado foi o da Casa da Feitoria Velha que data de 1981. Neste caso, o tombamento partiu da comunidade e teve o apoio dos proprietários do imóvel, tornando-se um exemplo de tombamento voluntário. A solicitação de tombamento foi elaborada pelo Rotary Club de São Leopoldo e nela foi apresentado um breve histórico do bem e seu principal elemento simbólico, a relação com a imigração alemã no Estado do Rio Grande do Sul. Da solicitação, destaca-se o seguinte:

Tal edificação, que serviu de abrigo aos primeiros imigrantes que em São Leopoldo aportaram há mais de cento e cinquenta anos, é indiscutivelmente, o principal monumento representativo da corrente migratória alemã para todo país. Assim, qualquer órgão voltado para as tradições deve obrigatoriamente voltar-se primordialmente, para que tão importante marco não seja destruído. (Processo 3058/81-DEC/SCDT/81, p.05).

Por ser o marco da colonização alemã no município e no Estado, e nela se abrigarem os primeiros imigrantes da região, a lógica do processo de tombamento foi centrada no histórico da imigração na região e na relação do imóvel com o grupo e seus descendentes. Do ponto de vista arquitetônico, é representativo do barroco colonial português, mas por abrigar os alemães nos primórdios da colonização, configura-se um patrimônio estadual. Sendo assim, não foram seus atributos arquitetônicos, tampouco sua relação com a produção de linho com finalidade náutica ou sua relação com a mão de obra escrava que legitimaram, ou melhor, que qualificaram o bem.

Um documento emitido pela Divisão do Departamento do Patrimônio Histórico e

Cultural (DIPHIC), do Departamento de Cultura e denominado informação 35/81 numera os critérios para o tombamento “Razões Históricas, Razões sociológicas, Razões Arquitetônicas, e Razões Sentimentais” (Processo 3058/81-DEC/SCDT/81, p.12). Destas, apenas as razões denominadas de sociológicas não teriam relação direta com o grupo de imigrantes, já que fazem alusão às atividades socioeconômicas na antiga feitoria do Linho-cânhamo.

No entanto, ainda cabe destacar as questões referentes ao critério arquitetônico. Segundo o documento, as razões arquitetônicas seriam “representativas” de um ecumenismo⁶ entre a arquitetura Luso-Brasileira e a Alemã (enxaimel); esse ecumenismo deu-se a partir de uma “restauração” que adulterou a fachada inserindo elementos característicos da arquitetura alemã.

O documento destaca ainda a facilidade do processo por tratar-se de um tombamento voluntário, visto que a prefeitura municipal e o museu Histórico Visconde de São Leopoldo, proprietário do imóvel, também manifestaram seu interesse no tombamento do mesmo. Em novembro de 1986, a Casa da Feitoria Velha, ilustrada na figura 9, por sua relação com a colonização na região, passa a ser considerada patrimônio do Estado do Rio Grande do Sul.

Figura 9 – Antiga Feitoria Velha



Fonte: Foto do autor (2017).

O processo migratório no estado do Rio Grande do Sul contou com a participação de outros grupos, além dos alemães, como, por exemplo, os Italianos, que também possuem bens preservados pelo critério étnico, como veremos a seguir.

⁶ O termo ecumenismo é o termo religioso utilizado na solicitação de tombamento do bem, por isso foi utilizada pelo autor.

A colonização italiana no estado do Rio Grande do Sul é datada de 1875 e será o norteador do processo de tombamento descrito a seguir.

Distante 111 quilômetros de Porto Alegre, no município de Farroupilha existe um imóvel conhecido como Casa de Pedra. O referido imóvel teve sua solicitação de tombamento elaborada pela Prefeitura Municipal, a qual manifestou sua intenção em transformar o local no Museu Municipal de Farroupilha. A localização da cidade está ilustrada na figura 10.

Figura 10 – Mapa com a localização das cidades de Porto Alegre e Farroupilha



Fonte: Google Maps (2019).

Um projeto para a Instalação do Museu municipal, além de questões referentes à localização e arquitetura da Casa de Pedra, justifica sua importância baseando-se no seguinte:

O prédio, além de valor cultural para o município, como representativo da arquitetura da imigração italiana e do núcleo inicial da cidade, possui requintada qualidade construtiva em relação aos outros prédios em alvenaria de pedra aparente conhecido na região, além disso, como já foi dito anteriormente, o seu entorno ambiental é bastante adequado. (Processo nº47.006-19.00/84, p.03).

Trata-se de mais um caso onde a relação com a história da imigração e com o grupo de seus descendentes transcende o critério arquitetônico do bem, embora esse não seja desconsiderado. O parecer técnico elaborado pelo IPHAE, após visita ao local, destaca duas principais características que justificam o tombamento: sua relação com a imigração italiana e sua posição privilegiada. Do documento, pode-se destacar o seguinte:

Este parecer termina concluindo pelo tombamento da “Casa de Pedra”, em vista de suas qualidades arquitetônicas representativas da colonização italiana e de ter o mérito de estar localizada no sítio inicial do núcleo urbano de Farroupilha. E, se todos estes argumentos acima expostos tenham deixado alguma dúvida sobre o juízo apresentado, acrescentaria que o imóvel pertence ao município, está reconhecido pela comunidade local e terá uma finalidade sócio-cultural de interesse público, portanto, toda uma iniciativa municipal que apenas espera

reconhecimento oficial do Estado, como mais um exemplar representativo desse mosaico de culturas que formam o patrimônio histórico e artístico do solo Rio-Grandense. (Processo nº47.006-19.00/84, p.15).

O trecho destacado do parecer técnico evidencia a importância da cultura dos imigrantes, novamente o tipo de justificativa que presente nos processos analisados no presente trabalho. A ligação com um grupo específico, uma etnia, no caso citado representado pelos italianos, foi o que deu coesão a lógica da preservação da Casa de Pedra (Figura 11), que passou a ser considerada patrimônio do Estado em 1985. O fato de tratar-se de um tombamento voluntário é apontado como um elemento facilitador do tombamento.

Figura 11 – Interior da Casa de Pedra



Fonte: Foto do autor (2018)

Outro processo analisado foi o do Prédio da Antiga Escola Estadual Santa Teresa⁷, na época pertencente à Bento Gonçalves. Santa Teresa situa-se a 160 quilômetros da capital do estado, Porto Alegre, conforme ilustrado na figura 12.

⁷ Santa Teresa emancipou-se de Bento Gonçalves em 1992 através da Lei Estadual nº 9627, 20-03-1992

Figura 12 – Mapa com a localização das cidades de Porto Alegre e Bento Gonçalves



Fonte: Google Maps (2019).

A comunidade de Santa Teresa⁸, em Bento Gonçalves, em correspondência a Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado solicitou o tombamento da antiga escola local, manifestando o desejo de transformar o espaço em um museu e biblioteca.

Juntamente com a solicitação de tombamento foi entregue um histórico da Escola, construída em 1939 e, conforme o parecer técnico, uma arquitetura correspondente aquele período histórico. Além disso, um abaixo assinado contendo 63 assinaturas foi anexado à documentação com o objetivo de reforçar o desejo da comunidade na preservação do prédio da escola.

Em um documento emitido pela prefeitura de Bento Gonçalves denominado “Proposta para Reutilização da antiga escola Santa Teresa – Distrito de Bento Gonçalves”, o norte do processo se apresenta no trecho “O sofrimento e as conquistas construídas pelos imigrantes italianos fazem parte de nosso cotidiano e é dele que retiramos as lições e os rumos que iremos tomar no futuro” (Processo nº 1996319/85 – SEDAC, p.08)

É justamente esse tipo de narrativa ou expressões que modificam a ordem do processo; o bem em questão deixa de ser apenas uma edificação, sendo que seu caráter simbólico é evocado, elevando a construção a outro patamar. Assim, a relação com a imigração e com seus descendentes norteia e justifica o tombamento da escola como patrimônio Estadual. Além disso, o parecer técnico ressalta a importância do prédio como referência local, procurando expressar sua relevância arquitetônica, o que reforçaria sua

⁸ Na documentação do IPHAE e na Lei Estadual nº 9627 o nome do município aparece grafado com “S” Teresa, porém na documentação posterior a emancipação o nome aparece grafado com “Z” Tereza.

importância. Deste documento, destaca-se a seguinte passagem:

[...] se trata de uma construção de 1938, com valores comuns a desta época cujo aspecto principal se manifesta quando se constata sua integração no conjunto, onde velhos casarões de alvenaria criam uma ambiência harmonizada pela linguagem existente. Entendemos que sua permanência seja indispensável como peça documental para a leitura da paisagem urbana. Sem ela, Santa Teresa perderia parte expressiva de sua memória, tanto pelo que significou em termos de função, a escola educou seus filhos, como um vazio que descaracterizaria o conjunto urbano. (Processo nº 1996319/85 – SEDAC, p.16)

Em resumo, o parecer técnico destaca que o prédio é uma referência arquitetônica e que sua existência garante uma ambiência com os demais casarões. O mesmo parecer afirma que a construção tem “valores comuns” a época em que foi construída; por “valores comuns” pode-se entender que não se apresenta de forma exuberante ou inovador do ponto de vista das técnicas construtivas e da arquitetura, mas sim que seu valor estaria associado à utilização do espaço, em seu valor simbólico para a comunidade. A relação com a função de escola parece justificar sua importância para a memória e para a história local.

A documentação emitida pela prefeitura, através da solicitação de tombamento e da proposta de reutilização, procurando transformar a antiga escola em um museu e biblioteca, somados ao abaixo assinado, confirmam o interesse da localidade na preservação da edificação. No entanto, que elemento fundamentaria o bem e justificaria sua preservação como patrimônio estadual? Justamente sua associação com a imigração italiana no estado do Rio Grande do Sul.

Em um ofício destinado ao Subsecretário de Cultura do Estado, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Bento Gonçalves solicitou que o tombamento fosse realizado durante o Festival do Vinho da Serra Gaúcha, sugerindo inclusive a data para o tombamento 19 de julho, o tombamento ocorreu 26 de julho de 1985. Na figura 13 está representada a fachada da Antiga Escola Santa Teresa.

Figura 13 – Antiga Escola Estadual de Santa Teresa



Fonte: Arquivo do IPHAE.

Conforme o exposto anteriormente, ficando evidenciados os critérios que foram utilizados para a seleção dos processos de tombamento pesquisados, o critério étnico, que no caso da Escola Santa Teresa buscou fundamentar seu valor patrimonial/simbólico na associação com a história da imigração italiana no estado, assim se apresenta como um bem que evoca a história e a memória desse grupo étnico o que supera seus valores estéticos e arquitetônicos.

O que as demais fases da pesquisa, questionários e entrevistas revelaram é como esse movimento pela valorização da Escola, registrado no processo de tombamento, e nesse caso tombamento “agendado” em ocasião do Festival do Vinho da Serra Gaúcha, impactou os moradores da região e de outras localidades no entorno. Com esses eventos procurou-se estabelecer relações entre patrimônio, memória e identidade.

Outro exemplo em que a questão étnica, mais especificamente a imigração alemã, norteou um processo de tombamento ocorreu na cidade gaúcha de Ivoti, distante aproximadamente sessenta quilômetros de Porto Alegre, conforme se pode observar na figura 14.

Figura 14 – Mapa com a localização das cidades de Porto Alegre e Ivoti



Fonte: Google Maps (2019).

Neste município, um templo católico teve sua solicitação de tombamento realizada pela prefeitura, com a colaboração da câmara de vereadores e do Bispado de Novo Hamburgo da Igreja Matriz de São Pedro, também chamada de Igreja Velha. Tal solicitação, feita pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, é acompanhada por um documento elaborado pela câmara municipal de vereadores chamado de “Carta aberta”, que contava com 350 assinaturas de membros da comunidade e destacava os seguintes fatores para a valorização da igreja:

- considerando ser Ivoti um Município de colonização essencialmente alemã, e, como tal, aparecer na arquitetura de suas construções, os sinais característicos de uma época passada e que deve ser considerada histórica;
- considerando ser Ivoti a cidade que tem maior concentração de casas do tipo enxaimel e que estas se encontram principalmente ladeando a Avenida Presidente Lucena, na área do centro, fato que deve ser preservado.
- considerando que a população de Ivoti tem um alto espírito de preocupações humanísticas;
- considerando as notícias da iminente derrubada do prédio antigo da igreja católica e da possível construção de um edifício de vários andares, ambos dentro da área acima citada;- considerando que um progresso intempestivo e sem planejamento, só irá desumanizar o nosso Município, tornando a cidade um lugar comum, iguais às tantas outras, onde foram jogadas fora nossas tradições. (Processo nº 52108- 10.00/85 SEC. P. 20).

Algumas questões abordadas na “Carta aberta” atestam a valorização do bem, como a preocupação com o risco de desaparecimento; também há uma preocupação com a descaracterização do entorno, composto por arquitetura associada aos imigrantes alemães e seus descendentes. Embora variadas, as justificativas presentes no documento apresentam como elemento de ligação a relação com a colonização alemã, portanto, para evitar que a

cidade perca suas características e se transforme em um lugar comum, a Igreja e seu entorno, representativos da história desse grupo, deveriam ser preservados.

Na documentação ainda existem recortes de jornais que relatam o risco de desaparecimento, mesmo que o parecer técnico desconsidere essa possibilidade (Processo 5218/85 CPHAE, p. 34/41), além de explicarem, de forma sucinta, as implicações que a ausência da igreja ou sua substituição dela que acabariam transformando a cidade em um “lugar comum”. (Processo nº5218/85 CPHAE, p. 33)

A Igreja Matriz, ilustrada na Figura 15, e cuja construção iniciou em 1869, passou a ser considerada patrimônio do Estado do Rio Grande do Sul em setembro de 1986. O processo possuiu diferentes justificativas para o tombamento, entretanto, todas reforçadas pela relação da igreja com a colonização alemã.

Figura 15 – Igreja Matriz de Ivoti



Fonte: Arquivos do IPHAE.

De maneira análoga, a imigração italiana foi, mais uma vez, critério em um processo de tombamento, dessa vez em no município de Flores da Cunha distante aproximadamente cento e cinquenta quilômetros da capital do Estado, o que pode ser observado na Figura 16.

Figura 16 – Mapa com a localização das cidades de Porto Alegre e Flores da Cunha



Fonte: Google Maps (2019).

Neste caso, o processo de tombamento iniciou-se quando a prefeitura do município solicitou o tombamento do imóvel conhecido como “Casarão dos Veronese”; contudo, na época o seu uso ainda não estava definido, falava-se em um museu, pousada ou ainda em utilizar o local para realização da feira da colônia, realizada durante as festividades em Otávio Rocha, distrito onde se localiza o imóvel.

A Associação dos Amigos de Otávio Rocha, associação comunitária do distrito, também enviou uma solicitação de tombamento endereçada para o “Casarão dos Veronese” ao Departamento do Patrimônio Histórico, sendo que desse documento ressalta-se o seguinte:

- 1) Que o “Casarão dos Veronese” se constitui num dos mais importantes exemplares da arquitetura em pedras da colonização italiana no Rio Grande do Sul;
- 2) Que o “Casarão dos Veronese”, Felice e Domenica Veronese sediaram numerosa família, local ainda serviu como a primeira fábrica de pólvora e foguetes da região.
- 3) Que a área de Otávio Rocha tem-se destacada com uma série de promoções, a nível estadual no sentido de preservar as tradições italianas em um local destacado, como o Casarão dos Veronese, veria complementar todo o trabalho. (Processo nº 34.010-19.00/86.p.02).

Este fragmento do documento demonstra a importância do bem para a manutenção e realização de atividades ligadas aos descendentes de imigrantes italianos da região; sua associação a esse grupo e a esse histórico a qualificaram como patrimônio do Estado. Os documentos anexos ao processo contam a história da família Veronese, nos quais fotografias e recortes de jornais noticiam e demonstram a importância do bem para a comunidade. Um deles em especial, do jornal “O Pioneiro” em abril de 1985, fez a seguinte observação:

O Casarão dos Veronese, de propriedade da família Galliotto no distrito de Otávio Rocha, está ameaçado de desabar [...] O Casarão dos Veronese, pelas suas dimensões e pelo seu valor histórico, está a exigir a pronta atitude dos proprietários e da prefeitura de Flores da Cunha, visando preservar aquele que é considerado um dos mais belos exemplares arquitetônicos do início da colonização. [...] Sua construção data de 1898, quando Felice (Veronese), casado com Domenica Stella, resolveu construir uma casa “para sempre” de pedras, estilo das construções da Idade Média, lembrando sua terra natal. (Processo nº 34.010-19.00/86, p.19).

No material remetido ao Departamento do Patrimônio Histórico – Subsecretaria da Cultura, a Associação dos Amigos de Otávio Rocha, justificou a importância do bem fazendo um histórico da Família, sendo que o histórico e a documentação em anexo contaram com apoio técnico da Universidade de Caxias do Sul (UCS) que desenvolvia na época um projeto de pesquisa intitulado “Elementos culturais nas antigas colônias italianas no nordeste do Rio Grande do Sul”. No corpo documental o principal critério destacado foi o critério étnico.

O parecer técnico elaborado pela historiógrafa Eni Barbosa ressalta que a casa pertencente Veronese “[...] foi a primeira fábrica de pólvora, tendo sido o início da indústria Veronese, atualmente sediada em Caxias do Sul. Assim pelo seu aspecto construtivo, pelo seu sentido histórico somos de opinião que o processo deva ter andamento.” (Processo nº 34.010- 19.00/86. P.73). Embora não tenha feito referência específica aos italianos, ao falar de seu “sentido histórico” é essa a ideia que acaba transmitindo.

Em concordância com o processo tombamento, o parecer do Conselho Estadual de Cultura, faz referência à extensa documentação presente no processo, a qual norteia a valorização do bem baseado em seus aspectos simbólicos associados à colonização italiana. De acordo com o parecer “[...] o respectivo processo está devidamente instruído, de forma excelente e completa, acolhendo provas das mais variadas naturezas, depoimentos testemunhos, relatos, artigos de imprensa, plantas, pareceres diversos, etc.” (Processo nº 34.010-19.00/86. P.78). Após o parecer favorável, o “Casarão dos Veronese” foi tombado em março de 1986. Na figura 17 está destacada a entrada principal ao patrimônio.

Figura 17 – Casarão dos Veronese



Fonte: Arquivos do IPHAE (2019).

Semelhantemente, no município de Nova Prata, localizada a pouco mais de cento e oitenta quilômetros de Porto Alegre, registrou-se um processo de tombamento, no qual a valorização do patrimônio histórico teve a imigração italiana como principal justificativa. A localização deste município está evidenciada no mapa da figura 18.

Figura 18 – Mapa com a localização das cidades de Porto Alegre e Nova Prata



Fonte: Google Maps (2019).

Neste processo, a prefeitura municipal solicitou o tombamento da edificação denominada “Casarão Verde”, manifestando a intenção de transformar o imóvel em museu. Da solicitação de tombamento, destaca-se o seguinte:

A instalação do Museu Municipal, criado já em algum tempo, é aspiração da Comunidade Pratense, a qual estamos conseguindo realizar, utilizando o prédio de madeira localizado na zona central da cidade, que serviu de sede do governo municipal até a construção do novo.

2. O referido “casarão verde”, como é conhecido, além da utilização acima, possui grande importância para este Município, haja vista seu alto valor histórico, por ter sido pelos colonizadores italianos, na época da criação de Nova Prata. (Processo 3251-19.00/87 – SEC., p. 06).

O Museu Municipal Domingos Battistel (Figura 19) foi criado em 1985, ano anterior à solicitação de tombamento, em um documento intitulado “Esclarecimento e Solicitação”, no qual se ressalta que uma das funções do museu seria a valorização de elementos da cultura italiana. O documento define como principais atribuições do local: “É intuito do Museu Municipal, destinado a colecionar elementos da história, da fauna e da flora do Município, pertences e indumentária dos povoadores e colonizadores do Município, elementos e peças minerais extraídos do solo do município.” (Processo 3251-19.00/87 – SEC. P. 03).

Figura 19 – Fachada do Casarão Verde, hoje Museu Municipal Domingos Battistel



Fonte: Foto do autor (2019).

A exaltação da memória e da história da imigração fica evidente nas passagens destacadas, visto que o documento buscou justificar a relevância estadual do bem, no qual a prefeitura ainda forneceu um histórico do prédio, construído em 1915 o prédio foi colégio, biblioteca, delegacia de polícia, fórum, residência, entre outros, reforçando assim sua importância local. (Processo nº 3251-19.00/87 – SEC, p.14) Conseqüentemente, o tombamento ocorreu em março de 1997.

A cidade de São Leopoldo, anteriormente já citada, teve outro bem tombado, na cidade além da Casa da Feitoria Velha; o patrimônio em questão, denominado Museu do

Trem, teve a solicitação de tombamento feita através de uma ação conjunta envolvendo a prefeitura, a câmara de vereadores, o Conselho de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico de São Leopoldo, Instituto Histórico de São Leopoldo e pelo Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, demonstrando uma união nas ações e elaboração de documentos que não foi observada no processo de tombamento da Casa da Feitoria Velha.

No entanto, a exemplo do processo de tombamento anterior, a relação com a imigração e com a história da colonização alemã na região tornou-se o elemento preponderante como critério para a preservação do bem. Entre os principais motivos enumerados pelos solicitantes estão: “Em 1871 foi iniciada a construção do primeiro trecho ferroviário no Rio Grande do Sul, de São Leopoldo para Porto Alegre, o que evidencia a importância da então ‘Colônia Alemã de São Leopoldo’.” (Processo 1170-08.04CODEC/90-6, p.02) Esse foi o primeiro ponto levantado na solicitação de tombamento, ligando diretamente a história da ferrovia à história da Imigração.

Outra passagem que se destaca é a atenção pelo risco de desaparecimento do Museu e pelo seu impacto na comunidade, evidenciado no seguinte trecho do documento: “Agora, por razões internas a rede ferroviária está desativando o Museu do Trem, o que chocou a comunidade Leopoldense por representar um atentado à cultura não só da história da viação férrea como da história da própria cidade.” (Processo 1170-08.04CODEC/90-6, p.02).

Conforme o exposto acima, o risco de desaparecimento do museu representaria um prejuízo significativo tanto para história da rede ferroviária como para a história do município, e por extensão, para a memória da imigração alemã no Rio Grande do Sul.

O parecer técnico nº 07/90 também elenca diversas passagens nas quais a valorização do bem se dá não apenas pelas questões envolvendo a viação férrea e o risco de desaparecimento, mas através da relação entre a ferrovia e os colonos alemães. Pode-se notabilizar ainda as seguintes:

- Coube ao colono germânico a tarefa de implantação e consolidação da estrada de ferro Porto Alegre – São Leopoldo, dividindo-se entre as lides agrícolas e os leitões de ferro como operário, e mais tarde também atuando nas oficinas da Viação Férrea.
- O testemunho de diferentes episódios da história rio-grandense, entre eles a movimentação das tropas estaduais contra o movimento dos MUCKERS na região e as comemorações do centenário da imigração alemã.
- A importância econômica que a estrada de ferro trouxe para o núcleo de colonização alemã. (Processo 1170-08.04CODEC/90-6, p.20).

O Museu do Trem, figura 20, foi tombado em outubro de 1990, principalmente pelas razões destacadas acima, mais que um testemunho da ferrovia no Estado, visto que outras

idades como Caxias do Sul e Santa Maria apresentam bens semelhantes; no caso exposto, o principal critério valorativo é sua ligação com a histórica da imigração e colonização alemã.

Figura 20 – Museu do Trem



Fonte: Foto do autor (2017).

De maneira similar, na cidade de Erechim, distante aproximadamente quatrocentos e cinquenta quilômetros de Porto Alegre, tem-se mais um exemplo de bem tombado, no qual o processo foi conduzido tendo como base o critério étnico, na associação entre a história da edificação e a colonização italiana na região. A localização deste município está indicada no mapa da figura 21.

Figura 21 – Mapa com a localização das cidades de Porto Alegre e Erechim



Fonte: Google Maps (2019)

A abertura do tombamento da Sede da Comissão de Terras, conhecida como

Castelinho⁹ foi solicitado pela prefeitura municipal. Embora não tenha sido apresentado no documento que inicia o processo (solicitação de tombamento) uma relação clara com determinado grupo étnico, a própria prefeitura fornece um histórico do prédio, o qual cabe destacar:

Foi construída quando a colônia recém criada pelo Governo do Estado estava começando a tomar forma. Os imigrantes vinham em quantidade das chamadas “colônias velhas” (Bento Gonçalves, Veranópolis, Monte negro e outras). Desembarcavam na estação Ferroviária e se dirigiam ao Escritório da comissão de terras, que os alojava provisoriamente em galpões construídos para isso, dava-lhes algumas ferramentas, encaminhava-os aos lotes que haviam escolhido urbano ou rural e ainda dava toda a orientação necessária para que construíssem suas casas e iniciassem o plantio. Pode se dizer sem exagero que a Comissão de Terras exercia função “maternal” junto aos imigrantes, no início da colonização. (Processo nº 00.228-11.00/91-4 – SEDAC, p.02)

Nessa passagem evidencia-se a relação entre o valor histórico e, novamente, a valorização da cultura italiana. A prefeitura forneceu ainda um laudo técnico atestando necessidade de restauração do bem, visto que as aberturas, revestimento externo e pintura necessitavam de restauração ou substituição total; o laudo descreve apenas a deterioração da construção em madeira de 1916, o que poderia embasar outra justificativa, como o risco de desaparecimento. Entretanto, o estado de conservação do bem é descrito no processo tendo em vista à futura restauração e não para nortear a justificativa do tombamento, ou seja, não tem o caráter de denúncia e sua deterioração e o desejo pela restauração compõe a lógica do processo pautada na valorização da imigração italiana.

Outros documentos, como memorandos e informações, reafirmam a relevância do bem como um testemunho da política migratória no Estado. O jornal local “Diário da Manhã” publicou uma reportagem com a manchete “*Política interfere na recuperação do prédio mais antigo de Erechim*”, onde exalta o histórico do prédio e sua pressa na restauração. (Processo nº 00.228-11.00/91-4 – SEDAC, p.39) Em março de 1991 o prédio da antiga Sede da Comissão de Terras, Figura 22, propriedade estadual, é tombado, constituindo mais um exemplo de relação entre o patrimônio e grupo étnico, novamente, italianos.

Figura 22 – Sede da Comissão de Terras – Castelinho

⁹ Guilherme Franzmann contratou o construtor Germano Müssig para projetar e executar a obra. Pelo esmero e habilidade em trabalhar a madeira ele deve ter aprendido seu ofício na Europa, nos países que tem tradição com esse material. Müssig poderia ser alemão, polonês, ou proveniente de alguma região alpina, visto que os telhados apresentam duas abas e grande inclinação. (GARCEZ, 2018, p. 102). No caso do Castelinho, ao contrário do que ocorreu do Antigo Banco Pelotense, a origem do arquiteto não influenciou o critério étnico de tombamento que foi norteadado pela relação do bem com a colonização italiana.



Fonte: Foto do autor (2019).

Assim como nos casos supracitados, em Santa Cruz do Sul, cidade distante aproximadamente cento e cinquenta quilômetros da capital do Estado, conforme Figura 23, a relação com o critério étnico foi determinante para o tombamento de uma edificação. Entretanto, o processo ocorreu de forma singular, já que não havia relação direta do bem tombado com a imigração, visto que o antigo prédio do Banco Pelotense não fora outrora sede de nenhuma comissão de terras, nem mesmo abrigou os imigrantes nos primeiros tempos na região, tampouco foi construído pelos mesmos.

Figura 23 – Mapa com a localização das cidades de Porto Alegre e Santa Cruz do Sul



Fonte: Google Maps (2019)

Dessa forma, para o processo de tombamento são os valores arquitetônicos que dão a tônica principal; porém, não se sabe qual o arquiteto responsável pela obra, e é nessa ausência de informação que a associação com o grupo étnico se faz.

A Associação Pró-cultura de Santa Cruz do Sul solicitou tombamento do prédio do antigo Banrisul (Banco do Estado do Rio Grande do Sul), o qual também havia sido sede do Banco Pelotense. No documento as justificativas para o tombamento fazem referência às questões arquitetônicas e históricas, além de outros elementos que podem associar a valorização do bem. Destaca-se uma passagem do histórico do prédio, no qual se consta:

Obra de arquiteto desconhecido, mas lembrando muito o estilo de Theo Wiedersphan, notório arquiteto alemão que modificou a paisagem de Porto Alegre nos anos 20 e 30, com prédios como o MARGS, Banco MERIDIONAL (Matriz), HOTEL MAGESTIC, entre outros, foi construído pela firma santa-cruzeense SCHUTZ & HOEZEL e inaugurado em 1922. (Processo nº 061100/91-6, p.05).

O fato de o documento afirmar que o arquiteto é desconhecido e associar o estilo arquitetônico da edificação com o do alemão Theo Wiedersphan trouxe consequências ao processo; os valores arquitetônicos foram associados às questões relativas à memória da imigração alemã, e esta se tornou a principal justificativa para o tombamento do bem. As características arquitetônicas e a singularidade da edificação poderiam ser suficientes para qualificar o bem como patrimônio do Estado, mas a associação com a imigração germânica qualificou ainda mais o bem.

Assim, na documentação que compõe o processo foi inserido um documento fruto de um convênio de cooperação técnica entre o Brasil e a Alemanha. No documento, denominado “Memórias de Santa Cruz do Sul” relatou-se ações de preservação e valorização da paisagem urbana em núcleos de Imigração Alemã e Italiana no Rio Grande do Sul. O trabalho de cooperação técnica contou com a participação do Ministério da cultura, através da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Fundação nacional pró Memória 10ª Diretoria regional, *Deutsche Gessellschaft Fur Technische Zusammenarbeit (GTZ)*/Convênio de cooperação Técnica Brasil/Alemanha, Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul e Conselho Municipal de Cultura. Nesse trabalho de cooperação técnica, os elementos arquitetônicos e históricos que qualificam o bem como patrimônio estadual foram apresentados, o que pode ser observado no trecho em destaque:

A Prefeitura de Santa Cruz do Sul e a Instituição brasileira de preservação do patrimônio documentam aqui, em exemplar trabalho juntamente com um consultor alemão, os valiosos testemunhos arquitetônicos da colonização alemã ainda

preservados no município de Santa Cruz do Sul. (Processo nº 061100/91-6 p.20).

É possível perceber a mudança de “status” da edificação após o trabalho em cooperação técnica com a Alemanha. O critério étnico passa a se sobrepôr ao arquitetônico para fins de valorização; se antes o estilo lembrava o trabalho do arquiteto alemão Theo Wiedersphan, agora passa a ser definitivamente um representante da arquitetura alemã, fazendo com que seu valor vá além da singularidade arquitetônica e de seu histórico como Banco Pelotense ou Banco do Estado, testemunho do desenvolvimento econômico da região.

Sobre essa mudança de perspectiva que acrescenta o critério étnico como elemento que qualifica e dirige o processo de tombamento ainda cabe destacar:

A cultura e a tradição brasileiras estão marcadas por elementos portugueses, espanhóis, africanos italianos, poloneses, japoneses e alemães, As raízes desta cultura viva estão presentes ainda hoje preservadas em idiomas e costumes, trajes, festas e danças e também nos testemunhos arquitetônicos. (Processo nº 061100/91-6, p.21).

Na solicitação de tombamento a relação com a imigração ou com a cultura alemã é algo sutil, notada na figura de seu possível arquiteto Theo Wiedersphan. Contudo, esse elemento arquitetônico é ressignificado na documentação presente no processo quando passa a ter relação com a imigração alemã.

Mais duas passagens do documento colaboram para complementar a narrativa étnica do processo de tombamento, evidenciando as relações entre o patrimônio, a memória e a identidade, procurando evidenciar a importância do bem para a comunidade. Acerca dessas questões a documentação apresenta o seguinte:

Creemos no insofismável potencial de desenvolvimento e progresso de nosso Município, como acreditamos, também, na possibilidade de equilibrar e harmonizar seu crescimento pleno, justa e legítima aspiração da comunidade, com a manutenção e zelo por suas características originais, por sua identidade, registrada pela configuração de determinados prédios ou conjuntos arquitetônicos, testemunhos autênticos de sua história e de sua cultura. (Processo nº 061100/91-6, p.23).

Definida a intenção e a aproximação do imóvel relacionando historicamente sua construção, sua arquitetura e seu valor simbólico como sendo representativo a imigração e da cultura alemã, o documento apresenta mais uma justificativa para o tombamento do bem, a saber:

O enfoque passa a ter de fato, a conotação e a conscientização de fatos e de fatores determinantes, em termos da realidade de um passado configurando o presente e jogando luz ao futuro. É a tomada de consciência de que as raízes culturais de um

povo projetam, indelevelmente, o seu perfil, perpetuado no tempo, garantirá, a partir da criança e do jovem, o respeito, o zelo e o amor do adulto por todo o registro do passado, que o presente puder perpetuar. (Processo nº 061100/91 p.24).

Assim, um projeto arquitetônico de autor desconhecido foi outorgado a um alemão; essa arquitetura foi associada à imigração, a memória e a identidade germânica em março de 1991 e o prédio do Antigo Banrisul e do Antigo Banco Pelotense (Figura 24) foi tombado, sendo mais um exemplo onde o critério étnico orientou o processo de tombamento e qualificou o bem com o patrimônio do Estado.

Figura 24 – Antigo Banco Pelotense



Fonte: Foto do autor (2019).

Por fim, outro exemplo de um bem tombado a partir de sua ligação a um grupo étnico, foi alvo de estudo do presente trabalho o processo de tombamento do Cemitério Israelita de Phillipson. Localizado no município de Itaara, a aproximadamente trezentos quilômetros de Porto Alegre, na região central do estado, conforme demonstra a Figura 25, o patrimônio em questão teve seu processo de tombamento solicitado pela Associação Israelita do RS em 1993, sendo que nesta época a cidade de Itaara ainda era um distrito do município de Santa Maria.

Figura 25 – Mapa com a localização das cidades de Porto Alegre e Itaara



Fonte: Google Maps (2019)

Em correspondência endereçada à Secretaria de Cultura do Estado, elaborada pela Associação Israelita, o histórico do bem e sua relação com a colonização judaica se apresentam como principal aspecto. Acerca disso destaca-se do documento:

Em 1902, Jewish Colonization Association (ICO), fundada em 1891 pelo engenheiro judeu, Barão Maurício Hirsh, com sede em Londres, adquiriu, como já havia feito em outros países, uma regular extensão de terra (5.767 hectares), no município de Santa Maria, RS, no distrito Pinhal, posteriormente denominado Phillipson, com a finalidade de ali receber os primeiros imigrantes judeus retirados da Europa Oriental onde sofriam enormes perseguições raciais. Desta colonização restou, como único marco histórico, o citado Cemitério onde repousam os pioneiros da colonização judaica no Rio Grande do Sul. (Processo nº 017071100/93 SEDAC, p. 02).

A solicitação evidencia o histórico da Colônia Phillipson, salientando a importância e o valor de testemunho que o cemitério possui; recortes de jornal reforçam o histórico do bem e sua importância, e um detalhe deve ser observado: o pedido de tombamento parte de Porto Alegre, cidade sede da Associação Israelita, não havendo um envolvimento direto dos moradores de Itaara/Santa Maria na solicitação do processo. Em um documento denominado “Identificação do bem a ser tombado” elaborado por técnicos do IPHAE, o critério determinante para o tombamento do cemitério israelita seria justamente sua ligação com a história da Imigração no Rio Grande do Sul. Neste documento conclui-se que:

O Rio Grande do Sul recebeu nos últimos dois séculos grande aporte de imigrantes que por seus diferentes costumes e tradições contribuíram para o enriquecimento de nosso panorama e para a formação de uma sociedade multiétnica.

O valor histórico do Cemitério Israelita de Philippon é inegável. Constituindo-se no único legado deste assentamento rural de imigrantes judeus, e num marco histórico da colonização dos imigrantes judeus, e num marco histórico da colonização dos imigrantes judeus no Estado do Rio Grande do Sul, e até mesmo no Brasil. (Processo nº 017071100/93 SEDAC, p. 82).

Tanto na solicitação de tombamento como na documentação elaborada pelos técnicos do IPHAE nota-se a apreciação do bem através da valorização de um grupo étnico, nesse caso os judeus e seus descendentes. Por consequência, em dezembro de 1994 o Cemitério Israelita (Figura 26) passa a ser considerado patrimônio do Estado do Rio Grande do Sul.

Figura 26 – Cemitério Israelita da Colônia Phillipson



Fonte: Arquivos do IPHAE (2019).

2.3 OS AGENTES ENVOLVIDOS NOS PROCESSOS DE TOMBAMENTO

No que refere-se à proteção ao patrimônio no Estado do Rio Grande do Sul, entre os anos 1980 e 2000, alguns elementos foram fundamentais para que a preservação de fato ocorresse. Entre eles podem-se citar dois documentos principais: o primeiro, conhecido como “Compromisso de Brasília”, fruto do 1º Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais, ocorrido em abril de 1970; o segundo, “Compromisso de Salvador”, elaborado a partir do II Encontro Para a Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil, o qual ocorreu em outubro de 1971. Que trouxeram consequências para as políticas patrimoniais nas décadas seguintes.

Tais documentos fazem importantes recomendações em que as consequências são perceptíveis nas ações de preservação no Estado. Em resumo, ambos orientam para ações

conjuntas entre a União, estados e municípios para envidem esforços na proteção ao patrimônio, nas diferentes esferas de atuação. Nesse sentido, o Compromisso de Brasília apresenta suas primeiras resoluções da seguinte forma:

1. Reconhecem a inadiável necessidade de ação supletiva dos estados e dos municípios à eventual ação federal no que se refere a proteção de bens culturais de valor nacional.
2. Aos estados e municípios também compete, com a orientação técnica da DPHAN, a proteção dos bens culturais de valor regional.
3. Para obtenção dos resultados em vista, serão criados, onde ainda não houver, órgãos estaduais e municipais adequados, articulados devidamente com os Conselhos Estaduais de Cultura e com a DPHAN, para fins de uniformidade da legislação em vista, atendido o que dispões o artigo 23 do Decreto-lei nº25, de 1937. (IPHAN, 2004.p.138).

Essa partilha nas obrigações em prol da defesa do patrimônio foi percebida em nível estadual, através das ações das prefeituras, museus, associações e outros agentes na proteção do patrimônio do estado, contemplando assim os três pontos destacados do Compromisso de Brasília. Sobre as recomendações do documento cabe ainda ressaltar:

17. Há outrossim necessidade premente do entrosamento com a hierarquia eclesiástica e superiores de ordens religiosas e confrarias, para que todas as obras se venham a efetuar em imóveis de valor histórico ou artístico de sua posse, guarda ou serventia, sejam procedidas de audiência dos órgãos responsáveis pela proteção dos monumentos, nas diversas regiões do país. (IPHAN, 2004.p.140).

No caso do bem eclesiástico trabalhado nesse capítulo, de fato ocorreu contato com as autoridades competentes e nenhuma objeção foi feita acerca do tombamento dos mesmos.

O Compromisso de Salvador II ratifica o Compromisso de Brasília, no entanto deve-se destacar um aspecto de suas recomendações que pode colaborar com o objetivo desse capítulo: “Recomenda-se a criação de legislação complementar no sentido de proteção mais eficiente dos conjuntos paisagísticos, arquitetônicos e urbanos de valor cultural e suas ambiências.” (IPHAN, 2004, p.144). O II Encontro de Salvador ocorreu no ano de 1971; entre outras questões relativas ao restauro e a captação de recursos, recomenda a ampliação da legislação.

No Rio Grande do Sul, as leis que protegiam os monumentos arqueológicos e pré-históricos são anteriores aos eventos de Brasília e Salvador; primeiramente foi elaborado o Decreto de Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, além de estabelecer os bens que o constituem, dentre eles, os arqueológicos; posteriormente, a Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, a qual trata de monumentos arqueológicos e pré-históricos. No entanto, após os Compromissos de Brasília

e Salvador, percebeu-se mudanças na legislação estadual através de duas outras leis.

A primeira lei que promove estas mudanças é a Lei nº 7.231, de 18 de dezembro de 1978, que dispõe sobre o patrimônio cultural do Estado; trata-se de uma definição legal dos bens que podem ser considerados patrimônio. Sobre as ações coletivas e concretas efetivamente pouco define, sendo que por patrimônio entende-se:

Art. 1º - Os bens, existentes no território estadual ou a ele trazidos, cuja preservação seja de interesse público, quer em razão de seu valor artístico, paisagístico, bibliográfico, documental, arqueológico, paleontológico, etnográfico ou ecológico, quer por sua vinculação a fatos históricos memoráveis, constituem, em seu conjunto, patrimônio cultural do Estado, e serão objeto de seu especial interesse e cuidadosa proteção. (Lei nº 7.231, 1978.p.01).

A lei de 1971 ampliava a abrangência dos bens passíveis de proteção em caráter estadual, porém não tem o mesmo efeito no que diz respeito ao método de trabalho, e organização das ações, o que ocorreu com as leis seguintes. Assim sendo, o Decreto de Lei nº 31.049, de 12 de janeiro de 1983, dá as diretrizes para a organização, sob a forma de sistema, das atividades de preservação do patrimônio cultural. O Decreto de 1983 define de forma mais específica os bens que podem ser considerados patrimônio estadual, a saber:

Compreendem-se especialmente entre os bens do patrimônio cultural do Estado do Rio Grande do Sul, para os efeitos deste Decreto:

- I – os acervos bibliográfico, documental, artístico, administrativo, jornalístico, notarial e eclesiástico, ligados significativamente à formação histórica, social cultural e administrativa do Estado;
- II – os objetos culturais marcantes da vida pregressa da gente rio-grandense, de suas etnias, culturas e miscigenações e de seus costumes, trabalhos, artes, ferramentas, utensílios, indumentária e armamento;
- III – os bens representativos de atividades pioneiras no desenvolvimento dos setores primário, secundário e terciário do Estado, e no de sua infraestrutura material, social e administrativa;
- IV – as obras artísticas de autores rio-grandenses ou aqui produzidas, representativas das diversas fases artístico-culturais mercantes para o Estado;
- V – as manifestações folclóricas, em todos os seus aspectos;
- VI – as peças de valor paleontológico, arqueológico e antropológico;
- VII – as áreas de relevante significação histórica, arqueológica ou paleontológica; VIII – as reservas biológicas, os parques, as florestas naturais, a flora e a fauna nativas;
- IX – as construções urbanas, suburbanas e rurais, de expressivo significado histórico, arquitetônico ou técnico;
- X – os monumentos naturais, os sítios e as paisagens de feição notável, e que, por suas características, devam merecer resguardo por motivos preservacionistas, educacionais, científicos ou de lazer públicos. (Decreto nº 31.049/1983, p.01).

É recorrente, nos processos de tombamento, um bem apresentar seu valor simbólico com mais de uma dessas definições. Um exemplo disto, dentro o universo de processos analisados neste trabalho, é o Museu do Trem, o qual configura-se como patrimônio estadual

pelos itens: II – Representativo da instalação da rede ferroviária no trecho Porto Alegre, São Leopoldo; IV – Por ser representativo de uma área com relevância histórica para imigração e para a rede férrea e IX – Por ser uma construção urbana com expressivo significado histórico. Dessa forma, o elemento que norteia essas qualificações está ligado a um grupo específico, os imigrantes alemães e seus descendentes, sendo que se pode inferir que esse é um critério étnico; quanto à associação, esse critério dá sentido e ressignifica as potencialidades/qualidades do bem a ser tombado.

Sobre as questões referentes às divisões das responsabilidades acerca da preservação, e das ações em diferentes esferas públicas e privadas do decreto, o mesmo estipula o seguinte:

Art. 4º - Integram o Sistema Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural todos os órgãos da Administração Estadual incumbidos da realização de atividades pertinentes à preservação do patrimônio cultural e natural do Estado, assim como os órgãos com idênticos objetivos, de outras esferas públicas e da área privada nacional e internacional, que, na qualidade de Órgãos de Intercâmbio, venham a cooperar com o Sistema em uma ou mais de suas atribuições. (Decreto nº 31.049/1983, p. 02).

Essa partilha da responsabilidade da preservação prevista no decreto já estava presente nos Compromissos de Brasília e Salvador; além disso, nos universos de processos estudados foi possível perceber ações dos mais variados grupos, procurando justificar as relevâncias dos bens para comporem o conjunto de patrimônios históricos do Rio Grande do Sul.

Os diferentes agentes empenharam-se em definir e validar critérios para a valorização e preservação desses bens, muitas vezes projetando sua futura utilização, como museu, biblioteca ou espaço cultural, influenciando decisivamente nas paisagens locais e, por consequência, estadual. Sobre esse aspecto cabe destacar que:

De fato, a cultura material, do passado integra ao mesmo tempo um processo de reescrita da história e a reconfiguração de imagens públicas, a elaboração de uma nova memória dos saberes e um discurso sobre a monumentalidade coletiva; desse modo ela alimenta uma reflexão sobre a arqueologia e a história, a estética e o político. (POULOT, 2009, p.86).

Certamente a configuração urbana acaba sendo influenciada pelas políticas de preservação e ações de preservação, que são intervenções conscientes no espaço, configuração e reconfiguração, além de atenderem demandas sociais e políticas, e colaborarem para a formação de memórias. Na análise dos processos pode-se perceber e evidenciar de que forma e em que proporção isso ocorreu.

A seleção de elementos representativos do passado de uma comunidade ou de um grupo específico interfere no ambiente e pode servir de suporte para vivências de outros grupos, além de poder, ainda, reafirmar a identidade do grupo que representa; portanto, trata-se neste caso de uma construção, planejada, deliberada e consentida. Acerca desse aspecto cabe destacar:

Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar. Para aqueles que edificam assim como para os destinatários das lembranças que vinculam, o monumento é uma defesa contra o traumatismo da existência, um dispositivo de segurança, O monumento assegura, acalma, tranquiliza, conjurando o ser do tempo. Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos. Desafio a entropia, a ação dissolvente que o tempo exerce sobre todas as coisas naturais e artificiais, ele tenta combater a angústia da morte e do aniquilamento. (CHOAY, 2001, p.18.).

Levando em consideração os processos de patrimônio analisados, os documentos presentes e os agentes envolvidos no processo de preservação, o trecho acima destacado parece estar presente na lógica interna da documentação; entretanto, na presente pesquisa a preocupação é com outro aspecto do patrimônio, já que o principal objeto de estudo não são os agentes de preservação, mas sim as comunidades que possuem bens tombados, bens representativos da história de um grupo específico, nesse caso, italianos, judeus ou alemães.

Dessa forma, o patrimônio é concebido como um elemento construído por intermédio de diferentes agentes, como o Estado, prefeituras, associações, museus, entre outros. Assim, como principal objetivo desta tese busca-se analisar as consequências dessas ações na sociedade, isto é, se a relação patrimônio, memória e identidade se estabelece da mesma maneira nas comunidades contempladas com o tombamento de determinado bem, ou se essas associações se configuram apenas do ponto de vista discursivo.

Maria Cecília Londres Fonseca, em sua tese de doutorado, publicada pelo IPHAN, intitulada “O patrimônio em Processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil” (FONSECA, 1997) trabalha com questões referentes às diferentes fases da preservação do patrimônio no Brasil. Sua análise abrange desde a concepção do IPHAN, na época SPHAN, com o anteprojeto de 1937 elaborado por Mário de Andrade, passando por sua fase “heroica” com as ações de preservação gerenciadas pelo seu diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade, até sua fase moderna nos anos 1960 e 1970, analisando ainda as alterações na política e nas ações do IPHAN até a década de 1990.

Outro trabalho que tem como objeto de análise as políticas nacionais de preservação e a tese de doutorado de Marcia Regina Romeiro Chuva, publicada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), intitulada “Os Arquitetos da Memória: Sociogênese das Práticas de Preservação do patrimônio Cultural no Brasil (anos 1930-1940)” (CHUVA, 2009) a autora analisa o contexto histórico da criação do SHAN/IPHAN, as concepções acerca do patrimônio nacional e enfatiza o trabalho prático, a burocracia e as ações do órgão entre as décadas de 1930 e 1940.

Sobre o Rio Grande do Sul, Frinéa Zamin em sua dissertação defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, intitulada “Patrimônio cultural do Rio Grande do Sul: a atribuição de valores a uma memória coletiva edificada para o Estado” (ZAMIN, 2006) analisa as atribuições de valores pelos órgãos responsáveis pela preservação no estado do Rio Grande do Sul, IPHAE e seus agentes atribuem determinados valores aos bens considerados patrimônio estadual.

Em seu livro, fruto de sua tese de doutorado, “O Passado no Futuro da Cidade Políticas Públicas e Participação Popular na Preservação do Patrimônio Cultural de Porto Alegre” (MEIRA, 2004), Ana Lúcia Meira analisa a preservação do patrimônio na cidade de Porto Alegre e a participação da população como agente desse processo, e não como simples espectadora. Os autores citados trabalham com as questões relativas ao processo de tombamento partindo da perspectiva dos órgãos de proteção e dos agentes envolvidos no processo, são referências fundamentais para nosso trabalho, no entanto, o que os próximos capítulos procuram demonstrar seria outra perspectiva desse processo. Aqui, pretende-se demonstrar como o patrimônio foi visto pelo olhar dos impactados, não somente dos causadores de impacto.

Com o passar do tempo, após o tombamento concretizado, cada bem passa e ter seu destino conforme a intenção do poder público ou dos proprietários, muitas vezes a finalidade destinada ao bem tombado é a mesma que foi projetada no processo ~~de tombamento~~, os trabalhos de restauração acontecem, a população é noticiada através dos veículos de comunicação e passa a ter acesso aos bens tombados.

Dessa interação, espera-se que uma relação de reconhecimento do valor simbólico seja estabelecida, ao menos é o que os processos de tombamento projetam para as gerações futuras, esse conhecimento poderá converter-se em interação, através da visita ao bem, ou alguma relação de trabalho estabelecida, ou ainda presença em algum evento sediado no bem tombado, enfim, as configurações e possibilidades de interação são múltiplas, podem ser até mesmo de desconhecimento ou contestação.

Dessas interações e relações do bem, também são esperadas memórias, que variam conforme o nível de proximidade que cada indivíduo estabelece com o patrimônio, essas memórias não podem ser definidas ou antecipadas nos processos, trata-se de algo individual, específico, orgânico. Individual, pela possibilidade do mesmo evento ou a mesma vivência se manifestar de diferentes formas variando de indivíduo para indivíduo, específica porque se processa de diferentes formas em diferentes sujeitos, e orgânica uma vez que pode falhar variar, transformar-se, deteriorar-se e, também, desaparecer.

Nesse sentido, o patrimônio é concebido aqui como uma construção datada, específica, seletiva e plural. Datada, em relação a seu processo tramitando nos órgãos competentes, específica porque cada processo possui suas peculiaridades, cada bem tem um histórico diferente, podem representar grupos ou histórias semelhantes, mas suas trajetórias são diferentes no que diz respeito a sua utilização, estado de conservação e reconhecimento da população. Seletiva visto que parte de uma escolha, que pelo seu valor simbólico, merece preservação em oposição às demais construções consideradas comuns ou sem apelo representatividade. Plural em seus significados e valores, embora possa remeter-se a história de determinado grupo, possui outros elementos valorativos, como aspectos arquitetônicos, religiosos, paisagístico, entre outros.

O patrimônio acaba funcionando como um recurso, como uma possibilidade que dependerá da relação entre bem tombado e comunidade, para que possa colaborar com a formação de memórias, uma vez que: “A memória necessita de imagens. Desse modo o esquecimento é dificultado. Nesse caso, a memória é parte de uma consciência simbólica, é um sentir mais profundo da vida, do tempo e da identidade.” (TEDESCO, 2004, p.49), o patrimônio pode se apresentar como essa imagem e fazer parte dessa consciência simbólica.

Essa possibilidade de os patrimônios apresentarem-se como imagens e servirem como referencial a memória, que se baseia em questões individuais, visto que as relações entre a memória e identidade não se configura tão facilmente na prática como se estabelece do ponto de vista teórico, as variações tendem a ser múltiplas conforme as referências individuais, de tempo, espaço, experiência e outros. Assim, o patrimônio enquanto referência é apenas um entre tantos elementos formadores, da memória uma vez que:

A memória é, sim, um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo. O tempo não flui uniformemente, o homem tornou o tempo humano em casa sociedade. Cada classe o vive diferentemente, assim como cada pessoa. Existe a noite serena da criança, a noite profunda e breve do trabalhador, a noite infinita do doente, a noite pontilhada do perseguido. (BOSI, 2003.p.53).

Esta multiplicidade de relações, nem sempre terá no patrimônio seu elemento central, mas, sendo assim, surgem interpretações que não são possíveis apenas analisando os processos de tombamento, a patrimonialização garante a permanência de alguns elementos, contudo as relações com estes, depende do grau de interação entre comunidade/indivíduo com os bens tombados. Na relação da memória e grupos étnicos descendentes de imigrantes italianos é possível destacar:

Percebemos que cada vez mais os elementos mediadores da memória, sejam objetivos, de consciências coletiva e individual, de políticas de lembrança e de esquecimento, etc., servem de suporte à cultura, à identidade social e étnica, à tradição, à possibilidade de materialização das formas simbólicas da vida cotidiana, bem como aos dramas e tramas históricos. (TEDESCO, 2004, .p.28)

João Carlos Tedesco, professor da Universidade de Passo Fundo, desenvolveu um projeto nas regiões de imigração italiana como “Veranópolis, Nova Prata e Guaporé” (TEDESCO, 2004. P. 227) realizando entrevistas com idosos residentes na cidade e no interior, tecendo relações entre a história e memória, a cultura e a identidade étnica. Assim como na pesquisa de Tedesco, as entrevistas são percebidas nesse trabalho como um elemento fundamental para fornecer dados empíricos para a pesquisa.

Através das entrevistas, não só com idosos, procuramos perceber como e em que medida, nos diferentes grupos, o patrimônio figura a memória dos grupos étnicos e demais grupos de uma mesma localidade e de que maneira se configura como um dos elementos formadores da identidade.

Assim, esperamos demonstrar um outro aspecto da patrimonialização, que pode ser entendido como seu impacto, seu alcance, suas consequências, nesse sentido, nosso foco não são os agentes idealizadores do tombamento, mas as demais pessoas que receberam esses bens como legado.

CAPÍTULO 03 – A MEMÓRIA NO PATRIMÔNIO

A relação entre a memória e o patrimônio é constantemente abordada nos trabalhos da área como uma sendo consequências da outra, e vice e versa. Em suma, essa relação se faz pela seguinte dedução: parte-se do conceito de patrimônio; associa-se o patrimônio a uma parte da história; relaciona-se o bem tombado com determinado grupo e por último associa-se a história (que o bem represente) à memória do grupo.

Dito de outra forma, o patrimônio constitui de “bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, que por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”. (IPHAN, 2006, p.99) Conforme o Decreto-lei 25/37, o patrimônio possui relação com a história; sua conservação é de interesse de um grupo, esse grupo considera esse bem, e por extensão, essa história, como algo significativo.¹⁰ Assim, a preservação do bem funciona como um elemento na memória dos grupos que acabaria por influenciar a identidade dos membros desse grupo.

Neste capítulo, buscou-se discorrer sobre a memória e o patrimônio e, na parte final do texto, destacar como essas relações se articulam nos processos de tombamento. Para isso serão citados alguns autores e seus trabalhos sobre o tema que contribuiriam para a problematização proposta nessa tese.

3.1 A MEMÓRIA, UM CAMPO POLISSÊMICO

Na obra “Memória História e Esquecimento”, o autor Paul Ricoeur discorre sobre diferentes aspectos da memória. Em seu texto, o autor destaca a diferença entre memorização e rememoração:

Há uma modalidade do ato de fazer memória que se dá como prática por excelência e saber, a memorização, que importa distinguir rigorosamente da rememoração. Com a rememoração, enfatiza-se o retorno da consciência despertada de um acontecimento, reconhecido como tendo ocorrido antes do momento em que esta declara tê-lo sentido, percebido, sabido. A marca temporal do antes, constitui, assim, um traço distintivo da recordação, sob a dupla forma da evocação simples e do reconhecimento que conclui o processo de recordação. A memorização, em contrapartida, consiste em maneiras de aprender que encerram saberes, habilidades, poder-fazer, de tal modo que estes sejam fixados, que permaneçam uma efetuação, marcada do ponto de vista epistemológico por um sentimento de

¹⁰ (FONSECA, 1997; CHOAY, 2001; MEIRA, 2004; ZAMIN, 2006; CHUVA, 2009; POULOT, 2009; CANDAU, 2014).

facilidade, desembaraço, de espontaneidade. (RICOEUR, 2007.p.73).

Assim, a memória apresenta-se como algo que sabemos, que de alguma forma cristaliza-se na lembrança, seja pela intensidade do que lembramos ou pelas técnicas que empregamos para guarda-las. A rememoração seria o ato em evocar essas memórias em circunstâncias específicas com objetivos definidos, como responder uma pergunta sobre a localização de determinada rua, ou endereço, ou ainda resolver uma equação que exija o emprego de fórmulas. Por tanto, a memória relaciona-se ao aprendizado e a rememoração ao ato, voluntário ou não, de acessar essas memórias.

Acerca dessas relações, no livro “Questões Sobre Memória”, o autor Iván Izquierdo enfatiza o seguinte:

A memória é a aquisição, conservação e evocação de informações. A aquisição se denomina também aprendizado. A evocação também se denomina recordação ou lembrança. Só pode se avaliar a memória por meio da evocação. A falta de evocação denomina-se esquecimento, ou olvido. Uma falha geral na evocação de muitas memórias denomina-se amnesia. (IZQUIERDO, 2013, p.15).

Em sua obra, Izquierdo utiliza a definição de evocação ou recordação de forma semelhante ao que a rememoração significa para Riccoeur. “De fato, a aprendizagem consiste na aquisição, por um ser vivo, de comportamentos novos que não fazem parte do repertório do poder-fazer ou habilidades herdados, geneticamente programados ou dependentes da epigênese cortical.” (RICOEUR, 2007, p.73)

Sobre o exposto, o autor Joel Candau, em seu livro “Memória e Identidade”, reflete sobre as relações entre os dois conceitos. Para o autor:

A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. Ao final, resta apenas o esquecimento. (CANDAU, 2014, p.16).

Nesse sentido, é possível estabelecer as analogias entre memorização, no ato de aprender ou passar por uma experiência e rememoração, quando se aplica esse conhecimento ou se relata algo vivido com a identidade, que se formaria por intermédio da aprendizagem e rememoração. Parte da complexidade sobre o tema é destacada na obra “Memória Coletiva e Teoria Social”, de Myrian Sepúlvera dos Santos, na qual a autora, ao tratar da falta de consenso e dos embates teóricos sobre o tema, afirma o seguinte:

Em parte, a falta de precisão teórica se deve ao fato de a memória estar a cada passo que damos, ideias pensadas, ações realizadas. A memória está presente em tudo em todos, nós somos tudo aquilo que lembramos; somos a memória que temos. A memória não é só pensamento, imaginação e construção social; ela é também uma determinada experiência de vida capaz de transformar experiências, a partir de resíduos deixados anteriormente. (SANTOS, 2003.p.25).

A complexidade e a ampla gama de estudos que envolvem a memória como tema, justamente colaboram para o que a autora menciona como ausência de precisão teórica. Neste sentido, cada área do saber preocupa-se com determinados aspectos, enquanto que outros inevitavelmente ficam em segundo plano ou são negligenciados deliberadamente.

Nas ciências humanas, por exemplo, o fato de a memória ser objeto de estudo de diferentes pesquisadores, relaciona-se ao que o autor Jay Winter qualificou como “*Boom*” da memória, isto é, o aumento do interesse pelo tema nas ciências sociais, incentivados pelas pesquisas e ações de Pierre Nora nos anos 80 e 90. Segundo o autor,

Numa série de volumes majestosos, publicados entre 1984 e 1992, Nora solicitou e editou artigos de intelectuais franceses proeminentes que, em seu conjunto, constituem um inventário de conhecimento e conjecturas sobre a memória no contexto histórico francês – memória congelada em estátuas, objetos, em nomes de ruas, em cerimônias, em partidos políticos, em lendas, mitos, e mesmo em obras sobre história. O sucesso da empreitada foi formidável. A coleção vendeu meio milhão de cópias só na França. Todos os artigos foram traduzidos para o Inglês. (WINTER, 2006, p.67).

Essas publicações inspiraram e incentivaram pesquisadores de outras regiões do globo a desenvolverem estudos sobre o tema, o que resultou que “em toda parte do mundo anglo- saxão, historiadores jovens e maduros encontraram no tema memória, definido de várias maneiras, o conceito central da organização de seus estudos em história, uma posição antes ocupada por noções de classe, raça e gênero.” (WINTER, 2006, p.68). As preocupações dos historiadores com os estudos sobre classe, raça e gênero, temas da maioria das pesquisas até então, não desapareceram, mas sofreram impactos pelos estudos da memória.

A respeito disso, o historiador americano ainda relata outras origens para o aumento dos estudos sobre memória, no que determina como “[...] obsessão contemporânea por memória”:

[...]que nasce de uma multiplicidade de fatores desenvolvimentos sociais, culturais, medicinais e econômicos de tipo eclético, mas que se inter cruzam. Minha tese é que cada um desses estímulos para a reflexão sobre memória tem sua própria lógica e constituição internas, mas que o efeito de suas intersecções é multiplicativo em vez de aditivo. (WINTER, 2006, p.69).

Essa multiplicidade de fatores que geraram uma elevação no número de trabalhos e interpretações acerca do tema é também destacada pela autora Aleida Assmann, que diferenciou a memória como arte e a memória como potência. Para a autora:

Assim como muitos caminhos levam Roma, também muitos levam a memória: caminhos teológicos, filosóficos, médicos, psicológicos, históricos, sociológicos, caminhos ligados aos estudos de literatura, arte, mídia. Por vez também, o caminho dos estudos literários (ASSMANN, 2011, p.31)

De acordo com o exposto em sua obra, a autora afirma que a memória enquanto arte está relacionada às técnicas de memorização; já a memória, enquanto potência, associa-se ao fenômeno da recordação. Nesse sentido o primeiro não é definido, lembra-se ou não, enquanto que o segundo começa em um evento presente e passa por distorções e revalorização até o momento de sua recuperação.

Questões relativas a memória e ao tempo vivido são abordadas por Ecléia Bosi, em seu livro “O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social”, na qual para a autora:

Se o tempo é a essência do psíquico, a ciência o especializa e o reduz novamente o imóvel. O fato da consciência é movente. A estrutura do comportamento é uma relação entre a consciência e o mundo, jamais cortada por pontos finais. Sendo um traço de união entre o que foi e o que será, é antes de tudo memória. (BOSI, 2003, p.52).

Evidenciado o caráter polissêmico da memória, procuraremos agora tecer relações acerca desta para com o patrimônio, relações que foram destacadas como dedutivas e óbvias anteriormente. Parte do que queremos expressar e problematizar e destacado por Candau:

Se a identidade, memória e patrimônio são três palavras chave da consciência contemporânea – poderíamos, aliás, reduzir as duas se admitirmos que o patrimônio é uma dimensão da memória – é a memória, podemos afirmar que vem fortalecer a identidade, tanto no nível individual, quanto no coletivo: assim, restituir a memória desaparecida de uma pessoa é restituir a sua identidade. (CANDAU, 2014.p.16).

É justamente sobre esse tipo de afirmação que procuramos analisar, em que medida seria o patrimônio uma dimensão da memória? Ou ainda, como o patrimônio pode fortalecer a identidade? E ainda, qual o papel do estado nessas relações? Teria o Estado, através da prática do tombamento, a força de criar memórias e identidades? Como seria possível mensurar essas questões?

Com relação a isso, o autor Dominique Poulot em seu livro “Uma história do patrimônio no Ocidente”, analisa aspectos históricos e ideológicos que compõem a

preservação dos bens. Nessa obra o autor apresenta um pensamento que vai ao encontro de Candau, sendo que para ele:

De fato, a cultura material do passado integra ao mesmo tempo um processo de reescrita da história e a reconfiguração das imagens públicas, a elaboração de uma nova memória dos saberes e um discurso sobre a monumentalidade coletiva; desse modo, ela alimenta uma reflexão sobre a arqueologia e a história, a estética e o político. (POULOT, 2009, p.85).

Diante do exposto e a fim de estabelecer relações entre patrimônio e memória nos processos de tombamento, e como essas são trabalhadas pelos agentes envolvidos, será apresentado na sequência uma análise de como a memória é tratada nos processos de tombamento do IPHAE. Diferentemente do que foi realizado no capítulo anterior, o objetivo não será de descrever os processos em si, apenas destacar as relações entre patrimônio e memória.

3.2 A MEMÓRIA NOS PROCESSOS

Tendo em vista que a cronologia dos processos de tombamentos no Estado já foi destacada no capítulo anterior, assim como a localização geográfica dos bens tombados, optou-se a partir desse momento por agrupar tais bens por critérios étnicos, conforme os grupos a que fazem referência. Assim, analisaremos as relações entre memória e patrimônio correspondentes aos bens relacionados aos descendentes de alemães, italianos e judeus, os quais foram objeto de estudo do presente trabalho.

3.2.1 São Leopoldo – Casa da Feitoria Velha

A Casa da Feitoria foi sede da atividade de exploração do linho-cânhamo, que servia para a fabricação de cordames para os navios. Sobre este bem, o autor José Antônio Brenner, que estudou a imigração alemã e teve como objeto central a família Niederauer, afirma:

A feitoria do Linho-Cânhamo fora uma fazenda real, onde a Coroa de Portugal realizara a fracassada tentativa de cultivo do então chamado linho-cânhamo, para o fornecimento da preciosa fibra à Real Cordoaria de Lisboa, visando à importante produção de cordoalhas destinadas aos numerosos navios da frota portuguesa. (BRENNER, 1995, p.52)

No processo de tombamento da Casa da Feitoria Velha, uma correspondência do Rotary Club de São Leopoldo endereçada ao Secretário de Cultura do Estado, solicita ações para a preservação da “Casa do Imigrante”, que seria a casa da Feitoria Velha. A referência à imigração é intencional e pela lógica interna do processo é o que dá a tônica da valorização do bem. Conforme o documento,

Tal edificação serviu de abrigo aos primeiros imigrantes que em São Leopoldo se aportaram a mais de cento e cinquenta anos, é, indiscutivelmente o principal monumento representativo da corrente migratória alemã em todo o país. (Processo 3058/81-DEC/SCDT/81, p 05).

O imóvel passou ainda por uma reforma¹⁰ que adulterou sua fachada original, acrescentando elementos da arquitetura enxaimel. Tal fato pode ser interpretado como uma tentativa de reforçar a ligação entre a história da imigração e o imóvel que, embora sem nenhuma relação inicial com a arquitetura alemã, recebeu os primeiros imigrantes.

No documento, elaborado pelo IPHAE¹¹, fala-se em ecumenismo, onde uma casa de arquitetura portuguesa, recebeu imigrantes alemães. Entretanto, o documento oficial não faz referência ao trabalho escravo, tampouco a algum aspecto cultural deixado por esse grupo na sociedade rio-grandense. “O ecumenismo” se dá, segundo o processo, entre o colonizador português e o imigrante alemão.

A relação com o passado escravista é deixada em um segundo plano em função de sua relação com a imigração. Sobre o contexto da imigração alemã, o historiador Telmo Miller, que foi diretor do Museu São Leopoldo, envolvido diretamente no processo de tombamento descreve o seguinte:

O Brasil tinha meia dúzia de centros notórios, como o Rio de Janeiro, a capital do recém-criado Império Brasileiro; Salvador, antiga capital; Recife; São Paulo e núcleos mais provincianos como Porto alegre. O Brasil era movido pelos escravos. De seu suor, seu sangue e lágrimas, vivia a jovem nação. Açúcar, gado, cacau, pedras preciosas, tudo nascia de suas mãos. (MULLER, 2004, p.12).

Na documentação elaborada pelo Museu Histórico de São Leopoldo, algo parecido com um levantamento histórico/justificativa o trabalho escravo é mencionado, mesmo que em um segundo plano, no parecer da DPHIC, fica subentendido e os elementos relativos à imigração dão a tônica do processo.

¹⁰ Não consta na documentação o ano nem mesmo os responsáveis pela reforma, apenas uma referência a fachada já adulterada é feita na folha 11 do processo 3058/81-DEC/SCDT/81 p.05)

¹¹ Na época Divisão do Patrimônio Histórico Cultural – DPHIC

3.2.2 São Leopoldo – Museu do Trem

Na solicitação de tombamento fica evidenciado que o museu é prestigiado pela comunidade local, sendo que foi inaugurado em 1985 e “desde então vem recebendo milhares de visitantes, com destaque para os escolares que recebem complementação de suas atividades pedagógicas” (Processo 1170-08.04CODEC/90-6, p.02). O processo atenta para o risco de fechamento do museu e, ciente de sua importância para a comunidade, solicita seu tombamento pelo Estado.

No tombamento do Museu do Trem, de propriedade da Viação Férrea do Rio Grande do Sul o do comento intitulado Parecer 07/90, já citado no capítulo anterior, foi responsável por dar as diretrizes do processo. Diferentemente da Casa da Feitoria, nesse processo, a valorização do imigrante alemão se deu na sua colaboração junto à construção da ferrovia e seu trabalho após a construção do trecho Porto Alegre–São Leopoldo.

A permanência do museu, com seu caráter pedagógico descrito, por sua relação com a história da ferrovia e o entrelaçamento entre imigração e ferrovia, foram os elementos valorativos desse processo. Assim, a memória dos grupos envolvidos estaria representada e cristalizada no prédio e no acervo do museu.

3.2.3 Ivoti – Igreja Matriz de São Pedro

No processo de tombamento da igreja matriz de Ivoti existe um documento elaborado pelo Conselho Estadual de Cultura – CEC, parecer 720, definiu o seguinte:

A consciência pela preservação dos bens e valores culturais, não só tem ampliado seu espectro, como adquirindo inusitado incremento, alcançando os mais distantes sítios, numa demonstração de que as comunidades locais, integradas ao esforço coletivo pela perenização da memória nacional, tem dedicado patriótico esforço para ligar o passado com o presente, para traçar planos de ação para a construção do futuro de nossa nacionalidade. (Processo nº 52108-10.00/85 SEC, p. 43).

O processo, datado de 1985, é fruto dos desdobramentos da fase heroica do SPHAN, da ampliação dos agentes envolvidos e de uma maior participação dos governos estaduais na salvaguarda do patrimônio. A relação nacional/estadual fica bem evidente na passagem destacada do parecer que relata o seguinte:

Medidas tomadas pela 10ª Diretoria regional do SPHAN, procedendo, há bastante

tempo, um levantamento do patrimônio arquitetônico de Ivoti, com como a iniciativa do CPHAE¹¹ em desenvolver o “Projeto Igreja”, evidenciaram a importância do templo católico no contexto dos bens de maior expressão de arquitetura religiosa e de valor afetivo do bispado de Novo Hamburgo. (Processo nº 52108-10.00/85 SEC. P. 44)

Conforme os trechos destacados, o tombamento é visto como uma materialização da memória, como se bastasse o ato de tombar para garantir essa relação com as gerações futuras e como se a preservação do bem implicasse na transmissão de memórias.

3.2.4 Santa Cruz do Sul – Prédio do Antigo Banrisul/Banco Pelotense

Na cidade de Santa Cruz do Sul pode-se afirmar que um processo de tombamento buscou, a todo custo, relacionar arquitetura com a imigração alemã, ao exaltar um arquiteto de origem alemã como suposto autor do projeto arquitetônico do antigo Banco Pelotense. A passagem do projeto que destaca essa questão já foi analisada no capítulo anterior, e, portanto, partiremos agora para as questões relativas à memória nesse processo.

A solicitação de tombamento do citado bem foi realizada pela Fundação Pró-cultura de Santa Cruz do Sul. Na solicitação, os autores lembram algumas missões da organização sendo as principais:

É uma entidade civil, juridicamente constituída, composta por uma diretoria e conselho fiscal, eleitos em assembleia geral de seus associados e está em pleno e regular funcionamento. A entidade tem ativado culturalmente a comunidade através de seus departamentos; teatro, música, dança, cinema, xadrez, folclore gaúcho, artes plásticas, cultura italiana, literatura e preservação dos patrimônios em todos os seus níveis. (Processo nº 061100/91-6. P.02)

A atuação da fundação em prol da proteção do patrimônio de Santa Cruz do Sul assemelha-se ao ocorrido com o Museu Histórico de São Leopoldo, nos tombamentos da Casa da Feitoria Velha e do Museu do trem; em ambos os casos uma entidade local, fornecendo pareceres, levantamento histórico e tecendo relações entre patrimônio e memória, estando também inserida no mesmo contexto histórico da fase heroica do SPHAN.

Dito isso, outra aspiração da Fundação é relatada na solicitação de tombamento, como se lê no trecho a seguir:

Torna-se também premente a ampliação do espaço físico da PRÓ-CULTURA,

¹¹ Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado – CPHAE que antecedeu o IPHAE.

para o que sugerimos seja o prédio em questão destinado a sediar a Associação PRÓ-CULTURA de Santa Cruz do Sul, que pela abrangência e repercussão de suas atividades, se dispões a gerir, manter e conservar o imóvel, como também criar possibilidades para que a população usufrua melhor tal contexto, culturalmente tão importante para a memória do município e do estado do Rio Grande do Sul. (Processo nº 061100/91-6. P.03)

O prédio em questão era sede de um banco e encontrava-se em estado deteriorado; a associação pró-cultura daria nova vida a edificação e assim, valorizaria a cultura e a memória regional e local, através de suas atividades, além de ganhar uma nova sede. O que segue no processo é a associação do prédio com a obra do arquiteto alemão Theodor Wiederspahn, o que é deduzido e não se comprova pela documentação. No entanto essa ressignificação, associando o prédio à cultura alemã, impulsiona a valorização e as justificativas.

Há quase 70 anos a edificação embeleza o centro da cidade como um raro exemplo de boa arquitetura que se perpetua através dos anos e que também já faz parte da memória coletiva de todos os moradores do município
Sua preservação reflete um apreço inestimável por parte dos órgãos competentes, à memória e a tradição, que tem no antigo prédio, um testemunho vivo da pujança econômica, cultural e social, que sempre caracterizou a cidade, cujos marcos temos compromisso de legar as gerações futuras. (Processo nº 061100/91-6, p.06).

A simples existência do prédio é vista como um indicador de que esse estaria presente na memória coletiva de todos os moradores, sem nenhuma preocupação de pontuar possíveis dissonâncias ou desacordos; nesse momento o objetivo do documento é convencer o leitor da grande importância do bem, e novamente caímos na tentação de tratar patrimônio como sinônimo de memória, sem grandes aprofundamentos. Na segunda parte da citação acima, é reconhecido o patrimônio como um legado de uma geração que antecede a outra; porém, ao reconhecer esse legado de 70 anos, a perpetuação dessa memória coletiva seria algo possível graças à atuação dos órgãos envolvidos em sua preservação.

3.2.5 Bento Gonçalves – Escola Santa Teresa

Em Bento Gonçalves, no distrito de Santa Tereza, a Antiga Escola Estadual foi tombada; junto à solicitação de tombamento anexou-se um documento intitulado “Proposta de reutilização da antiga escola Estadual Santa Teresa”, define algumas relações entre a memória e o patrimônio.

O documento citado relaciona diretamente a preservação do bem à preservação da memória e estabelece a instituição de uma biblioteca e um museu no prédio da antiga escola,

para desenvolver atividades com esse objetivo.

É para nós muito importante que preservemos a memória de nossa comunidade, a partir de um espaço onde possamos manter viva a história de nossos antepassados – o Museu histórico.

Assim como a memória, terá grande valor para o desenvolvimento de nosso distrito uma biblioteca que mantenha no seu acervo bibliográfico um conjunto de obras que proporcione, de forma livre e aberta o acesso à leitura pesquisa para toda a comunidade. (Processo nº 1996319/85 – SEDAC. P.08).

No parecer técnico 03/85 a definição de memória coincide com a da “proposta”, ou seja, vê a edificação como algo cuja existência e permanência significam a manutenção da memória dos habitantes locais. O parecer, entre outras questões, define que:

“Sem ela, Santa Teresa perderia parte expressiva de sua memória, tanto pelo que significou em termos de função, a escola que educou os filhos, como um vazio que descaracteriza o conjunto urbano. Entendemos que a importância histórica estaria a nível local por se tratar de uma escola onde passaram os filhos ilustres da terra.” (Processo nº 1996319/85 – SEDAC. P.16).

Conforme já mencionado no capítulo anterior, o artifício de sugerir o tombamento no dia 19 de julho de 1985, para que a data do tombamento coincida com a abertura do Festival do Vinho da Serra Gaúcha, associa o bem a cultura italiana, colonização do local e incide no fenômeno de rememoração.

Nesse processo, a memória não está relacionada à simples preservação do bem, mas também, na sua utilização como biblioteca e museu, servindo como referência às gerações futuras, fruto da interação com o espaço.

3.2.6 Erechim – Castelinho

O prédio da antiga Comissão de Terras, conhecido como Castelinho, tem seu tombamento também ligado aos italianos, devido ao seu histórico junto a ocupação da região por descendentes de italianos, vindos de outras regiões do RS.

Em um memorando que compõe a documentação do processo de tombamento, é possível perceber o valor arquitetônico e histórico da construção, que teria função de referência à memória. Segundo o documento:

O casarão conhecido como “castelinho” localizado na área central da cidade de Erechim se constitui num importante testemunho da política migratória, implementada pelo governo de Borges de Medeiros nesse início de século. [...] Este casarão tornou-se um documento representativo da inserção do imigrante

nessa região, daí seu valor histórico e o motivo para sua preservação. (Processo nº 00.228- 11.00/91-4 – SEDAC, p.30).

Mesmo que implicitamente, a memória estaria associada ao caráter de testemunho do bem, assim como a sua relação com a imigração e ocupação do espaço, seu papel no desenvolvimento da região e seu destaque na paisagem urbana. Assim, a memória aparece relacionada com o caráter de testemunho, e a permanência do prédio seria suficiente para a preservação da mesma.

3.2.7 Farroupilha – Casa de Pedra

A construção conhecida como Casa de Pedra, é outro exemplo de um bem que foi tombado por sua relação com os descendentes de imigrantes italianos. Na solicitação de tombamento feita pela prefeitura essa questão foi abordada.

No capítulo anterior foi destacada a intenção do poder público municipal em transformar o local em um museu; assim, além de um representante da arquitetura italiana (imigrante) a edificação teria objetivo de preservar a memória em seu acervo e em suas ações.

O parecer técnico fornece algumas pistas sobre a função que a Casa de Pedra exerceria para a comunidade de Farroupilha. Segundo o documento:

A cidade sedia a indústria calçadista, encontra-se numa fase de pleno emprego, não tendo, a rigor, sentido a recessão destes últimos anos. Possui várias instituições de caráter cultural, todas em plena atividade. Em nova Milano acham-se monumentos comemorativos do cinquentenário e do centenário da colonização italiana. (Processo nº47.006-19.00/84.p.20).

A necessidade de um lugar que celebre a imigração italiana no município é retratada aqui como um aspecto favorável ao tombamento da Casa de Pedra. Além de ocupar um papel de monumento, segundo o parecer, deveria ser sede do Museu Municipal; o mesmo parecer comenta a articulação da prefeitura em prol da formação de um acervo, conforme ele: “O aproveitamento do espaço ainda não está definido. Apenas, aí será localizado o museu municipal, para que a prefeitura já possui material.”

No caso da Casa de Pedra a memória apresenta-se relacionada ao histórico da imigração, ao caráter testemunhal/monumento da edificação e a existência de um museu.

3.2.8 Flores da Cunha – Casarão Veronese

No caso do Casarão Veronese, em Otavio Rocha, distrito de Flores da Cunha, já na

solicitação de tombamento, realizada pela prefeitura, a ideia de um museu é apresentada, junto com a utilização do espaço para sediar eventos na região.

A Universidade de Caxias do Sul, que desenvolvia um projeto na região, apresentou um dossiê sobre o imóvel; nele, além de um projeto, existe a transcrição de uma entrevista da qual destacamos a seguinte passagem:

O senhor sabe que a valorização da cultura da imigração italiana e coisa muito recente. Nós, até há pouco tempo tínhamos vergonha de sermos filhos, netos ou bisnetos de imigrantes. A cultura italiana não tinha essa valorização que tem hoje. Isto também é motivo para mostrar para o pessoal destas localidades que temos trabalho, de que não tem vergonha nenhuma em ser colono italiano, ao contrário isso é o que nós somos, ninguém tem nada a ver com isso. Então essa ajuda da comunidade, essa conscientização da comunidade que uma obra dessas valia, cada colônia guardasse alguma coisa do que ainda temos. Por exemplo, aqui na casa do Anselmo Zorzin, no sótão, tem um lampião maravilhoso; tem cadeira de barbeiro feita pelo seu Anselmo, sei lá por quem, tem cano de parede e assim por diante. La no Smiderle tem coisas que poderia estar em um museu. Tem tanta coisa que se a gente procurasse montar um museu tem, coisas que nós mesmo, que moramos aqui, nem acreditaríamos que aparece tanta coisa.” (Processo nº 34.010-19.00/86,p.33/34).

Na transcrição das palavras do entrevistado é possível perceber como a relação entre a comunidade e o bem tombado parte de uma valorização da história local, do reconhecimento de uma identidade imigrante/colono. Assim, o museu seria o catalizador desses sentimentos, fornecendo elementos que podem levar ao processo de rememoração e assim na formação da identidade.

Dos processos relativos à imigração, não há outro que conte com entrevistas em seu corpo documental, a entrevista procurou destacar o valor do bem para a comunidade na qual está inserido, destacou também a preocupação com a utilização do espaço, como museu, no caso. Ainda associou as memórias dos moradores na idealização de um espaço destinado a celebrar a história da imigração.

3.2.9 Nova Prata – Casarão Verde

Ainda relacionando-se aos imigrantes italianos, no município de Nova Prata um museu municipal é criado e instalado no prédio conhecido como Casarão Verde. Em um documento denominado “Esclarecimento sobre a solicitação”, a definição de museu aparece da seguinte forma:

Museu não é um depósito de velharias, mas o espaço onde se pode conhecer o que foi feiro e produzido antes de nós e sentir as lições que a experiência acumulada

pode oferecer.

Ainda o museu serve para que possamos conhecer o passado o presente e projetar o futuro.

Além disso, um museu existe para completar a educação do povo, principalmente, dos jovens que poderão enriquecer os conteúdos curriculares através da pesquisa, do conhecimento e da própria inovação. (Processo 3251-19.00/87 – SEC, p.03).

Dessa forma, institui-se o museu, cria-se o acervo e fomenta-se o tombamento. A relação com a memória é tecida, mesmo que não explicitamente na documentação, levando em conta a preservação do prédio, a manutenção do acervo e a utilização do espaço pela comunidade.

O parecer nº 21/86 destaca a preocupação com a formação do acervo e uma preocupação com o esquecimento. O documento afirma que:

O acervo documental que comporá o museu deverá ser angariado dentro da própria comunidade Pratense onde os papéis, fotos, mapas, plantas; enfim, todo o material gráfico constituído de arquivos particulares e empresariais, enriquecerão sem dúvida nenhuma a cultura não só deste município, mas do próprio Rio Grande.

Mas não podemos deixar de registrar que lamentavelmente todo acervo antigo, anterior a 1924, não existe mais, pois em administrações passadas houve as denominadas limpezas de arquivo. (Processo 3251-19.00/87 – SEC, p.19).

Não há referência direta à memória ou memórias individuais ou coletivas, apenas a preocupação com a instituição do museu e constituição de seu acervo. A partir disso podemos inferir que a memória seria materializada no patrimônio, no prédio em si, bem tombado e em seu acervo documental.

3.2.10 Itaara (Santa Maria) – Cemitério Israelita – Judeus

No processo relativo ao tombamento do cemitério Israelita da antiga colônia Phillipson, a maior parte da documentação trata de questões referentes à propriedade das terras e busca formas de viabilizar o tombamento do mesmo. Ainda na documentação um histórico detalhado como o nome dos proprietários dos lotes originais é anexado ao processo, juntamente de um histórico do local.

Na solicitação de tombamento, elaborada pela Federação Israelita do Rio Grande do Sul, relata-se que o interesse é dos familiares, cujos ancestrais estão sepultados naquele local, daí a relação com o local, a memória e a identidade. O documento destaca:

Após algumas tratativas preliminares com m grupo de pessoas que tem ancestrais sepultados naquele cemitério, entre elas o Exmo. Senhor Secretário da Saúde do

Estado do Rio Grande do Sul, Dr. Júlio Hoczman, ficou deliberado convidar a Sra. Diretora do IPHE – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, Suzete Beatriz Frigeri da Costa, para uma orientação sobre a forma de encaminhar este requerimento que ora dirigimos a V. Excia. (Processo nº 017071100/93 SEDAC, p. 03).

Inicialmente, a abertura do processo de tombamento foi interesse direto dos descendentes dos imigrantes da Colônia Phillipson, porém, no parecer técnico, os valores afetivos do grupo são associados à história dos judeus e a história da imigração no Rio grande do Sul. Assim, o documento atesta que:

Os judeus constantemente ao longo de sua história formaram uma minoria social. Atualmente no RS representam um grupo étnico inserido em uma sociedade pluralista. [...]

O valor histórico do cemitério é inegável. Por tudo que foi exposto anteriormente, constitui-se no único legado deste assentamento rural de imigrantes judeus incipiente do início do século e um marco histórico da colonização dos imigrantes judeus no Estado do Rio Grande do Sul, e até mesmo no Brasil uma vez eu Phillipson foi a primeira colônia Judaica Brasileira.

Valor afetivo evocativo: o cemitério de Pilippson integra a memória coletiva de um grupo étnico que compõem a sociedade do RS, os judeus. Constituindo-se num registro histórico da cultura religiosa. (Processo nº 017071100/93 SEDAC, p. 61)

Sendo assim, no parecer técnico o conceito de memória coletiva aparece para ligar a história dos descendentes com a história da imigração, garantindo assim a preservação do cemitério e sua preservação como patrimônio do Estado.

Nesta última parte do capítulo pretendemos desenvolver os conceitos de memória presentes nos processos, bem como suas relações com os museus e com a cultura local, partindo da concepção de patrimônio

3.3 PATRIMÔNIO, A MANIFESTAÇÃO MATERIAL DA MEMÓRIA

A construção do conceito de patrimônio está ligada a noção e percepção de transitoriedade do tempo, de mudança e de transformação da sociedade, de valores, costumes e hábitos. Legitima-se pela ação dos Estados os quais são os responsáveis, em última análise, por inventariar, catalogar, legislar e salvaguardar os bens por eles considerados dignos de preservação.

O patrimônio historicamente constituído representa um legado das gerações passadas às gerações atuais e futuras; como legado, tenta operar contra a transitoriedade do tempo e as mudanças históricas e, por mais que possa e deva ser resinificado pelas diferentes

gerações, tem o papel de testemunho, no sentido que representa uma civilização, sociedade ou grupo que não está mais ali, ou se está não vive da mesma forma.

Enquanto testemunho, o patrimônio opera contra a mudança acelerada da sociedade que muitos autores chamam de pós-moderna. (BAUMAN, 2001; MAFESOLI, 2010; HARTOG, 2013). Nesse sentido, o patrimônio luta, de certa forma, contra o esquecimento; pois sua essência é justamente o oposto: celebrar, recordar e rememorar os eventos passados.

Nessa perspectiva, pode-se dizer que “Qualquer tipo de patrimônio, tal como o entendemos atualmente, tem a vocação de encarnar uma identidade em certo número de obras e lugares” (POULOT, 2009. P.40). Assim, nessa seleção arbitrária do espaço, define-se o que permanece, e também o que desaparece, mesmo que involuntariamente.

Estabelecer um conjunto de bens a serem preservados pressupõe ao mesmo tempo definir uma ação prioritária, um projeto, uma perspectiva da qual alguns elementos são considerados significativos; são eles que permanecem, como testemunho de um passado que atende aos interesses políticos ideológicos, sociais do presente, como explica Françoise Choay:

Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal, ou familiar. Para aqueles que edificam assim como para os destinatários das lembranças que vinculam, o monumento é uma defesa contra o traumatismo da existência, um dispositivo de segurança. O monumento assegura, acalma, tranquiliza, conjurando o ser do tempo. Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos. Desafio a entropia, a ação dissolvente que o tempo exerce sobre todas as coisas naturais e artificiais, ele tanta combater a angústia da morte e do aniquilamento. (CHOAY, 2001, p.18.).

Desse modo, a celebração dos patrimônios tem o intuito de, ao menos em sua origem, operar contra o esquecimento, além de operar também à favor de um discurso ideológico que norteia sua seleção em prol da conservação da memória, como explica Michael Pollak:

Além de uma produção de discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens, os rastros deste trabalho de enquadramento são os restos materiais: monumentos, museus, bibliotecas, etc. A memória é assim guardada e solidificada nas pedras das pirâmides, os vestígios arqueológicos, as catedrais da Idade Média, os grandes teatros, as operas da época burguesa do século XIX e, atualmente, os edifícios dos grandes bancos. Quando vemos esses pontos de referência de uma época longínqua, frequentemente os integramos a nossos próprios sentimentos de filiação e origem, de modo que certos elementos são progressivamente integrados num mundo cultural comum a toda a humanidade. Nesse sentido não podemos dizer nos todos que descendemos dos gregos e dos romanos, dos egípcios, em suma, todas as culturas que mesmo tendo desaparecido

estão de alguma forma a disposição de todos nós? O que aliás não impede que aqueles que vivem nos locais dessa heranças extraiam disso um orgulho todo especial. (POLLAK, 1989, p.11).

Materializando parte do passado, o patrimônio serve de referência para a memória, servindo como ao menos uma das muitas referências culturais disponíveis na sociedade; como monumento comemora e rememora; como Museus e bibliotecas, educa e com sua grandiosidade encanta.

Precisamente porque o patrimônio cultural se apresenta alheio aos debates sobre a modernidade ele constitui um recurso menos suspeito para garantir a cumplicidade social. Esse conjunto de bens e práticas tradicionais que nos identificam como nação ou como povo é apreciado como um dom, algo que recebemos do passado com tal prestígio simbólico que não cabe discuti-lo. As únicas operações possíveis – preservá-lo, restaurá-lo, difundi-lo são a base da mais secreta simulação social que nos mantém juntos. (CANCLINI, 2015, p.160).

Canclini refere-se ao patrimônio como herança, escolhido pelos antepassados para fazer parte da paisagem cultural do presente, participando do cotidiano de muitos indivíduos que o reconhecem e com ele se identificam. O autor ainda aponta que o patrimônio pode servir de consenso coletivo na medida em que pode superar subdivisões sociais. Segundo ele:

Frente a magnificência de uma pirâmide maia ou incas, de palácios coloniais, cerâmicas indígenas de três séculos atrás ou obra de um pintor nacional reconhecido internacionalmente, não ocorre a quase ninguém pensar nas contradições sociais que expressam. A perenidade desses bens leva a imaginar que seu valor é inquestionável e torna-os fontes de consenso coletivo, para além das divisões entre classes, etnias e grupos que cindem a sociedade e diferenciam os modos de apropriar-se dos patrimônios. (CANCLINI, 2015, p.160).

Cabe destacar que o patrimônio sendo uma seleção, normalmente não costuma contemplar todos os grupos e classes; esse consenso coletivo ao qual o autor se refere, opera também pelo esquecimento e seria uma memória enquadrada, segundo Ricoeur:

O cerne do problema é a mobilização da memória a serviço da busca, da demanda, da reivindicação de identidade. Entre as derivações que dele resultam conhecemos alguns sintomas inquietantes: excesso de memória, em outra, portanto abuso de memória – insuficiência de memória, em outra, portanto, abuso de esquecimento. Pois bem, é a problemática da identidade que se deve buscar a causa da memória assim manipulada. Essa fragilidade se acrescenta àquela propriamente cognitiva que resulta da proximidade entre imaginação e memória, e nessa encontra seu incentivo e seu adjuvante (RICOEUR, 2007, p.94).

O autor refere-se à memória manipulada, nesse sentido, por sua complexidade, por tratar-se de uma seleção, deliberações, escolha, mesmo que sob a chancela do Estado, o

patrimônio atua como agente nesse processo que Ricoeur qualifica de manipulação da memória. Trata-se também de um dos aspectos estudados por Pierre Nora, quando trata da problemática dos lugares. Para o autor: “Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas aniversários, tratados processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de ~~uma~~ outra era, das ilusões de eternidade.” (NORA, 1993, p.13). A ilusão de eternidade faz referência ao legado e a luta contra o esquecimento, mesmo que direcionada.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias de uma memória refugiada sobre focos de privilégios enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa a história depressa os varreria. (NORA, 1993, p.13).

Dessa forma, seja como parte dos lugares de memória, como testemunho de celebrações, como depositário de arquivos e acervos e com caráter comemorativo, o patrimônio se constitui como peça importante na busca por representatividade, na luta contra o tempo e o esquecimento. Esse movimento, Canclini definiu como teatralização e segundo o autor:

Entender as relações indispensáveis da modernidade com o passado reque examinar as operações de ritualização cultural para que as tradições sirvam hoje de legitimação para aqueles que constituíram ou se apropriaram delas, é necessário coloca-las em cena. O patrimônio existe como força política na medida em que é teatralizado: em comemorações, monumentos e museus. (CANCLINI, 2015, p.161).

A teatralização associa-se ao fenômeno da rememoração. Ao criar um museu, ao atestar a necessidade de restauração, ao formar acervos e arquivos, o patrimônio teatralizado torna-se um novo lugar, da vivência, da experiência e do aprendizado adquirido em seu interior, nascem novas relações e torna-se um lugar de memória, ou, na definição de Augé, um lugar antropológico. Para o autor:

[...] lugar é necessariamente histórico a partir do momento em que, conjugado de identidade e relação, ele se define por uma estabilidade mínima. Por isso é que aqueles que nele vivem podem aí reconhecer marcos que não tem que ser objetos de conhecimento. O lugar antropológico, para eles, é histórico na exata proporção em que escapa à história como ciência. (AUGÉ, 2005, p.53).

O patrimônio é histórico por sua relação com o tempo e as culturas e é antropológico

por sua relação com a memória, sendo um elemento onde a formação da memória e da rememoração são possíveis. Trata-se de uma construção, definida como patrimonialização, que conforme Tamaso:

No caso dos processos de patrimonialização, a associação de processo de forma que a cultura, o povo e o lugar sejam identificados por meio de símbolos patrimoniais: monumentos, praças, ruas, edificações, centros históricos. Em suma, o conjunto arquitetônico e a malha urbana são agenciados como símbolos da associação cultura (história), povo, lugar. (TAMASO, 2012, p.26).

O processo de patrimonialização envolve o tombamento e seus critérios, agentes; políticas; legislação; interesses pessoais e coletivos; ações em prol da valorização de determinados bens que serão considerados passíveis de proteção legal e preservação, trata-se de uma idealização, que não se dá naturalmente nas sociedades ou na natureza, conforme explica Llorenç Prats:

Creo que podríamos decir sin temor a equivocarnos que, pese a que hoy en día existe un consenso generalizado en cuando a la idea de que el patrimonio es una construcción social, no siempre se extraem de tal concepcion las conclusiones pertinentes, que el patrimonio sea una construcción social quiere decir, em primer lugar, que no existe em la naturaleza, que no es algo dado, ni siquiera um fenómeno social universal, ya que no se produce em todas las sociedades humanas ni em todos los períodos históricos; también significa, correlativamente que és um artificio, ideado por alguien (o em el discurso de algún proceso colectivo), em algun lugar y momento, para unos determinados fines, e implica finalmente, que o és ser historicamente cambiante, de acuerdo com los nuevos criterios o intereses que determinam nuevos fines em nuevas circunstancias. (PRATS, 1997, p.20.).

Especificamente no caso do Brasil, as concepções iniciais das ações do SPHAN em sua fase heroica, atendendo uma demanda do Estado que buscava uma formação de uma identidade nacional, contraria a fragmentação característica da época. Mudanças nas políticas foram observadas com um conceito mais plural de patrimônio e com o envolvimento dos poderes regionais em prol da preservação e proteção patrimonial, já na fase moderna do órgão.

As concepções de estado mudam, o território muda e pode ser subdividido, assim como os conceitos de cultura tornam-se mais abrangentes. Diante desse contexto, é importante salientar o seguinte:

Por isso as associações imediatas ente o **patrimônio, o povo e o lugar** devem ser observadas e contestadas, pois os patrimônios não são naturalmente referências identitárias de um povo, nem temporal nem espacial; não são naturalmente herança cultural, nem documentos da história, nem lugares da memória a serem naturalmente preservados pelo grupo de uma dada localidade. (TAMASO, grifo do autor, 2012, p.28).

Fruto de contextos específicos, de aspirações pontuais ou mais abrangentes o processo de patrimonialização deixa uma série de bens às gerações do presente e possivelmente às futuras. Como se dá a valorização dessas heranças? Existe consenso no valor dos bens tombados? Quais relações as comunidades desenvolvem com os bens tombados? Existe reconhecimento? Existe resistência? Como podem ser mensuradas e quantificadas? Existem em nível consciente? Ou são conclusões dos pesquisadores? Essas questões serão tratadas nos próximos capítulos.

CAPÍTULO 04 – O PATRIMÔNIO NA MEMÓRIA

Nesse capítulo serão apresentados e discutidos os dados coletados através da aplicação de cem questionários em cada município estudado; os dados foram tabulados e transformados em gráficos utilizando o programa *SPSS Statistics*. Cabe ressaltar que o objetivo inicial da aplicação dos questionários foi obter novos dados para análise que pudessem ser comparados com as entrevistas realizadas e com os processos de tombamento.

4.1 PATRIMÔNIO E HISTÓRIA ORAL

A história oral pode colaborar para a pesquisa sobre o patrimônio histórico na medida em que “A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência de fatos coletivos” (FREITAS, 1992, p.17). Dessa forma, a história oral foi empregada em nosso trabalho como método de pesquisa, mais especificamente como “método-fonte-técnica” (ALBERTI, 2013, p.24).

A relevância da história oral para o trabalho com o patrimônio está ligada ao fato de contemplar aspectos não previstos nas fontes oficiais e grupos não representados na documentação. Segundo Portelli:

A primeira coisa que torna a história oral diferente, portanto, é que ela nos conta menos sobre *eventos* que sobre *significados*. Isso não implica que a história oral não tenha validade factual. Entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos, elas sempre lançam luz a áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas (PORTELLI, 1997, p 31).

Relacionando a história oral à pesquisa com o patrimônio procuramos compreender as sutilezas da patrimonialização, como alguns indivíduos reconhecem o patrimônio histórico, como eles interagem com os bens, que memórias possuem, ou quais os pontos de maior interesse pessoal na cidade. Buscamos aqui perceber se o discurso oficial, aquele, presente nos processos de tombamento e nas leis, tem algum reflexo no cotidiano.

O patrimônio histórico, gerenciado pelos órgãos competentes, passa por uma série de etapas até seu tombamento; sua relação com a memória acontece na forma de testemunho da história do grupo que representa. Ao resistir às ações do tempo e das intempéries, ao servir como parte do espaço urbano, como referência, o patrimônio acaba tomando outra dimensão, visto que ele passa a fazer parte da memória da população, servindo de elemento formador das identidades. Essa, como já vimos é a visão dominante acerca das relações entre

patrimônio e memória e a história oral nos permitiu relativizar essas afirmações.

Assim, relação entre memória e história oral é de relevância para os estudos do patrimônio. Nessa relação, a memória pode ser definida como:

[...] a presença do passado, como uma construção psíquica e intelectual de fragmentos representativos desse mesmo passado, nunca em sua totalidade, mas parciais em decorrência dos estímulos para sua seleção. Não é somente a lembrança de um certo indivíduo, mas de um indivíduo inserido em um contexto familiar ou social, por exemplo, de tal forma que suas lembranças são permeadas por interferências coletivas, moralizantes ou não. (MATOS & SENNA, 2011, p.96).

Da forma como é concebido nesse trabalho, o estudo acerca do patrimônio configura o tombamento, visto como parte da relação homem/espaço, como parte desse contexto social, onde as vivências individuais e coletivas podem servir de estímulo e para a lembrança, a memória e, por extensão, para a identidade.

A contribuição da história oral para os estudos acerca do patrimônio são múltiplas e colaboram para o que podemos definir como uma mudança de perspectiva. Sabe-se que o pioneirismo e o vanguardismo modernista de Mario de Andrade é bem conhecido e pesquisado e críticas ao “pedra e cal”, dos tempos heroicos do SPHAN, são variadas e extensas na historiografia; a ampliação dos agentes de preservação do patrimônio com a participação dos Estados e municípios a partir da década de 1970 também é tema recorrente; bem como as contribuições da UNESCO; os congressos, encontros e reuniões que resultaram nas cartas patrimoniais, são muito utilizadas em pesquisas na área, assim como a valorização do patrimônio imaterial nos anos 2000, já prevista no anteprojeto de 1936. No entanto, estes temas, em muitos casos, restringem-se em fontes materiais e oficiais, enquanto que a história oral representa a possibilidade de avaliar parte do impacto de 80 anos de políticas públicas, se levarmos em consideração a história do SPHAN, estudos acadêmicos e discurso oficial, sobre o cotidiano, a memória e a identidade dos indivíduos não engajados diretamente no processo de preservação.

Diversificar as fontes de análise, em síntese, é a contribuição da história oral para a área do patrimônio; diante disso, a metodologia pode ser compreendida como um progresso nos estudos acerca do patrimônio e da memória no sentido de que promove a “inclusão de grupos não contemplados pelos núcleos documentais produzidos pelos detentores e da triagem do que é considerado histórico.” (MEIHY; HOLANDA, 2007, p.95).

Partindo da análise dos processos de tombamento, do recorte cronológico e da elaboração da metodologia, as fontes orais foram consideradas desde o início da presente

pesquisa, nas quais a aplicação dos questionários tinha por função inicial selecionar voluntários para as entrevistas e estas seriam a última etapa do trabalho nas cidades¹².

Em “A voz do passado”, Paul Thompson explica que:

Ser bem-sucedido ao entrevistar exige habilidade. Porém há muitos estilos diferentes de entrevista, que vão desde a que se faz sob forma de uma conversa amigável e informal até o estilo mais formal e controlado de perguntar, e o bom entrevistador acaba por desenvolver uma variedade de método que, para ele, produz os melhores resultados e harmoniza com sua personalidade. (THOMPSON, 1992, p.254).

Os manuais e guias de história oral também fazem diversas recomendações acerca das entrevistas, como a importância de escolha do local e a relação estabelecida entre entrevistador e entrevistado.

Deve-se sempre que possível, deixar o colaborador decidir sobre onde gostaria de gravar a entrevista. Existem situações em que estúdios, centrais de sons são requeridos. Nesses casos logicamente os projetos desenvolvidos por museus e arquivos demandam espaços privilegiados, mas é geralmente a casa da pessoa, quando não há impedimento passa a ser o local escolhido. (MEHY e HOLANDA, 2017, p.56.).

Como a pesquisa não fazia parte de um programa de história oral e tendo em vista que os entrevistados eram moradores das cidades estudadas, e que a pesquisa abrangeu nove cidades, o transporte dos mesmos para qualquer lugar com condições ideais de gravação, além de oneroso, era pouco viável de acontecer, pelo tempo, distância e recursos envolvidos. Os manuais ilustram muito bem as condições ideais para uma entrevista, o que é seu objetivo, estipular ações e condições favoráveis ao desenvolvimento das pesquisas, segundo o Manual de História Oral:

O local de gravação deve ser escolhido em comum acordo com o entrevistado. Dependendo de sua disponibilidade, pode-se realizar a entrevista nas instalações do programa, caso haja uma sala de gravação. Se a entrevista for feita na casa do entrevistado ou em um local de trabalho, deve-se escolher um ambiente que reúna boas condições para sua gravação: de preferência um cômodo reservado, ao qual outras pessoas não tenham acesso durante a entrevista, o mais silencioso possível, e se for viável, com uma mesa em torno da qual entrevistado e entrevistadores possam se instalar confortavelmente. (ALBERTI, 2013, p. 196).

Para o desenvolvimento da presente pesquisa, a primeira ação praticada nos municípios visitados consistiu na aplicação questionários compostos por onze perguntas. O

¹² Segundo Mehy e Holanda (2017), trata-se de um trabalho de história oral híbrida.

questionário inicialmente possui as seguintes funções: nova fonte; seleção de entrevistados e introdução ao tema da entrevista, além de fornecer diferentes tipos de dados, quantitativos e qualitativos. No decorrer de sua aplicação, entretanto, algumas resistências foram encontradas, o que acarretou em alterações em sua estrutura, sendo que algumas perguntas foram suprimidas.

Antes da análise dos dados, passemos para a análise da estrutura do questionário, observando o objetivo de cada pergunta. Primeiro, cabe destacar que como se tratou de uma pesquisa, na qual se utilizou de metodologias e técnicas da história oral temática, procurando compreender os impactos da patrimonialização, não existia uma lista de nomes ou um grupo que preferencialmente estudado, e, portanto, qualquer habitante da cidade era considerado apto para responder às questões propostas.

As primeiras perguntas do questionário que necessitavam de dados pessoais como nome, endereço, telefone e data de nascimento, foram as mais preocupantes por parte dos participantes; embora fosse explicado na abordagem que se tratava de um trabalho acadêmico da Universidade Federal de Santa Maria, para o curso de história, e que procura analisar a relação das pessoas com a cidade e o patrimônio, algumas pessoas demonstravam certo desconforto em fornecer dados pessoais. Iniciado o questionário, normalmente quando perguntávamos o endereço, novas questões eram levantadas “*Para que é isso mesmo?*”, “*Que pesquisa é essa?*” e “*Precisa de tudo isso?*”, sendo que alguns desistiam de participar. Observou-se também que quanto mais se explicava a respeito do trabalho, mais pessoas ficavam intimidadas a responder, constantemente diziam “*não sei disso*”, “*não tenho como ajudar, não sei*”.

A pergunta sobre o endereço tinha por objetivo apurar se a distância que a pessoa mora do bem tombado influência no reconhecimento do mesmo como patrimônio, ou ainda se os habitantes do entorno do bem tombado, valorizam mais que os demais habitantes, porém, devido a resistência observada nas primeiras abordagens, essa pergunta acabou sendo suprimida do questionário.

Quando se perguntava pelo número de telefone para contato, tal pergunta também se apresentou como um obstáculo, no entanto, como o objetivo era garantir o contato telefônico para o agendamento da entrevista, o número de telefone passou a ser solicitado apenas ao final do questionário, caso fosse manifestado interesse por parte de quem respondia. Tal demonstração de interesse em contribuir com o trabalho foi observada em comentários para além do que foi perguntado, perguntas variadas sobre o tema e a pesquisa, indicação de locais a serem visitados no município, indicação de pessoas que poderiam colaborar com a

pesquisa, entre outros.

Outra questão que constantemente incomodava a quem respondia o questionário era a respeito da escolaridade. Essa pergunta tinha por objetivo de saber se os efeitos da patrimonialização incidem mais nas pessoas de maior escolaridade ou nas de menor escolaridade. Entretanto, com alguma sensibilidade era possível perceber o desconforto das pessoas que tinham uma menor escolaridade; assim, a pergunta também foi suprimida, procurando uma melhor aceitação das outras perguntas.

Essas perguntas que foram retiradas do questionário podem, evidentemente, ser retomadas em outras pesquisas nos mesmo municípios, porém alguns fatores devem ser considerados para isso: primeiro, o tempo para a aplicação dos questionários; segundo, a equipe em cada viagem, sendo que a equipe que realizou os questionários na presente pesquisa era composta de três ou quatro membros, todos voluntários; e terceiro, a duração de cada viagem para aplicação dos questionários, que neste caso não ultrapassou dois dias, em função dos compromissos da equipe com trabalho e estudo e também dos custos, que ficaram a cargo do pesquisador, o qual não contou com o auxílio de bolsa de nenhum órgão de fomento. Assim, somadas essas questões justificaram a certa urgência na aplicação dos questionários.

Sequencialmente, apresenta-se algumas considerações sobre as demais questões envolvidas nas perguntas dos questionários, bem como sua função no mesmo.

Naturalidade e idade compunham os primeiros dados da pesquisa e não foi observada resistência à informação dos mesmos; o objetivo na obtenção desses dados era tecer uma relação entre as diferentes faixas etárias e o reconhecimento dos patrimônios, bem como compreender se o tempo de residência no município, para aqueles que vieram de outras localidades, influencia na sua compreensão acerca dos patrimônios. Abaixo seguem as demais perguntas realizadas:

Pergunta 01. Quanto tempo reside na cidade:

a) Menos de 5 anos b) menos de 10 anos c) menos de 15 anos d) mais de 15 anos (quantos?)

O objetivo dessa pergunta é apurar se o tempo de residência no município exerce influência sobre os habitantes e, ainda, qual a média de tempo de moradia e reconhecimento do patrimônio.

Pergunta 02. Você se identifica mais com qual grupo abaixo:

a) Italianos b) Alemães c) Portugueses d) Afro-brasileiros e) Indígenas f) Outro (qual)

Nessa segunda pergunta o objetivo era averiguar se os descendentes de imigrantes do

grupo presente no processo de tombamento reconheceriam o bem tombado como patrimônio, e ainda, se representantes de outros grupos também o fariam.

Pergunta 03. Sobre a história do município que você reside você diria que conhece:
a) Muito pouco b) Pouco c) Boa parte d) Bastante e) Muito

Nenhum tipo de pergunta direta sobre a história do município foi feita; o objetivo dessa pergunta era equacionar, se o conhecimento da história local relaciona-se com o conhecimento do patrimônio local (estadual).

Pergunta 04. Sobre residir (a vida) nesse município você o considera:
a) Muito ruim b) Ruim c) Satisfatória d) Boa e) Muito boa

Os aplicadores do questionário, ao fazerem essa pergunta deixavam claro que “a vida” referia-se àquilo que a cidade proporciona e não a relação da pessoa com familiares e amigos, por exemplo. Essa pergunta procurou tecer relações entre o apreço pela cidade e o reconhecimento dos patrimônios.

Pergunta 05. Sobre estrutura urbana (ruas, prédios, acessos, asfalto, sinalização e calçadas) você considera:
a) Muito ruim b) Ruim c) Satisfatória d) Boa e) Muito boa

O objetivo desse questionamento é apurar como os habitantes percebem a cidade, como observam a preservação do todo; em muitas oportunidades, foi nessa pergunta que alguns demonstraram seu interesse pela pesquisa e teceram comentários para além das perguntas realizadas.

Pergunta 06. Sobre estrutura urbana (praças, parques e ciclovias) você considera:
a) Muito ruim b) Ruim c) Satisfatória d) Boa e) Muito boa

Este item procurava levantar questões sobre espaços coletivos de convivência e lazer existentes na cidade, estipular relações com a pergunta referente à vida (residir) no município e apurar se existe correlação com o reconhecimento dos patrimônios.

Pergunta 07. Sobre as condições de preservação dos prédios públicos de sua cidade (pintura e elementos da construção) você diria que estão:
a) Muito ruins b) Ruins c) Satisfatórias d) Boas e) Muito boas

Essa pergunta foi elaborada com o objetivo de levar quem responde o questionário a pensar sobre os imóveis públicos, nos quais os patrimônios estão inseridos, bem como refletir sobre seu uso e estado de conservação; foi uma forma de introduzir o tema da pesquisa, sem induzir respostas. Também aqui muitas pessoas aproveitavam para contribuir com informações além do que foi perguntado

Pergunta 08. Por patrimônio você entende:

a) uma ruína b) algo muito antigo c) algo sem valor d) algo que tem valor para alguns e) algo que tem valor para todos

Este item foi elaborado com o propósito de apurar se quem respondia o questionário compreendia o patrimônio como uma construção de determinado grupo, ou tem a impressão que o valor dos bens varia conforme o grupo ou, ainda, se acreditam que o patrimônio não está ligado com o presente, sendo apenas algo antigo.

Pergunta 09. Quais desses itens abaixo você considera mais representativo como patrimônio:

a) um prédio antigo b) A casa de alguém importante c) um prédio público (museu, biblioteca, prefeitura) d) um elemento natural (morro, mata, rio) e) o conhecimento de alguma pessoa

Essa questão procura apurar qual a concepção de patrimônio é priorizada por aqueles que responderam o questionário, ao serem perguntados sobre, eram informados que todos os itens são considerados patrimônio, deveriam escolher aquele que melhor representa os bens. As alternativas a, b e c contemplam uma visão mais tradicional de patrimônio, o “pedra e cal” a alternativa d refere-se ao patrimônio natural enquanto a alternativa e oferece como resposta o patrimônio imaterial.

Pergunta 10. Você conhece algum patrimônio de sua cidade? Se sim, qual ou quais?

Nesse item o indivíduo que responde o questionário pode elencar os bens que considera importantes em sua cidade; foram obtidas respostas muito variadas, porém o objetivo com essa questão era perceber se o patrimônio oficial seria lembrado.

Pergunta 11. Sobre eventos na cidade, quais você lembra?

Essa questão procurava levantar o número de pessoas que responderiam algum tipo de evento associado a etnia pela qual o patrimônio estadual da cidade fora tombado, e também podemos observar se o imaterial, fora mais lembrado que o material.

No que diz respeito à realização das entrevistas, as condições materiais de pesquisa contavam apenas com um *tablet* para as gravações e um automóvel para o deslocamento necessário; as datas das entrevistas foram escolhidas pelo entrevistador, sendo que geralmente os entrevistados tinham opção de escolha entre dois dias, além de os entrevistados também escolheram o local e horário de sua preferência. Assim, as entrevistas foram realizadas em diferentes lugares, dos quais podemos citar alguns: lancherias, praças, lojas, residências, automóveis.

O contato com os entrevistados se dava, inicialmente, por telefone no início da semana em que se pretendia realizar a visita à cidade envolvida na pesquisa, segunda ou

terça-feira, sendo que as entrevistas poderiam ser agendadas para o sábado ou domingo. Entretanto, essa era a condição ideal, já que mesmo confirmando a disponibilidade para a entrevista aconteceram muitas desistências, sem maiores informações, e em alguns casos as ligações telefônicas paravam na caixa de mensagem ou simplesmente foram ignoradas.¹³

Diante dos cancelamentos das entrevistas e compreendendo que compromissos podem surgir durante a semana, optamos por um troca na forma de agendamento; assim, o contato era feito com no máximo dois dias de antecedência, o que minimizou o número de cancelamentos e facilitou o trabalho.

O roteiro contou inicialmente com as seguintes perguntas:

- *Nome do depoente? Idade? Profissão?*

As três primeiras perguntas tinham por objetivo a identificação do entrevistado para facilitar a transcrição

- *Há quanto tempo reside na cidade?*

- *Qual a cidade de origem?*

Estas mesmas perguntas estavam também nos questionários e foram repetidas com o objetivo de facilitar a análise dos dados e também dar tempo para o entrevistado acostumar-se com o processo de gravação, visto que inicialmente alguns ficavam apreensivos. Buscando diminuir esse nervosismo inicial, o roteiro foi lido para alguns entrevistados, o que teve um efeito positivo, acalmando os mesmos e facilitando a entrevista.

Na sequência, perguntava-se: - *Escolaridade dos pais (se souber)?*

Esta pergunta foi inicialmente feita em algumas entrevistas, mas suprimida devido ao embaraço que causava em alguns entrevistados e pela quantidade respostas imprecisas, não sendo possível correlacionar com as respostas dos questionários, que também foram suprimidas.

- *Quais os pontos positivos da cidade?*

Aqui se esperava que o entrevistado refletisse sobre sua cidade e o que ela oferece aos habitantes, seu conhecimento sobre a história do município e suas memórias pessoais e vivências deveriam nortear a resposta

- *Quais os pontos negativos da cidade?*

A exemplo da pergunta anterior, as experiências na cidade foram fundamentais para a elaboração da resposta.

- *A cidade possui identidade étnica (privilegia algum grupo)?*

¹³ Em função disso, não foram realizadas entrevistas no município de Flores da Cunha.

Aqui procurávamos avaliar se o entrevistado conhece a história do município e liga ela a história da imigração

- *Com que grupo você se identifica?*

Essa pergunta tinha por objetivo perceber se o entrevistado sente-se parte do mesmo grupo que acredita, se acredita, dê identidade à cidade.

- *Quais locais da cidade você considera importante?*

Neste momento, esperava-se que o entrevistado reconhecesse ou citasse o bem tombado no município por critérios étnicos.

- *Por que você considera estes locais importantes?*

Pergunta que pretende avaliar a percepção de patrimônio do entrevistado

- *Com que frequência você vai a estes locais?*

Aqui o objetivo é compreender a relação (se houver) entre o entrevistado e o bem tombado e sua impressão sobre o mesmo.

- *Vocês considera esse local um patrimônio de sua cidade?*

O objetivo aqui é apurar se o critério étnico aparece justificativa para a valorização dos

bens.

- *Você tem alguma lembrança, recordação ou experiência nos pontos da cidade que você considera importante?*

Com essa resposta, é possível tecer relações entre o patrimônio e a memória.

- *Você acredita que a preservação de alguns espaços atrapalhe o desenvolvimento da cidade?*

Novamente o objetivo é perceber se o entrevistado compreende o patrimônio como uma construção coletiva, de importância geral.

- *Você conhece festas da cidade? Se sim quais? Costuma frequentar? Por quê?*

Pergunta semelhante a do questionário, mas aberta, que permite evidenciar as relações (se houverem) entre o entrevistado e os bens de natureza imaterial.

- *Você concorda que esta entrevista ou alguma parte dela seja utilizada em nosso projeto futuro?*

Pergunta formal, após ela entrevista era encerrada e era explicado ao entrevistado a necessidade de assinar a carta de sessão. No final da entrevista, depois de compreender melhor o trabalho, todos assinaram a carta sem maiores problemas.

Inicialmente, tínhamos por objetivo realizar 90 entrevistas, 10 por município; porém, devido às dificuldades já mencionadas, mais os custos e prazos, apenas 40 foram realizadas

e transcritas e algumas delas foram selecionadas e serão analisadas na sequência. Primeiramente, passamos a apresentação e análise dos dados obtidos através da aplicação dos questionários.

4.2 AS RESPOSTAS AOS QUESTIONÁRIOS, RECONHECENDO O PATRIMÔNIO

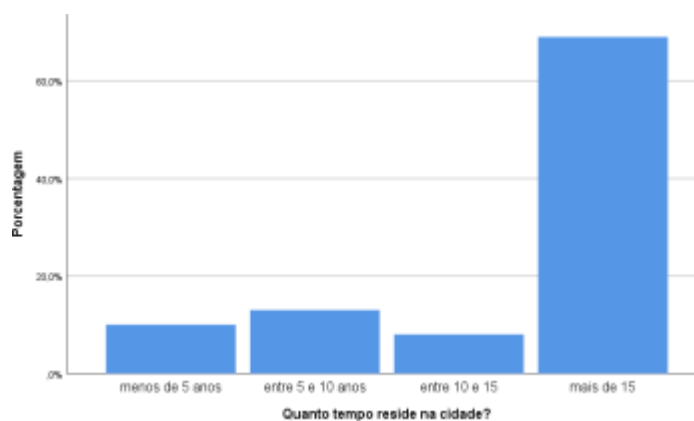
4.2.1 São Leopoldo

O município de São Leopoldo foi o primeiro onde foram aplicados os questionários, e por consequência, foi um dos mais difíceis de completar a meta de 100 questionários, sendo necessárias três visitas à cidade. Entre as dificuldades apresentadas e que se procurou evitar nas cidades seguintes está o fato da visita ser em véspera de feriados, ou datas de muito movimento no comércio, como no caso de São Leopoldo, onde em uma das oportunidades era véspera de dia das mães. Nessas datas as pessoas ficam menos propensas a colaborar com a pesquisa, além de o comércio ficar muito movimentado, o que dificulta a participação de funcionários; embora muitos lojistas tenham se disponibilizado em responder ao questionário, houve maior dificuldade em atingir o número necessário de respostas.

Diferente das outras cidades que foram visitas, São Leopoldo é o único município estudado onde existem dois bens tombados pelo critério étnico: a Casa da Feitoria Velha e o Museu do Trem, ambos ligados à história da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul.

Através dos dados obtidos com as respostas aos questionários, foram construídos gráficos para melhor discutir os resultados. Assim, o primeiro gráfico apresentado abaixo (gráfico 1) exhibe os dados a respeito do tempo de residência na cidade; conforme os resultados observados pode-se concluir que a maioria (mais de 60%) dos participantes morava há mais de 15 anos no município.

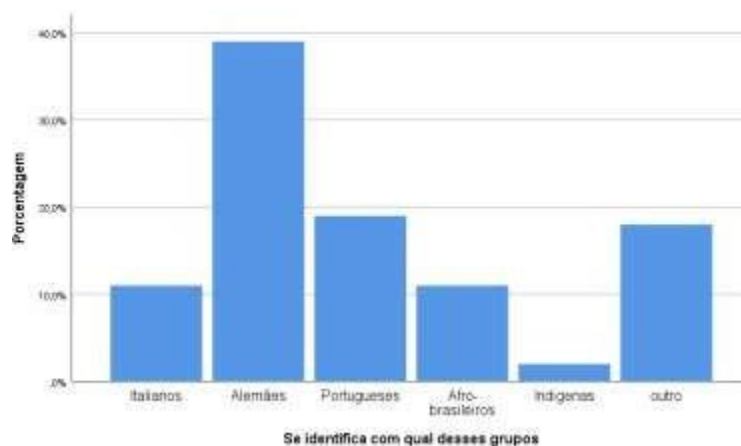
Gráfico 1 – Tempo de residência na cidade



Fonte: Produção do autor.

Das cem pessoas que responderam à segunda questão do questionário, quanto ao grupo étnico com o qual se identifica, pode-se inferir através dos dados do gráfico abaixo (gráfico 2) que quase 40% dos indivíduos se identificou com o grupo dos alemães, sendo o maior índice observado, seguido pelos que se identificaram com portugueses, italianos e afrodescendentes que contaram com cerca de 10% para cada grupo.

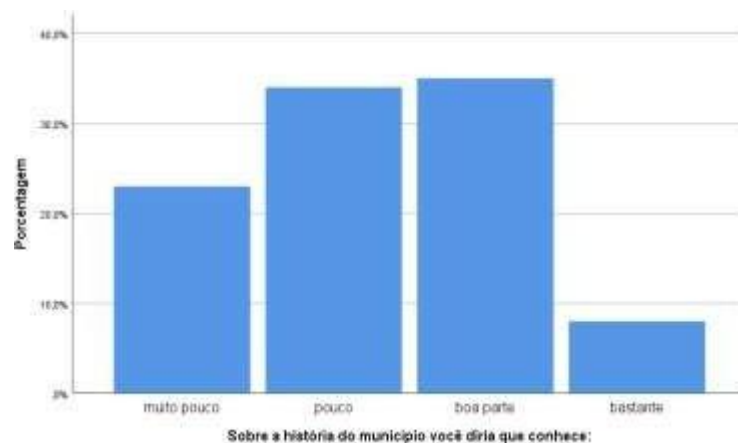
Gráfico 2 – Grupo étnico com o qual se identifica



Fonte: Produção do autor.

Acerca do conhecimento sobre a história do município mais de 20% afirmaram conhecer muito pouco, enquanto mais de 30% afirmou conhecer pouco; aqueles que afirmaram conhecer boa parte da história municipal somaram mais de 30%, sendo este o maior índice observado, e os que julgam conhecer bastante sobre a história da cidade foram inferiores a 10% das respostas, o que pode ser evidenciado no gráfico 3, exibido a seguir.

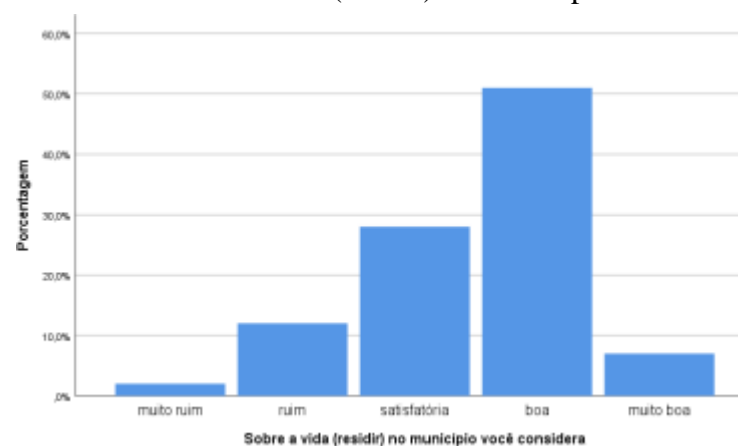
Gráfico 3 – Conhecimento acerca da história do município



Fonte: Produção do autor.

Com relação ao que os participantes consideram sobre a vida no município, mais de 50% (a maioria), consideraram a vida no município boa e menos de 20% consideram ruim ou muito ruim, conforme demonstra o gráfico 4.

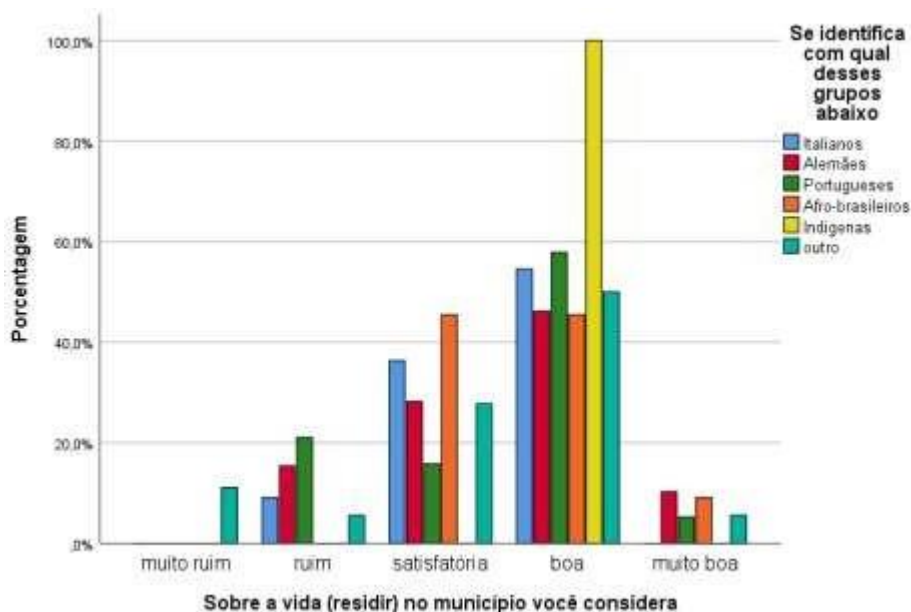
Gráfico 4 – Sobre a vida (residir) no município



Fonte: Produção do autor.

Dentre os que se identificam com o grupo étnico dos alemães estão os que melhor avaliam a vida na cidade, conforme aponta o gráfico seguir (gráfico 5).

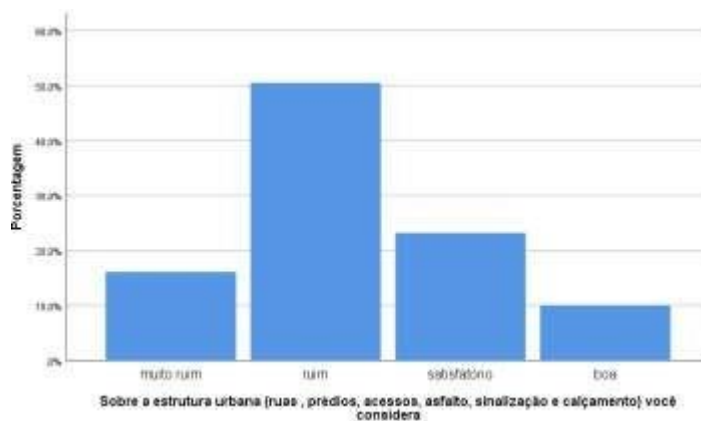
Gráfico 5 – Correlação entre grupo étnico e opinião sobre a vida no município



Fonte: Produção do autor.

Sobre a estrutura urbana da cidade (ruas, prédios, asfalto, sinalização e calçamento), cerca de 50% consideram ruim e cerca de 15% considera muito ruim, de acordo com os dados do gráfico 6.

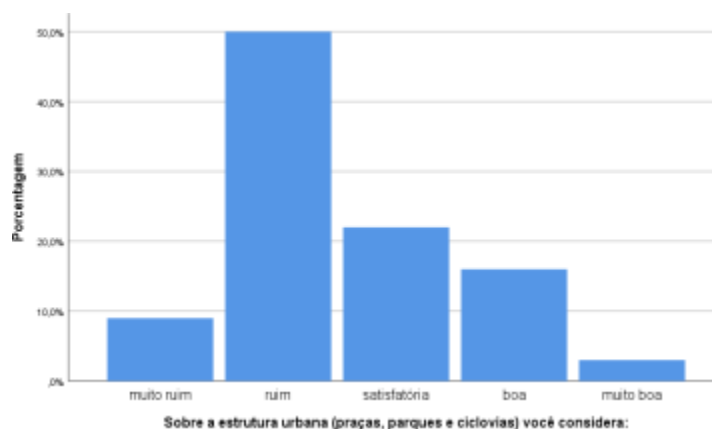
Gráfico 6 – Sobre a estrutura urbana (ruas, prédios, asfalto, sinalização e calçamento)



Fonte: Produção do autor.

Dados semelhantes à questão anterior são observados quando se questiona a respeito da manutenção, segurança e conservação de espaços públicos de convivência, como praças, parques ou ciclovias. De acordo com o gráfico 7, quase 60% dos indivíduos considera a estrutura urbana ruim ou muito ruim.

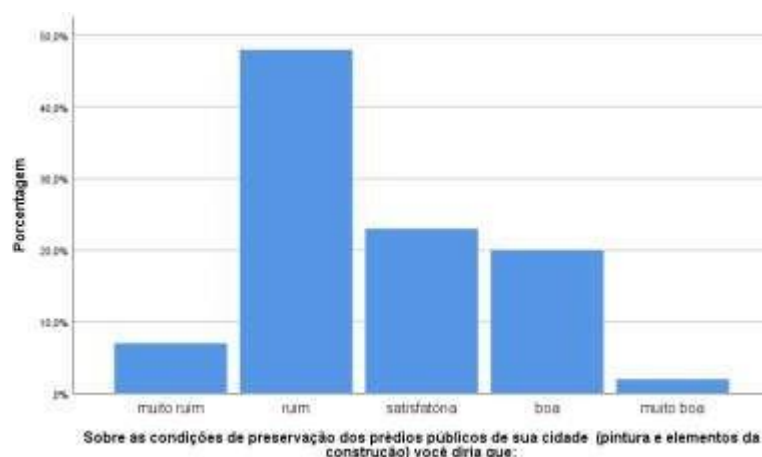
Gráfico 7 – Sobre a estrutura urbana (praças, parques e ciclovias)



Fonte: Produção do autor.

Analisando-se as respostas sobre a manutenção dos prédios públicos, exibidas no gráfico 8, pode-se observar que cerca de 50% considera ruim e quase 10 % consideram muito ruins o estado de conservação dos prédios no município.

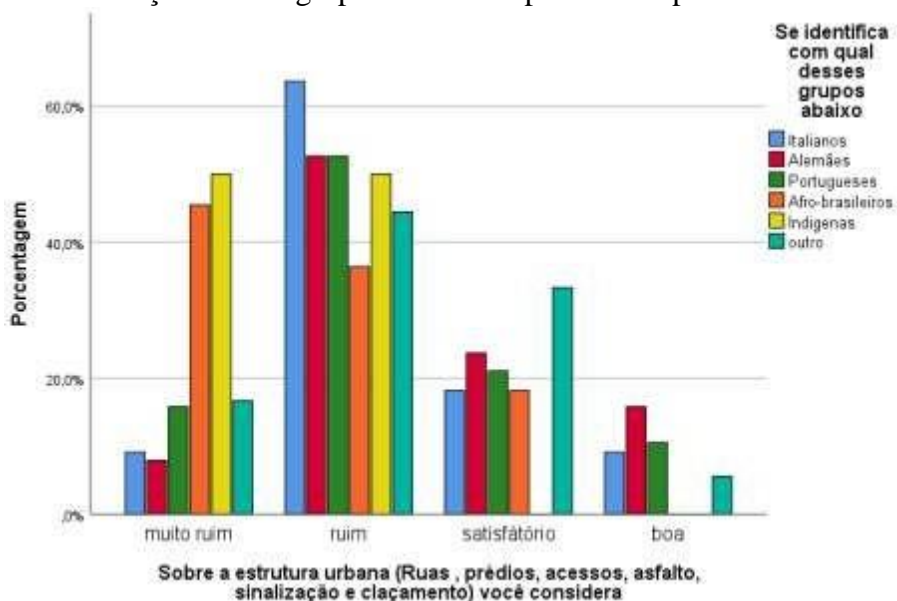
Gráfico 8 – Sobre as condições de preservação dos prédios públicos



Fonte: Produção do autor.

Correlacionando-se os dados sobre o grupo étnico com o qual o indivíduo se identifica e sua opinião a respeito da estrutura urbana, nota-se no gráfico 9 que no grupo que se identifica com os italianos mais de 60% consideram a estrutura ruim ou muito ruim, assim como os que se identificam com os alemães, portugueses e indígenas (cerca de 50% de cada grupo com a mesma opinião).

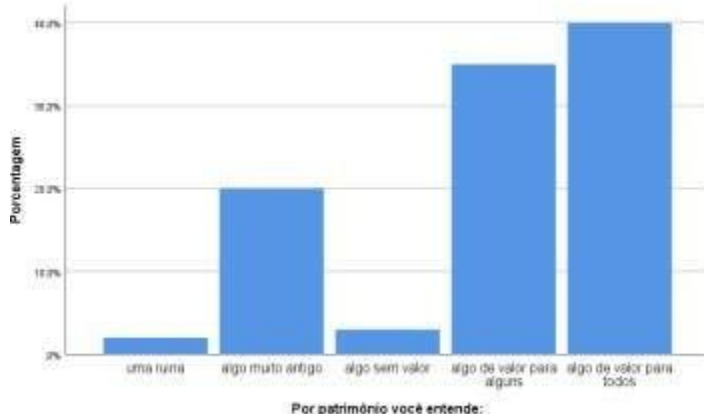
Gráfico 9 – Correlação entre o grupo étnico e a opinião a respeito da estrutura urbana



Fonte: Produção do autor.

De acordo com o gráfico 10, pode-se entender que embora exista uma quantidade expressiva dos indivíduos (cerca de 20%) que consideram o patrimônio como algo antigo, demonstrando a importância dada ao valor de ancestralidade, aproximadamente 35% das pessoas compreendem que o patrimônio tem valor para alguns indivíduos ou grupos, não sendo assim algo com valor para todos os membros da comunidade. Todavia, 40 % dos participantes percebe o caráter coletivo do patrimônio como algo de valor para todos.

Gráfico 10 – O que entende por patrimônio

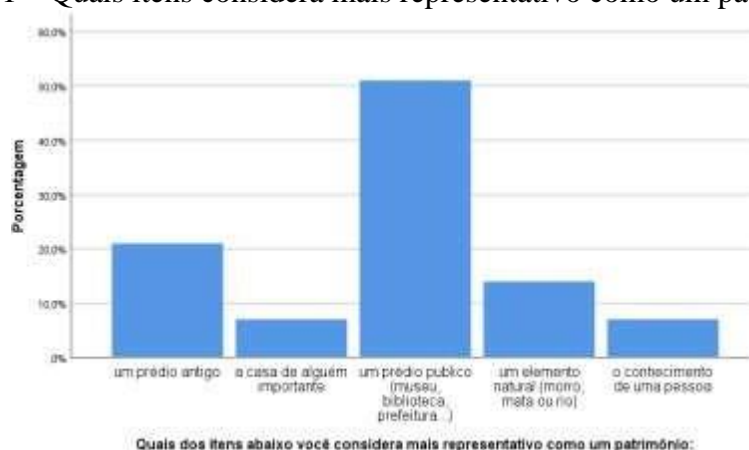


Fonte: Produção do autor.

Em relação a concepção de patrimônio, os bens materiais foram os mais citados como relevantes; cerca de 50% relacionou como mais representativo prédios públicos, museus, bibliotecas e prefeitura, sendo que 20% optou ainda por um prédio antigo, não

necessariamente público. Com isso, pode-se observar que os números do gráfico 11 demonstram uma percepção mais tradicional de patrimônio, visto que o patrimônio natural¹⁴ foi destacado por pouco mais de 10% e o imaterial¹⁵, presente aqui como o conhecimento de alguma pessoa; relacionado, portanto, às técnicas e saberes, obteve menos de 10% das respostas.

Gráfico 11 – Quais itens considera mais representativo como um patrimônio



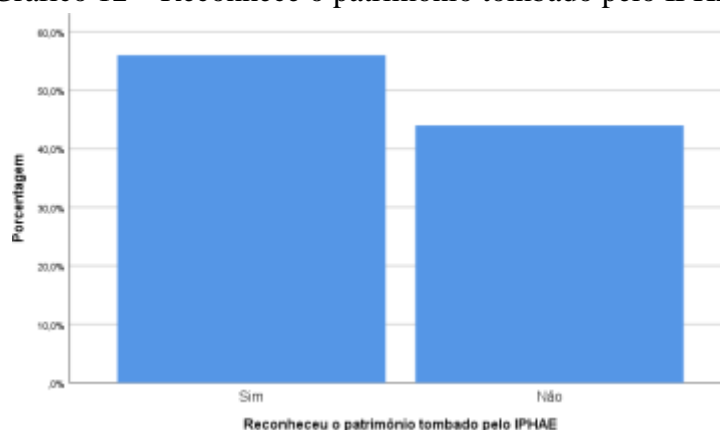
Fonte: Produção do autor.

Os dois bens tombados pelo IPHAE na cidade de São Leopoldo foram à Casa da Feitoria Velha e o Museu do Trem; ao menos um dos bens foi citado em mais de 50% das respostas, conforme apresenta o gráfico 12, o que pode ser relacionado com as respostas referentes aos prédios públicos e a materialidade citados, como mais representativos de um patrimônio.

¹⁴ “Na concepção de patrimônio natural podemos entender as manifestações dos vegetais domesticados ou espontâneos do lugar, topografia, o relevo, os recursos hídricos, os acidentes geográficos e geológicos, que conseguem ser percebidos provocando um desenho na paisagem e a diferenciando das outras: morros; colinas; fundo de vales.” (JUNIOR, 2016, p. 119). “A preservação do patrimônio natural propicia excelente exercício de integração entre os elementos físicos e biológicos da natureza, os sistemas que estabelecem entre si e com ações humanas. Fornece chaves para a proteção sinérgica de sítios e formações culturais significativas, em conjunto e harmonia com as comunidades de plantas, animais e seres humanos, sobretudo com a cultura que cada grupo estabelece em relação a natureza, aos significados religiosos, míticos, legendários, históricos, artísticos, simbólicos, afetivos e tantos outros que podem ser conferidos pelo homem ao mundo natural.” (DELPHIN, 2004, p. 04).

¹⁵ “O Decreto 3552/2000 instituiu o registro de bens imateriais, foi uma das bandeiras da Era FHC, sendo inclusive antecessor da criação da nomenclatura internacional do patrimônio imaterial pela UNESCO por meio da convenção assinada em 2003 e ratificada pelo Brasil em 2006.” (MARINS, 2016, p. 16). “A questão do patrimônio imaterial, ou, conforme preferem outros patrimônio intangível, tem presença relativamente recente nas políticas de patrimônio cultural. Em verdade, é motivada pelo interesse em ampliar a noção de “patrimônio histórico e artístico, entendida como repertório de bens, ou “coisas”, a qual se atribui excepcional valor cultural, ou que faz com que sejam merecedoras de proteção por parte do poder público.” (FONSECA, 2009, p. 66).

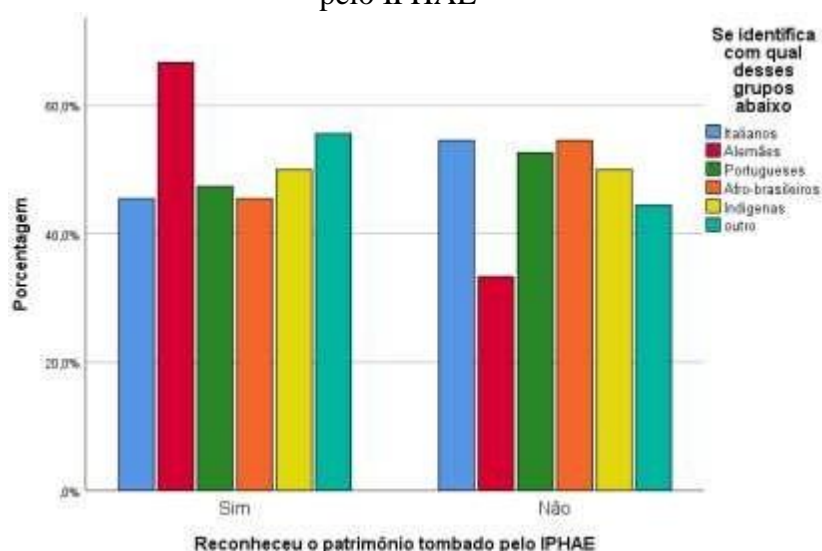
Gráfico 12 – Reconhece o patrimônio tombado pelo IPHAE



Fonte: Produção do autor.

Correlacionando os dados quanto ao grupo étnico com o qual os indivíduos se identificam e o fato de reconhecerem ou não o patrimônio tombado pelo IPHAE, observa-se através do gráfico 13 que mais de 60% daqueles que se identificaram com a etnia alemã reconhecem pelo menos um dos bens tombados, sendo este o maior índice observado entre os grupos étnicos citados.

Gráfico 13 – Correlação entre o grupo étnico e o reconhecimento do patrimônio tombado pelo IPHAE

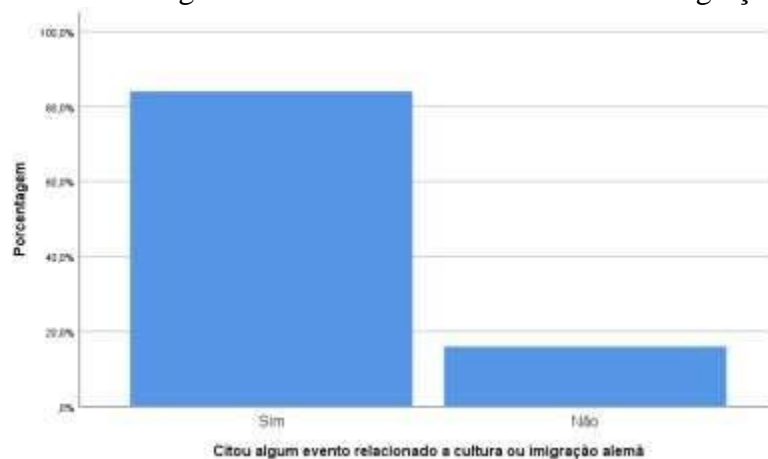


Fonte: Produção do autor.

Sabendo-se que a imaterialidade não se dá apenas nas questões relativas ao conhecimento e ao saber fazer, e que o patrimônio intangível também é representado pelas festividades e comemorações, questionou-se os participantes a respeito de festas típicas do município; nesse caso, muitos se lembraram de ao menos um evento ligado à cultura ou imigração alemã na região, sendo o principal evento a *São Leopoldo Fest*, associada aos

alemães e presente em mais de 80% das respostas, conforme ilustra o gráfico abaixo (gráfico 14).

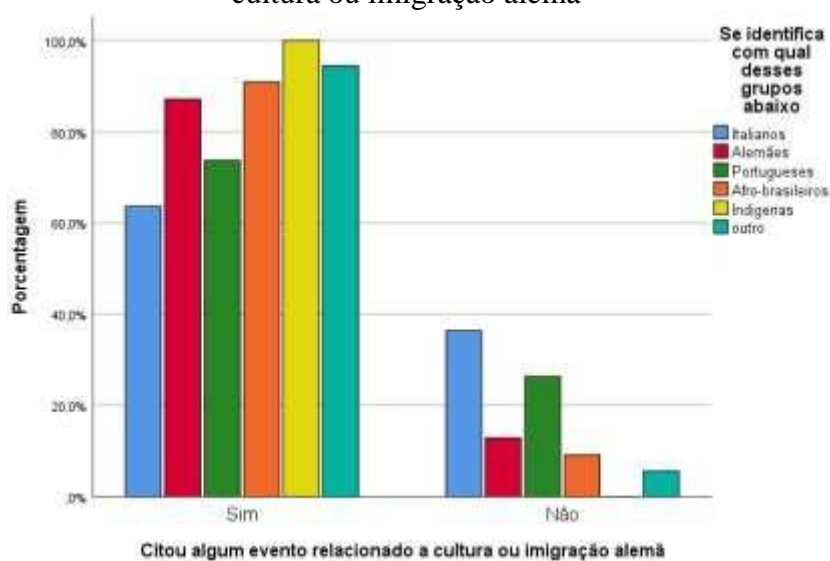
Gráfico 14 – Citou algum evento relacionado a cultura ou imigração alemã



Fonte: Produção do autor.

Entre os que reconheceram a festa relacionada à cultura ou imigração alemã, os que se identificaram como o grupo étnico dos alemães não foram maioria percentual; os que mais mencionaram a festa foram os que se identificaram como indígenas (100%), afro-brasileiros ou os que responderam que se identificam com outro grupo étnico (mais de 90% em ambos os grupos), conforme o próximo gráfico (gráfico 15).

Gráfico 15 – Correlação (percentual) entre o grupo étnico e citar algum evento relacionado a cultura ou imigração alemã



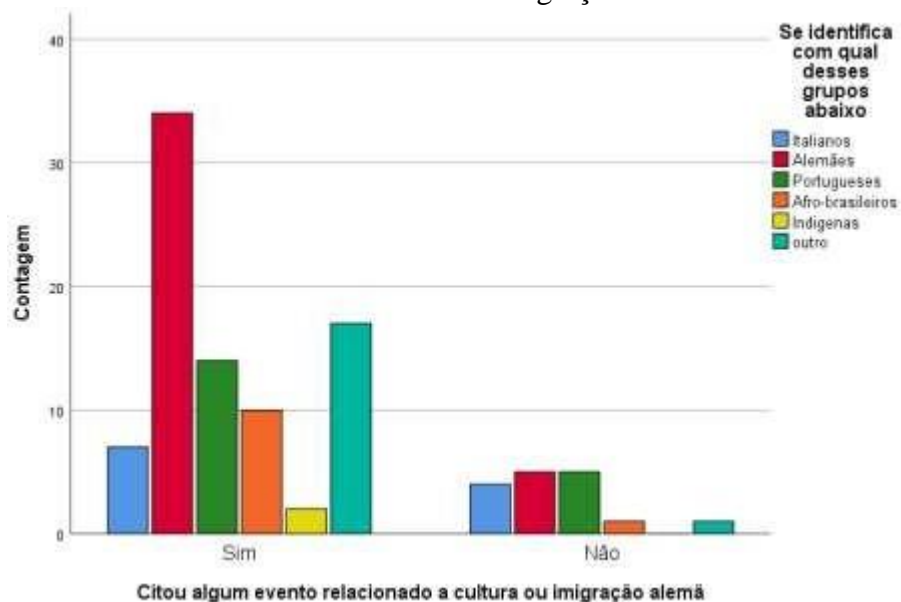
Fonte: Produção do autor.

No entanto, há que considerar que do total dos participantes, a maioria identifica-se

como alemães, constituindo-se em um grupo de maior número que daqueles que se identificam como indígenas ou afrobrasileiros, por exemplo. Assim, considerar que mais de 90% dos indivíduos desses grupos mencionaram o evento não significa maior número do que àqueles que se identificam com o grupo étnico dos alemães, apenas que proporcionalmente, dentro do grupo, eles mencionaram o evento mais vezes.

Assim, construindo-se um gráfico que leve em consideração o número de indivíduos que responderam ao questionário, observa-se que a maioria dos participantes mencionou o evento, e desses, a maioria considera-se pertencente ao grupo étnico dos alemães. Tais dados estão demonstrados no gráfico 16, a seguir.

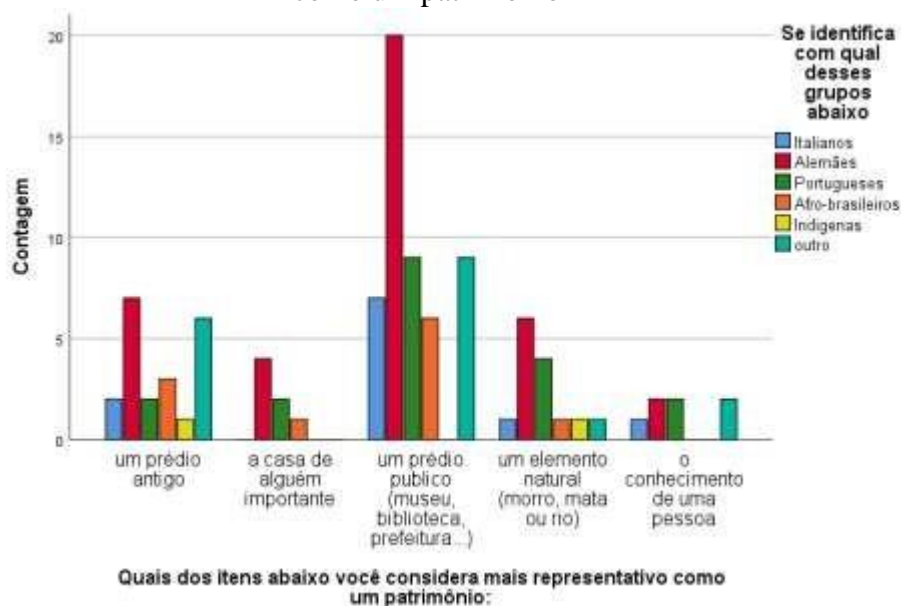
Gráfico 16 – Correlação (número de indivíduos) entre grupo étnico e citar algum evento relacionado a cultura ou imigração alemã



Fonte: Produção do autor.

Conforme demonstrado através dos gráficos, aqueles que se identificam com os alemães são os que melhor avaliam a vida no município; estes também foram os que mais reconheceram os bens tombados e os que mais associaram a etnia com os eventos da cidade. No entanto, conforme o gráfico a seguir (gráfico 17) também foram os que mais associaram o patrimônio a algo material.

Gráfico 17 – Correlação entre grupo étnico e qual item considera mais representativo como um patrimônio



Fonte: Produção do autor.

O fato de os indivíduos reconhecerem como patrimônio algo material pode ser justificado pelo reconhecimento que tiveram dos bens tombados e pela mentalidade mais clássica de patrimônio associada ao “pedra e cal”. Mais de 80% citou um evento relativo a cultura e colonização alemã na região, no entanto nenhum considerou o patrimônio imaterial como o mais representativo dos patrimônios.

4.2.2 Santa Cruz do Sul

Na cidade de Santa Cruz do Sul, se comparada com São Leopoldo, foi relativamente mais fácil à aplicação dos questionários, o que se deve a principalmente a dois fatores: entrosamento da equipe, já que foi uma das últimas cidades na qual se realizou a pesquisa, e proximidade com Santa Maria, visto que o tempo e os custos da viagem foram relativamente menores. O trabalho foi realizado principalmente aos finais de semana, na região central do município junto às praças, onde havia grande circulação de pessoas, além de ser ponto de encontro para momentos de descontração e lazer, o que facilitava a aplicação dos questionários já que os indivíduos ficavam mais receptivos.

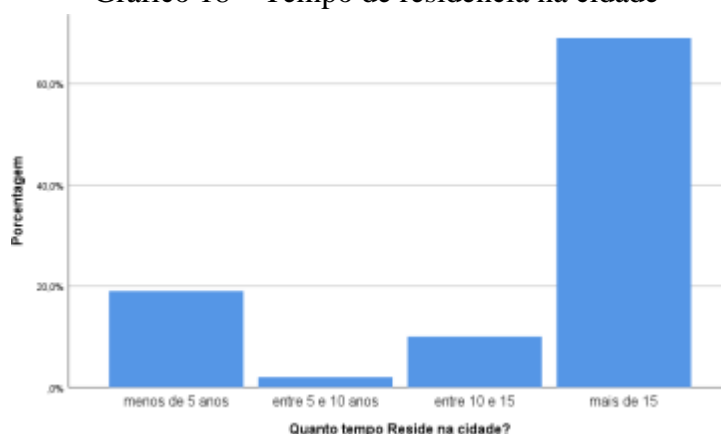
O município tem como bem tombado o prédio onde funcionou o Antigo Banco Pelotense, e o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, Banrisul, o qual hoje abriga a Casa de Arte Regina Simonis, ligada a Associação Pró-cultura de Santa Cruz do Sul, que

participou do processo de tombamento do imóvel.

Para tornar-se possível uma melhor comparação entre as cidades em que a pesquisa foi desenvolvida, serão apresentados os gráficos referentes às perguntas dos questionários na mesma ordem em que foram apresentados os gráficos da cidade de São Leopoldo, e assim da mesma forma para as demais cidades na sequência.

Conforme os dados coletados e expressos no gráfico 18, das cem pessoas que responderam os questionários, mais de 60% reside no municípios à mais de 15 anos.

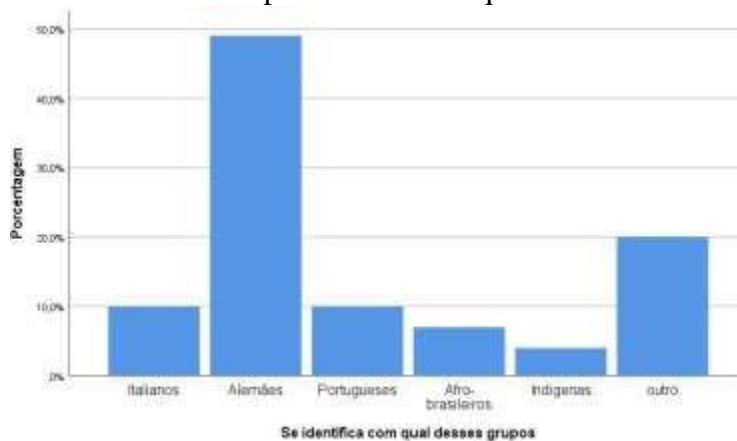
Gráfico 18 – Tempo de residência na cidade



Fonte: Produção do autor.

Entre os participantes, aproximadamente 50% se identifica com o grupo étnico dos alemães, sendo que 10% identificam-se com italianos e portugueses e menos de 10% identificam-se como afrobrasileiros e indígenas. Além disso, conforme se pode observar no gráfico 19, cerca de 20% dos participantes considera-se pertencente a outro grupo étnico que não os mencionados no questionário.

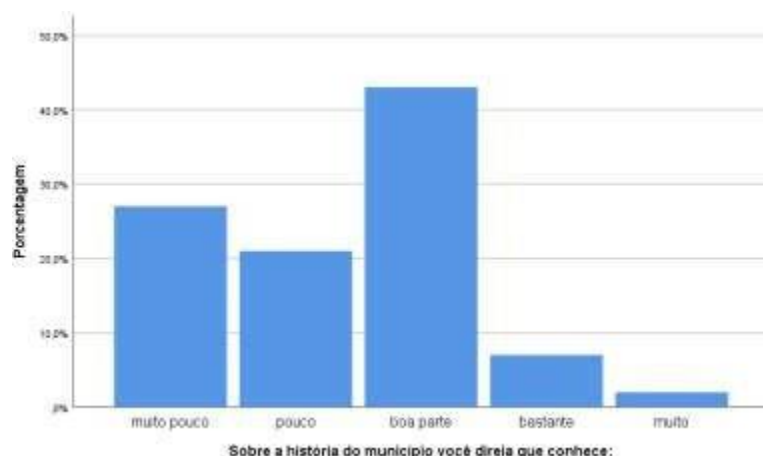
Gráfico 19 – Grupo étnico com o qual se identifica



Fonte: Produção do autor.

Com relação ao conhecimento sobre a história do município mais de 40% das pessoas afirmaram conhecer boa parte da história, enquanto que menos de 30% afirmou conhecer muito pouco, o que se evidencia no gráfico 20.

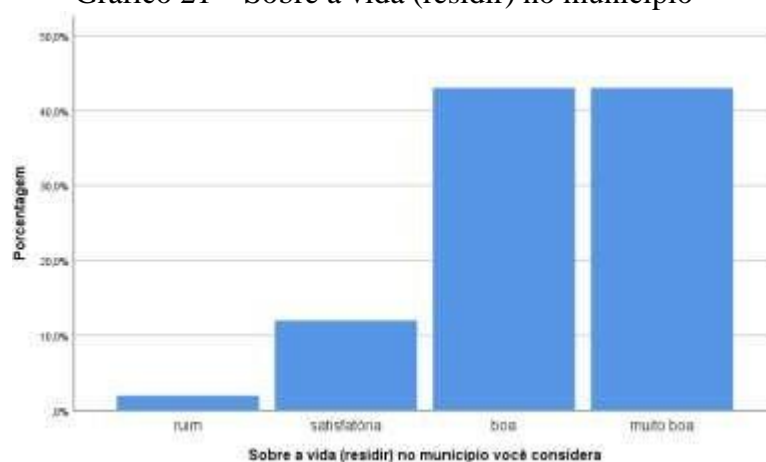
Gráfico 20 – Conhecimento da história do município



Fonte: Produção do autor.

Sobre a vida no município mais de 40% consideram que é boa, outros 40% julgam ser muito boa; a opção muito ruim não foi escolhida por nenhuma pessoa que respondeu o questionário, enquanto que os que consideram a vida na cidade ruim somaram menos de 5%, de acordo com o gráfico abaixo (gráfico 21).

Gráfico 21 – Sobre a vida (residir) no município

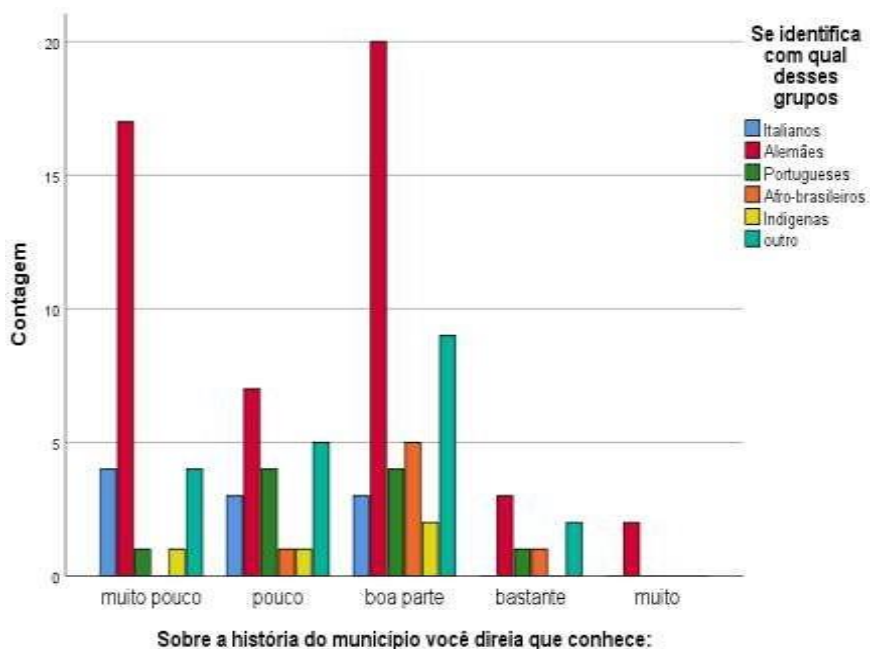


Fonte: Produção do autor.

Correlacionando-se os dados referentes a opinião dos participantes quando a vida no município e o grupo étnico com o qual se identificam, observa-se no gráfico 22 que entre os que se identificam com o grupo étnico dos alemães nenhum optou por marcar a alternativa ruim, assim como os que se identificaram como afro-brasileiros, com os italianos e com os

indígenas. Dentre os que consideram a vida no município boa ou muito boa os que se identificam com a cultura alemã, são maioria, por número de indivíduos.

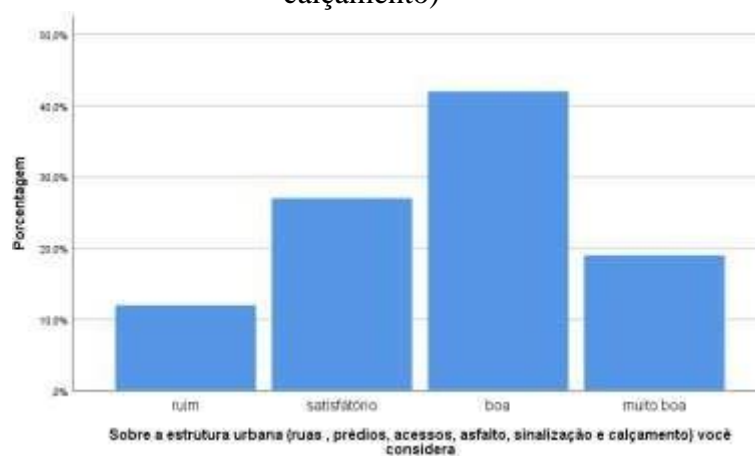
Gráfico 22 – Correlação entre grupo étnico e opinião sobre a vida no município



Fonte: Produção do autor.

A estrutura urbana também é bem avaliada, conforme demonstra o gráfico 23, já que nenhum dos participantes considerou muito ruim, enquanto que pouco menos de 20% consideraram muito boa e mais de 40% consideraram boa, além de pouco menos de 30% consideraram satisfatória.

Gráfico 23 - Sobre a estrutura urbana (ruas, prédio, acessos, asfalto, sinalização e calçamento)

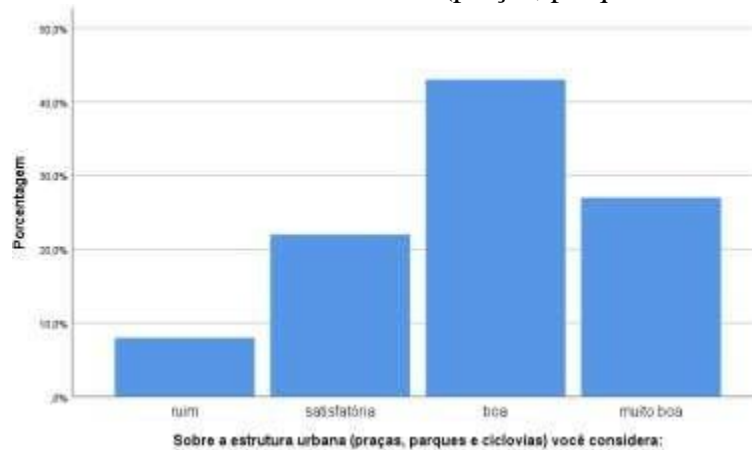


Fonte: Produção do autor.

As condições dos espaços de lazer e convivência como praças, parques e ciclovias

foram bem avaliadas pelas pessoas que responderam ao questionário, visto que, de acordo com o gráfico 24, novamente a opção muito ruim foi ignorada e menos de 10% considera as condições de manutenção e segurança desses espaços como ruins, enquanto que mais de 40% considera boas.

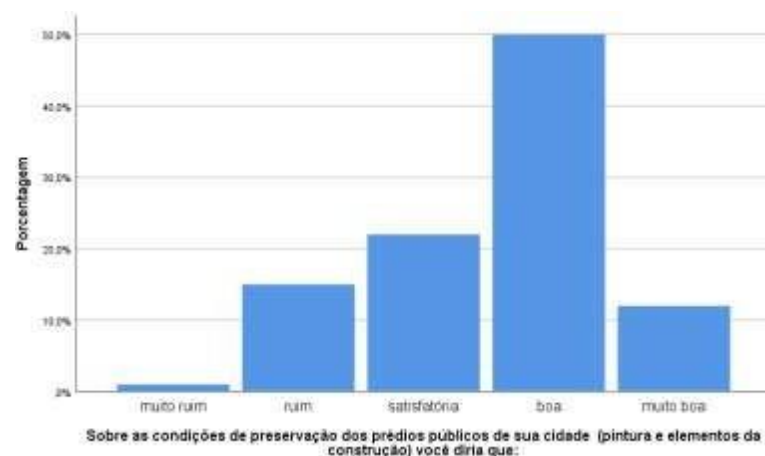
Gráfico 24 – Sobre a estrutura urbana (praças, parques e ciclovias)



Fonte: Produção do autor.

Quando perguntados sobre as condições de preservação dos prédios públicos, 50% dos participantes consideram como boas, mais de 10% considerou muito boas e pouco mais de 20% satisfatórias, o que está demonstrado no gráfico abaixo (gráfico 25).

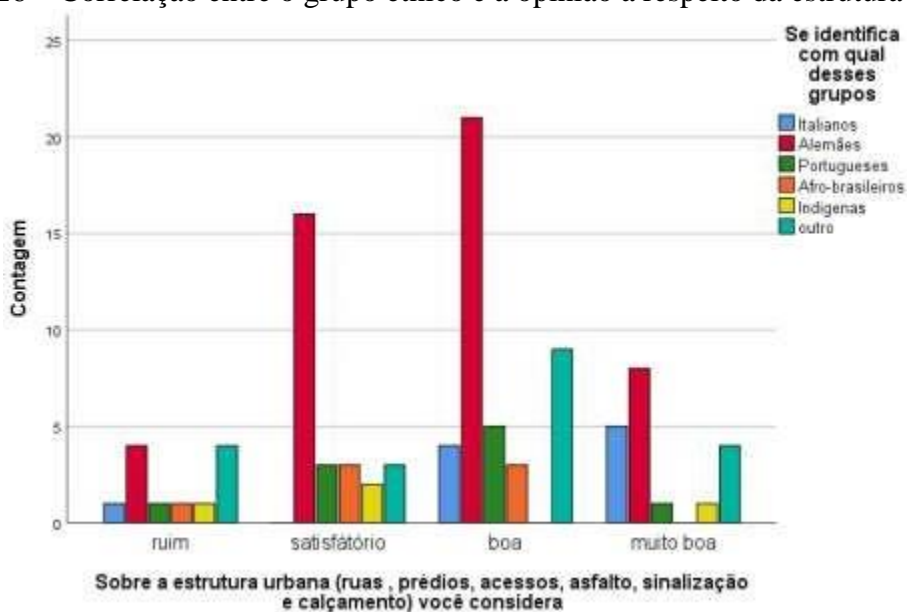
Gráfico 25 – Sobre as condições de preservação dos prédios públicos



Fonte: Produção do autor.

Conforme o gráfico seguinte (gráfico 26), os indivíduos que se identificam com o grupo étnico dos alemães são maioria entre os que consideram boas as condições de preservação dos prédios públicos e minoria entre os que consideram ruim.

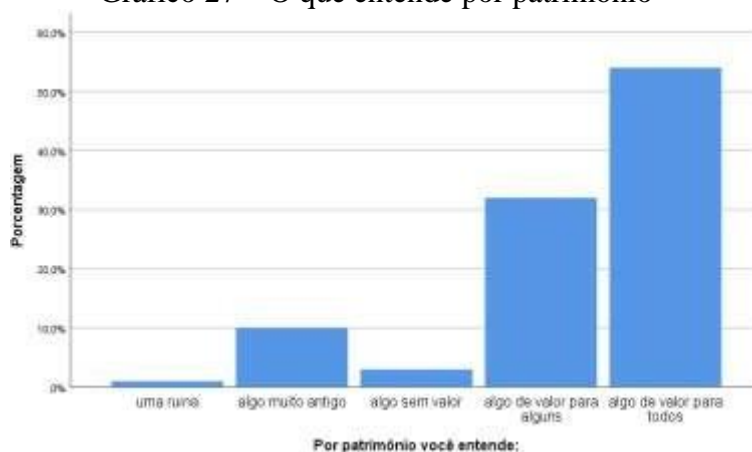
Gráfico 26 – Correlação entre o grupo étnico e a opinião a respeito da estrutura urbana



Fonte: Produção do autor.

No tocante a concepção de patrimônio mais da metade considera algo de valor para todos, enquanto pouco mais de 30% considera algo de valor para alguns e apenas 10% relacionam o patrimônio como algo antigo (gráfico27).

Gráfico 27 – O que entende por patrimônio

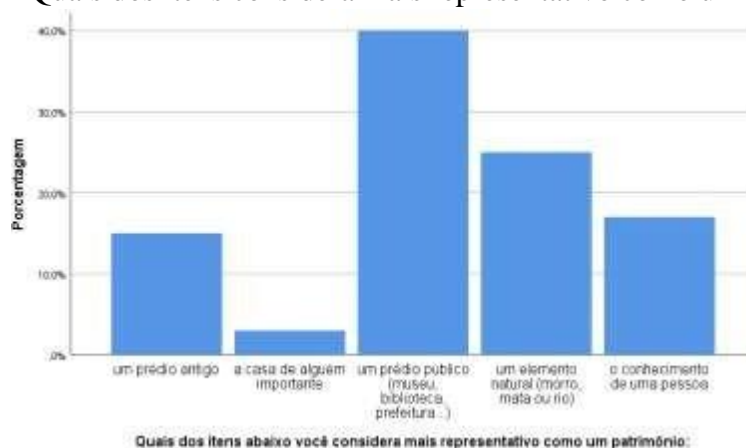


Fonte: Produção do autor.

As concepções acerca do patrimônio natural e do patrimônio imaterial aparecem em Santa Cruz do Sul (gráfico 28) em uma quantidade bem maior se comparadas com São Leopoldo. Em Santa Cruz, mais de 20% consideraram o patrimônio natural como o mais relevante, enquanto que pouco menos de 20% considerou o conhecimento de uma pessoa (associado ao patrimônio imaterial); em São Leopoldo os que consideraram mais relevante os bens naturais somaram pouco mais de 10%, enquanto os que consideraram o

conhecimento de uma pessoa não chegaram aos 10%.

Gráfico 28 – Quais dos itens considera mais representativo como um patrimônio

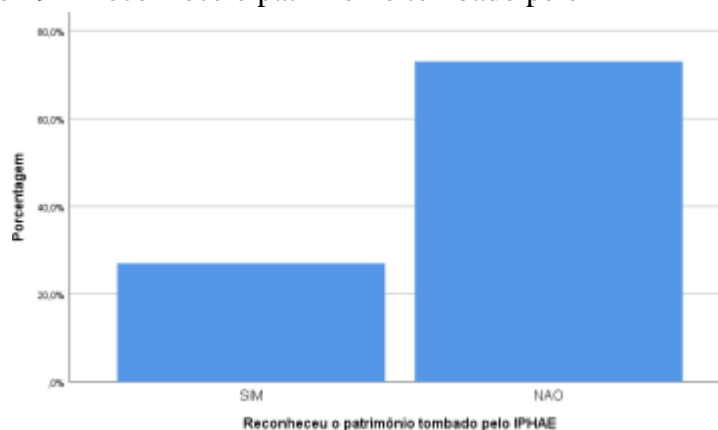


Fonte: Produção do autor.

Conforme o gráfico anterior, a concepção predominante é mais tradicional de patrimônio, material (pouco menos de 60%), e a mais atual, natural/imaterial (pouco mais de 40%); neste município, o percentual dos que consideram o imaterial atingiu um índice mais considerável se comparado com São Leopoldo (cerca de 20%), porém em ambos a noção de materialidade ainda predomina como sinônimo de patrimônio.

Quando perguntados sobre os patrimônios da cidade, pouco mais de 20% mencionou o prédio do Antigo Banco Pelotense como patrimônio, sendo que a maioria dos participantes não reconhece este patrimônio tombado pelo IPHAE, conforme gráfico abaixo (gráfico 29).

Gráfico 29 – Reconhece o patrimônio tombado pelo IPHAE

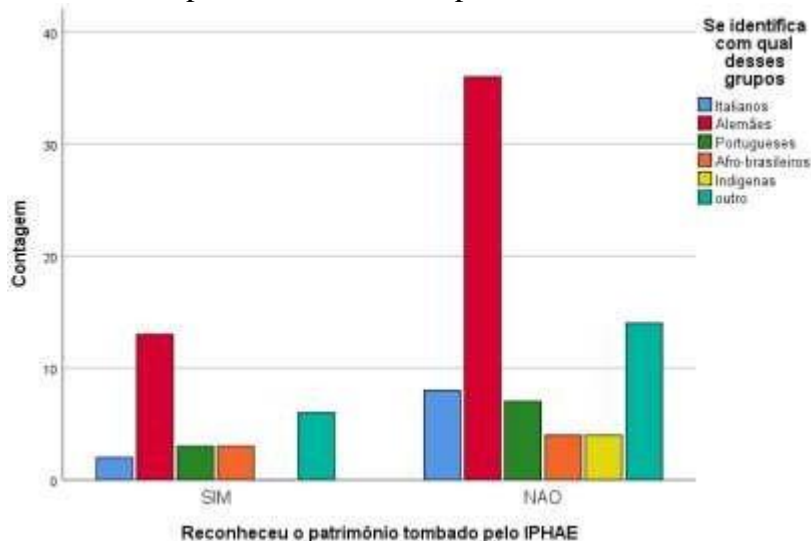


Fonte: Produção do autor.

Analisando o gráfico 30, de correlação entre o grupo étnico com o qual o indivíduo se identifica e o reconhecimento do patrimônio tombado, aqueles que se identificaram com os

alemães foram os que mais mencionaram o bem se comparados com os demais grupos e também os menos mencionaram, levando em conta que este grupo era o com o maior número de indivíduos.

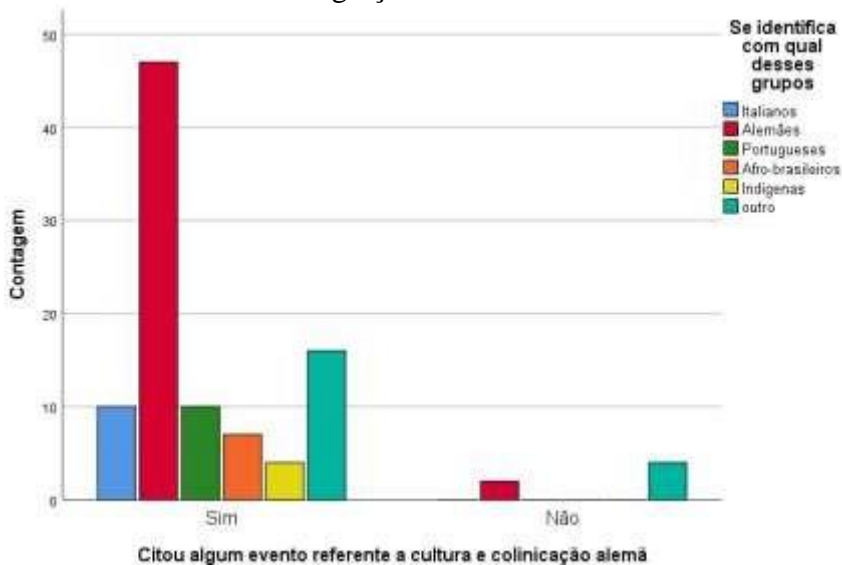
Gráfico 30 – Correlação entre grupo étnico com o qual se identifica e reconhecimento do patrimônio tombado pelo IPHAE



Fonte: Produção do autor

Cerca de 90% das pessoas citaram um evento que consideram característico da cidade; nesse caso, a *Oktoberfest* de Santa Cruz do Sul foi o mais lembrado, e tem relação direta com a cultura ou imigração alemã. O gráfico a seguir (gráfico 31) mostra a quantidade de pessoas por grupo ao qual se identifica.

Gráfico 31 – Correlação entre grupo étnico e citar algum evento referente a cultura ou imigração alemã



Fonte: Produção do autor.

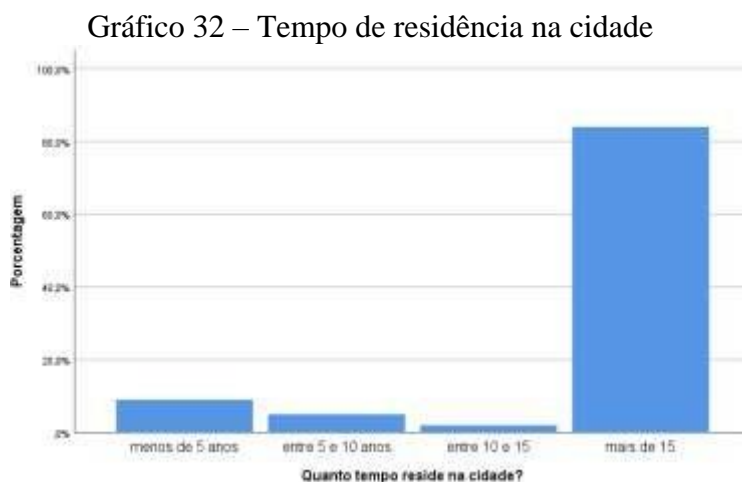
Conforme o exposto, em Santa Cruz do Sul os dados apontaram para uma visão menos tradicional de patrimônio, ligada mais ao saber e as festividades, o que fica nítido nos últimos três gráficos. Embora poucos reconheçam o patrimônio oficial, originalmente ligado à história da colonização alemã pela figura de seu arquiteto, a relação com a história e a cultura se dá, para a maioria, com a celebração de eventos como a *Oktoberfest*.

4.2.3 Ivoti

Outra cidade com um bem tombado pela relação com a colonização alemã, a cidade de Ivoti tem como patrimônio a Igreja Matriz. Para a realização dos questionários nesta cidade foram necessárias duas visitas em épocas distintas; embora a equipe já soubesse como proceder, procurando voluntários em locais como as praças centrais da cidade, na primeira visita pouco mais de 30 questionários foram feitos devido ao fato de ser uma sexta-feira e não existirem muitas pessoas nas praças durante o dia. A saída encontrada foi contar com a colaboração dos trabalhadores do comércio durante à tarde e após o horário comercial, momento em que houve maior circulação de pessoas nas praças.

Na segunda visita foram aplicados os questionários durante a realização de uma feira no núcleo de casas Enxaimel; embora muitas pessoas não fossem do município, conseguiu-se aplicar os 70 questionários restantes sem maiores problemas.

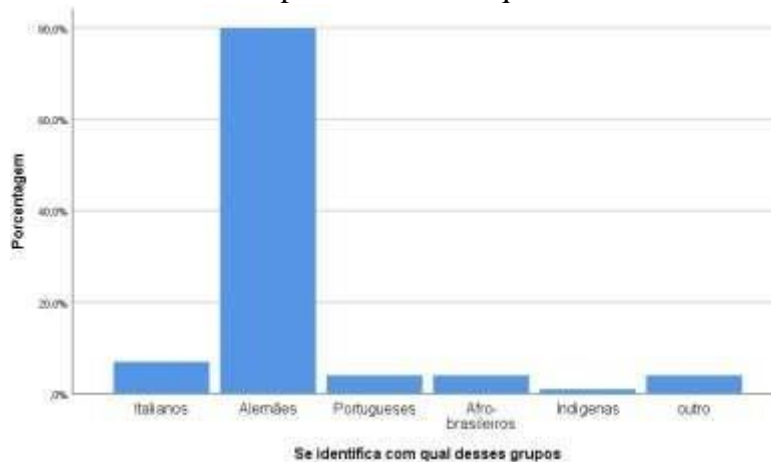
Das pessoas que responderam ao questionário, mais de 80% vivem no município há mais de 15 anos, conforme o gráfico a seguir (gráfico 32).



Fonte: Produção do autor.

Com relação ao grupo étnico com o qual se identifica, Os que se identificaram culturalmente com os alemães somaram 80% do total de respostas (gráfico 33).

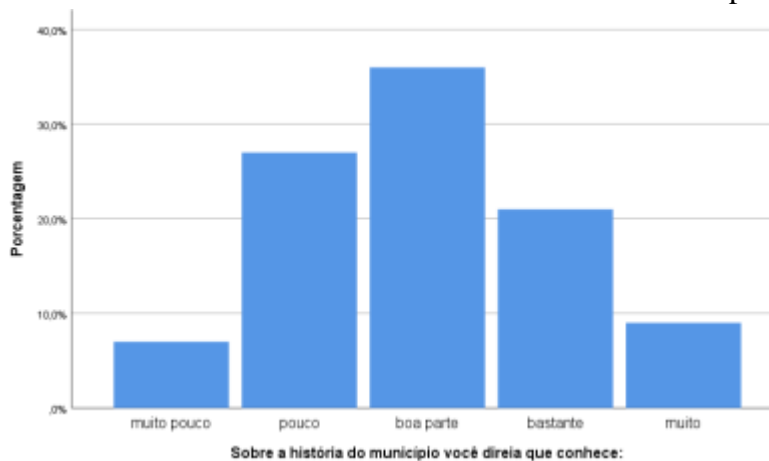
Gráfico 33 – Grupo étnico com o qual se identifica



Fonte: Produção do autor.

Sobre o conhecimento acerca da história do município, aproximadamente 40% afirmaram conhecer boa parte da história da localidade, cerca de 20% afirmaram conhecer bastante e pouco menos de 10% consideram que conhecem muito da história municipal, conforme demonstra o gráfico 34.

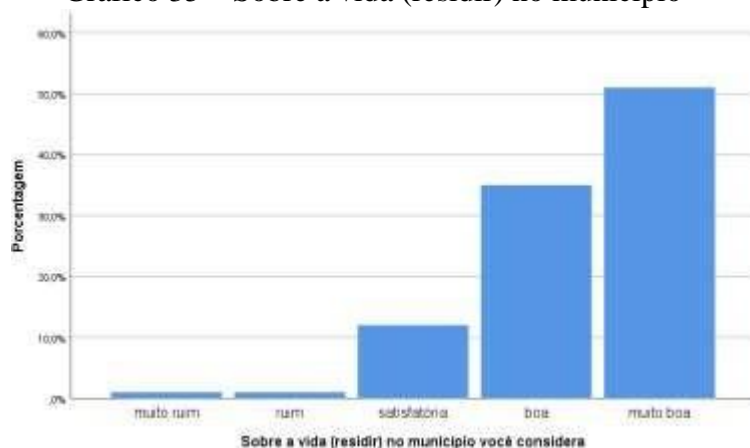
Gráfico 34 – Conhecimento sobre a história do município



Fonte: Produção do autor.

Embora houvesse quem respondeu que a vida no município (em função da cidade, não de relações pessoais envolvendo familiares e amigos) fosse muito ruim ou ruim, a grande maioria, mais de 80%, consideram a vida no município boa (mais de 30%) ou muito boa (mais de 50%), conforme gráfico 35.

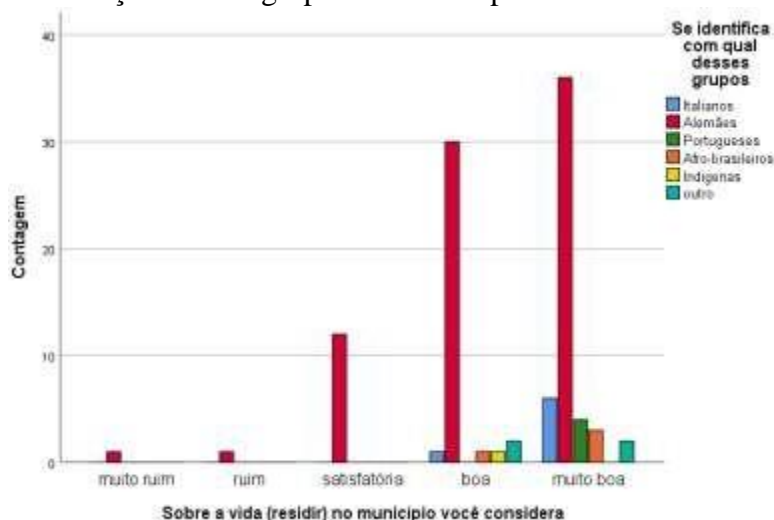
Gráfico 35 – Sobre a vida (residir) no município



Fonte: Produção do autor.

O gráfico pelo número de indivíduos (gráfico 36) mostra que as pessoas que se identificam com os alemães são maioria entre os que melhor avaliam o município, mas também, são os mais críticos em relação a ele.

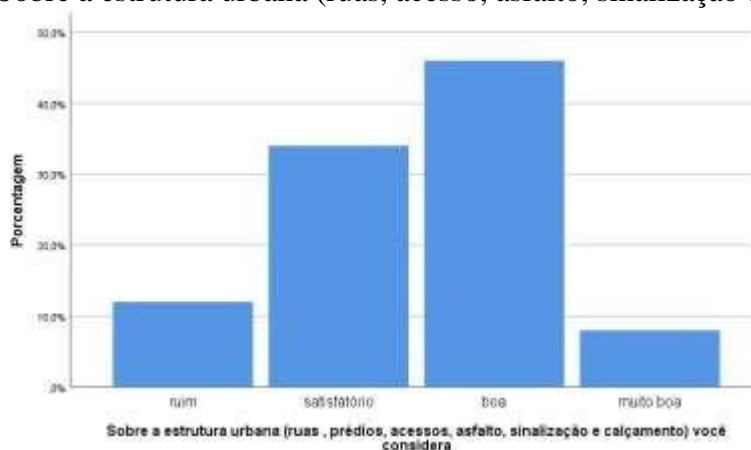
Gráfico 36 – Correlação entre o grupo étnico e a opinião sobre a vida no município



Fonte: Produção do autor.

Sobre a estrutura urbana em relação ao calçamento, sinalização, acesso a cadeirantes entre outros, a opção muito ruim não foi citada; embora mais de 10% considerem as condições ruins, o maior índice foi dos que consideram as condições boas (mais de 40%) ou muito boas (pouco menos de 10%), conforme o gráfico abaixo (gráfico 37).

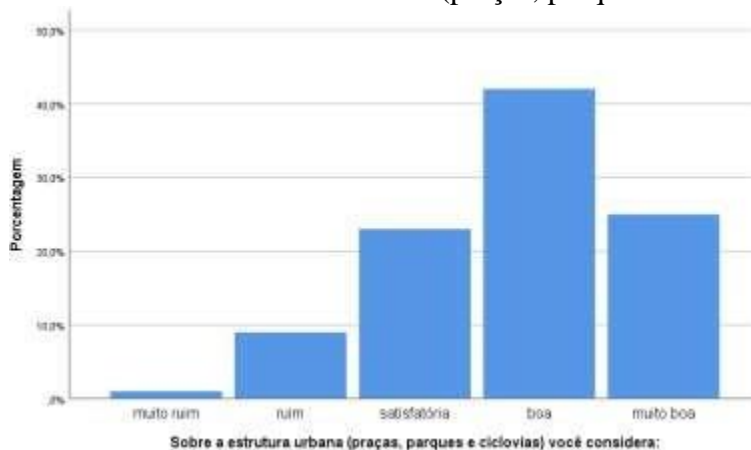
Gráfico 37 – Sobre a estrutura urbana (ruas, acesso, asfalto, sinalização e calçamento)



Fonte: Produção do autor.

Sobre as condições de manutenção e segurança nos espaços de convivência e lazer, mais de 40% consideram boas e mais de 20% consideram muito boas, conforme expressam os dados do gráfico 38.

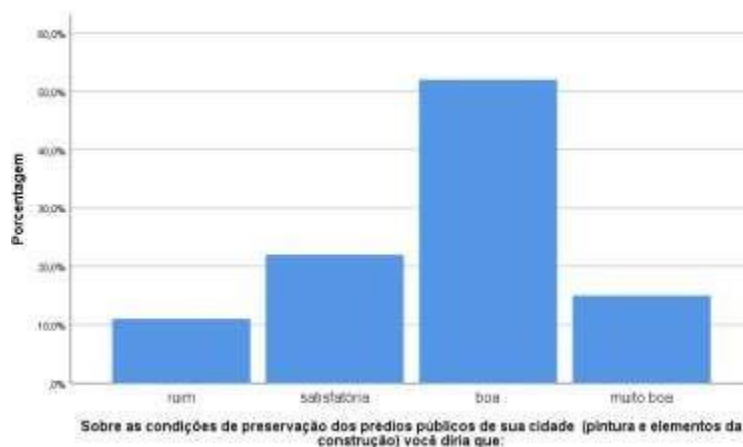
Gráfico 38 – Sobre a estrutura urbana (praças, parques e ciclovias)



Fonte: Produção do autor.

Para a maioria das pessoas que responderam ao questionário as condições de preservação dos prédios públicos estão boas (mais de 50%) ou muito boas (mais de 10%); a opção muito ruim não foi escolhida por nenhum dos participantes, o que demonstra o gráfico 39.

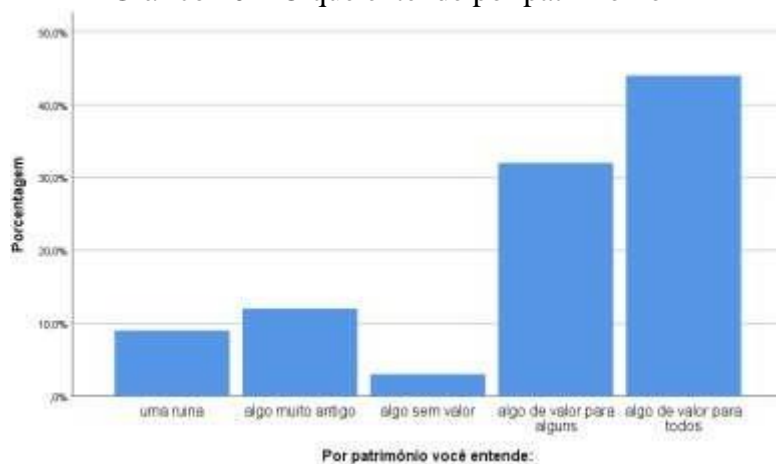
Gráfico 39 – Sobre as condições de preservação dos prédios públicos do município



Fonte: Produção do autor.

Mais de 40% participantes entende que o patrimônio é algo que tem valor para todos; um número expressivo de pessoas (mais de 30%) considera o patrimônio como algo que tem valor apenas para alguns e menos de 5% afirmou que o patrimônio não tem valor algum (gráfico 40).

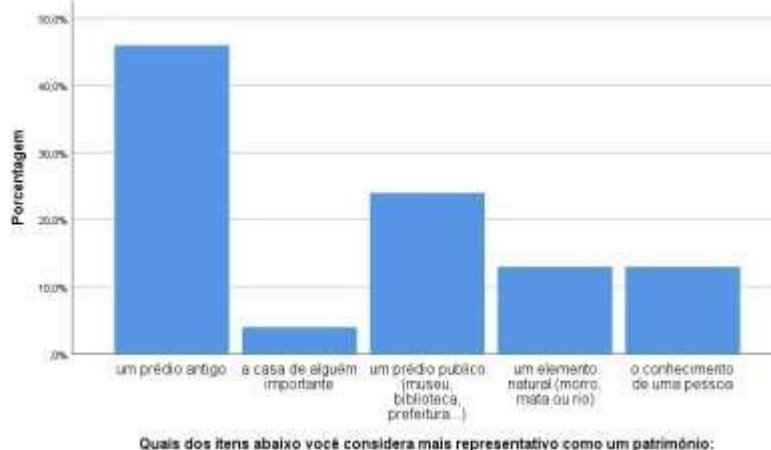
Gráfico 40 – O que entende por patrimônio



Fonte: Produção do autor.

Em Ivoti a concepção clássica de patrimônio material e edificado é nítida, já que mais de 40% julgaram que um prédio antigo é o elemento mais representativo do patrimônio e cerca de 20% afirmaram ser um prédio público, conforme dados do gráfico 41. As respostas que faziam referência ao patrimônio natural ou patrimônio imaterial somaram pouco mais de 10% cada uma.

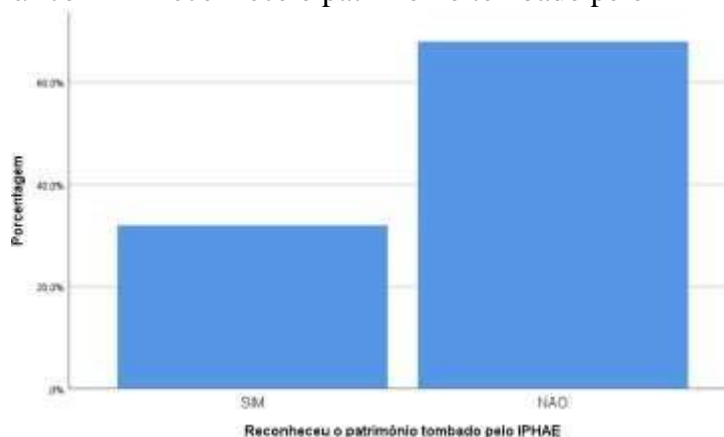
Gráfico 41 – Quais itens considera mais representativo como um patrimônio



Fonte: Produção do autor.

Embora a concepção de patrimônio vigente seja referente à bens materiais com importância para a coletividade em primeiro lugar, mais de 60% das pessoas não reconheceu o bem tombado como patrimônio da cidade, de acordo com o gráfico a seguir (gráfico 42).

Gráfico 42 – Reconhece o patrimônio tombado pelo IPHAE

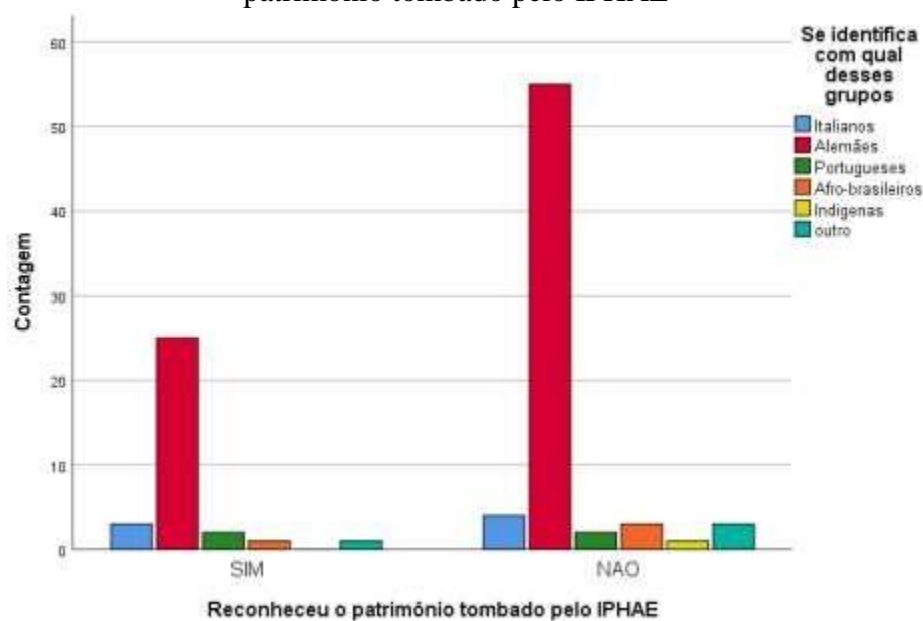


Fonte: Produção do autor.

No gráfico 43, no qual se realizou uma correlação entre o grupo étnico com o qual o indivíduo se identifica e o reconhecimento do patrimônio tombado, os que se identificam culturalmente com os alemães estão entre os que mais lembraram e os que mais esqueceram.

Gráfico 43 – Correlação entre o grupo étnico com o qual se identifica e o reconhecimento do

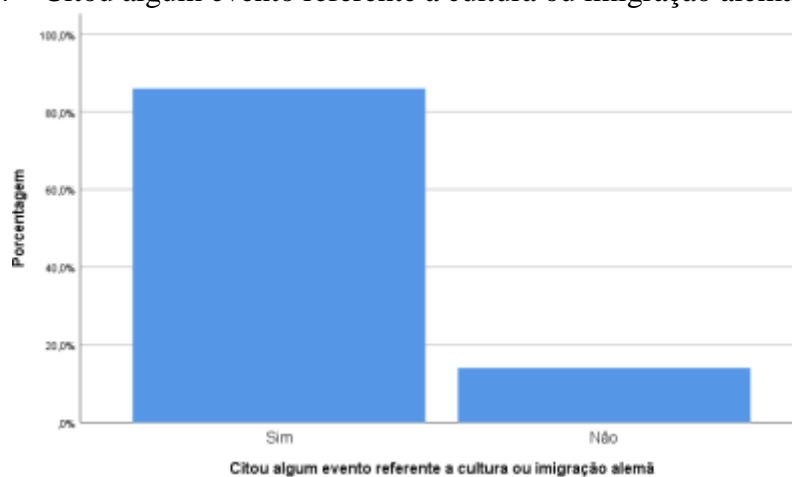
patrimônio tombado pelo IPHAE



Fonte: Produção do autor.

Com relação a eventos ligados a cultura ou imigração alemã, mais de 80%, de acordo com o gráfico 44, citaram eventos, com destaque para o Kerb, festa que envolve comidas típicas, danças e chopp.

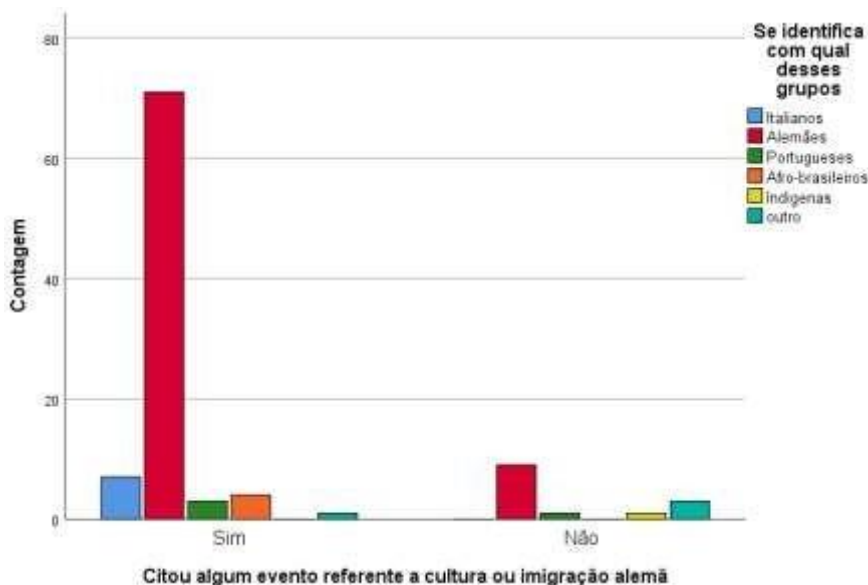
Gráfico 44 – Citou algum evento referente a cultura ou imigração alemã



Fonte: Produção do autor.

Novamente os que se identificam com a cultura alemã estão entre os que mais lembraram e os que mais se esqueceram do evento, conforme gráfico abaixo (gráfico 45).

Gráfico 45 – Correlação entre grupo étnico e citar algum evento referente a cultura ou imigração alemã



Fonte: Produção do autor.

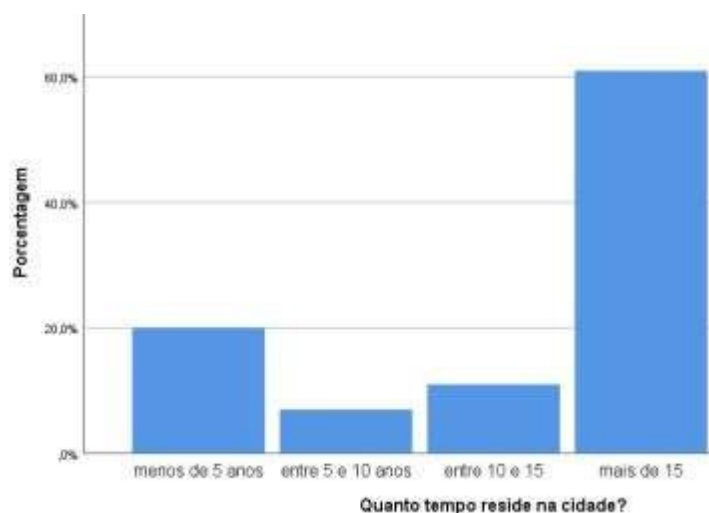
Assim como em Santa Cruz do Sul, em Ivoti existe uma disparidade em relação ao que se considera patrimônio (material) e o patrimônio oficial (tombado) e embora as noções de patrimônio imaterial não sejam consideradas como as que mais caracterizam o patrimônio, as respostas das perguntas abertas sugerem uma preponderância do intangível sobre o tangível, nesse dois casos.

4.2.4 Bento Gonçalves

A cidade de Bento Gonçalves foi visitada apenas uma vez para a aplicação dos cem questionários, o que se deve em grande parte as boas condições climáticas, grande circulação de pessoas em espaços públicos e boa receptividade dos participantes. Em Bento Gonçalves o bem tombado é a Escola Santa Teresa, que hoje fica no município de Santa Tereza, antigo distrito da cidade.

Dos cem participantes que responderam ao questionário, mais de 80% moravam no município há mais de 15 anos, conforme o gráfico 46.

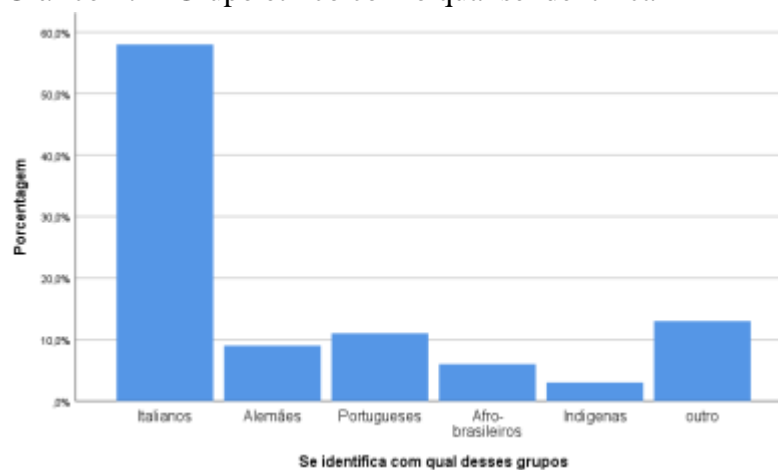
Gráfico 46 – Tempo de residência na cidade



Fonte: Produção do autor.

A maioria dos que responderam o questionário (aproximadamente 60%) identifica-se culturalmente com os italianos, pouco mais de 10% se identificam com outros grupos, pouco mais de 10% com os portugueses e menos de 10% com alemães, afro-brasileiros e indígenas (gráfico 47).

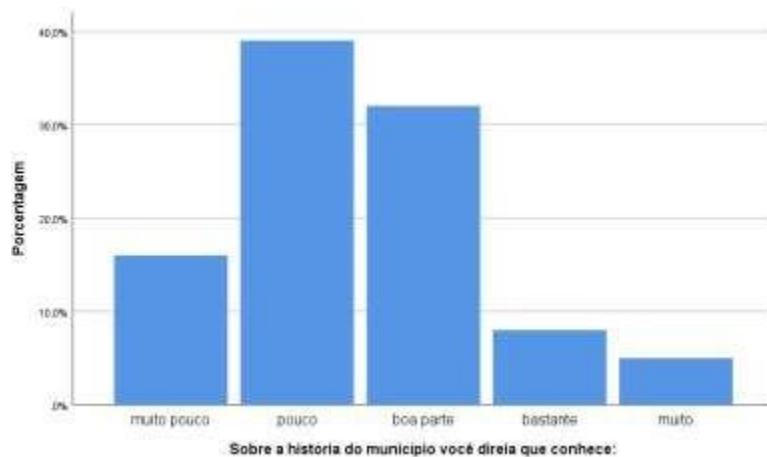
Gráfico 47 – Grupo étnico com o qual se identifica



Fonte: Produção do autor.

Sobre o conhecimento acerca da história municipal quase 40% afirmou conhecer pouco, enquanto que mais de 30% afirmou conhecer boa parte e mais de 10% afirmaram conhecer muito pouco; os que afirmaram conhecer bastante ou muito foram menos de 10% cada, conforme o gráfico 48 abaixo.

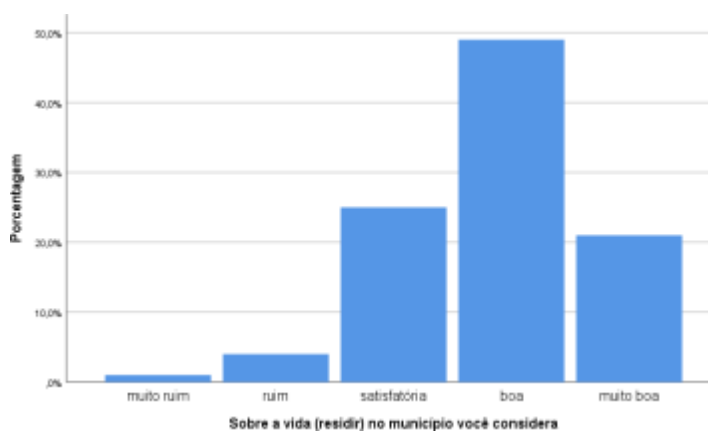
Gráfico 48 – Conhecimento acerca da história do município



Fonte: Produção do autor.

Sobre a vida no município, embora respostas considerando ruim ou muito ruim tenham aparecido, somadas foram menos que 10% enquanto que 20% consideraram a vida muito boa; pouco menos de 50% consideraram boa e mais de 20% afirmaram ser satisfatória, de acordo com o que demonstra o gráfico 49.

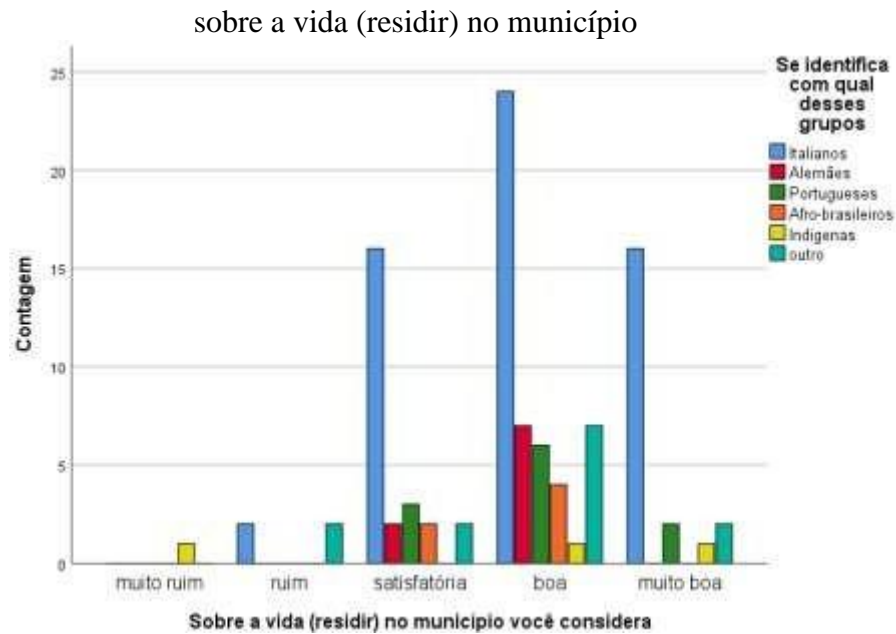
Gráfico 49 – Sobre a vida (residir) no município



Fonte: Produção do autor.

Analisando o gráfico por número de indivíduos, no qual se correlacionou o grupo étnico com o qual o participante se identifica e a opinião a respeito da vida (residir) no município, é possível perceber que embora haja discordância entre os que se identificam com os indígenas, mais indivíduos consideraram a vida no município boa ou muito boa e entre os que se identificam com os italianos, embora existam os que considerem a vida em função da cidade ruim, os que consideram a vida boa compõem o grupo mais expressivo, conforme os dados do gráfico 50.

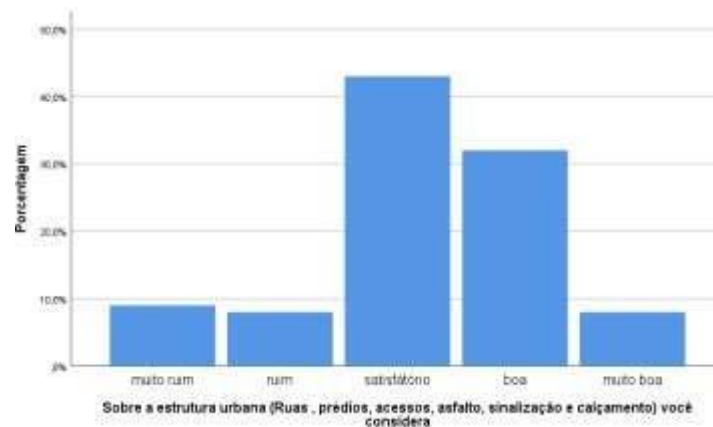
Gráfico 50 – Correlação entre os grupos étnicos com o qual se identifica e a opinião



Fonte: Produção do autor.

Acerca da estrutura urbana, mais de 40% consideraram satisfatórias as condições gerais, sendo que mais de 30% consideraram muito boas e pouco menos de 10% muito boas; no geral, pelas percentagens apresentadas no gráfico 51, é possível afirmar que existe uma visão positiva no que se refere às condições da cidade já que os que consideraram ruins ou muito ruins não chegaram a 10% cada.

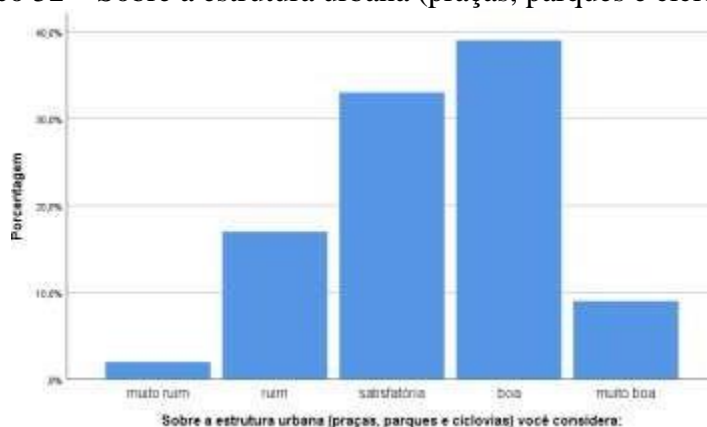
Gráfico 51 – Sobre a estrutura urbana (ruas, prédios, asfalto, sinalização e calçamento)



Fonte: Produção do autor.

Em relação às condições de manutenção e segurança dos espaços públicos de convivência e lazer, como praças, parques e ciclovias, os que consideraram boas foram aproximadamente de 40%, muito boas menos de 10% e satisfatórias pouco mais de 30%; os que consideraram ruins foram menos de 20% e muito ruins menos de 5% (gráfico 52).

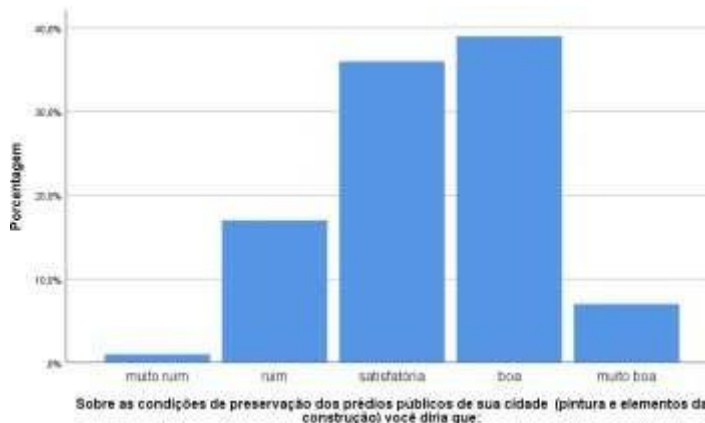
Gráfico 52 – Sobre a estrutura urbana (praças, parques e ciclovias)



Fonte: Produção do autor.

Sobre as condições de preservação dos prédios públicos as respostas foram semelhantes com as respostas da pergunta anterior, sendo que aproximadamente 40% consideraram boas, mais de 30% julgaram satisfatórias e menos de 20% consideraram muito boas; entre os que acreditam que as condições são ruins, foram menos de 20% e muito ruins menos de 5%, conforme os dados do gráfico 53.

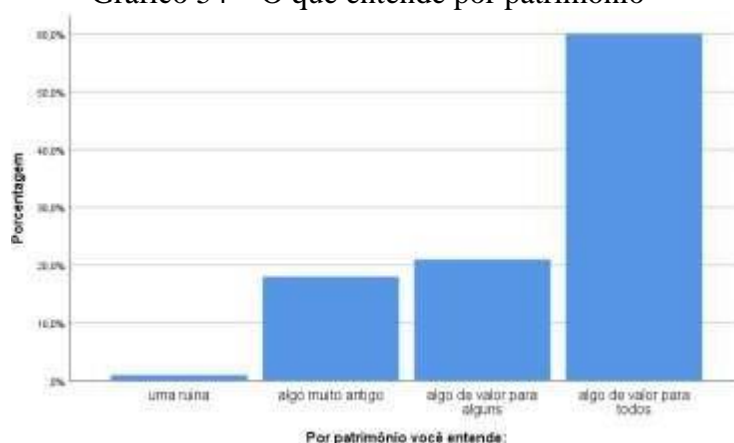
Gráfico 53 – Sobre as condições de preservação dos prédios públicos do município



Fonte: Produção do autor.

Com relação a concepção de patrimônio, de acordo com o gráfico 54, 60% considera como patrimônio algo importante para todos, pouco mais de 20% acredita que seja importante apenas para alguns e menos de 20% relacionou o patrimônio como algo muito antigo; ainda, menos de 5% associou à uma ruína, e não houve ninguém que considerou o patrimônio como algo sem valor.

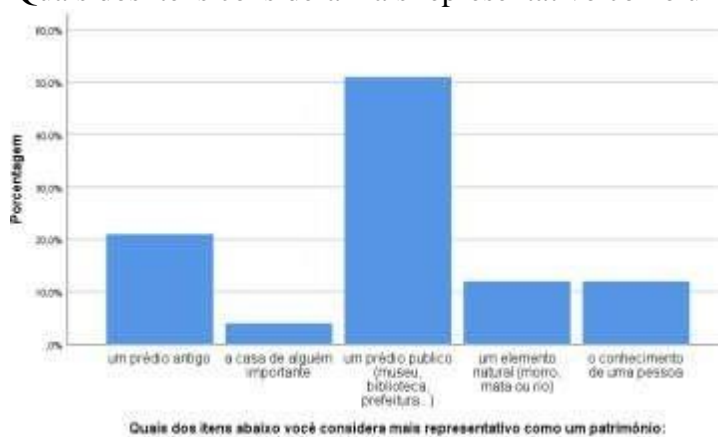
Gráfico 54 – O que entende por patrimônio



Fonte: Produção do autor.

Quanto ao que consideram como mais representativo como patrimônio a maioria (mais de 50%) acredita que o que melhor representa o patrimônio é um prédio público, cerca de 20% acredita ser um prédio antigo e cerca de 5% a casa de alguém importante, o que demonstra a forte presença da ideia de materialidade; as respostas referentes ao patrimônio natural e ao patrimônio imaterial foram pouco mais de 10% cada, conforme gráfico a seguir (gráfico 55).

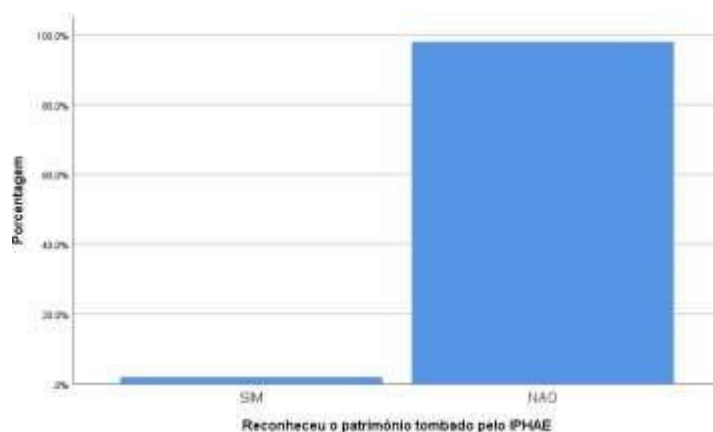
Gráfico 55 – Quais dos itens considera mais representativo como um patrimônio



Fonte: Produção do autor.

No entanto, mesmo que a compreensão de patrimônio seja mais tradicional, destacando a materialidade, mais de 95% das pessoas não reconheceram o bem tombado pelo IPHAE como patrimônio da cidade, o que se evidencia no gráfico 56.

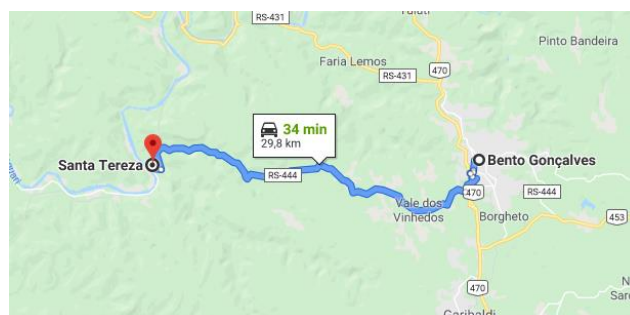
Gráfico 56 – Reconhece o patrimônio tombado pelo IPHAE



Fonte: Produção do autor.

Os dados do gráfico 56 indicaram que menos de 5% dos participantes da pesquisa mencionaram o patrimônio tombado pelo IPHAE. Tais índices podem ser consequência da distância do bem em relação a região central do município, já que Santa Tereza, antigo distrito de Bento Gonçalves na época do tombamento, onde encontra-se situada a Escola Estadual de Santa Tereza, está a aproximadamente 30 Km de Bento Gonçalves, conforme indica o mapa da figura abaixo (figura 27).

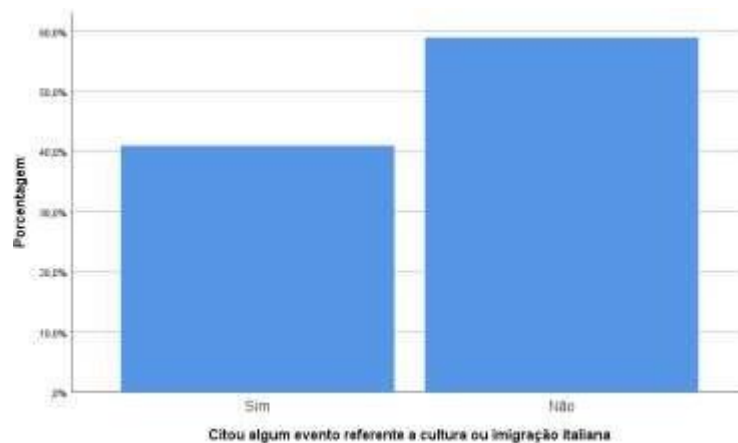
Figura 27 – Mapa da distância entre Bento Gonçalves e Santa Tereza



Fonte: Google Maps (2019).

Mesmo em relação a imaterialidade, na relação com festas e eventos considerados representativos no município e relacionados a colonização italiana, pouco mais de 40% associou um evento desse tipo como característico do município (gráfico 57); nesse caso, o principal evento representativo citado foi a Festa Nacional do Vinho, Fenavinho.

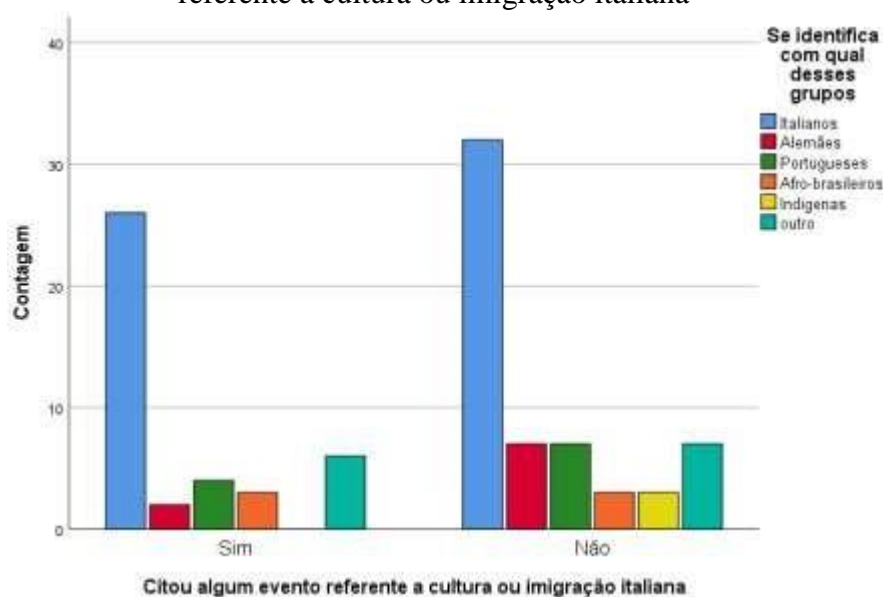
Gráfico 57 – Citou algum evento referente a cultura ou imigração italiana



Fonte: Produção do autor.

Um gráfico analisando as respostas individuais mostra que os que se identificam culturalmente com os italianos foram os que mais lembraram, e também os que menos citaram a mesma como característica.

Gráfico 58 – Correlação entre grupo étnico com o qual se identifica e citar algum evento referente a cultura ou imigração italiana



Fonte: Produção do autor.

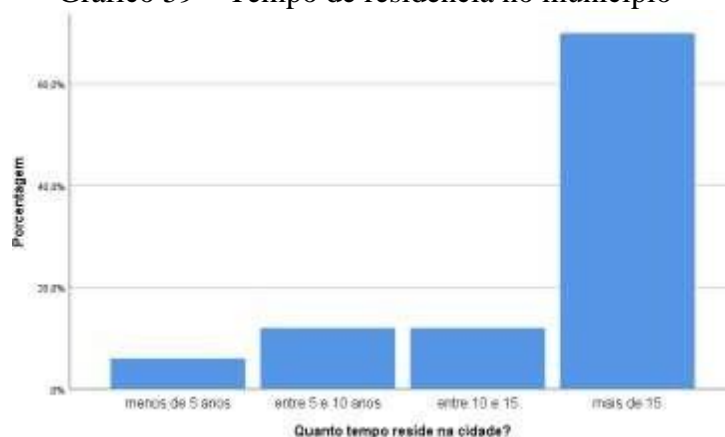
O fato do patrimônio oficial não ser reconhecido ou citado pela maioria das pessoas pode estar associado à emancipação de Santa Tereza e o não reconhecimento do mesmo como parte do município; contrariamente ao que aconteceu com as cidades de São Leopoldo, Santa Cruz e Ivoti, o número de pessoas que considerou como típica uma festa relacionada à colonização local foi inferior.

4.2.5 Farroupilha

O município de Farroupilha foi visitado em duas oportunidades para a aplicação dos cem questionários; na primeira visita o tempo frio e chuvoso foi um obstáculo para a equipe, na segunda o tempo bom garantiu a realização de setenta questionários em um dia de trabalho.

A maioria (mais de 60%) dos que responderam ao questionário moram no município há mais de 15 anos conforme o gráfico abaixo (gráfico 59).

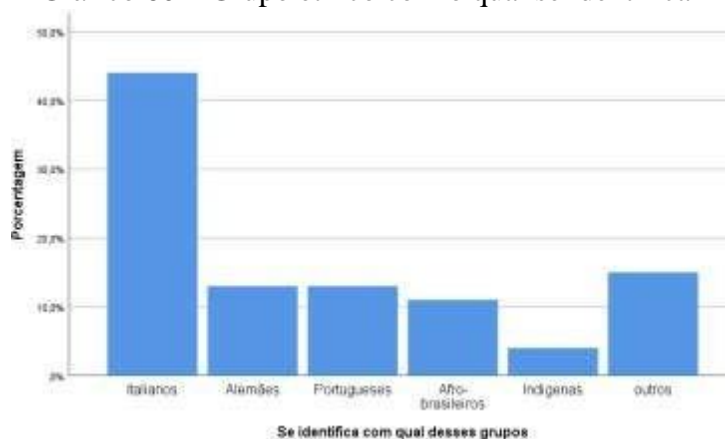
Gráfico 59 – Tempo de residência no município



Fonte: Produção do autor.

Quando perguntados sobre qual grupo étnico se identificavam culturalmente, mais de 40% se identificaram com os italianos, sendo que com os grupos alemães, portugueses e afro-brasileiros pouco mais de 10% em cada caso; identificam-se com o grupo étnico dos indígenas cerca de 5% e com outros grupos mais de 15%, conforme apontam os dados do gráfico 60.

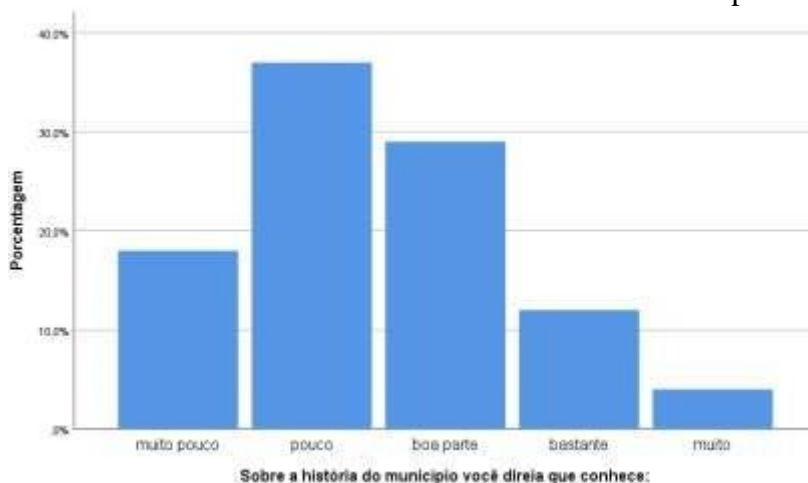
Gráfico 60 – Grupo étnico com o qual se identifica



Fonte: Produção do autor.

Acerca da história do município, menos de 40% responderam conhecer pouco, enquanto que menos de 20% afirmaram conhecer muito pouco; pouco menos de 30% dos participantes afirmam conhecer boa parte da história de Bento Gonçalves, enquanto que pouco mais de 10% acreditam conhecer bastante e cerca de 5% afirmam conhecer muito da história local, conforme gráfico 61.

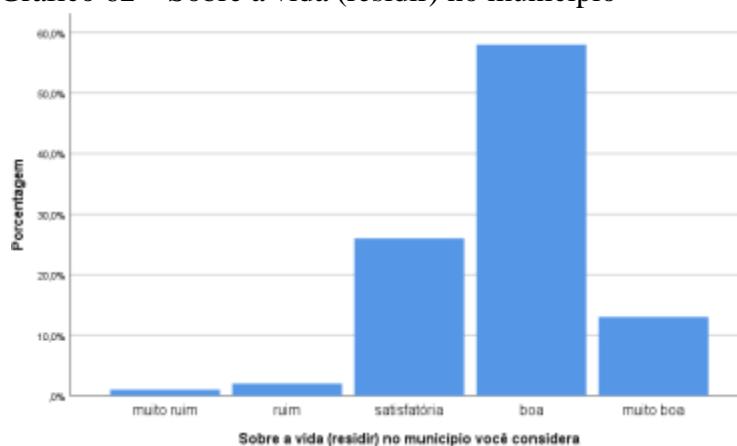
Gráfico 61 – Conhecimento sobre a história do município



Fonte: Produção do autor.

A vida no município é bem avaliada pela maioria das pessoas que responderam o questionário, já que aproximadamente 60% dos participantes consideram a vida na cidade boa, mais de 10% considera muito boa e mais de 20% acham satisfatória; aqueles que consideram a vida ruim ou muito ruim não chegam a 5% (gráfico 62).

Gráfico 62 – Sobre a vida (residir) no município

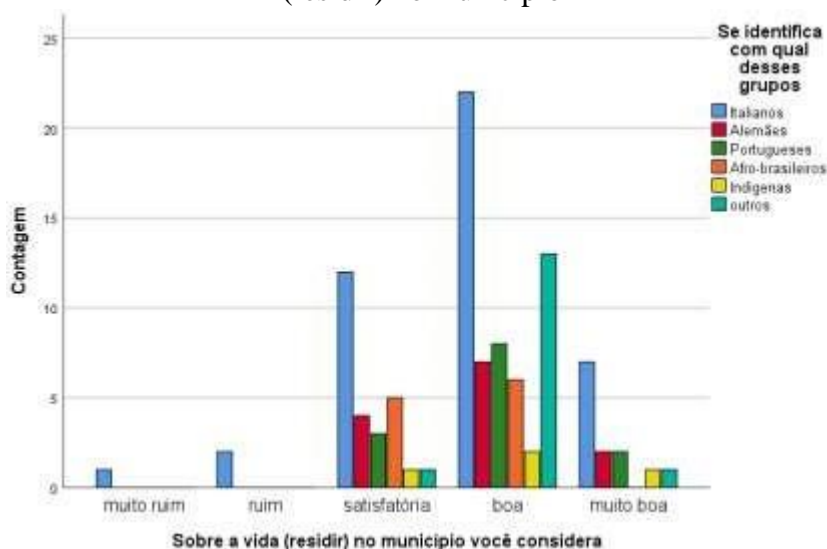


Fonte: Produção do autor.

Conforme o gráfico a seguir (gráfico 63), que correlaciona o número de indivíduos por grupo étnico com o qual se identifica e a opinião sobre a vida (residir) a vida na cidade,

podemos perceber que aqueles que se identificam culturalmente com italianos são os mais satisfeitos com a vida na cidade e também estão entre os mais críticos, já que ninguém de outros grupos considerou a vida no município ruim ou muito ruim.

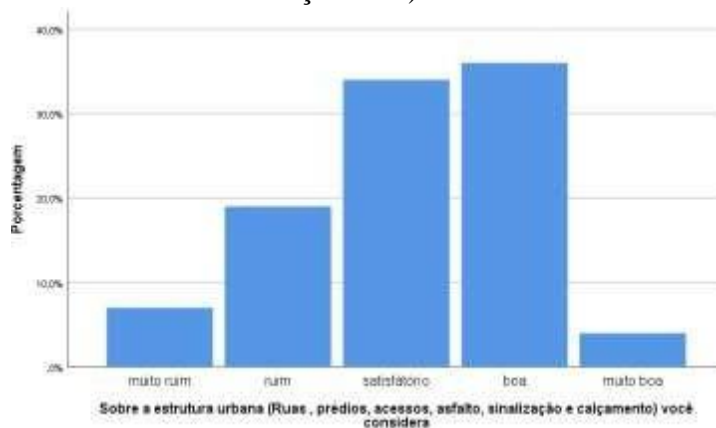
Gráfico 63 – Correlação entre o grupo étnico com o qual se identifica e opinião sobre a vida (residir) no município



Fonte: Produção do autor.

A estrutura urbana também apresenta índices de satisfação consideráveis, uma vez que mais de 30% consideram boas ou satisfatórias as condições das ruas, sinalização, calçamento e prédios; ainda havendo pouco menos de 5% que consideram as condições muito boas, sendo que 20% julga como ruins e menos de 10% muito ruins a estrutura urbana local, de acordo com o gráfico 64.

Gráfico 64 – Sobre a estrutura urbana (ruas, prédios, acessos, asfalto, sinalização e calçamento)

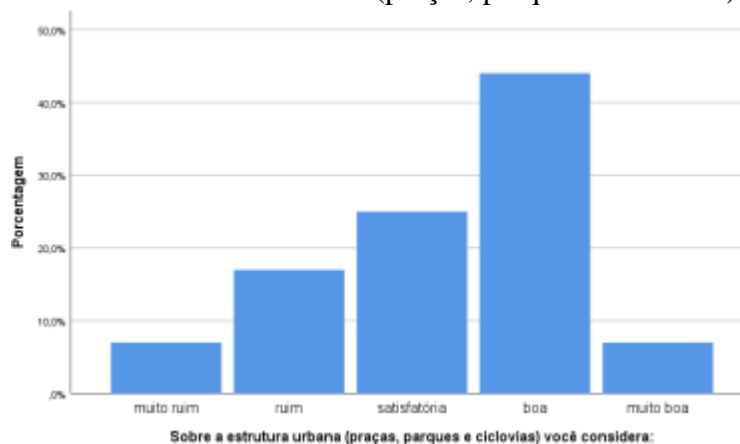


Fonte: Produção do autor.

Quando questionados sobre as condições de conservação, manutenção e segurança

de locais públicos de convivência e lazer, o gráfico 65 aponta que mais de 40% consideram bons, menos de 30% satisfatórios e consideram ruins pouco menos de 20%.

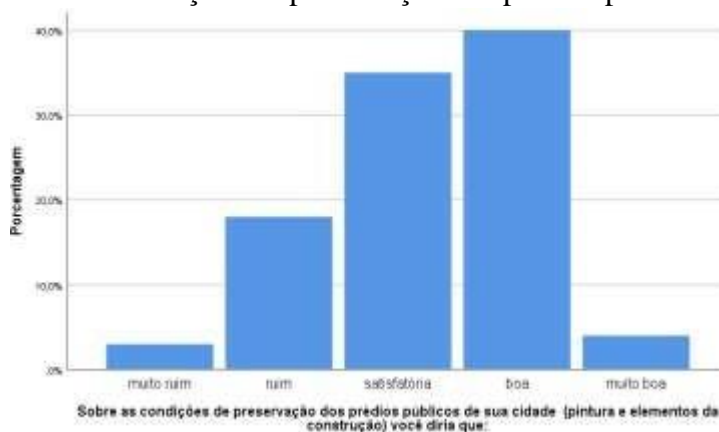
Gráfico 65 – Sobre a estrutura urbana (praças, parques e ciclovias)



Fonte: Produção do autor.

Índices semelhantes foram obtidos no gráfico 66, onde os dados referem-se a opinião dos participantes quanto as condições de preservação dos prédios, uma vez que mais de 40% consideram bons e mais de 20% satisfatórios, muito bom menos de 10%, ruins pouco menos de 20% e muito ruins menos de 10%.

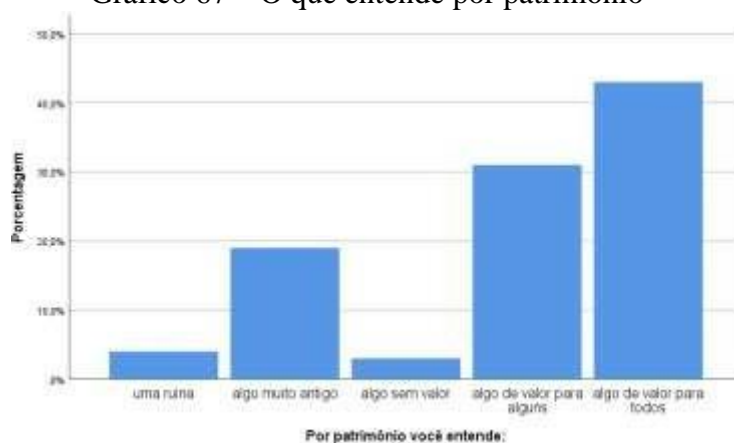
Gráfico 66 – Sobre as condições de preservação dos prédios públicos do município



Fonte: Produção do autor.

A respeito do que consideram patrimônio mais de 40% considera que o patrimônio pode ser algo de valor para todos, pouco mais de 30% consideram que seja algo de valor para alguns, pouco menos de 20% associam o patrimônio com algo muito antigo, menos de 5% consideram uma ruína e menos de 5% consideram o patrimônio como algo sem valor, conforme dados do gráfico 67.

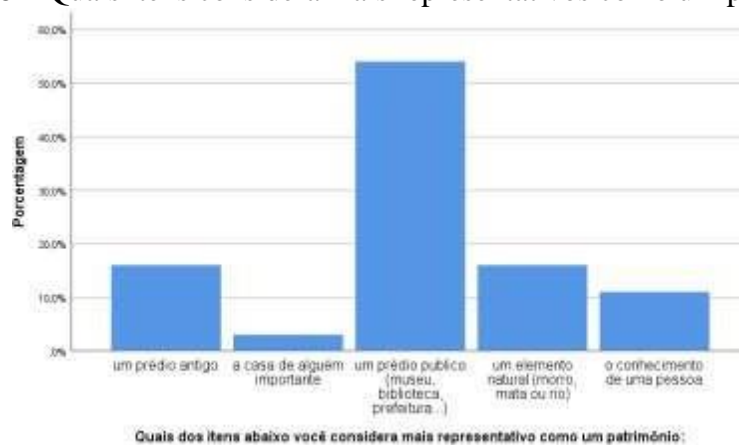
Gráfico 67 – O que entende por patrimônio



Fonte: Produção do autor.

A materialidade, a exemplo de outras cidades citadas anteriormente, também foi dominante em Farroupilha, de acordo com dados do gráfico 68. A maioria dos participantes (mais de 50%) considerou como patrimônio um prédio público, menos de 20% considera como mais representativo um prédio antigo e menos de 5% a casa de alguém importante. As opções que faziam referência ao patrimônio natural e ao patrimônio imaterial passaram dos 10% cada.

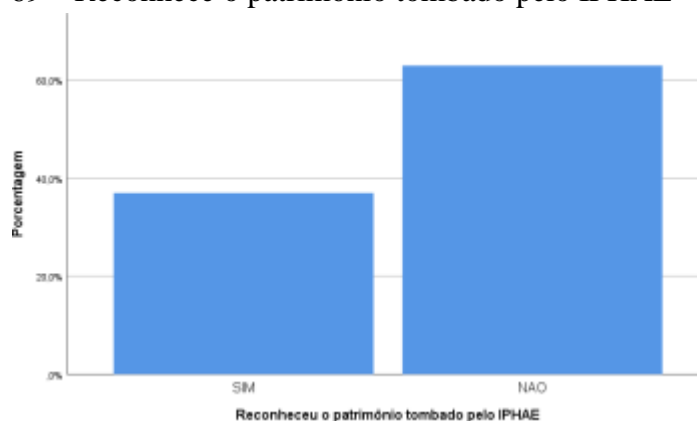
Gráfico 68 – Quais itens considera mais representativos como um patrimônio



Fonte: Produção do autor.

O bem tombado na cidade de Farroupilha, alvo do presente estudo, é o imóvel conhecido como Casa de Pedra que hoje funciona como museu. Embora a maioria das pessoas tenham o considerado um prédio público, como um museu, como sendo o mais representativo do patrimônio, apenas pouco menos de 40% reconheceram o bem tombado como patrimônio do município, de acordo com o gráfico 69.

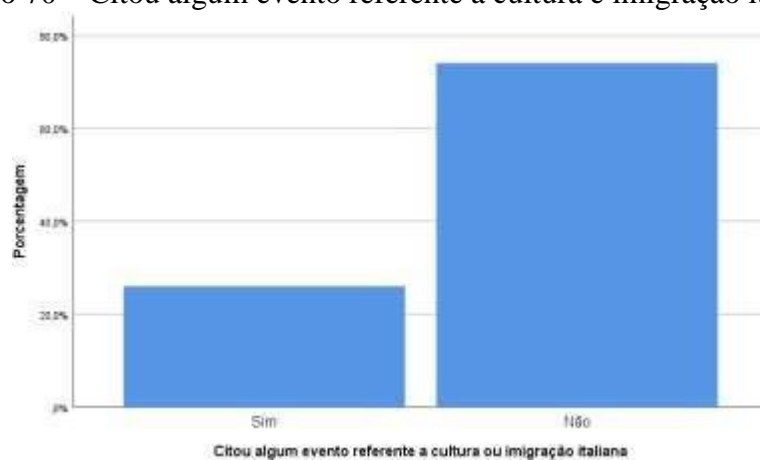
Gráfico 69 – Reconhece o patrimônio tombado pelo IPHAE



Fonte: Produção do autor.

Com relação ao questionamento sobre um evento relacionado à colonização e a cultura italiana como sendo representativo do local, observa-se no gráfico 70 que aproximadamente 80% dos indivíduos não mencionaram nenhum evento. Entre as respostas dos 20% que mencionaram, os eventos mais citados foram a Expo Farroupilha, Fenakiwi e a Festa da Uva (de Caxias do Sul).

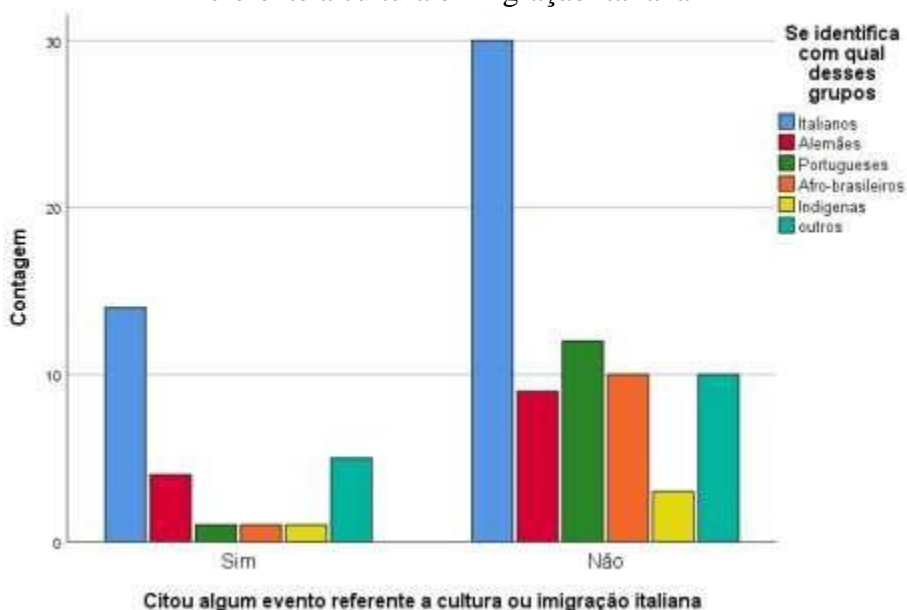
Gráfico 70 – Citou algum evento referente a cultura e imigração italiana



Fonte: Produção do autor.

Ao analisarmos o gráfico por número de casos (gráfico 71), os indivíduos identificados com o grupo étnico dos italianos aparecem entre os que mais citaram os eventos e também como o número mais elevado entre aqueles que não citaram, já que a maioria dos participantes identifica-se com este grupo étnico.

Gráfico 71 – Correlação entre o grupo étnico com o qual se identifica e citar algum evento referente a cultura e imigração italiana



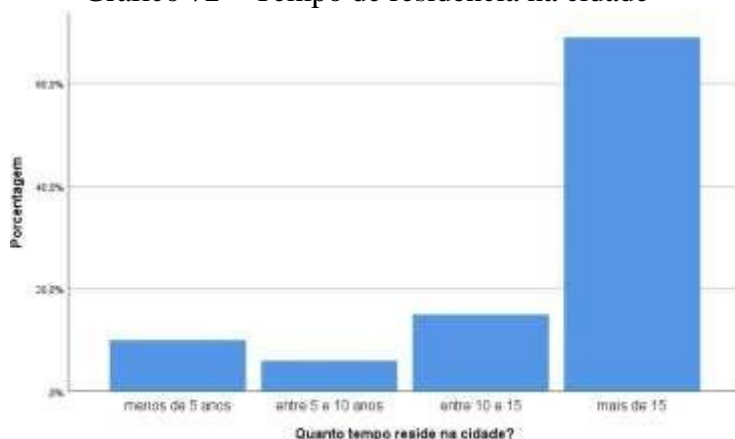
Fonte: Produção do autor.

A cidade de Farroupilha configura-se em mais um caso onde a concepção tradicional de patrimônio material é dominante, porém, não se reflete na mesma proporção no reconhecimento do patrimônio oficial. Novamente são as manifestações culturais, representantes do patrimônio intangível, que mais figuram na memória daqueles que responderam ao questionário.

4.2.6 Flores da Cunha

Para realizar a aplicação dos cem questionários na cidade de Flores da Cunha foi necessária apenas uma visita. Na primeira pergunta do questionário, cujos dados estão expostos no gráfico 72, observou-se que mais de 60% das pessoas responderam que moram no município há mais de 15 anos.

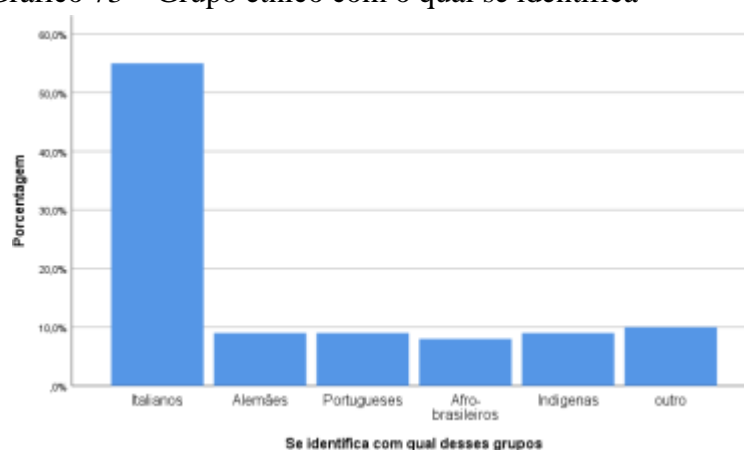
Gráfico 72 – Tempo de residência na cidade



Fonte: Produção do autor.

A maioria (mais de 50%) se identificou culturalmente com o grupo étnico dos italianos, sendo que os quase 40% restantes identificam-se proporcionalmente entre os demais grupos mencionados na pesquisa (menos de 10% cada), o que pode ser observado no gráfico 73.

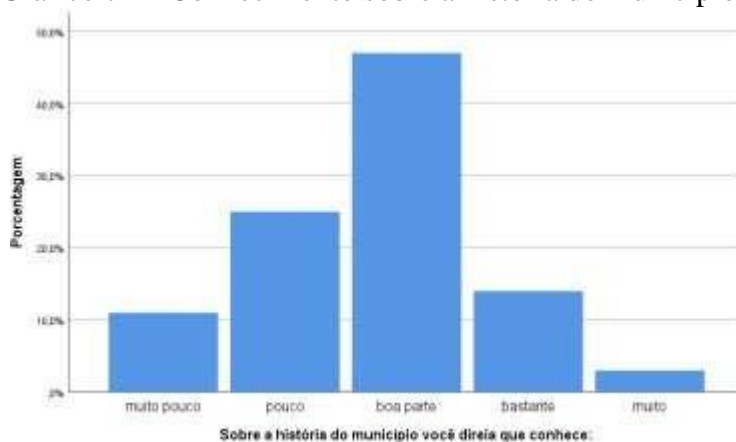
Gráfico 73 – Grupo étnico com o qual se identifica



Fonte: Produção do autor.

Acerca do conhecimento sobre a história do município pouco menos de 50% afirmaram conhecer boa parte, mais de 10% considera conhecer bastante e mais de 20% afirmaram conhecer pouco; entre os que consideram conhecer muito pouco estão menos de dos participantes 10%, de acordo com dados expressos no gráfico 74.

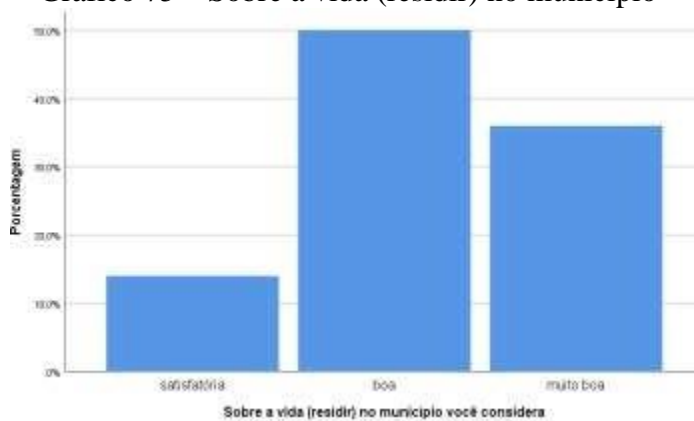
Gráfico 74 – Conhecimento sobre a história do município



Fonte: Produção do autor.

Sobre a vida no município, os números mostram uma das melhores avaliações, já que 50% consideraram a vida boa, mais de 30% consideraram muito boa e pouco mais de 10% acreditam ser satisfatória. Foi o único caso em que as opções muito ruim e ruim não foram marcadas uma vez sequer, o que está demonstrado no gráfico 75.

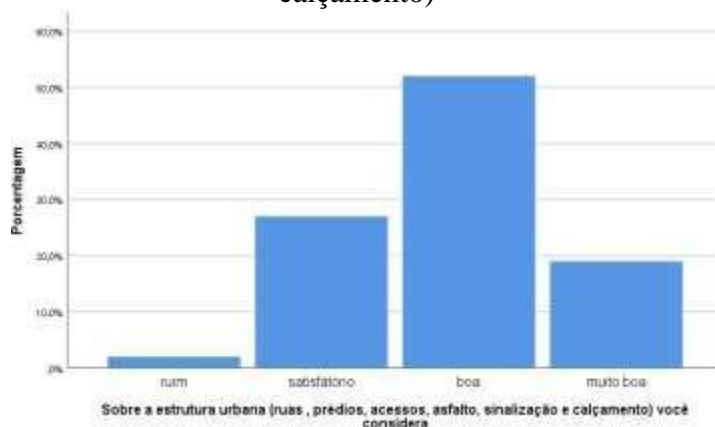
Gráfico 75 – Sobre a vida (residir) no município



Fonte: Produção do autor.

Sobre as condições de ruas, prédios acessos, asfalto, as avaliações permaneceram positivas, já que menos de 5% considerou ruim, pouco menos de 30% achou satisfatória e os outros 70% considerou boas ou muito boas, conforme indicado no gráfico abaixo (gráfico 76).

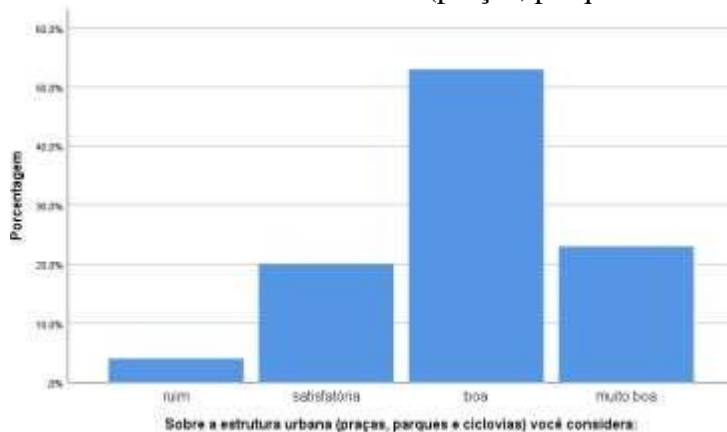
Gráfico 76 – Sobre a estrutura urbana (ruas, prédio, acesso, asfalto, sinalização e calçamento)



Fonte: Produção do autor.

As condições dos espaços públicos de convivência e lazer são avaliadas de maneira semelhantemente positivas, uma vez que menos de 5% consideraram ruim, 20% consideraram satisfatórias, mais de 50% consideraram boas e pouco mais de 20% consideraram muito boas, de acordo com os dados do gráfico 77.

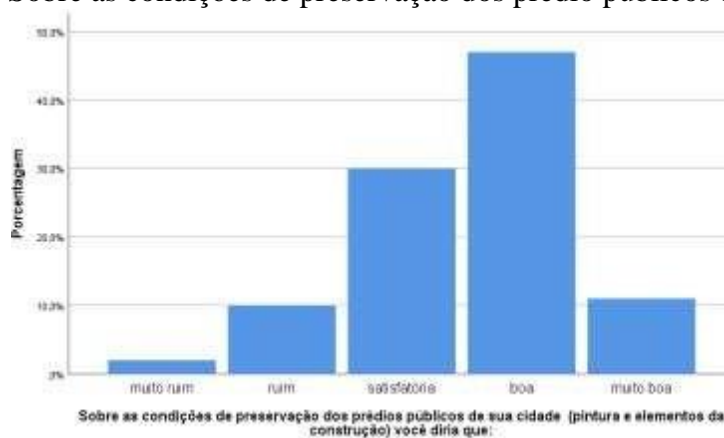
Gráfico 77 – Sobre a estrutura urbana (praças, parques e ciclovias)



Fonte: Produção do autor.

Em respeito à preservação dos prédios públicos houve variação; nota-se no gráfico 78 que menos de 15% consideraram ruins ou muito ruins, enquanto que 30% consideraram satisfatórias, mais de 40% consideraram boas e pouco mais de 10% acreditaram serem muito boas as condições de preservação.

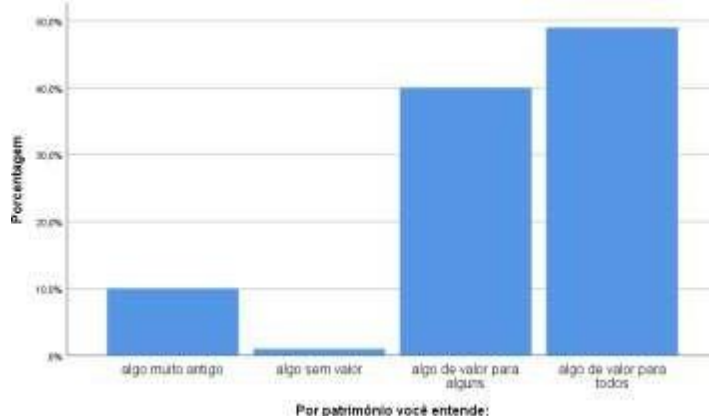
Gráfico 78 – Sobre as condições de preservação dos prédio públicos do município



Fonte: Produção do autor.

Quando questionados a respeito do que consideram como patrimônio, observa-se no gráfico 79 que a concepção de patrimônio como algo de valor para todos obteve pouco menos de 50% das respostas, enquanto os que consideraram, o patrimônio algo de valor apenas para alguns foram 40%; além disso, os que associaram com o valor de acianidade somaram 10% e os que acreditam ser algo sem valor, menos de 5%.

Gráfico 79 – O que entende por patrimônio

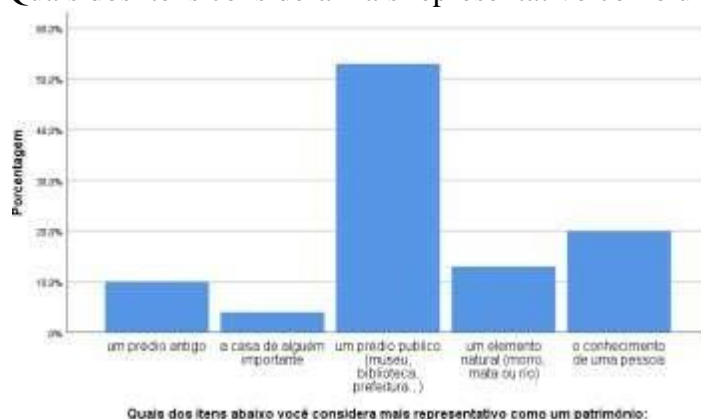


Fonte: Produção do autor.

Em consonância com o que vem sendo apresentado na análise dos dados de outras cidades, no caso de Flores da Cunha, as concepções acerca do que pode ser considerado como mais representativo do patrimônio são pautadas na materialidade para a maioria das pessoas. Conforme o gráfico 80, mais de 50% dos participantes acredita que o que mais representa o patrimônio é um prédio público, cerca de 10% julgaram que um prédio antigo seria mais representativo e menos de 5% consideraram a casa de alguém importante como resposta.

As perspectivas dos participantes da pesquisa acerca com patrimônio natural e do imaterial também se encontram dentro na margem das outras cidades. De acordo com o apresentado no gráfico 80, pouco mais de 10% considerou um elemento natural como mais representativo de um patrimônio e cerca de 20% considerou o conhecimento de uma pessoa, o número mais elevado até aqui, mas dentro da média da outras cidades.

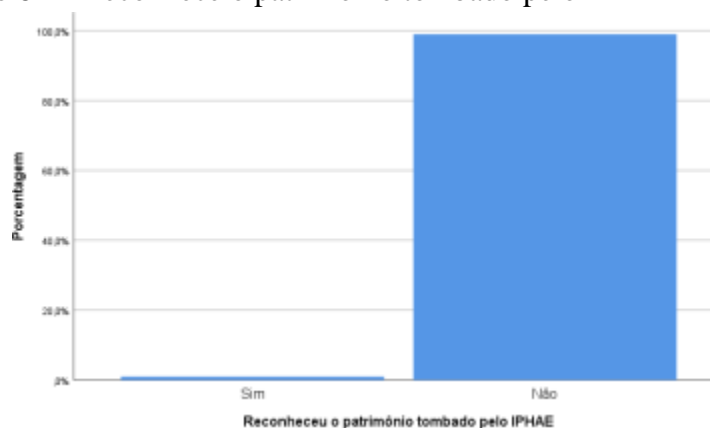
Gráfico 80 – Quais dos itens considera mais representativo como um patrimônio



Fonte: Produção do autor.

A exemplo de Bento Gonçalves, o número de pessoas que citou o bem tombado da cidade de Flores da Cunha foi muito reduzido. Apenas 1% mencionou o Casarão dos Veronese como patrimônio do local, o que significa que apenas uma pessoa reconheceu o bem (gráfico 81).

Gráfico 81 – Reconhece o patrimônio tombado pelo IPHAE

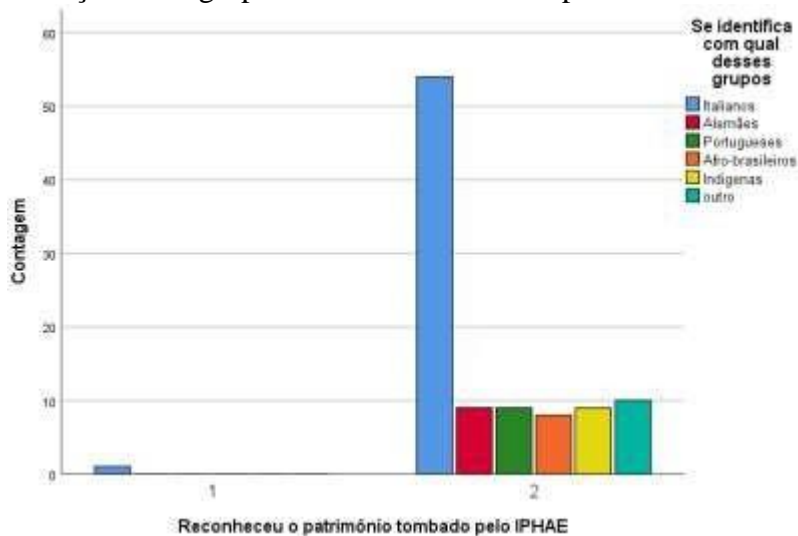


Fonte: Produção do autor.

Conforme o gráfico abaixo (gráfico 82), a única pessoa que citou o Casarão dos Veronese como patrimônio identifica-se culturalmente com os italianos. A maioria dos que se identificam com os italianos e a totalidade dos que se identificam com os demais grupos,

não citaram o bem tombado.

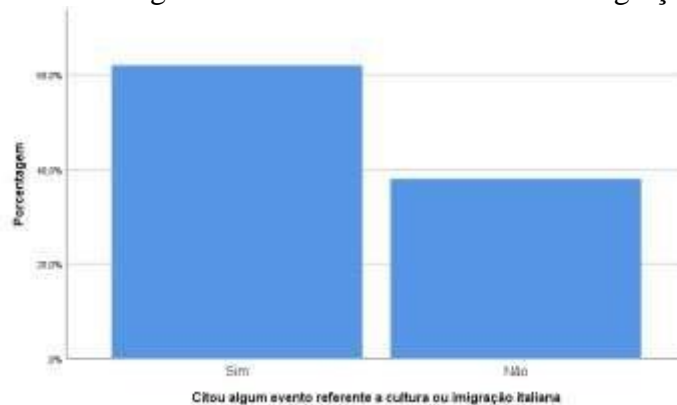
Gráfico 82 – Correlação entre grupo étnico e reconhecer o patrimônio tombado pelo IPHAE



Fonte: Produção do autor.

Também a exemplo de outras cidades já citadas, embora a percepção sobre o patrimônio seja material, o reconhecimento do imaterial na relação cultural foi maior do que o reconhecimento dos bens tangíveis. Em Flores da Cunha o evento mais lembrado foi a Festa da Vindima que celebra a colheita da uva e conta com programação turística envolvendo o distrito de Otávio Rocha, onde se situa o Casarão dos Veronese. Os dados do gráfico 83 apontam que mais de 60% dos participantes mencionou a Festa da Vindima.

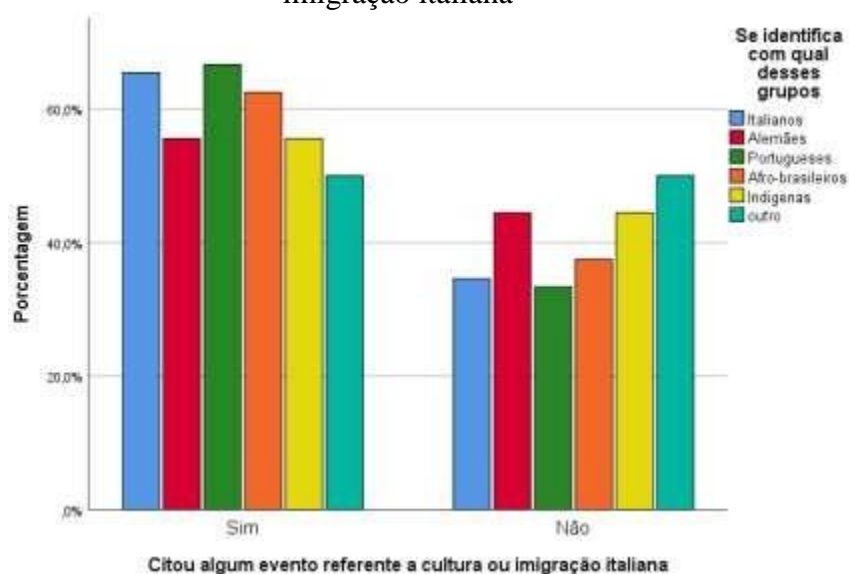
Gráfico 83 – Citou algum evento referente a cultura e imigração italiana



Fonte: Produção do autor.

Proporcionalmente, aqueles que se identificaram com o grupo dos italianos foram os que mais citaram o evento, junto com os que se identificaram com portugueses e afro-brasileiros, passaram dos 60% de cada grupo.

Gráfico 84 – Correlação entre grupo étnico e citar algum evento referente a cultura e imigração italiana



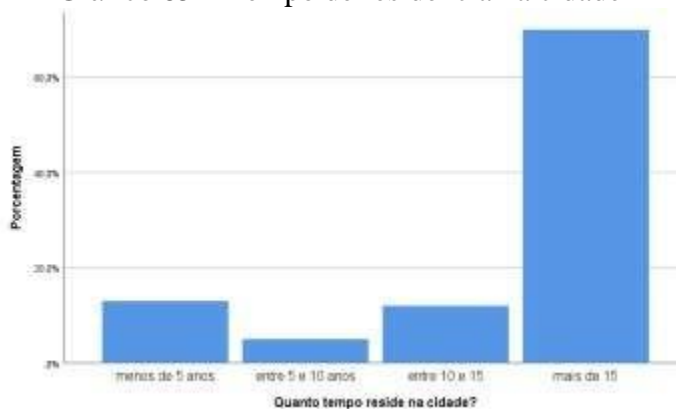
Fonte: Produção do autor.

4.2.7 Erechim

Na cidade de Erechim duas visitas foram suficientes para aplicar os cem questionários, embora nesse município as praças não fossem tão movimentadas, em um lugar chamado Seminário Nossa Senhora de Fátima, o qual conta uma ampla área verde e é aberto ao público, havia maior concentração de pessoas durante nossas visitas.

Com relação ao tempo de residência no município mais de 60% das pessoas que responderam o questionário vivem na cidade há mais de 15 anos (gráfico 85).

Gráfico 85 – Tempo de residência na cidade

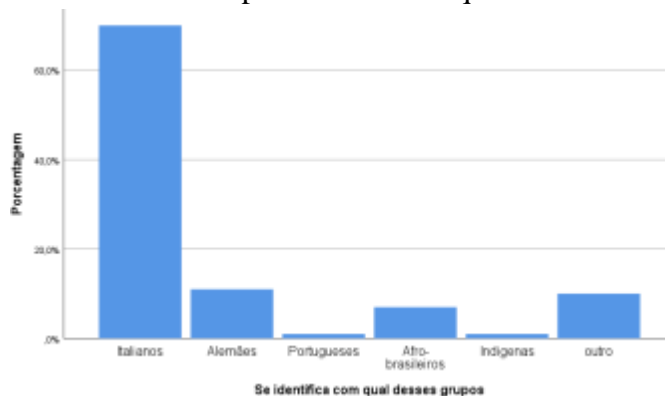


Fonte: Produção do autor.

Quando perguntados com qual grupo étnico se identificavam, mais de 60% respondeu que se identificava culturalmente com os italianos, já os que se identificavam com os alemães

foram cerca de 10%, e afrobrasileiros, portugueses, indígenas e outros menos de 10% cada (gráfico 86).

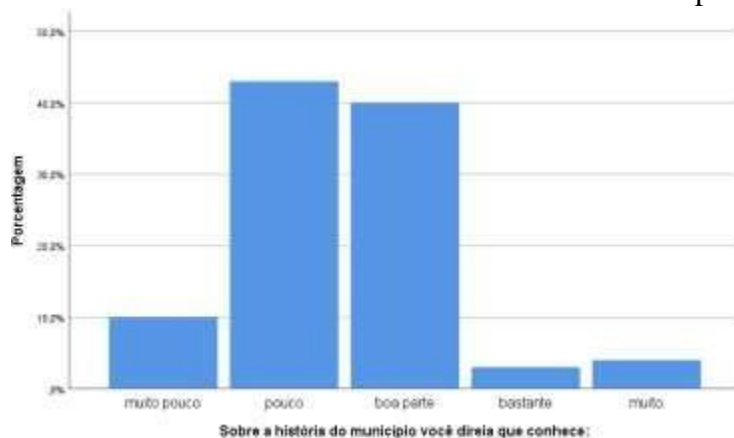
Gráfico 86 – Grupo étnico com o qual se identifica



Fonte: Produção do autor.

Acerca de seu conhecimento sobre a história do município, pouco mais de 50% dos indivíduos afirmaram conhecer pouco ou muito pouco, enquanto 40% afirmaram conhecer boa parte e menos de 10% afirmam conhecer muito, o que pode ser observado no gráfico 87.

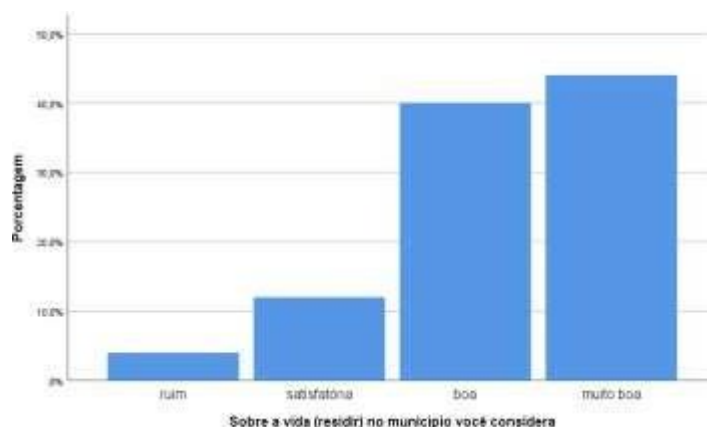
Gráfico 87 – Conhecimento sobre a história do município



Fonte: Produção do autor.

Em relação à vida no município 40% consideraram boa e mais de 40% afirmaram ser muito boa, enquanto que pouco mais de 10% consideraram satisfatória; cerca de 5% consideraram ruim e a opção muito ruim não foi escolhida por nenhuma das pessoas que responderam ao questionário (dados no gráfico 88).

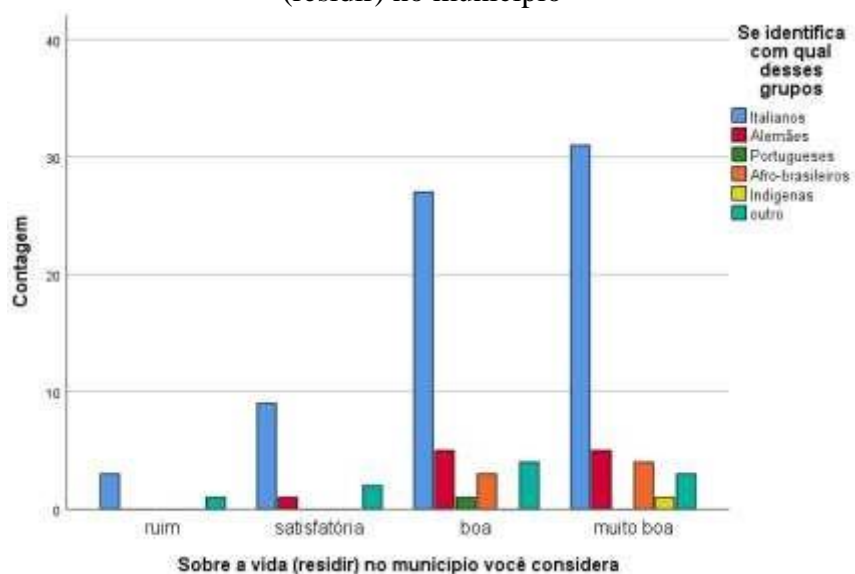
Gráfico 88 – Sobre a vida (residir) no município



Fonte: Produção do autor.

Se levarmos em consideração o gráfico que enumera as respostas por indivíduo e grupo étnico com o qual se identifica (gráfico 89), é possível perceber que não só os que se consideram italianos que tem uma visão positiva da vida no município embora aproximadamente 5% deles considerem a vida no município ruim.

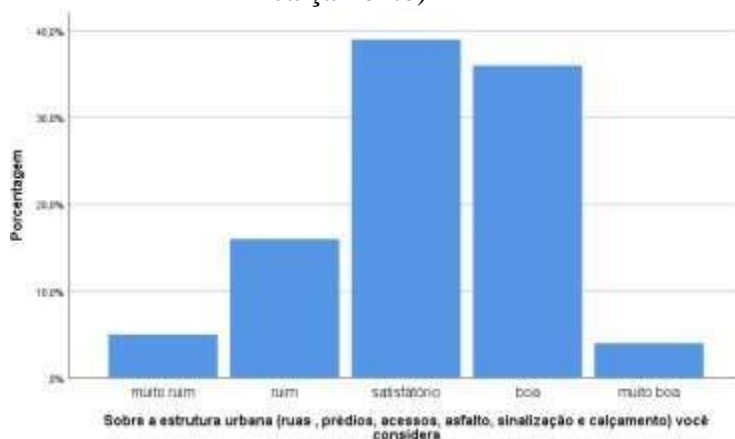
Gráfico 89 – Correlação entre grupo étnico com o qual se identifica e opinião sobre a vida (residir) no município



Fonte: Produção do autor.

Sobre as estruturas urbanas relacionadas às condições das ruas, asfalto e sinalização, a avaliação ainda pode ser considerada positiva, se comparada com outras cidades analisadas. Embora aqueles que consideram as condições ruins ou muito ruins somem mais de 20%, quase 40% consideram satisfatórias e cerca de 35% consideram boas; os que consideram as condições muito boas são pouco menos de 5%, conforme gráfico 90 a seguir.

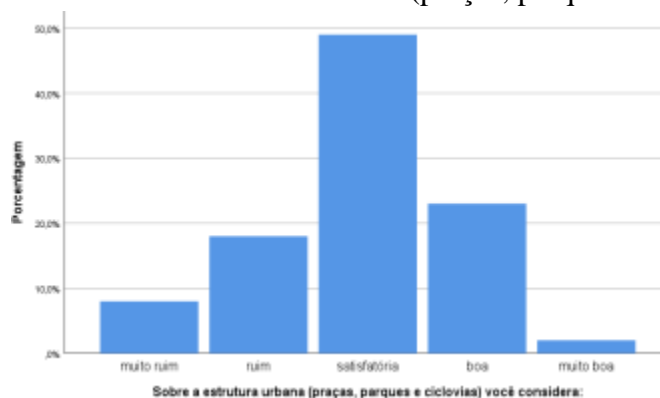
Gráfico 90 – Sobre a estrutura urbana (ruas, prédios, acessos, asfalto, sinalização e calçamento)



Fonte: Produção do autor.

Sobre as condições de manutenção e preservação dos espaços públicos de lazer e convivência, a avaliação é menos positiva se comparada com as respostas da pergunta anterior. Os índices dos que consideram satisfatórias estão próximos de 50%, enquanto que os que consideram as condições boas somam pouco mais de 20%, muito boas menos de 5%; já aqueles que acreditam que são ruins e muito ruins somam pouco menos de 30% (gráfico 91).

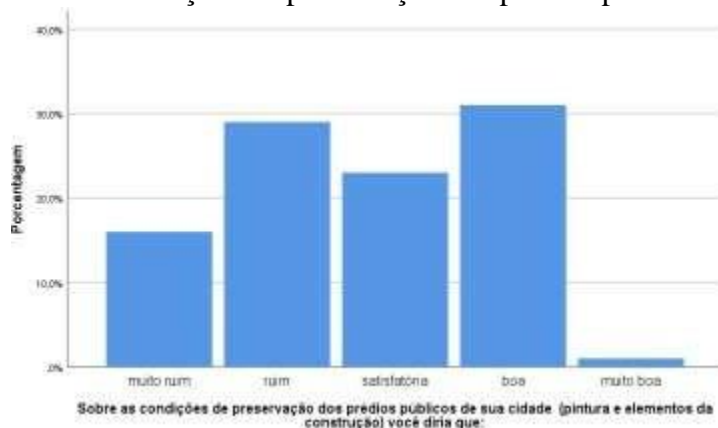
Gráfico 91 – Sobre a estrutura urbana (praças, parques e ciclovias)



Fonte: Produção do autor.

A mudança da percepção daqueles que respondiam o questionário mudou consideravelmente quando responderam acerca da manutenção dos prédios públicos, que envolve o patrimônio. Os que consideram as condições de preservação como satisfatória foram pouco mais de 20%, enquanto os que consideram ruins foram aproximadamente de 30% e os que consideraram muito ruins foram menos de 20%; aqueles que julgaram as condições como muito boas ou boas foram menos de 35% somados os dois índices, o que pode ser conferido no gráfico 92.

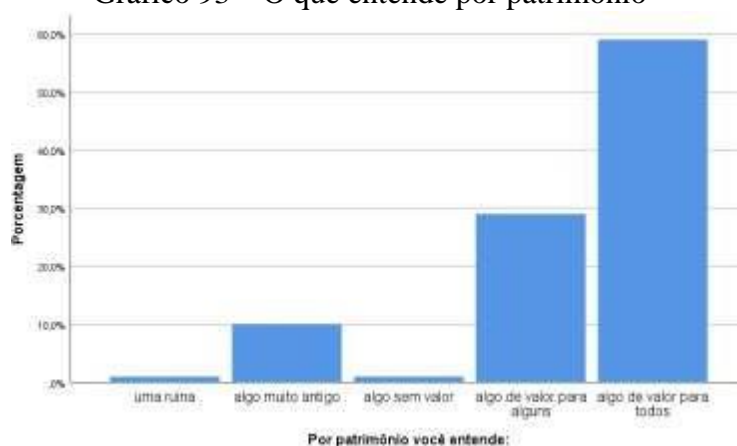
Gráfico 92 – Sobre as condições de preservação dos prédios públicos do município



Fonte: Produção do autor.

Com relação àquilo que consideram como patrimônio quase 60% consideraram como algo de valor para todos, quase 30% consideram que seja importante para um grupo apenas, 10% relacionam com algo muito antigo, somados quem considerou uma ruína ou algo sem valor foram menos de 5%, conforme gráfico 93.

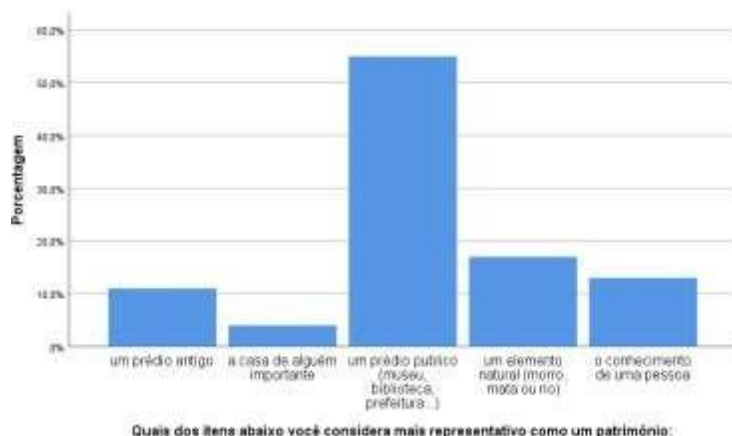
Gráfico 93 – O que entende por patrimônio



Fonte: Produção do autor.

Acerca da representatividade do patrimônio, a exemplo dos outros municípios, a materialidade foi a mais destacada. A maioria das pessoas (mais de 50%) considerou um prédio público como mais representativo, cerca de 10% considerou um prédio antigo, menos de 5% a casa de alguém importante; no entanto pouco menos de 20% consideraram um elemento natural e mais de 10% o conhecimento de alguma pessoa (gráfico 94).

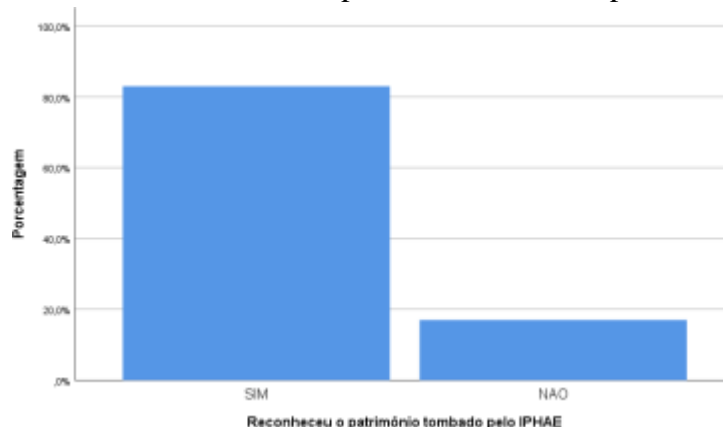
Gráfico 94 – Quais itens considera mais representativo como um patrimônio



Fonte: Produção do autor.

Quando perguntados se conheciam algum patrimônio da cidade, mais de 80% citaram o bem tombado, o Castelinho, enquanto menos de 20% não citaram o bem. De acordo com o gráfico 95, o município de Erechim foi o que teve o bem mais lembrado entre os estudados.

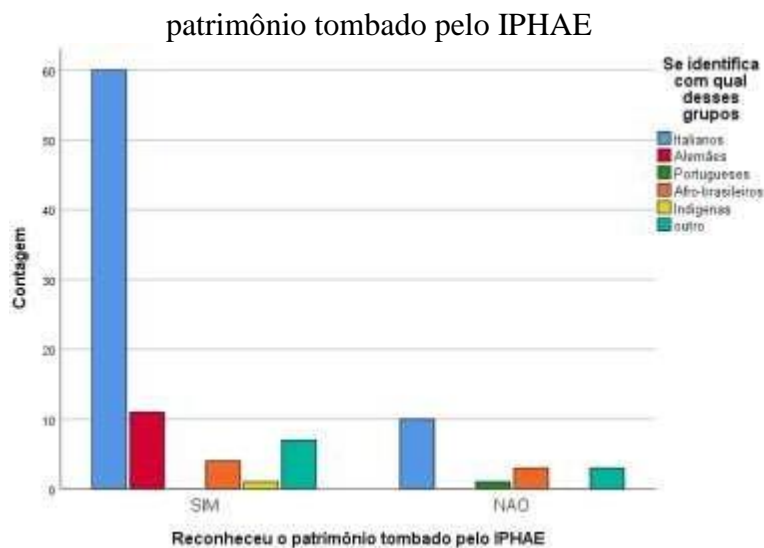
Gráfico 95 – Reconhecer o patrimônio tombado pelo IPHAE



Fonte: Produção do autor.

Se analisarmos o gráfico por número de respostas (gráfico 96) correlacionadas com o grupo étnico com o qual os indivíduos se identificam, podemos perceber que aqueles que se identificam com a cultura italiana, numericamente, foram os que mais lembraram. Entretanto, todos os que se identificaram com os alemães citaram o bem tombado. Os que se identificam com os italianos também figuram em maior número entre os que não citaram o bem.

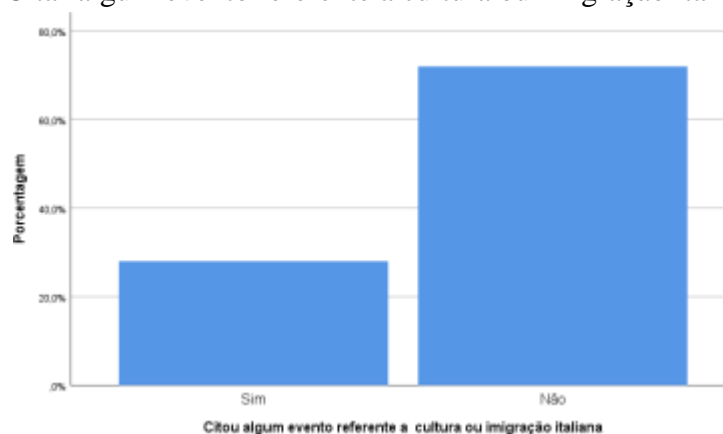
Gráfico 96 – Correlação entre grupo étnico com o qual se identifica e reconhecer o



Fonte: Produção do autor.

Nas respostas referentes aos eventos característicos da cidade, apresentadas no gráfico 97, pouco menos de 80% não citou nenhum evento relativo à cultura ou imigração italiana, pouco mais de 20% citou algum evento, com destaque para a Festa di Bacco, que organiza eventos itinerantes no município envolvendo comércio de produtos coloniais, entre eles o vinho, jantares e danças.

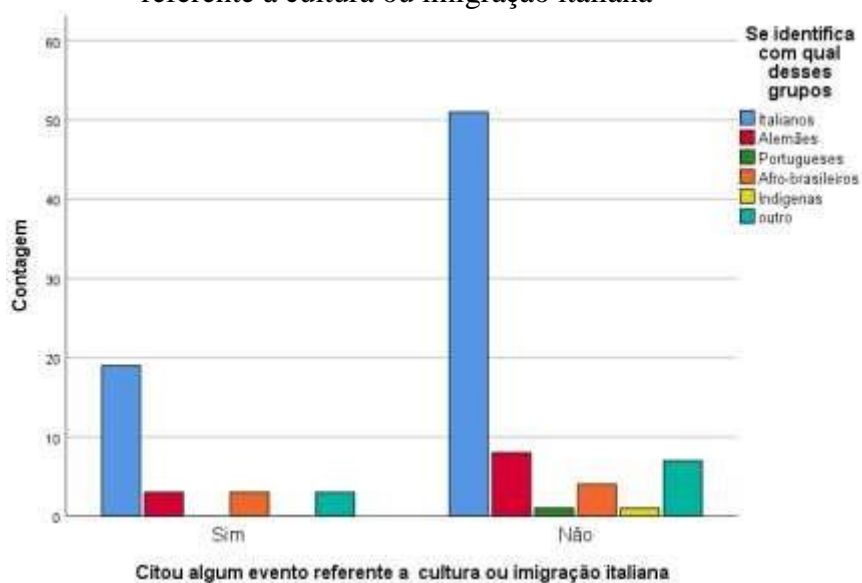
Gráfico 97 – Citar algum evento referente a cultura ou imigração italiana



Fonte: Produção do autor.

Se analisado o gráfico por resposta individual (gráfico 98) é perceptível que os que se identificam com os italianos foram os que mais citaram o evento em quantidade, porém mais de 50 pessoas não citaram nenhum evento relacionado à cultura ou imigração italiana.

Gráfico 98 – Correlação entre grupo étnico que se identifica e citar algum evento referente à cultura ou imigração italiana



Fonte: Produção do autor.

Em Erechim a análise dos gráficos permite perceber que há uma percepção tradicional de patrimônio, ligada à materialidade, o que se refletiu no reconhecimento do bem por parte dos que se identificaram com a cultura italiana, critério étnico para o tombamento do bem. O mesmo também ocorreu aos que se identificaram com outros grupos, como a totalidade dos alemães, por exemplo.

As questões relativas à imaterialidade aparecem pouco representadas nas respostas no que diz respeito as festas e comemorações e também na percepção do patrimônio, já que existe uma certa coerência na proporção das respostas que priorizam o material.

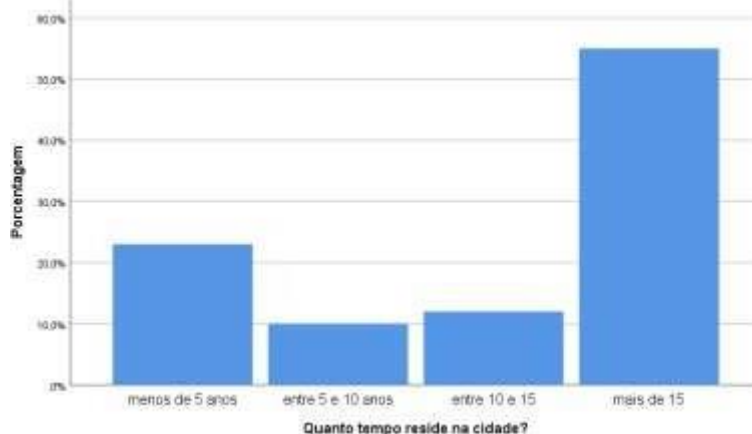
Podemos concluir que no caso do Castelinho o processo de patrimonialização influenciou os habitantes locais, e o mesmo se apresenta como um referencial à memória da localidade, diferente de outras cidades onde as festas e celebrações superaram em número de respostas o bem tombado.

4.2.8 Nova Prata

Na cidade de Nova Prata em apenas uma visita foi possível aplicar os cem questionários, já que a praça central da cidade é bastante movimentada, o que somado às boas condições climáticas do dia, facilitou o trabalho.

A maioria (mais de 50%) das pessoas que responderam ao moravam no município há mais de 15 anos e pouco mais de 20% morava há menos de 5 anos (gráfico 99).

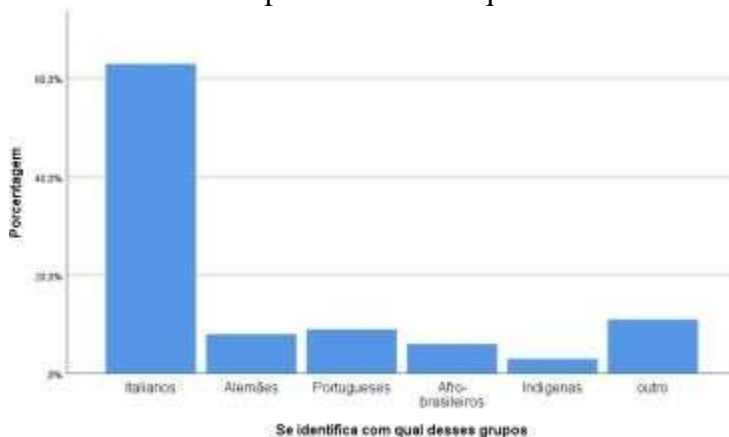
Gráfico 99 – Tempo de residência na cidade



Fonte: Produção do autor.

Quanto à identificação com grupo étnico, a maioria (mais de 60%) se identifica culturalmente com os italianos; os demais grupos ficaram na faixa dos 10% ou menos, sendo que os indígenas não somaram 5% dos participantes, conforme gráfico 100.

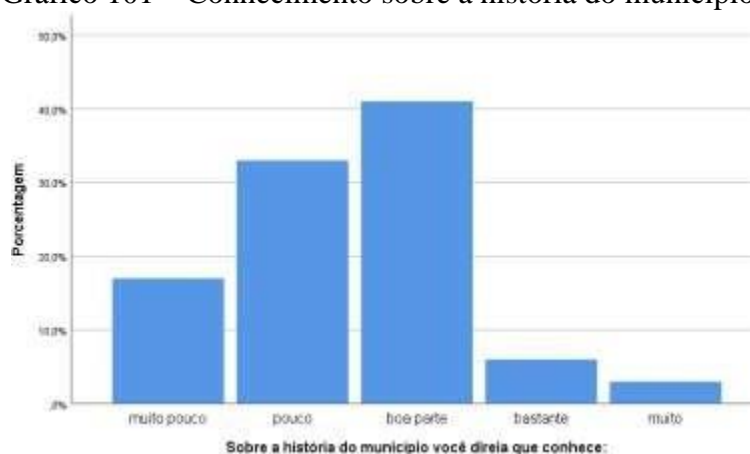
Gráfico 100 – Grupo étnico com o qual se identifica



Fonte: Produção do autor.

Cerca de 40% das pessoas afirmam conhecer boa parte da história local, menos de 10% afirma conhecer bastante e menos de 5% acredita conhecer muito; em contrapartida os que julgam conhecer pouco passam dos 30% e os que disseram conhecer muito pouco quase 20% (gráfico 101).

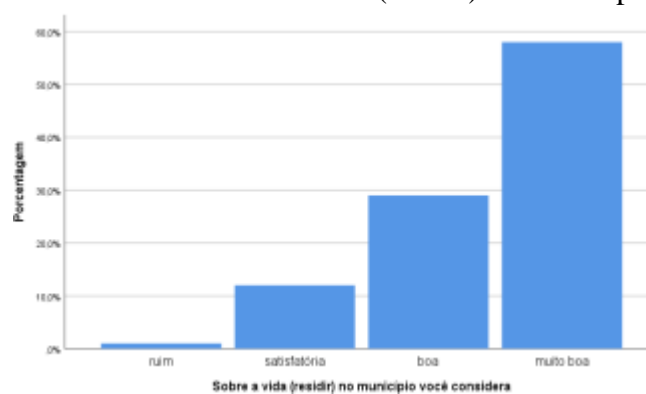
Gráfico 101 – Conhecimento sobre a história do município



Fonte: Produção do autor.

Sobre a vida no município os números também podem ser considerados positivos já que a maioria das pessoas (pouco menos de 60%) considerou a vida muito boa e cerca de 30% considerou boa, pouco mais de 20% acredita ser satisfatória e menos de 5% acredita ser ruim, a opção muito ruim não foi escolhida por nenhuma das pessoas que responderam o questionário, de acordo com gráfico 102.

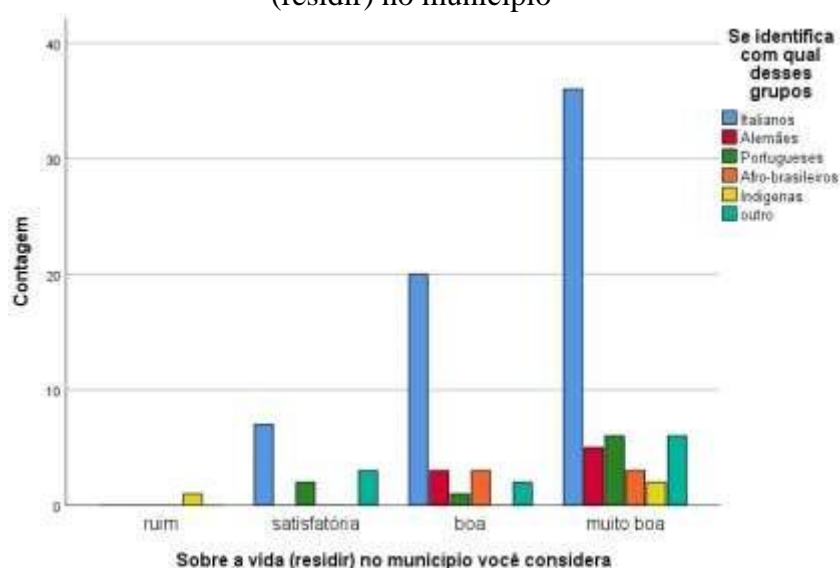
Gráfico 102 – Sobre a vida (residir) no município



Fonte: Produção do autor.

Correlacionando os dados entre o grupo étnico com o qual os indivíduos se identificam e a opinião dos mesmos sobre a vida (residir) na cidade, observa-se no gráfico 103 que dentre os que se identificaram com o grupo dos italianos, nenhum considerou a vida no município ruim e foram maioria naqueles que julgaram a vida muito boa.

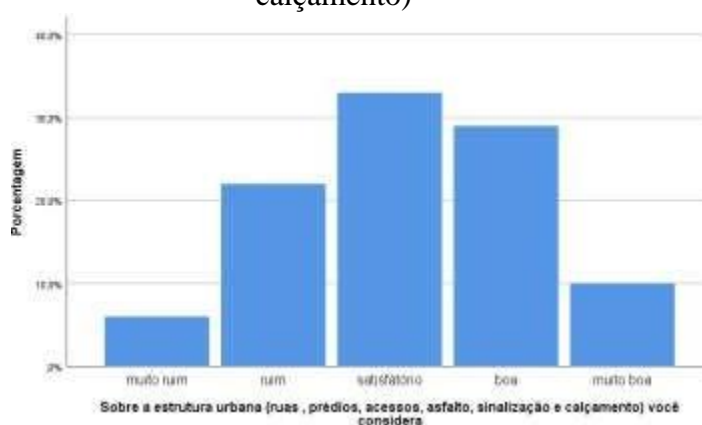
Gráfico 103 – Correlação entre grupo étnico com o qual se identifica e opinião sobre a vida (residir) no município



Fonte: Produção do autor.

Tratando-se da estrutura urbana quanto às condições do asfalto, sinalização, calçamento, a avaliação não é tão positiva, conforme o observado no gráfico 104, uma vez que pouco mais de 30% consideram satisfatório, quanto os que julgam como ruim e muito ruim somam quase o mesmo percentual, de 30%. Aqueles que consideraram as condições boas são pouco menos de 30% cerca de 10% acreditam ser muito boas.

Gráfico 104 – Sobre a estrutura urbana (ruas, prédios, acessos, asfalto, sinalização e calçamento)

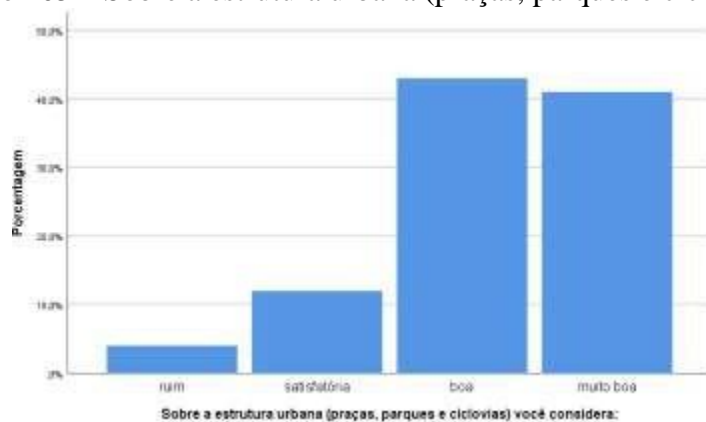


Fonte: Produção do autor.

Quanto às condições de manutenção e segurança dos espaços públicos de convivência e lazer, a avaliação pode ser considerada positiva, uma vez que mais de 40% consideraram boa e mais de 40% acreditaram serem muito boas. Além disso, mais de 10% acham satisfatórias e menos de 5% acharam ruins, a opção muito ruim não foi considerada por

nenhum dos moradores que participaram da pesquisa, o que está demonstrado no gráfico 105.

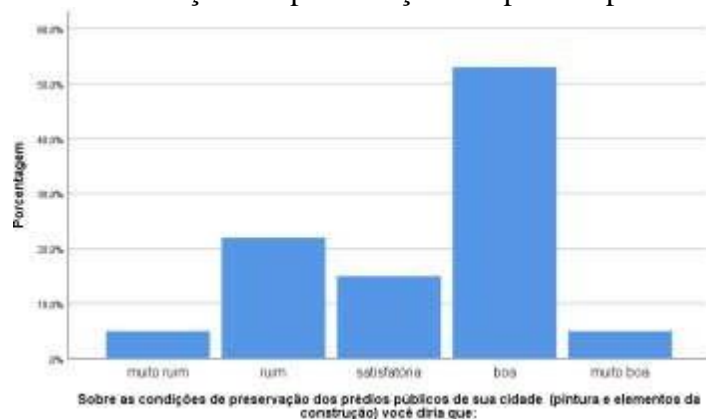
Gráfico 105 – Sobre a estrutura urbana (praças, parques e ciclovias)



Fonte: Produção do autor.

A manutenção dos prédios públicos também é bem avaliada pelos moradores, visto que a maioria (mais de 50%) considera que a preservação dos prédios públicos do município é boa, cerca de 5% considera muito boa e mais de 10% acaram satisfatória; conforme os dados do gráfico 106, mais de 20% afirmaram que as condições são ruins e cerca de 5% acreditam que são muito ruins.

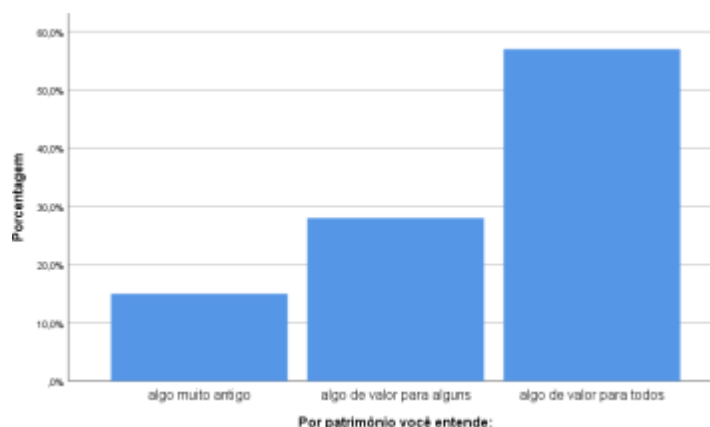
Gráfico 106 – Sobre as condições de preservação dos prédios públicos do município



Fonte: Produção do autor.

Quanto ao caráter coletivo do patrimônio, este foi destacado por mais de 50% das pessoas que consideraram como importante para todos, pouco menos de 30% afirmaram que o patrimônio é importante para alguns apenas, e o caráter de anciandade foi destacado por mais de 10% das pessoas que acreditaram que o patrimônio seja algo muito antigo, de acordo com gráfico 107.

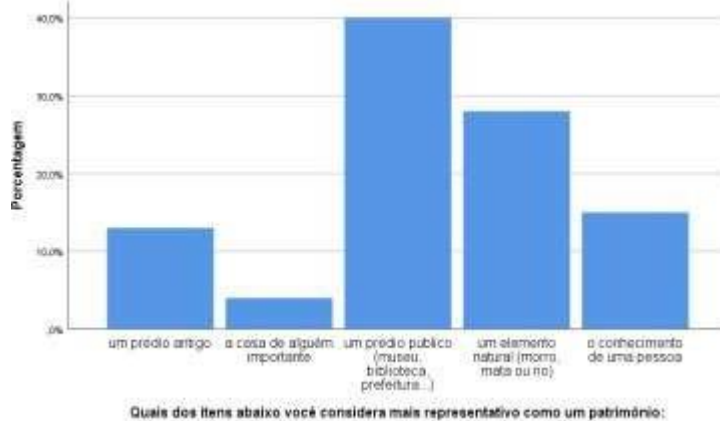
Gráfico 107 – O que entende por patrimônio



Fonte: Produção do autor.

A materialidade na concepção de patrimônio ainda figura como mais representativo, visto que 40% consideraram um prédio público, mais de 10% acharam que um prédio antigo é mais representativo e menos de 5% consideraram a casa de alguém importante. No entanto, o município apresentou o maior índice de pessoas que consideram um elemento natural como o mais representativo do patrimônio (pouco menos de 30%), o que pode ser explicado pela existência de parques de águas termais na região; ainda, cerca de 15% consideraram o conhecimento de alguma pessoa (gráfico 108).

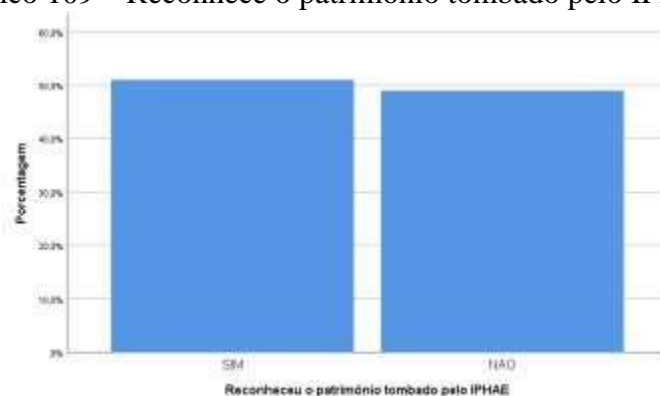
Gráfico 108 – Quais itens considera mais representativo como um patrimônio



Fonte: Produção do autor.

Conforme apontaram os dados obtidos, Nova Prata apresentou-se como a cidade estudada onde existe menor discrepância entre a concepção mais tradicional de patrimônio, envolvendo edificação e a menos tradicional envolvendo o patrimônio natural e o imaterial. Tal equilíbrio se manteve no reconhecimento do patrimônio oficial por parte dos que responderam o questionário, o Casarão Verde, hoje Museu Municipal Domingos Battistel, que foi reconhecido pela maioria (mais de 50%) das pessoas, de acordo com o gráfico 109.

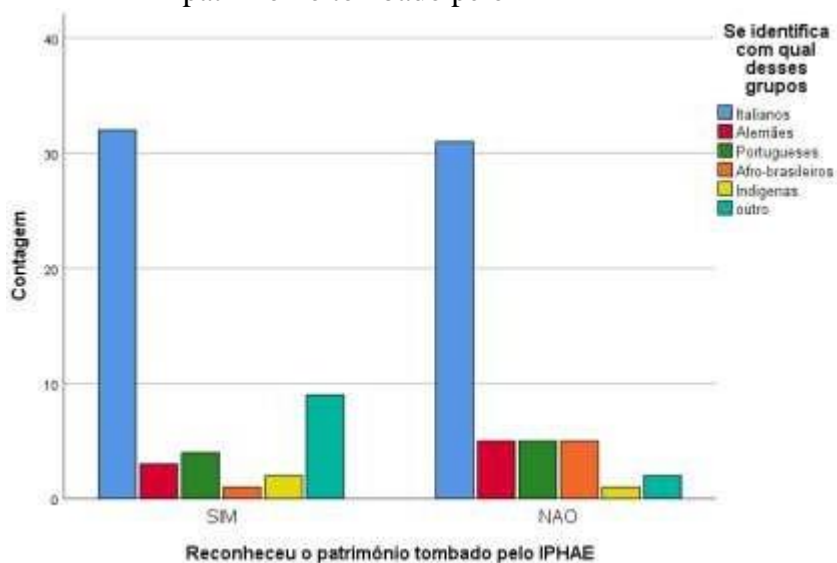
Gráfico 109 – Reconhece o patrimônio tombado pelo IPHAE



Fonte: Produção do autor.

No gráfico que mostra o número de indivíduos (gráfico 110) percebe-se um equilíbrio entre os que se identificam com o grupo étnico dos italianos, no qual o número de indivíduos que reconheceu o bem foi ligeiramente maior dos que não reconheceram

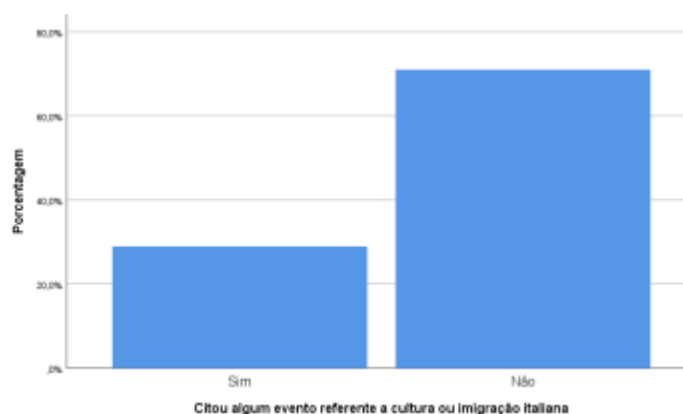
Gráfico 110 – Correlação entre grupo étnico com o qual se identifica e reconhecer o patrimônio tombado pelo IPHAE



Fonte: Produção do autor.

Tendo como concepção de patrimônio o material, e reconhecendo o patrimônio local, menos de 30% citou algum evento referente a cultura e colonização italiana na região; o evento Expo Prata estaca-se, no entanto mais de 70% não citaram nenhuma festa que representasse o município e que tivesse relação direta com a cultura e imigração italiana.

Gráfico 111 – Citou algum evento referente a cultura ou imigração italiana



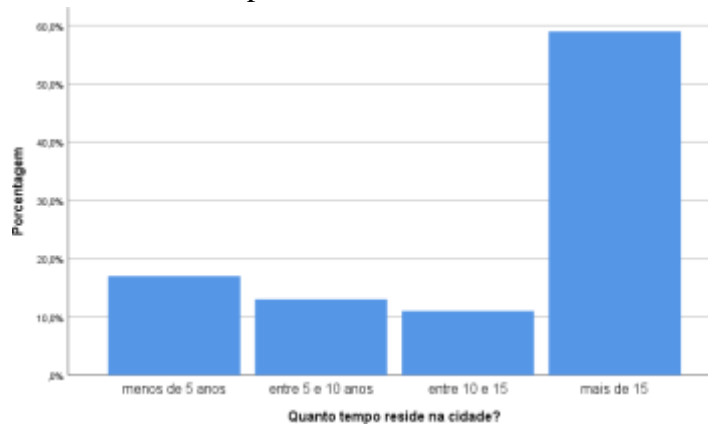
Fonte: Produção do autor.

4.2.9 Itaara

Pela proximidade com o município de Santa Maria e pelo fato de ter a possibilidade de aplicar os questionários e regressar no mesmo dia, Itaara foi à última cidade visitada pela equipe. Mesmo assim, foram necessárias três visitas ao município para completar os cem questionários; o principal empecilho foi a ausência de um local com grande concentração de pessoas, visto que embora exista uma praça central, a mesma não estava movimentada nos dias em que estávamos no município.

Entre os que moradores que participaram da pesquisa, a maioria (pouco menos de 60%) que responderam ao questionário moram no município há mais de 15 anos.

Gráfico 112 – Tempo de residência na cidade

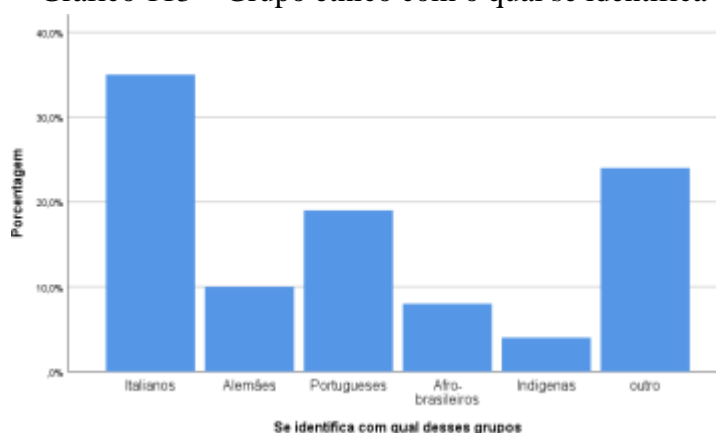


Fonte: Produção do autor.

Quando perguntados com qual grupo se identificavam etnicamente, mais de 35% responderam italianos, pouco mais de 20% responderam outros (dentre eles, nenhum afirmou identificar-se com judeus), pouco menos de 20% se identificaram com portugueses e cerca

de 10% com alemães, afro-brasileiros e indígenas menos de 10% cada (gráfico 113).

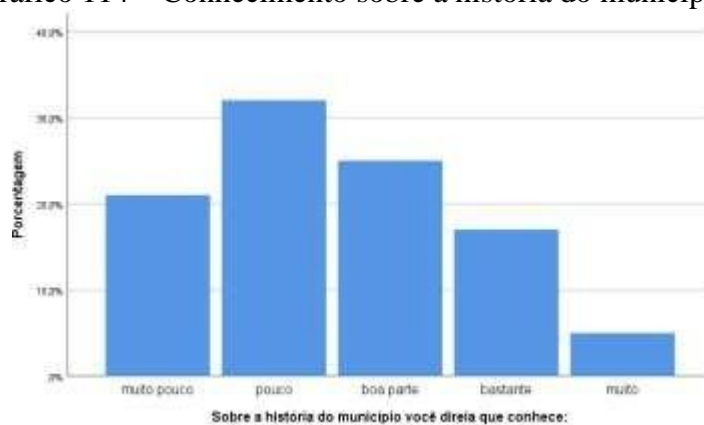
Gráfico 113 – Grupo étnico com o qual se identifica



Fonte: Produção do autor.

Acerca da história municipal, pode-se inferir pelos dados do gráfico 114 que mais de 20% acreditam conhecer boa parte, menos de 20% afirmaram conhecer bastante e cerca de 10% consideram que conhecem muito; os índices para os que consideram conhecer pouco e muito pouco somam mais de 60%.

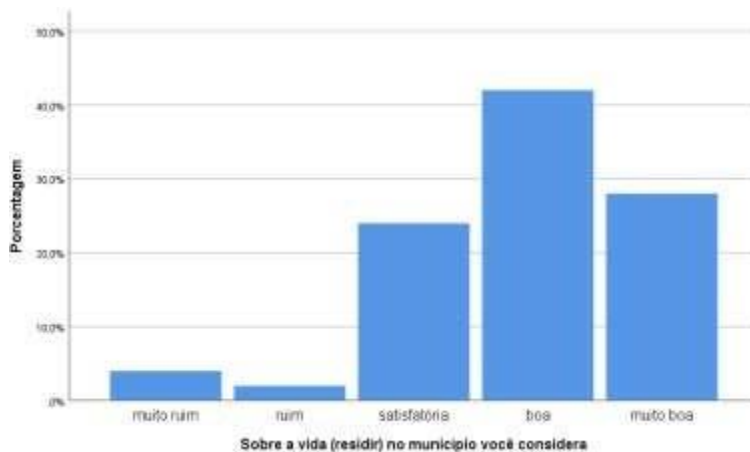
Gráfico 114 – Conhecimento sobre a história do município



Fonte: Produção do autor.

A vida no município aparece bem avaliada, mais de 40% consideraram muito boa e os que consideraram satisfatória passaram dos 20%; pouco menos de 30% consideraram muito ruim e os que julgaram como ruim ou muito ruim, somados não chegaram a 10%, o que apresenta-se no gráfico abaixo (gráfico 115).

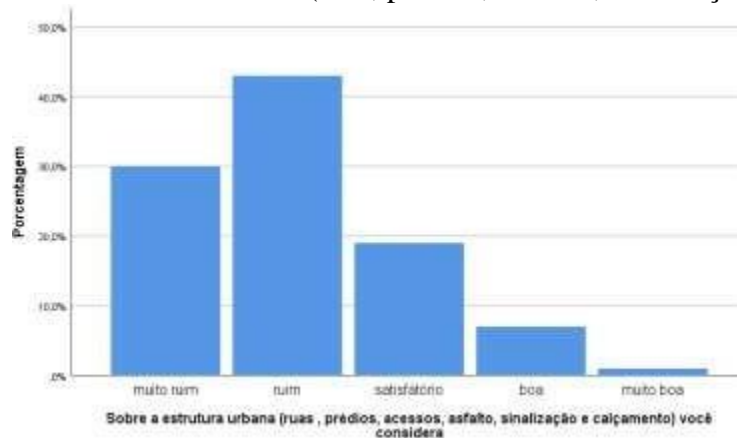
Gráfico 115 – Sobre a vida (residir) no município



Fonte: Produção do autor.

No entanto, quando perguntados a respeito da estrutura urbana, o quadro muda drasticamente; conforme os dados obtidos e apresentados no gráfico 116, mais de 40% consideraram ruim e 30% consideraram muito ruim; menos de 20% julgaram satisfatória e os que consideraram boa ou muito boa, somados não chegaram a 10%.

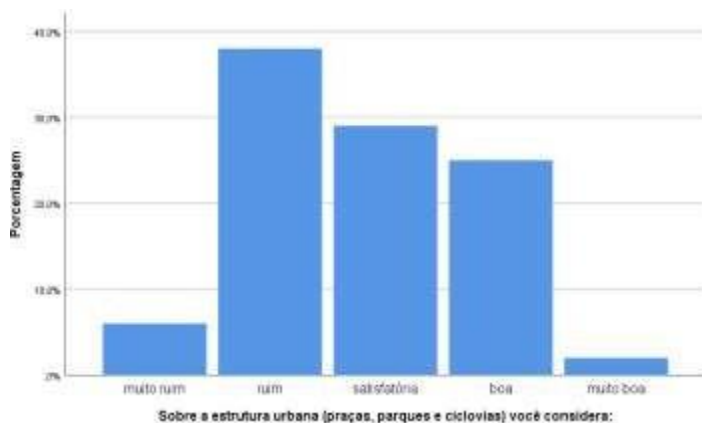
Gráfico 116 – Sobre a estrutura urbana (ruas, prédios, acessos, sinalização e calçamento)



Fonte: Produção do autor.

Sobre as condições dos espaços públicos de socialização e lazer, existe uma melhora na avaliação dos participantes, porém, ainda não é muito positiva, uma vez que aproximadamente 40% consideraram ruins e pouco menos de 10% acharam muito ruins; pouco menos de 30% dos participantes consideram satisfatórias, mais de 20% consideraram boas e menos de 5% muito boas (gráfico 117).

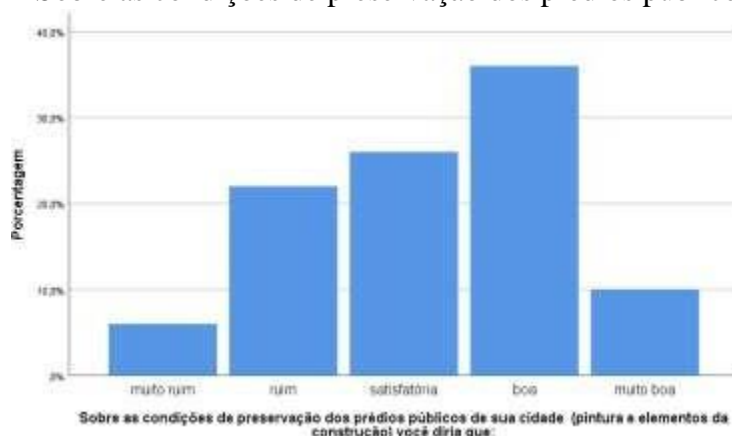
Gráfico 117 – Sobre a estrutura urbana (praças, parques e ciclovias)



Fonte: Produção do autor.

Com relação às condições de preservação dos prédios públicos, estas apresentaram uma avaliação mais otimista, já que pouco menos de 40% consideraram boas, 10% consideraram muito boas e mais de 20% consideraram satisfatórias; o gráfico 118 aponta ainda que mais de 20% julgaram como ruins e menos de 10% como muito ruins.

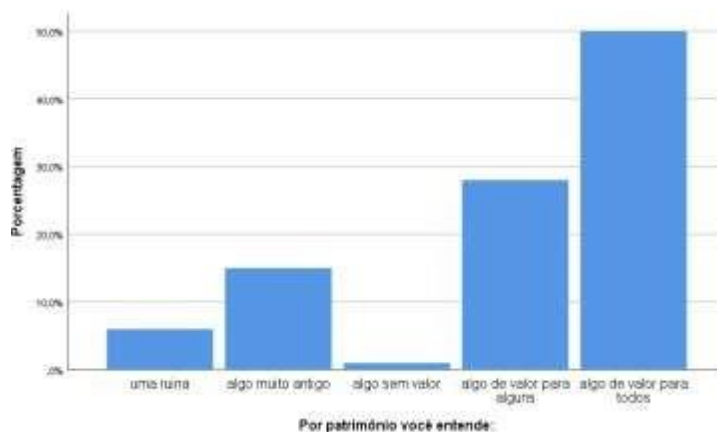
Gráfico 118 – Sobre as condições de preservação dos prédios públicos da cidade



Fonte: Produção do autor.

Sobre a concepção de patrimônio 50% consideram algo de valor para todos, pouco menos e 30% consideram algo de valor apenas para alguns, enquanto que mais de 20% associam a algo muito antigo ou a uma ruína e menos de 5% julgaram que o patrimônio seja algo sem valor, conforme dados do gráfico 119.

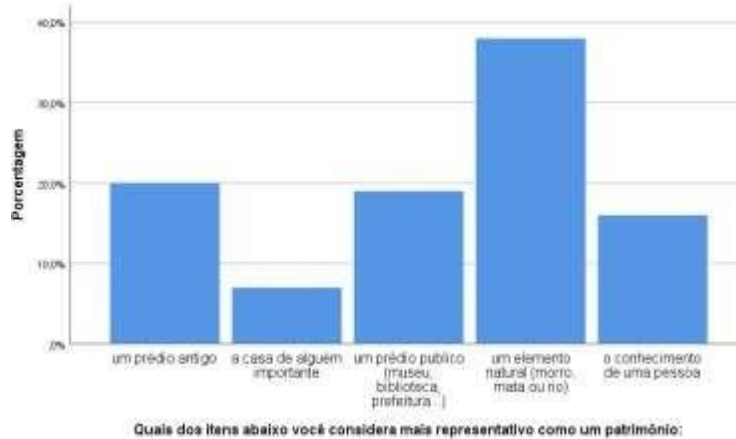
Gráfico 119 – O que entende por patrimônio



Fonte: Produção do autor.

Itaara constituiu o único caso no qual a noção de patrimônio não é a tradicional, ou seja, não apela para a materialidade (pedra e cal) ou ancianidade. Embora 20% considerem o patrimônio como algo muito antigo, menos de 10% consideram como a casa de alguém importante e pouco menos de 20% considerem um prédio público, somados, os índices daqueles que consideraram um elemento da natureza como algo mais representativo do patrimônio ou conhecimento de uma pessoa (imaterialidade), aproximam-se de 60%, o que está expresso no gráfico 120.

Gráfico 120 – Quais itens considera mais representativo como um patrimônio

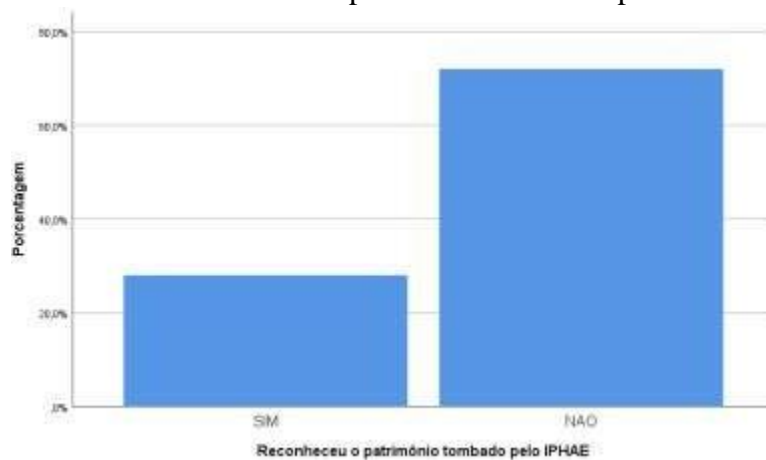


Fonte: Produção do autor.

A predominância da percepção do elemento natural como mais representativo do patrimônio pode ser atribuído ao fato de no município existirem muitas cachoeiras, clubes recreativos que oferecem opções de recreação em áreas verdes e condomínios privados que possuem extensas áreas verdes.

A preponderância dos elementos naturais refletiu no conhecimento acerca do patrimônio oficial, no caso o Cemitério Phillipson, já que pouco mais de 20% das pessoas citaram o bem como um patrimônio do município (gráfico 121).

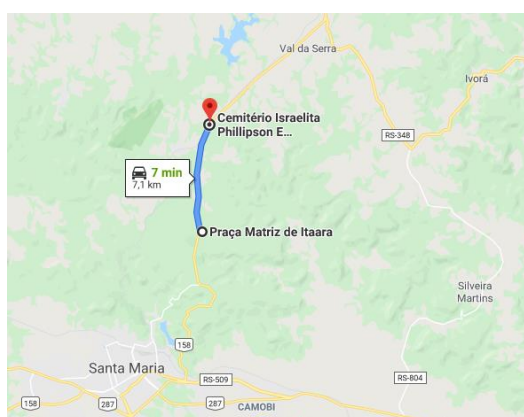
Gráfico 121 – Reconhece o patrimônio tombado pelo IPHAE



Fonte: Produção do autor.

Semelhante ao resultado obtido nos questionários aplicados na cidade de Bento Gonçalves (gráfico 56, p. 134), no município de Itaara menos de 30% dos participantes reconheceram o bem tombado pelo IPHAE. Assim como a antiga Escola Estadual de Santa Tereza, o Cemitério Israelita Phillipson não está localizado na região central do município, ficando a uma distância de mais de 7 Km (indicado na figura 28), além de estar em uma propriedade privada, o que pode justificar a grande ausência do bem nas respostas.

Figura 28 – Mapa com a distância entre a Praça Matriz de Itaara e o Cemitério Israelita Phillipson



Fonte: Google Maps (2019).

Nenhum evento que associa a história local à história da colonização ou cultura judaica foi citado pelos habitantes, a maior parte dos eventos citados está relacionado às igrejas locais.

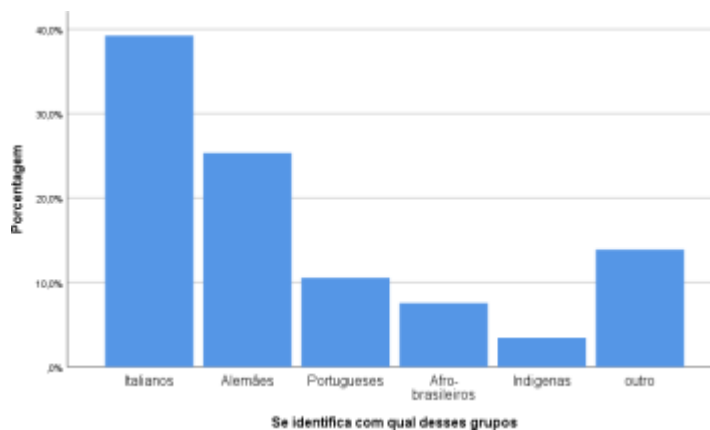
Itaara se apresenta como um caso único, dentre as cidades estudadas, onde os elementos naturais foram mais citados do que o patrimônio material; além disso, aspectos relacionados à colonização judaica na região (critério utilizado para o tombamento do patrimônio da cidade) já foi tratada no primeiro capítulo deste trabalho, no qual foi destacado que o grupo que mobilizou o órgão público era residente em Porto Alegre, o que justifica a ausência de identificação dos moradores com esse grupo étnico e o não reconhecimento do bem.

4.2.10 Os dados das nove cidades

Este subitem analisa os dados obtidos através dos 900 questionários aplicados, os quais foram anteriormente apresentados em grupos de cem questionários por municípios. Pretende-se assim esboçar uma visão mais ampla, que analise de maneira geral os dados relativos à patrimonialização no Estado.

Acerca da relação de pertencimento com algum grupo étnico, conforme se observa no gráfico 122, pouco menos de 40% identificaram-se com italianos, enquanto cerca de 25% com os alemães, com portugueses pouco mais de 10%, afro-brasileiros menos de 10% e com indígenas menos de 5%; aqueles que identificam-se com outros grupos somaram menos de 15%. Dentre o total de cidades, cinco delas (Bento Gonçalves, Erechim, Farroupilha, Flores da Cunha e Nova Prata) tiveram bens tombados por critérios étnicos ligados a imigração Italiana, enquanto três (São Leopoldo, Santa Cruz e Ivoti) os bens foram tombados também pelo critério étnico, porém com relação à imigração alemã. Em apenas uma, Itaara, o tombamento por critério étnico deu-se pela relação com bem com a imigração judaica.

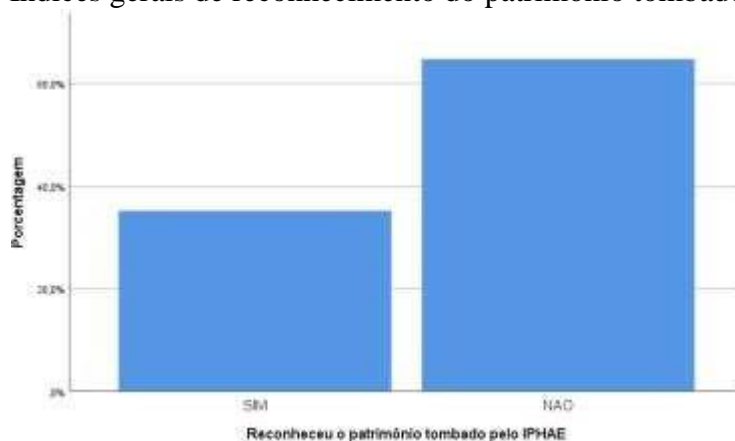
Gráfico 122 – Grupos étnicos com os quais os participantes se identificaram



Fonte: Produção do autor.

Embora em algumas cidades¹⁶ os bens tombados tenham sido reconhecidos pela maior parte das pessoas que responderam o questionário, em linhas gerais, mais de 60% das pessoas que participaram da pesquisa não citaram os bens tombados com patrimônio da cidade, de acordo com os dados expressos no gráfico 123.

Gráfico 123 – Índices gerais de reconhecimento do patrimônio tombado pelo IPHAE

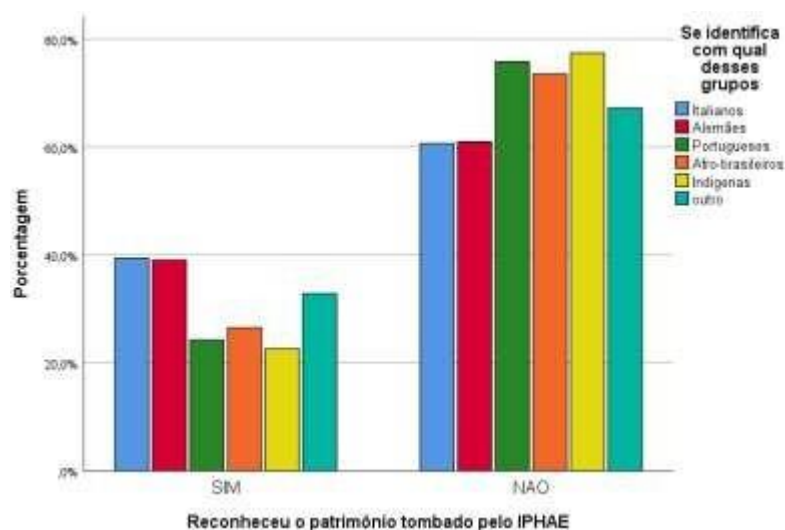


Fonte: Produção do autor.

Entre a minoria que citou o patrimônio oficial, os que se identificaram culturalmente com italianos ou alemães compõem os maiores grupos, cerca de 40% para cada um, embora mais de 60% de cada grupo não tenha citado os bens (gráfico 124).

¹⁶ Erechim (mais de 60%), São Leopoldo (mais de 50%) e Nova Prata (mais de 50%)

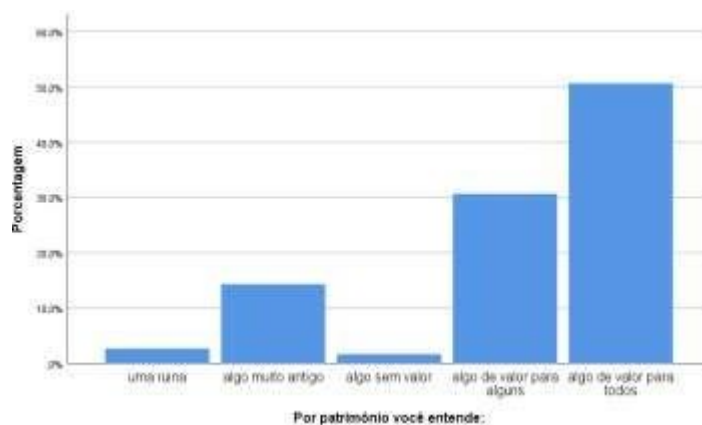
Gráfico 124 – Dados gerais de correlação entre o grupo étnico que se identifica e o reconhecimento do patrimônio tombado pelo IPHAE



Fonte: Produção do autor.

Mais de 50% de todos os participantes da pesquisa consideraram o patrimônio como algo importante para todas as pessoas, pouco mais de 30% compreenderam que o patrimônio tem valor para alguns e menos de 20% associaram o patrimônio ao valor de ancianidade (algo muito antigo ou uma ruína) (gráfico 125).

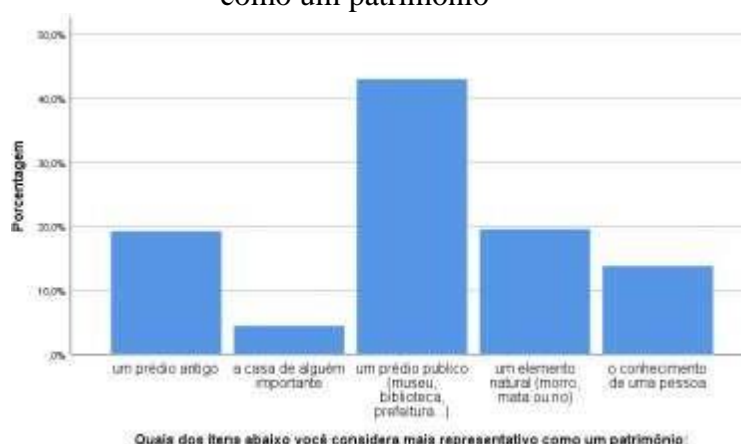
Gráfico 125 – Dados gerais sobre o que os participantes entendem por patrimônio



Fonte: Produção do autor.

Conforme os dados do gráfico 125, os que consideraram o patrimônio ligado à materialidade (como prédio público, prédio antigo ou casa de alguém importante) passaram dos 60%, enquanto que os que associaram o patrimônio a patrimônio natural chegaram próximo de 20%, e o conhecimento de um pessoa, ligado ao patrimônio imaterial pouco menos que 15%.

Gráfico 126 - Dados gerais sobre o que os participantes consideram mais representativo como um patrimônio



Fonte: Produção do autor.

Algumas conclusões podem ser tiradas da análise dos dados gerais:

- A maioria das pessoas não citou o patrimônio oficial, o que pode ser associado ao fato de não conhecerem ou até mesmo não identificaram como o bem mais relevante da cidade, já que outros bens foram citados em detrimento deste.

- O patrimônio é concebido como algo de caráter coletivo, sua importância deve ser considerada para toda a comunidade, o que agrava ainda mais o fato do patrimônio oficial não ser citado pela maioria.

- O patrimônio material (edificado) e público domina as concepções acerca do que pode ser mais representativo, ora associado a valor de ancestralidade, ora à personalidade do dono do imóvel, ou antigo dono.

4.3 OS ENTREVISTADOS E AS ENTREVISTAS, O PATRIMÔNIO PELA MEMÓRIA

As condições de elaboração e aplicação das entrevistas já foram apresentadas e discutidas no primeiro subitem desse capítulo; o objetivo desse subitem é discutir as questões referentes ao patrimônio e a memória, através das fontes orais coletadas.

Acerca de como as fontes orais foram concebidas nesse trabalho, cabe ressaltar o seguinte:

Em razão do trabalho de elaboração, resultante da relação que se estabelece entre as memórias (passado) e a percepção de algo (presente), as marcas que se consideram como memórias devem ser compreendidas como registros híbridos. A partir da memória enquanto passado alcança-se ou aprende-se o presente; ao mesmo tempo, este presente atua relativizando ou deslocando significados acerca daquele passado. Dessa forma, jamais se deveria pensar em memória ou a percepção como reflexo ou cópia do mundo, mas como atividade, como trabalho ininterrupto de resignificação do presente enquanto leitura a partir de um passado

que se atualiza enquanto memória informando a percepção. (MONTENEGRO, 2017, p.40).

Trata-se de um trabalho de história oral temática e híbrida (MEIHY e HOLANDA, 2017), ou seja, as questões são elaboradas e analisadas tendo como elemento central as relações entre o patrimônio e a memória e ainda, as fontes orais foram comparadas com outras fontes.

4.3.1 Mais que um museu e mais que uma casa

Os dois bens tombados pelo IPHAE em São Leopoldo são o Museu do Trem e a Casa da Feitoria velha. Nesta etapa da pesquisa buscou-se compreender como os entrevistados se relacionam ou interagem com esses bens.

A primeira entrevista a ser analisada foi concedida por Marisa Santana Baldez, no ano de 2018; a entrevistada é moradora do bairro da feitoria velha há mais de 30 anos. No bairro da feitoria localiza-se a casa que abrigou os primeiros imigrantes alemães da região, principal justificativa para o tombamento da mesma.

Sobre o bairro onde mora a depoente expressou o seguinte:

[...] me criei aqui e pra mim aqui é bom, tranquilo, é saudável, é um bairro bem calmo assim, sabe. Então não troco ele por lugar nenhum sabe. Adoro ele, aqui é bem ótimo de morar. E sobre os pontos negativos, assim, o que que eu vou te falar? Em todo que é lugar tem, não é? Negativos tem, não é? (BALDEZ, 2018).

Conforme informações dadas durante a entrevista, identifica-se que Baldez (2018) compreende que o município em que reside tem ligação com a história da imigração alemã. Parte disso pode ser atribuída pelo tempo em que reside na cidade, pelo fato de morar perto de um dos bens tombados e ainda por ter frequentado o Museu do Trem.

Contudo, observa-se em sua fala que em sua concepção o fato da cidade possuir uma identidade étnica ligada a imigração alemã não se configura como privilégio. Segundo a entrevistada “[...] é que assim, aqui é berço da civilização alemã, não é? Tanto é que tem a São Leopoldo Fest, aqui. Então eu acho que é uma cidade boa, não privilegia ninguém, assim.”¹⁷

Quando perguntada sobre os lugares para se visitar no município, citou o shopping, possivelmente pelas questões envolvendo entretenimento, porém não deixou de citar a “casa Alemã”, referindo-se a Casa da Feitoria Velha; também cita o Museu do Trem e atesta que

¹⁷ O termo civilização foi empregado no sentido de imigração.

os pontos turísticos, assim chamados por ela, não estão nas melhores condições.

O Shopping todo mundo gosta e tem os pontos turísticos que nem a casa alemã, não é? Que está bem judiada, assim. A casa do imigrante¹⁸, ela tá bem judiadinha assim, ela poderia estar bem. (BALDEZ, 2018).

A entrevistada é então questionada se está se referindo a Casa da Feitoria Velha, ao passo que responde o seguinte:

É, é aqui. Logo pertinho aqui, não é? Então, poderia estar melhor. Tem o Museu do Trem que é legal. Mas eu digo assim, poderia estar bem mais cuidado, por ser pontos turísticos daqui. (BALDEZ, 2018).

Quando interrogada sobre porque considera esses locais turísticos Baldez (2018) responde o seguinte: “Sim, por que conta sobre São Leopoldo, a história daqui, a imigração alemã tudo, não é? E só poderia estar mais cuidado, não é?” (BALDEZ, 2018).

Suas impressões sobre os dois patrimônios tombados vão além da percepção do estado de conservação dos mesmos, já que a entrevistada remete aos tempos de escola, sua relação com a filha e também seu apreço pelo passado do local. “Fui só na época da escola assim, sabe. Mas já fui várias vezes nesses locais. [...] Minha filha também já conhece.” (BALDEZ, 2018).

A importância do museu para mãe e filha, na concepção materna, aparece quando se perguntou sobre alguma lembrança desses lugares.

É legal porque, assim, a gente não conhecia a história, daí a gente foi lá, a gente viu; a gente vê os primeiros bercinhos de madeira, aqueles materiais que eles usavam, os ferros. Tem um ferro que era de colocar brasa, aquela coisa, então são coisas antigas que, tipo assim: “*bah*, eles usavam isso, existia isso *né*”. Então é legal por causa disso, não é? Marca por causa disso. Está aqui minha filha também. A mesma empolgação que eu tive quando eu fui ela também teve sabe, e falou. (BALDEZ, 2018)

A mesma empolgação que Baldez (2018) relata ao visitar o museu, não é percebida quando a entrevistada se refere à Casa da Feitoria. Quando perguntada se a conservação dos espaços pode atrapalhar o desenvolvimento da cidade respondeu:

Não vou dizer que atrapalhe, mas assim, claro, se tivesse melhor com certeza haveria mais. É que está fechado, foi interditado por um bom tempo ali. Então está fechado, o Museu do Trem é mais frequentado que a Casa, que é aqui, que é antiga aqui. Mas vou dizer que atrapalha um pouco, com certeza, não é? (BALDEZ, 2018).

¹⁸ Referência a Casa da Feitoria Velha.

Na pergunta acima o termo conservação referia-se a permanência dos bens na cidade, porém a entrevistada compreendeu que conservação estava no sentido de manutenção do bem, ou seja, estado de conservação, o qual no caso da Casa da Feitoria Velha não era dos melhores, por isso sua resposta veio nesse sentido.

Além de ralações próximas com os bens tombados, Baldez (2018) também costuma frequentar a tradicional festa do município, a qual foi a mais citada nos questionários, São Leopoldo Fest. A entrevistada relatou o seguinte sobre a festividade:

É a São Leopoldo Fest, de 19 a 25 de julho, geralmente nessa época. No dia 25 é a festa de São Leopoldo mesmo, dia de São Leopoldo. Então, nessa época sempre tem a São Leopoldo Fest. É a marca registrada, que vem gente de tudo que é lugar. Eu gosto de tudo, tem os shows, claro, quando tem artistas de fora; tem as feiras de artesanato que são legais. Um ponto positivo é que o pessoal pode expor lá o que faz, as coisas, assim, tem os artesanatos. Tem o parque das crianças, é o que mais chama a atenção. Isso é o que sempre tem ali. E as exposições, eu acho legal tudo, por que daí o pessoal vem expor tudo que tem, não tanto só artesanato que o pessoal faz manualmente, como também tem pontos de venda, que daí vem tudo ali, e é legal por causa disso também.

No dia 25 de julho comemora-se o aniversário de São Leopoldo, o que é lembrado por Baldez (2018); além disso, a entrevistada demonstra conhecer e ter memórias acerca dos bens tombados.

Conforme as informações da depoente, e observa-se na imagem abaixo (figura 28), o estado de deterioração da Casa da Feitoria Velha de fato encontrava-se bastante avançado, estando o imóvel fechado para visitas.

Figura 29 – Casa da Feitoria Velha em 05 de março de 2019



Fonte: Silveira (2019).

Outro entrevistado, chamado Adriano Denone Velho, é morador de São Leopoldo há

6 anos e tem uma opinião divergente quanto a São Leopoldo Fest.

Existe uma festa do município chamada São Leopoldo Fest, que se tu perguntar pra todos os habitantes aqui vai ser a festa, que teoricamente eles fazem, eles tentam fazer, alguma coisa que reflita na imigração alemã, só que eu não vejo, não traz nada culturalmente pra cidade. É mais comercial do que qualquer coisa no sentido histórico da colonização. Então eu acho que, no meu ponto de vista, poderia ser bem mais explorado, mas as pessoas que se envolvem com esse evento não tem conhecimento ou não sabem explorar bem, e ser, como conversamos, a identidade da cidade. (VELHO, 2018).

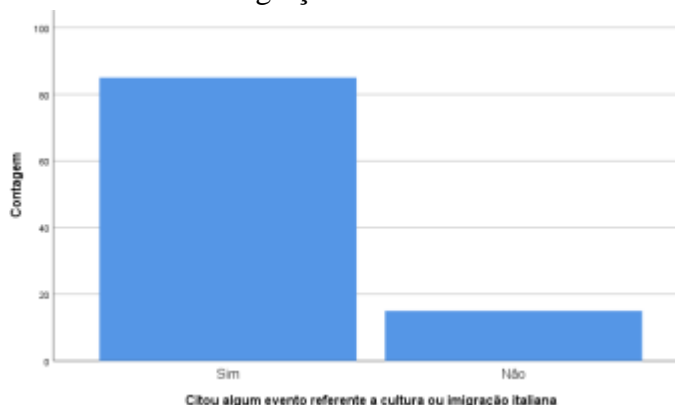
Durante sua entrevista, Velho (2018) não citou nenhum bem tombado, não soube indicar os lugares que marcam culturalmente o município. O entrevistado morou por algum tempo na cidade de Caxias do Sul, RS, e sobre essa experiência levantou a seguinte questão:

Enquanto indivíduo? É, eu tenho descendência italiana bem forte. Minha mãe falava italiano até os 4 anos de idade. Eu morei em Cambará, mas passei um período em Caxias, então eu convivi bastante com os colonos, com o pessoal italiano, com os colonos lá então, então [...] lá eu me sentia muito mais dentro de um grupo do que aqui (VELHO, 2018).

O entrevistado acredita que a relação entre a imigração alemã e a cidade de São Leopoldo seja menor que a relação que Caxias tem com a imigração italiana. Devido à proximidade da cidade de Caxias do Sul com as demais cidades da Serra Gaúcha, como Farroupilha (19 Km) e Bento Gonçalves (41 Km), também foram aplicados questionários nesta cidade; portanto, podemos comparar os dados dos questionários entre Caxias do Sul e São Leopoldo.

Quando questionados a respeito de eventos característicos do município, os participantes que responderam ao questionário na cidade de Caxias do Sul, em sua maioria (mais de 80%), citaram algum evento relacionado a cultura ou imigração italiana, conforme expresso no gráfico 127.

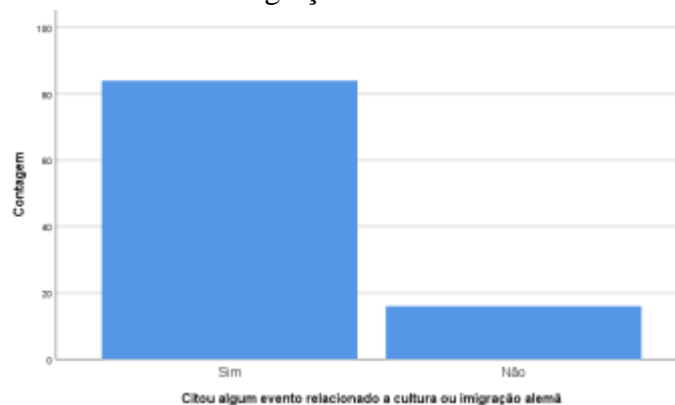
Gráfico 127 – Indivíduos de Caxias do Sul que citaram ou não algum evento referente à cultura ou imigração italiana



Fonte: Produção do autor.

Comparando os dados do gráfico acima com dados apresentados no gráfico 128, que se refere indivíduos de São Leopoldo que citaram ou não algum evento referente a cultura ou imigração alemã, observa-se que praticamente não há diferenças entre as duas cidades. A percepção do entrevistado com relação aos eventos pode ser atribuída a sua identidade e sua relação com a cidade de Caxias do Sul, já que nos dois casos mais de 80% das pessoas citaram a festa típica da cidade: a Festa Nacional da Uva, em Caxias do Sul, e a São Leopoldo Fest, em São Leopoldo.

Gráfico 128 – Indivíduos de São Leopoldo que citaram ou não algum evento referente à cultura ou imigração alemã



Fonte: Produção do autor.

Outro participante que concedeu entrevista foi Paulo Sérgio Nedel, 44 anos, morador de São Leopoldo toda a vida; Nedel (2018) também levantou questões sobre a identidade do município e a diversidade e respeito a outras culturas que não a considerada alemã. Segundo ele:

Apesar de ser uma cidade de descendência alemã, origem alemã, colonizada

praticamente por alemães, já tiveram os açorianos antes, e teve quilombos também aqui. A população negra também é muito valorizada aqui. Em eventos temáticos há relação da cultura afrodescendente.

Deve estar acontecendo um na feitoria, ali. Eles inseriram na grade curricular das escolas a cultura afro¹⁹ também aqui, apesar de ser alemã. Eu vejo isso presente em várias escolas municipais, mas eu não participei de nenhum, mas eu me lembro que no dia de São Jorge teve eventos tá, na prefeitura inclusive, isso é todo ano. Aqui as pessoas podem manifestar a religiosidade africana, o candomblé, o umbanda tudo mais, livremente, e isso eles tem um espaço na prefeitura que garante, por exemplo, se eles precisarem abaterem algum animal pra cerimônia, assim, isso é respeitado na cidade. (NEDEL, 2018).

Embora tenha um conhecimento sobre os eventos da cidade e sobre os lugares, não revelou na entrevista ter algum tipo de memória marcante no Museu do Trem ou na Casa da Feitoria Velha, mesmo que tenha citado os dois. Sua afeição parece estar associada mais a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) do que ao patrimônio oficial, tendo em vista que a instituição é citada mais de uma vez em sua entrevista, sempre com um caráter positivo, conforme no trecho a seguir.

No ensino há muitas escolas boas, muita alternativa, eu fiz vários cursos aqui, o curso de segurança de trabalho era o único na década de 90 que tinha aqui no estado, era do SENAI. A UNISINOS trouxe muita gente aqui para a cidade, é uma faculdade assim que é uma referência assim no país, muitos cursos, muito curso de extensão, acessíveis, preços bons, melhores que na capital e de qualidade. A qualidade de ensino aqui é muito forte. É característica da cultura alemã estudar muito também. Eu fiz três cursos técnicos, tudo aqui na região, então para mim valeu a pena. (NEDEL, 2018).

Mesmo criticando a dimensão da Feira do Livro, a qual tem a universidade como colaboradora e, levando em conta as outras declarações do entrevistado, não se trata de uma crítica a instituição, e sim aos organizadores do evento e ao público que não prestigia. Após falar sobre a São Leopoldo Fest, o entrevistado fez a seguinte declaração: “Tem muitos eventos paralelos. A feira do livro aqui é um fracasso, isso logo se percebe que as pessoas nem leem. Ultimamente tem três bancas, uma é espírita, uma é da UNISINOS e outra é um Sebo.” (NEDEL, 2018).

O apreço pela instituição aparece mais uma vez quando o entrevistado é perguntado sobre os lugares da cidade que considera importante, já que a UNISINOS aparece em primeiro na fala de Nedel (2018); templos religiosos também foram citados, mas os bens tombados não foram citados nessa resposta.

A UNISINOS oferece também muitos eventos, cursos acessíveis. Ela é uma faculdade particular, então o valor é mais elevado, mas ela tem uma estrutura muito boa que a comunidade pode usar. Por exemplo, a biblioteca deles, que eu sugiro que tu vá conhecer. É muito legal. O prédio da UNISINOS antiga fica em frente a

¹⁹ Referência a Lei municipal nº 6116, de 18 de dezembro de 2006 e a lei 10.639/2003.

rodoviária, eu acho que é um dos cartões postais da cidade. O Colégio São José também é uma beleza. Tem a Igreja; o interior da igreja é a mais bonita de São Leopoldo. Muitas igrejas bonitas, tem a Igreja do Relógio do Centenário. Tem a da Conceição do Centenário. O Santuário do Padre Réus atrai gente de toda a região. Ele era um padre jesuíta que ainda não foi canonizado, mas todo mundo que é de São Leopoldo é fiel a ele, não é? O cemitério municipal é muito bacana, eu gosto de olhar as lápides de 1880, não é? Que são bem preservadas. As praças, eu moro numa casa que um pátio é bem pequeno, não tem nem garagem, mas tem a praça da biblioteca pública que atrai gente de toda parte. Então, a praça que tem próximo ao Museu do Trem, tem um parque e eles fazem muitas feiras de carro antigo, tudo mais. Mas, a uma quadra dali fica uma praça chamada Amadeo Rossi que a comunidade adotou ela, ela é de primeiro mundo. Os brinquedos, a higiene, a limpeza. Então o pessoal gosta muito de sair pra rua. Existiu uma vida noturna ótima que terminou em 2005, por aí, em 2007. Isso aqui, na quarta feira, as 9 da noite tu não conseguia um lugar pra sentar. (NEDEL, 2018)

A São Leopoldo Fest sofreu mudanças nos últimos anos, como a mudança de local e, segundo nosso entrevistado, de público também; esses dois fatores foram preponderantes para que ele deixasse de frequentar o evento. Vejamos:

Acredito que a Romaria de Padre Réus é um grande momento na cidade, a São Leopoldo Fest que ocorre em virtude de celebrar a imigração alemã, que já tá em 178 anos então é uma coisa que movimenta muito a cidade. A rua principal fica cheia de barraquinhas pra ajudar a APAE e outras coisas. Então isso é um momento bem legal da cidade. (NEDEL, 2018).

Perguntado se costuma frequentar o evento, respondeu: “Sim, hoje a São Leopoldo Fest não está mais no ginásio, ela está num centro de eventos, que é bem fora de mão. Pra tu te deslocar de carro é longe, e é muito inseguro pra ti deixar o veículo.” (NEDEL, 2018).

No centro de eventos eu nunca fui. Mas quando era no ginásio, eu moro praticamente a poucas quadras ali, eu fui, mas parei de ir porque estava muito mal frequentado, vinha pessoal de outros bairros assim, daí começou a ter muita violência. Até tem um aparato de segurança grande. Mas é um pessoal barra pesada. (NEDEL, 2018)

A entrevista concedida por Nedel (2018) vai ao encontro dos dados coletados através dos questionários, na medida em que, mesmo tendo conhecimento dos bens tombados, em suas memórias e em suas impressões sobre a cidade demonstra que a São Leopoldo Fest é mais presente e tem todo um significado, que não foi dado ao Museu do Trem nem mesmo a Casa da Feitoria Velha.

A fala do entrevistado expressa um certo saudosismo e um desagrado com a mudança, reconhece os bens, mas não os frequenta mais; compreende o apelo étnico da São Leopoldo Fest, mas devido as mudanças da organização e questões de segurança, não frequenta mais o evento. O crescimento da cidade, as alterações nas festas e as mudanças nas políticas públicas municipais certamente colaboraram para a interpretação do depoente sobre sua

cidade natal. Com relação a isso João Carlos Tedesco afirma que:

A memória e a cultura étnica localizam-se num cenário presente de grande dinamismo presentista, porém de cunho nostálgico, ufanista de revalorização de práticas, ações, dimensões e simbologias da tradição, podem servir de tradição, tradução, acomodação, crítica e redefinição. (TEDESCO, 2004, p. 242).

Em outra oportunidade, foi entrevistada a moradora Carolina Marcolan Maidana, que também lembra com certo saudosismo os outros tempos de São Leopoldo. Maidana (2018) tem 40 anos, é comerciante e nascida em São Leopoldo. Quando se refere aos pontos negativos da cidade, entre outras coisas, citou o seguinte:

Em geral também, antigamente, a gente tinha aqui a Rua Independência, era uma rua legal pra ti andar, interessante. Hoje em dia, se tu passar, é virada em R\$ 1,99, nada contra, mas lojinha de turco, farmácia e só. A parte mais, digamos, melhor da Independência fica aqui da onde era a Factory pra lá, não é? Que a Factory também que era um baita de um patrimônio nosso, botaram abaixo o prédio da Factory. A Factory, nossa! Foi uma tristeza quando botaram o prédio abaixo. Acho que muita gente ficou revoltada, mas era um prédio particular. (MAIDANA, 2018).

Quando questionada a respeito de sua ligação com o local, o quanto o frequentava, respondeu:

Não digo que até fechar porque eu já estava passada da idade, mas eu fui muito lá, não só em aniversário. Praticamente todo o final de semana a gente ia na Factory. A minha turma de amigos, a gente se reunia pra se encontrar ali. Ou era no pub da Factory, ou era lá dentro na boate, comemorei vários aniversários lá, então quem viveu a minha geração e outras gerações mais antigas e mais novas, conviveram muito com aquele espaço. E o pessoal sentiu bastante. Porque era um prédio particular então ele se sentiu no direito de vender. Mas querendo ou não ele tinha aquela arquitetura que era típica da cidade né, então eu não fui a favor de colocar aquilo abaixo, sinceramente. Acho que poderiam ter feito qualquer outra coisa, mas ter mantido o prédio, se não queriam manter a boate. (MAIDANA, 2018).

O espaço e citado é recordado pelos entrevistados com quantidade de detalhes, nenhum entrevistado demonstrou tanto apreço ou entusiasmo por um espaço considerado oficialmente como patrimônio, isto se relaciona ao envolvimento a vivência às experiências nos espaços.

As críticas a São Leopoldo Fest são Semelhantes àquelas feitas pelos outros entrevistados. Segundo Maidana (2018):

A São Leopoldo Fest eu acho que é importante pra cidade só que eu acho que ela meio que desvirtuou por alguns anos, sabe? Era pra ser uma festa típica da colonização alemã, eles começaram a botar tudo quanto é tipo de comida, menos a alemã. Aí botaram vários shows nacionais, o que é frequente nesse tipo de festa, encareceu um monte, se tornou uma festa que vinha muito mais gente de fora do que o próprio local, da cidade. Que eu me lembro na minha juventude quando começou a São Leopoldo Fest, a gente passava o dia lá dentro. Era muito gostoso.

E hoje em dia não, sabe? Tu vai, é aquele tumulto. Já ano passado, eu achei que foi um pouco mais tranquilo, ano passado eu fui com meus filhos, eles adoraram, porque fizeram parquinho lá dentro, e coisa. Acho que eles estão querendo retomar um pouco aquela festa um pouco menor e mais aconchegante. (MAIDANA, 2018).

Os entrevistados têm vivências diferentes em relação à festa típica do município, no entanto, mesmo mudando muito durante os anos e mesmo alterando de local, diversificando as atrações, o evento está presente na memória, tanto daqueles que vivem há mais tempo no município como dos que habitam a cidade a poucos anos.

Quando perguntada sobre os museus da cidade, se tinha alguma memória dos mesmos, a entrevistada respondeu o seguinte:

É, mais na época da escola, a gente frequentava. Fazia passeios pra Casa do Imigrante, pra conhecer, saber a história da cidade. O Museu do Trem também, fiz várias visitas de escola e até por ser na esquina da minha casa eu frequentava bastante também. E o Museu Histórico de São Leopoldo, esse até não fui muitas vezes. Acho que fui uma vez só com a escola. Mas a Casa do Imigrante e o Museu do Trem também são pontos bem fortes na cidade, dessa coisa da cultura.

Em outro trecho da entrevista, ainda falando sobre os patrimônios do município, Maidana (2018) relatou:

Bom, a casa do imigrante nem está funcionando atualmente, até nem quero falar bobagem aqui, mas eu acho que não está, porque eles simplesmente largaram de mão. Antigamente tinha até, eu não sei se vocês sabem, no natal a Choperia Henisbier, que tem um trenó do Papai Noel, que faz um passeio pela cidade. Antigamente esse passeio era feito até a Casa do Imigrante, hoje em dia não, é só uma voltinha na Independência, porque se perdeu esse vínculo com a Casa do Imigrante. E o Museu do Trem também eu acho que está meio parado, estagnado, porque a gente não vê muitos eventos lá. Existe ainda o museu.

De fato, como já mencionado anteriormente, a Casa do Imigrante estava fechada ao público. Novamente as memórias evocadas e relatadas sobre os bens oficiais, não tem o mesmo entusiasmo que as dos bens imateriais (no caso a São Leopoldo Fest) e de outros lugares (Factory), aparecem memórias que denunciam o descaso com o patrimônio e, ao menos, no caso da Casa da Feitoria, são inegáveis.

4.3.2 Perto do centro, longe da memória

Analisaremos a seguir quatro entrevistas feitas em Santa Cruz do Sul, com os mesmos objetivos de destacar a relação dos entrevistados com o bem tombado e sua relação com as

questões que envolvem o patrimônio imaterial²⁰.

A primeira entrevista foi concedida por Débora Franke, 32 anos, residente há um ano no município, mas nascida em Santa Cruz e formada em arquitetura pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Ao ser perguntada sobre seus locais preferidos na cidade, respondeu o seguinte:

A praça²¹ em frente à Igreja Catedral é um espaço que eu acho bem importante, assim, lugar legal de visitar. Tem uma outra praça. Eu gosto muito das praças, espaços públicos. Assim, a praça da Pasqualini também acho que é um lugar que se desenvolveu bem legal assim, também é bom de frequentar, e aí mais locais particulares. (FRANKE, 2019).

Mesmo citando a área central da cidade, na qual está localizado o bem tombado, a depoente não mencionou o mesmo durante sua entrevista. Outro lugar foi citado por ser o espaço em que a depoente cursou sua graduação: “Ah, tem mais um espaço importante que eu esqueci de falar, tem a UNISC. Que eu passei grande parte [do tempo] lá.”. Nenhuma lembrança específica foi relatada sobre a universidade, provavelmente porque a entrevistada julgou que não fosse do interesse da pesquisa, optou por não falar.

Sua relação com o imaterial parece ser mais intensa do que com o patrimônio oficial, que não foi citado. Em outro trecho da entrevista, Franke (2019) diz:

Eles valorizam bastante a parte da cultura germânica como festa, como Oktober²², então eles batem bastante nessa tecla, em função da festa, mas algumas casas, alguns lugares, assim, que tenham alguma característica alemã também eles procuram, não digo valorizar em si, mas chamar a atenção pra esses lugares. O ENART²³ que é bem impactante, o festival da cerveja gaúcha que também acontece no parque da Oktober, então essas assim são bem importantes. (FRANKE, 2019).

Ao falar em “eles” a entrevistada refere-se aos habitantes da cidade, e destaca que o Parque da Oktoberfest funciona como sede de diferentes eventos que são prestigiados pela entrevistada.

Em outra oportunidade, foi entrevistada Francine Weiss, 27 anos, comerciante, residente na cidade desde o nascimento. Weiss (2019) fez observações semelhantes relativas

²⁰ Festas relativas a cultura e colonização alemã, mesmo que oficialmente não sejam registradas como patrimônio imaterial.

²¹ Referência à praça Getúlio Vargas onde em uma das esquinas entre as ruas Marechal Floriano e Júlio de Castilhos, localiza-se o prédio do antigo banco pelotense.

²² Oktoberfest.

²³ Encontro de Artes e Tradições Gaúchas. De 25 a 29 de julho e 1º a 05 de agosto de 2018 ocorreu a 26ª edição da São Leopoldo Fest contando com atrações como gastronomia alemã, danças e música o evento ainda foi palco de shows regionais como do cantor Armandinho e da banda Papas da Língua,

ao parque da Oktoberfest, porém, reconheceu o bem tombado pelo IPHAE. Quando perguntada acerca da identidade étnica da cidade, afirmou o seguinte:

Ah, eu acho que os alemães. Tem a questão da Oktober que já é o princípio dela, já é mais voltada pra cultura alemã, as feiras também, com a comida. Eu acho que é isso agora já, eu acho que já não é mais tão focado mais nisso. Até pra contemplar também outras pessoas que vivem aqui, enfim, que não são de origem alemã. Mas eu acho que ainda é mais alemã mesmo. (FRANKE, 2019).

Tendo reconhecido a identidade étnica do município como ligada a cultura alemã, quando perguntada sobre os pontos que mais caracterizam a cidade, respondeu:

A gruta dos índios²⁴, que é um ponto turístico. O lago dourado eu acho muito importante, porque agora eles querem fazer lá um espaço de caminhadas e mais lazer para as famílias. Eu não concordaria muito com isso, desde o princípio ele era um espaço de reservatório, digamos assim. Mas enfim, agora querem abrir ele. Tem também o Parque da Cruz. Que que mais? A casa de artes Regina Simonis tem, que eu como moradora fui duas vezes lá, deveria ir mais, mas enfim, acho que a correria do dia a dia também. (FRANKE, 2019).

Quando perguntada sobre suas memórias nos locais citados, Francine respondeu o seguinte:

É, eu acho que o que mais reúne isso é a Oktober, não é? O parque da Oktober, que além de todo ano ter a festa, também há vários eventos lá fora da Oktober, no caso lá também tem os Chacais, que treinam na oktober que é um time de futebol americano aqui de Santa Cruz que tem masculino, feminino. E também o parque é aberto todos os dias pra quem quer fazer caminhadas. E eu adoro quando tem show, sempre na oktober eu vou pra lá. Reúno os amigos, eu acho que a oktober assim junta a galera. (FRANKE, 2019).

O parque da oktober é citado novamente como um espaço que vai muito além da festa que lhe dá o nome, presente no cotidiano e nas memórias da entrevistada, que reconheceu o bem tombado, mas revelou não frequenta-lo assiduamente. Além disso, não relatou nenhuma memória específica do mesmo, ainda que reconheça sua importância histórico-cultural.

A entrevistada também afirmou que utilizava o espaço do parque da Oktober para atividades físicas. “Já frequentei mais pra fazer caminhadas. Eu participava de um grupo de Kangoo²⁵ da cidade que a gente ia pra lá também treinar, mas agora não estou indo.” (FRANKE, 2019).

Quando perguntada se a preservação desses espaços pode atrapalhar o

²⁴ Referencia ao Parque da gruta, distante 2 quilômetros do centro da cidade conta com atrações como, cavernas, trilhas, cascatas pedalinho, churrasqueiras banheiros, e restaurantes.

²⁵ Equipamento utilizado inicialmente em academias para reduzir os impactos nas aulas de jump, mas já utilizado em atividade ao ar livre, consiste em uma espécie de calçado que possui um arco na sola.

desenvolvimento da cidade, respondeu:

Não. Eu acho que não. Eu acho que a gente tem que preservar mesmo. E até tem o Clube União, que fica, ou ficava na rua principal da cidade, que era um dos clubes mais antigos de Santa Cruz, que agora abriram as Lojas Renner.²⁶ Mas eles mantiveram a fachada, mas mesmo assim eu acho que a prefeitura não deveria ter deixado abrir uma loja, entendeu? Porque era muito bonito da história, não é? (FRANKE, 2019).

Quando Franke (2019) lamenta a perda do espaço do clube, para a instalação de uma loja de departamento, percebe a transformação do espaço de sua cidade; quando lamenta a mudanças, lamenta porque não considera a loja um lugar, para ela há ausência da história local na loja, qualificaria o espaço como um não lugar. Para Mac Augé:

Se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir como identitário, nem como relacional, nem como histórico, definirá um não lugar. A hipótese aqui defendida é aqui a supramodernidade é produtora de não lugares, isto é, de espaços que não são em si lugares antropológicos. (AUGÉ, 2005, p. 73).

As transformações no espaço são lamentadas pela depoente que conhece bem os lugares de seu município e interage, de maneira diferente, com muito deles. Mesmo assim o patrimônio oficial ficou fora de suas considerações, embora citado, nenhuma atividade ali foi considerada significativa pela entrevistada a ponto de ser relatada.

4.3.3 Presente, logo ali no centro

Na cidade de Ivoti, na primeira entrevista realizada o depoente foi Giovani Schneider, de 51 anos, nascido em Ivoti, viveu no município toda a vida, industrialista.

Quando perguntado sobre os atrativos da cidade, o primeiro bem citado foi a Antiga Igreja Matriz, patrimônio tombado pelo IPHAE no município. Segundo o entrevistado:

Legal, porque hoje nós²⁷ começamos a catalogar tudo que tem de turismo no município, então nós temos uma igreja antiga que está sendo restaurada, nós temos um núcleo das casas enxaimel que é um conto de evidência, onde as famílias podem se reunir, não tem custo, é legal, tem essas associações que fortalecem todos os eventos do município. Então, o que está sendo criado? Está sendo criado trilhas pra caminhada, a natureza em evidência onde tem a cascata, as cachaçarias que são lugares de turismo, então tudo isso está começando a ser catalogado e realmente unificado pra ter como vender isso pro turista e ter como chegar nesse turista e explicar o que a cidade tem a oferecer de uma maneira mais simples. O que Ivoti

²⁶ Rede de lojas do ramo têxtil, inaugurada em 1922 em Porto Alegre, tornou-se loja de departamentos especializada em moda no início dos anos 1990, conta com mais de 500 lojas considerando as outras marcas que possui.

²⁷ Referência a AFECO – Associação da Feira Colonial de Ivoti.

tá querendo fazer é realmente simplificar e não complicar o turismo. Então, eu acho muito legal, eu estar enxergando um futuro de turismo, aquele turismo básico, mais simples, e onde você pode sair com a família, sem estresse, onde você mesmo pode fazer sozinho o turismo. E essa estrutura está se criando. Então acho que são várias visões que estão sendo jogadas pra dentro de um núcleo e estão sendo avaliadas e o que que nós podemos fazer, o que que a lei permite fazer, sabe, então eu acho que é muito legal. Vai se colher frutos, isso não é projeto pra agora, é projeto pra daqui a cinco anos. Hoje está sendo catalogado as casas antigas, os pontos históricos, estão sendo envolvidos restaurantes, hotelaria, então toda a comunidade ela está recebendo um chamamento, mas aos poucos, gradativo, aos poucos, acho que isso que é a grande diferença. Ivoti está tentando fazer um turismo bem consciente, cara. (SCHINEIDER, 2019).

Quando perguntado sobre a identidade do município, o entrevistado não hesitou em expressar o seguinte:

Sem dúvida. Hoje, se nós pegarmos a cidade de Ivoti predomina, vocês vão ver na pesquisa de vocês, a origem alemã. Aqui nós somos conhecidos por sermos uma cidade alemã, nós temos sotaque, em todo mundo na comunidade. Então é uma evidência. (SCHINEIDER, 2019).

Quando perguntado sobre as lembranças nos lugares que considerava importantes, a Igreja Matriz, ou Igreja Velha, como também é conhecida em Ivoti, não foi citada pelo entrevistado.

Bom, eu nasci aqui. Então esse arroio que passa aqui na frente, quando a gente era criança a gente vinha tomar banho, a gente vinha pescar. Essa cascata que tem aqui no fim dessa estrada, a gente vinha tomar banho, vinha bater trilha, vinha comer bergamota, era laranja, todas as frutas cítricas aí da infância. Tem uma pedreira aí, e essas coisas a gente está tentando trazer de volta e criar com passeios turísticos naturais. São lembranças minhas da infância. Eu vivi, curti. Nós queremos trazer pra cá a carretinha de lombinha.²⁸ Eu vivi, mas os nossos filhos, meus filhos não curtiram isso. (SCHINEIDER, 2019).

No que se refere aos eventos, a relação com o critério étnico é explicitada e uma série de eventos é citada: o Kerb acontece na região central da cidade, Praça da Concórdia e as feiras ocorrem junto ao núcleo de casas enxaimel.

Primeiro lugar temos o KERBS²⁹ que é muito forte aqui na cidade. Feira da rosca, do mel e da nata que vai ser agora em maio. Feira das Flores, nós somos o município das flores, é isso que nós vamos vivenciar bastante no nosso município, a jardinagem. Criar o ambiente, flores. Ivoti significa flores, então nós vamos trabalhar isso. (SCHINEIDER, 2019).

Não há outra memória que não o reconhecimento do potencial turístico do patrimônio tombado (Igreja). As memórias e as impressões sobre a cidade são manifestadas pelos eventos no núcleo de casas enxaimel, pelo Kerb e pela relação com os bens naturais.

²⁸ Espécie de carro artesanal confeccionado a partir de peças de diferentes automóveis e outros veículos.

²⁹ A 26ª Festa do Kerb ocorreu nos dias 19, 20 e 20 de janeiro de 2019, em Ivoti.

4.3.4 Longe do centro e longe da memória

Na cidade de Bento Gonçalves do Sul uma das entrevistas realizadas foi com Carlos Henrique Silva, 38 anos, natural de Petrópolis, Rio de Janeiro, professor de Inglês, vivendo na cidade há 8 anos.

Quando perguntado sobre os pontos positivos do município. Respondeu: “Pontos positivos. Turismo, por ser serra gaúcha, parque das vinícolas, vinho. É que Bento Gonçalves resume-se a isso né. Parque de Vinícolas e Turismo.” (SILVA, 2019).

O turismo aparece novamente como um dos pontos negativos da cidade. Mesmo que possa parecer paradoxal, a crítica do entrevistado não é à vivência do turismo, mas ao seu alto custo. Perguntado se costumava frequentar as vinícolas e os pontos turísticos, respondeu: “Quando tenho tempo, sim, só que não tanto. Uma por causa de valor, infelizmente o turismo aqui em Bento é caro. Tipo, Vale dos Vinhedos, as vinícolas, tu vai visitar uma vinícola é caro, mas quando consigo, sim.” (SILVA, 2019).

Acerca dos pontos negativos afirmou: “Negativos, diria que o próprio turismo, como eu já disse anteriormente, é um turismo que ele não é muito acessível, podia ser mais acessível.” (SILVA, 2019).

Quanto a identidade étnica da cidade, o entrevistado foi enfático. Afirmou o seguinte:

Eu vejo que a cidade etnicamente é italiana. Tu vê nome de ruas, ainda mais aqui na escola, tu vai ver sobrenome de alunos, a maioria é muito forte, então eu vejo assim que tem uma coisa muito forte com a cultura italiana. Até o dialeto que as pessoas usam aqui, também, nome de ruas, arquitetura da cidade, eu vejo mais nesse sentido. (SILVA, 2019).

Quando perguntado sobre os locais da cidade que considera importante, afirmou o seguinte:

Número 1, eu diria o Vale dos vinhedos. Pra mim o Vale dos Vinhedos é o cartão postal da cidade. Aqui da parte central eu diria, não necessariamente, mais um pouco ali no bairro da planalto que nós temos ali, sim, ali nós temos o Palácio das Artes, que é bem bonito ali, embora não tenha muita coisa ali de teatro, é um palácio muito legal. Tem os parques também, tem o parque da Fenavinho, que é onde acontece a Expobento. Geografia, e identidade, não é?! Porque Bento Gonçalves é a capital brasileira do vinho. Então o Vale dos Vinhedos ali é emblemático. Agora sobre o Palácio das Artes, pra quem gosta, conhecer as artes é bem interessante, a arquitetura. Embora não tenha muitos eventos lá. A parte cultural. E os parques é uma coisa que eu acho interessante, que Bento é uma cidade bem ecológica, assim. Eu vejo. E a galera vai bastante, por exemplo, fim de semana, o pessoal vai tomar chimarrão, família leva lá filho, vai caminhar, eu mesmo vou caminhar muito lá, então tenho um certo interesse nesses lugares. (SILVA, 2019).

Morando há 8 anos no município, o entrevistado não citou o bem tombado³⁰, no entanto sua relação com as atrações turísticas do local, suas impressões sobre a identidade étnica se Bento Gonçalves, relaciona-se com outros elementos da paisagem e com as manifestações imateriais, como as festas e feiras.

Outra entrevistada, chamada Hellen Reck da Silveira, de 21 anos é assistente administrativa, natural de Santiago e residente em Bento Gonçalves há 4 anos. Quando perguntada sobre os pontos positivos da cidade, a entrevistada respondeu que a cidade tem melhores oportunidades de emprego em relação a sua cidade natal. Quando questionada sobre os pontos negativos. Salientou o seguinte:

Eu acho que é uma cidade muito preconceituosa. Em relação a cor, orientação sexual, jeito de se vestir, essas coisas. Principalmente aqui não é?! Pessoal mais antigo, por ser mais velho, por ser italiano, por vim de uma cultura tipo grande família, ou então o filho vai herdar tudo, vai ter uma grande família, se tu tem um filho, um filho diferente, ele é um homossexual, ele já foge do padrão. Então, pessoal mais antigo tem muito ainda essa coisa enraizada do preconceito na família. (SILVEIRA, 2019).

Quando perguntada sobre o tipo de preconceito que acabara de citar. A entrevistada salientou o seguinte:

Eu conheço através da minha irmã. A minha irmã é mais nova. Então ela pegou um pessoal mais adolescente, tudo mais. Então até um amigo dela, que o pai dele espancou por ser homossexual, daí ele fugiu lá pra casa, meus pais abrigaram ele. Sim, pesado, é bem difícil, não só ele, teve outros. Por exemplo, quando a gente veio pra cá tinha um menino que morava do lado da nossa casa, o pai dele também não aceitava. (SILVEIRA, 2019).

O depoimento da entrevistada tem uma forte relação com a realidade brasileira atual, na qual o preconceito contra LGBTs leva agressões, suicídios e homicídios. (SOUSA e ARCOVERDE, 2019) Quando perguntada se a cidade privilegia algum grupo étnico, Silveira é enfática ao afirmar que: “Sim, com certeza. Os branquinhos dos olhos claros. Os italianos. Com certeza, isso é com certeza.”

Quando questionada por que a cidade privilegia os italianos, respondeu:

Cidade se mostra italiana. Tudo que tem de festival, tudo que tem de qualquer evento, tudo é voltado pra cultura italiana. Pouca coisa tu vê, por exemplo, assim, aqui tem muito, muito haitiano³¹. Pessoal que veio pra cá. Tu não vê um dia pra nós do Brasil conhecer a cultura deles. Nenhum dia mostrando como é que é a religião deles, é sempre focado pra isso, para o pessoal imigrante italiano que veio pra cá, mas eles também são, então porque que tem isso? Eu pessoalmente não entendo. Seria legal conhecer também. É muita gente, eu morava ali, tem uma

³⁰ Antiga escola Estadual de Santa Teresa.

³¹ Cerca de 1575 haitianos registrados migraram para o Estado do Rio grande do Sul até o ano de 2019. (Weber et.al., 2019, p.175)

comunidade ali atrás, de haitianos que moram todo mundo junto. Aqui, não sei se pede no outro, aqui é tudo haitiano que mora. No centro da cidade, então, tem muito e porque não fazer alguma coisa mostrando a cultura deles? (SILVEIRA, 2019).

Mais uma vez a entrevistada apresenta coerência ao relacionar o contexto da cidade ao contexto regional e sua interpretação parte de suas vivências, experiências e memórias; interpreta sua realidade levando em consideração questões latentes nos debates acadêmicos e na mídia, como o preconceito com LGBTs e as questões sociais que envolvem a imigração de haitianos.

Ainda em relação aos haitianos e a inserção dos mesmos na sociedade, a entrevistada afirmou o seguinte:

Eu tenho duas visões. Eu tenho a visão do meu pessoal, porque meu pai trabalha com haitianos, então eu sei que é um povo muito trabalhador. Eles vieram pra cá mesmo pra ter um estilo de vida melhor que aconteceu aquela desgraça lá no país deles. E a impressão que eu tenho de fora, que o pessoal comenta, é totalmente diferente. Eles acham que é um pessoal que não quer nada com nada, que veio pra cá pra viver nas nossas custas, que estão tirando trabalho do povo daqui, então é ainda muito preconceituoso³². “Ah, ele está fazendo isso porque ele é preto”. É essa frase. É uma coisa muito ruim de se escutar. Tu está sendo preconceituoso, cara. Só que, quem vê isso não fala, porque a maioria está falando, então quem vê é a minoria, tipo, eu sou a minoria e tem um grupo ali. É errado, deveria falar, mas daí te bate o medo né? (SILVEIRA, 2019).

A entrevistada, novamente compreende o contexto social ao qual está inserida, possui boas noções de igualdade acerca de tolerância e igualdade, compreende que no meio que habita é minoria e relaciona essas questões o critério étnico, visto aqui como conservador e autoritário, como algo que prejudica a pluralidade.

Quando perguntada sobre os lugares da cidade a depoente, citou o Caminho de Pedra³³. Quando perguntada se considera que esse lugar seja um patrimônio da cidade, respondeu o seguinte: “Acho que sim, considero, porque quando tu fala de Bento todo mundo fala que tu tem que conhecer os Caminhos de Pedra.” (SILVEIRA, 2019).

Sobre as festas e eventos que caracterizam o município, afirmou que: “Tem a ExpoBento que eu conheço, tem agora, teve a inauguração do vinho encanado em Bento Gonçalves, que eles servem vinho encanado que antes não tinha. Acho que só esses dois que ultimamente que teve aqui em Bento.” (SILVEIRA, 2019).

Ao contrário das impressões gerais sobre a cidade, quando fala dos pontos turísticos

³² Segundo o site GaúchaZH entre 2005 e 2019 foram abertos 5104 processo por racismo e injúria racial, 394 réus foram considerados culpados.

³³ Rota turística envolvendo restaurantes, vinícolas familiares e outras propriedades

a entrevistada não apresenta uma crítica tão incisiva. Aparentemente seu conhecimento sobre a história da região lhe confere a capacidade de compreender que a ocupação italiana deixou fortes traços na região, que não são necessariamente vistos pela depoente como negativos, como as rotas turísticas e festas como a Fenavinho.

Outro entrevistado, Luciano Rubini, nascido em Bento Gonçalves, 30 anos, é manobrista de estacionamento e morador da cidade há 30 anos. Quando perguntado sobre os pontos positivos da cidade, afirmou: “Aqui em Bento, cara, tem vários lugares. Tem Vinhedos, coisa de vinho. Tem a Maria Fumaça, que é um lugar bem bacana pra ir, cara. Tem uns pontos bom assim.” (RUBINI, 2019).

Perguntado se a cidade possui alguma identidade étnica ou privilegia algum grupo. Respondeu que: “A princípio eu acho que não, cara. No meu ponto de vista eu acho que não.” (RUBINI, 2019).

Quando perguntado sobre os locais da cidade que considera importante, o entrevistado respondeu o seguinte: “A Rota, o Caminho de Pedra, tem uns pontos bacanas, turísticos. A princípio é isso aí. É que nem eu falei, tem a Maria Fumaça, também, é um ponto legal quem quer visitar.” (RUBINI, 2019). Quando questionado sobre o passeio na Maria Fumaça, revelou que: “Nunca fiz, nunca fiz. Mas falaram que é bem bacana. Se não me engano tu pega tu passa Santa Tereza também, Monte Belo, tu pega toda volta.” (RUBINI, 2019)

Aqui o entrevistado citou o antigo distrito de Bento Gonçalves, que na época do tombamento da Escola Estadual de Santa Teresa, pertencia ao município. No entanto, não citou o bem tombado. Foi a entrevista que mais perto chegou de comentar sobre o bem.

Sobre o município de Santa Tereza afirmou:

Eu não conheço muito, mas conheço. É um lugar bem bacana de morar. Bem tranquilo, bem calmo, sem estresse, tem bastante, como eu te falei, tem as casas antigas lá, os negócio bem show. E volta e meia eles fazem eventos de carros antigos, sempre dá show lá embaixo. É um negócio bem bacana. Uma cidade como de Santa Tereza é um local muito bonito. Tem gente que gosta mais da cidade, eu prefiro um canto mais sossegado. Como eu estava te falando, na verdade vai fazer seis anos que meu pai comprou a casa em Santa Tereza, morava lá e nós morávamos aqui em Bento, e daí eu comecei a descer mais lá por causa dos meus pais, sabe? Meu pai sempre morou na colônia. Tu trabalha o dia inteiro na cidade ali, correria e tal. Tu quer, no final de semana, ter paz e sossego. (RUBINI, 2019).

As festas como Expobento e Fenavinho foram citadas, mas sem maiores comentários e considerações acerca da organização ou relação com a cultura. Santa Tereza é importante para o entrevistado porque, no município acontecem seus momentos de lazer e descanso, sua

relação de afetividade com Santa Tereza se dá em oposição à agitação de Bento Gonçalves.

4.3.5 Nem no centro, nem no campo

Na cidade de Farroupilha um dos entrevistados foi Juliano Tóffolo, 40 anos, comerciante, natural da cidade de Ciríaco, no Rio Grande do Sul e residente em farroupilha há 23 anos.

Quando perguntado sobre os pontos positivos da cidade, respondeu o seguinte:

Nós temos alguns pontos positivos que é o trabalho, a gente tem bastante trabalho aqui, o poder aquisitivo das pessoas também é melhor, as pessoas que vem pra cá vem com o intuito de trabalhar, de juntar recursos, pra construir, pra comprar coisas pra si, então, é um ponto positivo que a gente tem na cidade que é o desenvolvimento mesmo do município. (TÓFOLLO, 2018).

Pela natureza de seu trabalho como comerciante, o entrevistado destacou as oportunidades de trabalho e o poder aquisitivo dos habitantes como pontos positivos da cidade. No entanto, as consequências dessa realidade refletem no que o entrevistado destacou como pontos negativos do município. Para ele:

Pontos negativos. Na parte humana, as pessoas são muito focadas em trabalho e deixam relacionamento entre elas, em festas, em diversão. O município não investe muito nesse lado aí. E também as pessoas que são mais fechadas nesse intuito. Pensam mais no trabalho mesmo. (TÓFOLLO, 2018).

Quando perguntado se o município possui alguma identidade étnica, afirmou que:

Sim, nós temos aqui, a cidade é de origem italiana, aqui na cidade foi o berço da colonização italiana no Rio Grande do Sul, então ainda se mantém até hoje. Tem o Entrai³⁴, em Nova Milano, que é um distrito aqui da cidade, onde se cultua bastante tradição italiana. E aqui na própria cidade existem vários eventos de encontros italianos que se cultua muito. (TÓFOLLO, 2018).

Mesmo afirmando que os habitantes do município têm suas vidas focadas no trabalho e deixam as festas e o lazer de lado em função disso, o entrevistado se lembrou de uma festa que cultua a cultura e faz referência a imigração italiana no Rio Grande do Sul.

Quando perguntado sobre os locais da cidade que considera importante, citou comentou o seguinte:

Temos aqui uns locais bem interessantes, que é a Nossa Senhora do Caravaggio, que dá sete quilômetros daqui, onde todos os anos tem a romaria³⁵. Muitas pessoas vem pra cá. Nós temos o salto ventoso, uma cascata que fica a 20 e poucos

³⁴ Encontro de Tradições Italianas, que no ano de 2018 foi realizado nos dias 11, 12, e 13 anos dias 18, 19 e 20 de maio.

³⁵ A 139ª Romaria de Nossa Senhora do Caravaggio ocorreu nos dias 26 e 27 de maio de 2018.

quilômetros, é um elemento natural que desperta bastante interesse das pessoas em conhece-lo, foi cenário de filmes.³⁶ Nós temos também o marco da imigração italiana, que é em Nova Milano, onde a primeira colonização italiana no Rio Grande do Sul foi ali, então é um espaço muito importante para o nosso município. (TÓFOLLO, 2018).

O depoente tem uma relação próxima com os locais que citou. Quando perguntado sobre a frequência com que visitava os lugares e suas memórias deles, respondeu:

Costumo ir à Nossa Senhora do Caravaggio (Santuário) umas quatro vezes por ano, mais ou menos; Salto Ventoso umas três ou quatro vezes. E nova Milano mais seguido, digamos assim, umas dez, doze por ano. Em Nossa Senhora do Caravaggio, fizemos trabalhos voluntários, atendendo os romeiros que vinham desde as 4 horas da manhã, então a gente tem várias lembranças da Romaria, o Salto Ventoso mais é caminhada e a história que a gente aprende de lá da própria cascata que tem uma história bem bacana, da população indígena que viveu lá. (TÓFOLLO, 2018)

A Casa de Pedra³⁷ e Museu Municipal, que aborda a temática da imigração italiana, não foram citados pelo entrevistado.

Outra entrevistada, chamada Luiza Birkheuer, de 58 anos, funcionária pública, atuando como guia no Museu Casa de Pedra, é natural de Carlos Barbosa e residente em Farroupilha há 25 anos. Quando perguntada sobre os principais lugares da cidade, respondeu o seguinte: “Olha, existe bastante coisa que eu acho positivo aqui, o bairro onde eu estou morando, o centro, eu acho legal, Nova Milano que é um lugar bem legal também, Casa Moschetti³⁸, o centro de Farroupilha que estão renovando as ruas, tão fazendo bem legal.” (BIRKHEUER, 2018) Quando perguntada se a cidade beneficia algum grupo, em relação à memórias e identidades, respondeu: “Não, acho que não.”

Ainda falando dos locais da cidade que considera importantes, a entrevistada também citou o santuário de Nossa Senhora de Caravaggio, segundo a entrevistada:

O Santuário, eu acho legal porque tem a festa no dia 26 de maio, que comemora a Nossa Senhora de Caravaggio, a gente sempre participa. E o centro também, porque a Praça, a Igreja da Matriz é muito legal. A Pracinha é muito bonita, tem bastante coisa para as crianças brincarem lá. Até meus netos vão lá também. (BIRKHEUER, 2018).

Quando perguntada se acompanha os netos na praça, respondeu o seguinte: “Às vezes, tem o Parque dos pinheiros também que é muito legal, também tem bastante coisa, dá até pra fazer academia pra adultos lá, tem ao ar livre. É muito legal lá também.”

³⁶ Referência ao filme O Quatrilho de 1995.

³⁷ Patrimônio Tombado Pelo IPHAE.

³⁸ Referência ao outro Museu Municipal.

(BIRKHEUER, 2018)

Ao ser perguntada sobre suas lembranças nos lugares que citou, a entrevistada respondeu o seguinte:

No parque dos pinheiros, quando meu guri fez a formatura, que eles fizeram as fotos lá, que ficaram muito boas. Lá em Caravaggio também, nos dias de festa, marca muita gente, sabe, não é? E de fora da cidade também, é muito legal, vem bastante gente, as pessoas vão a pé daqui até Caravaggio. Já cansei de ir daqui até Caravaggio a pé. São sete quilômetros, mas é ótimo e é bom. A gente se sente bem. É, geralmente a gente reza alguma coisa pelo caminho, não é?! Tem as capelinhas, tem as paradas, é muito legal. (BIRKHEUER, 2018).

A relação da entrevistada com os lugares da cidade se dá na medida em que sua memória remete a sua família, seu filho, seus netos, e a utilização dos espaços pelos mesmos, ainda pelo entorno de sua casa localizada no centro da cidade, o que pode justificar a ausência em seu depoimento de seu local de trabalho, a Casa de Pedra. Podemos associar assim que não basta o conhecimento acerca do bem, é preciso associar esse conhecimento a uma experiência que seja considerada diferente das outras vivenciadas.

4.3.6 Bem lembrado, porém vazio

Em Erechim entrevistamos o senhor João Cléber Brem, de 67 anos, funcionário público aposentado, natural de Vacaria e vivendo em Erechim há 47 anos.

Quando perguntado se acreditava que a cidade possui alguma identidade étnica, respondeu da seguinte maneira:

Sim, cada etnia aqui procura aqui ressaltar sua importância, naturalmente. Temos aqui um grupo folclórico chamado Jupem, que é da etnia polonesa. Se apresenta, já foi participar de concurso até na Polônia. Temos aqui diversos grupos assim, de italianos, pra, canto, esse tipo de coisa, comidas típicas e músicas típicas. Os alemães já tiveram também e hoje não tem um grupo de canto, mas tem um espaço deles aí, tipo sinodal. E tipo assim, etnia judaica, eu posso te levar lá pra te mostrar a sinagoga que tem aqui, assim como tem um cemitério que é só de judeus, então assim, cada um procura valorizar o seu. (BREM, 2019).

Quando perguntados dos lugares que considera importantes em Erechim, o entrevistado respondeu:

Pra começar já falamos uma vez, o Castelinho, significa muito pra Erechim. Fala em Erechim, em termos de história a gente se lembra de imediato do Castelinho. A prefeitura também é uma coisa muito a se valorizar, não é?! Hoje nós temos um lugar lá fora chamado “Polo de Cultura”, onde existem cinco salas onde cada uma recebe uma etnia com um restaurante, com toda estrutura, quando tem feira aqui

chamada FRINAPE³⁹, cada etnia tem a sua cozinha ali, inclusive ali tem uma que seria a do gaúcho naturalmente. Então, assim olha eu te falei num mato de comissão⁴⁰, é uma floresta aqui dentro da cidade. O que mais eu vou te falar, olha, não parece pouco, mas o estádio do Ypiranga⁴¹ na época foi inaugurado, a gente costuma dizer quase acomodaria toda a população da cidade na época, na época. Então assim, são pontos que a gente não pode deixar de citar. A própria Universidade⁴² pra nós é muito importante. (BREM, 2019).

Quando perguntado acerca dos lugares que costumava frequentar, e de suas lembranças nesses lugares, o Castelinho, patrimônio tombado pelo estado, apareceu na fala do entrevistado da seguinte maneira:

Olha, o Castelinho é um, já não é uma história de amor que ainda não teve fim. Já foi assim usada como casa do Papai Noel, muitas pessoas dizem que acabou estragando, muito prego, iluminação e coisa. Ficava lindo. Hoje não, daí teve uma concorrência não para reformar, para restaurar, então parece que restaurar a parte externa e a parte interna está até hoje. Tanto é que a parte externa quase deteriorou de novo. É madeira, não é?! É difícil ter boa qualidade. Então o Castelinho fechado a gente não tem como ir. (BREM, 2019)

Ainda se referindo a utilização do espaço do Castelinho, o entrevistado afirmou que:

Ali houve exposições de artistas locais, artistas plásticos, pinturas, esculturas e coisas, tem muita na região. A cidade é rica em número de artistas plásticos, nos alegra muito. Então, nunca foi dado como concluído. 'Não, agora está aberto e pronto!' Vai se arrastando, se arrastando, se arrastando. (BREM, 2019).

Quando perguntado se a preservação de espaços como o Castelinho poderiam prejudicar o desenvolvimento da cidade, respondeu: “Não, de maneira nenhuma. O espaço tão pequeno, como é que vai atrapalhar? Tem tanto espaço pra crescer, não é? Tanto vertical quanto horizontalmente. Tem espaço.” (BREM, 2019)

O entrevistado demonstrou conhecer diferentes aspectos da vida na cidade e também alguns dos diferentes grupos étnicos e suas movimentações culturais. Além disso, um outro trecho de sua entrevista nos ajuda a compreender a sua concepção de patrimônio, formada também por questões de materialidade e ancianidade, ao afirmar que:

Mas na rua Presidente Vargas está lá, ainda hoje de pé, a primeira escola de Erechim. Não, sou eu que estou falando. Aquilo ali é propriedade particular. Os donos ofereceram pra prefeitura, fariam uma doação para a prefeitura preservar aquilo lá e a prefeitura não teve interesse, nem sequer o prefeito da época. Uma coisa imperdoável, não é? Se tratando de um patrimônio histórico. (BREM, 2019)

³⁹ Feira Regional Industrial e de Agropecuária de Erechim

⁴⁰ Referência ao Parque Longines Malinowski, um espaço com 24 hectares localizado na área urbana de Erechim

⁴¹ Clube de Futebol local.

⁴² Referência a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI.

Não procuramos confirmar as informações do depoente junto à prefeitura, como tecemos relações entre os bens e a memória, o relato aponta para questões de ancienidade; seu depoimento e sua reação aos fatos que narra já nos fornecem informações relevantes para o desenvolvimento da pesquisa, entretanto, de fato existe um prédio na rua em que o depoente citou que foi citado nos questionários como a primeira escola de Erechim.

A postura de desaprovação do depoente diante do suposto ato da prefeitura já demonstra uma preocupação com os lugares de memória da cidade. A autora Ecleia Bosi, ao tratar da memória das pessoas idosas, salienta o seguinte:

Nelas é possível verificar uma história social bem desenvolvida; elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade, como características bem marcadas e conhecidas; elas viram quadros de referência familiar e cultural igualmente reconhecíveis: enfim, sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido que a memória de uma pessoa jovem, ou menos adulta, que de algum modo, ainda está absorvida nas lutas e contradições de um presente que a solicita muito mais intensamente do que a uma pessoa de idade. (BOSI, 1994, p.60).

A relação do entrevistado com os diferentes grupos da cidade e sua participação nas festas foi relatada quando lhe foi perguntado que locais costuma requestrar, e quais suas lembranças desses locais, onde respondeu:

Sei, aqui assim eu indico. Em Erechim é uma cidade privilegiada pelo número de clubes sociais que possui, cada um com a sua programação, com os seus eventos tradicionais. Então, por exemplo, eu vou começar a falar pelo meu do coração que é o Clube do Comércio. Não quer dizer que seja maior e melhor que os outros. Funciona a muito tempo, faz 30 anos, jantar baile do imigrante, onde cada etnia que eu te falei, que são quatro, oferece iguarias da sua etnia. Então ali, durante a noite, é congrega todo mundo. Então os conjuntos contratados, em determinado momento vão tocar três, quatro músicas de cada etnia. Cada vez que toca, toca dos alemães, vai todos os alemães para o meio do salão, gritar, berrar do jeito que fazem. E cada etnia do seu jeito. E o interessante disso, o melhor parte, não é o jantar em si, é o que chama de aperitivo. São mesas, ilhas distribuídas no meio do salão. Cada um cada etnia oferece o que tem de salgadinho e de bebida típica. E o pessoal circulando ali, interagindo. (BREM, 2019).

Embora exista critério étnico no tombamento do Castelinho, relacionado a imigração italiana, os demais grupos existentes na cidade e organizados à sua maneira não parecem ter sido prejudicados na memória do entrevistado. Segundo ele, existe um equilíbrio, respeito e interação entre os grupos étnicos da cidade.

Outra entrevista realizada em Erechim contou com o depoimento de Thais Franckzack, professora de biologia, 33 anos, mora no município desde seu nascimento. Quando perguntada sobre a identidade étnica da cidade, a entrevistada respondeu o seguinte:

Sim, aqui são muito fortes os italianos, os alemães. Até tem o grupo Avanti, um grupo de italianos, que eu também já fiz parte durante 14 anos. É muito bom, a questão da língua, trabalhar essa parte. E os alemães também tem. E o Jupem que é o grupo dos poloneses, então nesse sentido eles trabalham bastante com apresentações e viagens. O ponto de referência em Erechim eu acho que seria o Jupem. O Jupem sempre foi um assim que viajou para o exterior, aquela coisa toda. Depois acho que vem os italianos e os alemães. (FRANCKZACK, 2019).

Perguntada sobre os lugares da cidade que considera importante, respondeu que:

Do centro, o 25 de julho, que é um teatro, tem um palco, muito bonito, eu só não sei a capacidade de pessoas agora, mas passa de seiscentos. O polo de cultura, o seminário, que é onde a gente mais acaba frequentando em todos os domingos ir lá tomar um chimarrão aquela coisa toda. O Castelinho, quando ele era aberto ao público, muitas vezes tinha exposições, tinha a Casa do Papai Noel, que era feita lá, então na época de Natal era mais frequentado. Eu já participei de cursos lá, só que no subsolo, só que em função dele estar com risco de cair, eles acabaram evitando. (FRANCKZACK, 2019).

A entrevistada cita o bem tombado e já alertando para seu estado de conservação deteriorado, antes de uma restauração. Sobre suas memórias no lugar, relatou o seguinte:

É que ficou muito tempo reformando ele, mas depois da reforma eu não entrei mais lá, era um local muito bonito. Na época que eu participava do grupo Avanti, várias vezes os eventos eram lá. Então tinha abertura de festa, muitas vezes aconteciam lá. Degustação de vinhos. (FRANCKZACK, 2019).

Quando perguntada sobre os lugares que citou, qual deles estaria mais presente na sua vida, nas lembranças, respondeu:

O Castelinho, com certeza. Por esse fato de estar cada pouco ali com o pessoal da Festa da Uva, não é? Então eu acho que ali. A prefeitura eu lembro muito bem dela, que teve uma época que eu fazia parte de um grupo de coral que eu me apresentei lá. (FRANCKZACK, 2019).

A relação da entrevistada com o Castelinho está associada a sua relação com a cultura italiana, e em sua participação no grupo Avanti. Nesse sentido, o critério étnico foi contemplado, já que a entrevistada, no questionário se identificou culturalmente como búlgara; em função do grupo relacionou-se com a cultura italiana e tem o Castelinho lembranças significativas de seu passado.

4.3.7 Temos um museu

Na cidade de Nova Prata, um dos entrevistados Carlos Helder H. Jobim, 65 anos, gerente administrativo, natural de Santana do Livramento e residente na cidade há 5 anos.

Quando perguntado se a cidade possuía alguma identidade étnica, respondeu que: “É, aqui funciona assim, na cidade é 90% italiano, não é? E 10% polonês. As etnias aqui. Claro que hoje já entrou mais outras raças, mas há tempos atrás quando já não era tão aberta a cidade pra pessoas que vinham de fora, 90% italiano e 10% polonês.” (JOBIM, 2019).

Perguntado como essa proporção se manifesta no município, o entrevistado respondeu que:

É, aqui funciona assim. Por exemplo, os italianos: os italianos quase todos os finais de semana tem uma festa de tal localidade. Eles fazem muito encontro de famílias também, famílias Ernst, família Kellen, inclusive até enchem os hotéis de gente que vem fazer as festas. E também as festas polonesas, são muitas festas aqui. (JOBIM, 2019)

Acerca dos lugares que considera importante no município, inicialmente o entrevistado não citou o bem tombado, Casarão Verde ou Museu Municipal Domingos Batisttel, mencionando os seguintes lugares:

Por exemplo, os restaurantes também puxam muito pra polenta, pro galeto, pra essas coisas assim, entendeu? Outros espaços que eu considero pro turismo, por exemplo, tem a Gruta Nossa Senhora de Lourdes, pra visitação, tem a Casa Polonesa, que ela não é aberta para visitação, mas para fotos. É uma casa toda feita de caixas, ela não usa prego. Depois tem o horto florestal, tem uma igreja feita toda de basalto no bairro São Pelegrino e tem as pedreiras, que aqui o pessoal fala muito “capital do Basalto”, cidade é considera a capital do Basalto. Ela se formou em roda de uma empresa grande que tem aqui que é a VIPAL, de borrachas, que foi ela que deu a entrada pra cidade, coisas assim, e trouxe bastante conhecimento do pessoal. Então é considerada em volta do Basalto. Então tem pedreiras hoje, tem poucas pedreiras, mas tem pedreiras que fazem apresentações como é feita a pedra. (JOBIM, 2019).

Quando perguntado sobre a frequência que visita esses lugares, respondeu: “Eu vou mais nos restaurantes. O museu eu vou as vezes também. Costumo ir conhecer, eu também costumo uma vez por mês ir nos locais. Como eu trabalho com turismo, eu tenho que ir pra ver se tem alguma novidade.” (JOBIM, 2019).

Quando perguntado que lembrança pessoal tem dos lugares que citou, qual deles é o mais importante pessoalmente, o entrevistado afirmou que: “Eu como sou religioso, eu sempre falo da Gruta Nossa Senhora de Lourdes, que eu costumo ir quase toda a semana, cada 15 dias. É no meio da natureza e uma gruta bonita.” (JOBIM, 2019).

A relação dos entrevistados com os locais citados e com o museu acontece por força de sua profissão; na questão pessoal, tem uma relação mais forte com a Gruta Nossa Senhora de Lourdes, e não com o bem tombado.

Outro entrevistado na cidade de Nova Prata foi Vinicius Matheus Pedro Noceli Gonzatto, 19 anos, estagiário no museu municipal, nascido na cidade e residente há 19 anos.

Quando perguntado sobre os pontos negativos da cidade, afirmou o seguinte: “Ah, eu acho que valorização patrimônio histórico, sabe, a cidade tem mais de 100 anos, e às vezes muitos prédios são demolidos, históricos, não é? O que acaba não condizendo com o perfil de uma cidade centenária praticamente. Estamos com 95 de emancipação política.” (GONZATTO, 2019).

Quando perguntado se a cidade privilegia algum grupo étnico, respondeu:

Olha, privilegiar, nesse sentido, os italianos são mais privilegiados. É que como nós historicamente somos compostos por mais de sete etnias, normalmente os italianos vieram em mais quantidade, não é? Mas agora com o tempo, eles foram apagando algumas identidades que também eram fortes aqui como os poloneses e os alemães. Além de ter a história dos negros é muito forte aqui na região, os indígenas pouquíssimos estudados aqui, que isso infelizmente é um ponto negativo. E acabaram que eles tomaram conta dessa questão. Mesmo a maioria das administrações sendo de pessoas alemãs, a valorização do imigrante italiano sempre foi maior. (GONZATTO, 2019).

Embora pelos dados coletados com a aplicação dos questionários cerca de 60% das pessoas tenham respondido que se identificam com italianos, a fala o entrevistado anterior (JOBIM, 2019), pode fazer mais sentido a partir da fala de Gonzatto (2019) já que uma estimativa de 90% de residentes de etnia italiana não parece ser mais exagero. Novamente, não é a veracidade dos dados que nos interessa aqui, mas a interpretação que os entrevistados fazem de sua cidade.

Sobre uma lembrança marcante nos lugares que considera importante citou a Casa de Cultura. Segundo o entrevistado:

Olha, pode ser sem graça, mas eu vou falar. Foi na Casa da Cultura, que desde criança eu sempre gostei de estudar a Era Vitoriana, os bailes, as festas, e aí fui convidado, como eu trabalhei um tempo na biblioteca pública também, eu fui convidado pra abertura. Estava lá, ajudando, pra eles fazerem a reabertura da biblioteca e tinha um coquetel. E aí eu me senti no passado. Era uma festa, numa casa antiguíssima. E aquilo foi marcante pra mim. É que, estar em uma casa assim, é um orgulho, porque eu sinto muita falta da minha avó que faleceu e eu acho que ela ia ficar orgulhosa de ver. (GONZATTO, 2019)

A relação com o passado remete a seu estudo de história, seu trabalho na biblioteca pública, e sua relação com a falecida avó configura em uma lembrança que valoriza o espaço da Casa de Cultura. Sua relação com seu local de trabalho, o Museu Municipal, aparece da seguinte forma:

Aqui é interessante, isso veio no museu também. Eu aprendi a valorizar as pequenas histórias de cada um. Às vezes a pessoa quando fala com o historiador pensa “Nossa, é bom estudar Napoleão Bonaparte, os grandes impérios”, mas depois que tu começa a conhecer a história das pessoas, tu começa a valorizar a história delas também. Tu pega uma xícara lá, ela pertence a alguém, alguém usou essa xícara, num contexto familiar, numa vida, numa vivência diferente, e é muito

bonito isso. (GONZATTO, 2019).

A relação do bem com a cultura italiana e a predominância da mesma sobre as demais são aspectos ressaltados pelos dois entrevistados aqui referenciados, ainda que no caso de Nova Prata, muito da representatividade se dê na forma de festas organizadas pela comunidade e valorização da história oficial promovida pelo Museu.

05 CONCLUSÃO

Através do desenvolvimento do presente trabalho, buscou-se identificar em que medida os patrimônios reconhecidos e tombados pelo Estado são reconhecidos pelas comunidades atuais. Neste sentido, em virtude do número⁴³ de processos do IPHAE, optou-se por um critério quantificável para sistematizar a questão e problematizar o tema dos tombamentos. Para explorar esta proposta, elegeu-se o critério étnico por ter sido motivador de diversos tombamentos no Estado, no qual a etnicidade foi o motor principal para que o tombamento tenha sido realizado.

Acreditamos que a divisão adotada pelos órgãos oficiais e na legislação, que os distingue em três grupos de processos: compulsório, voluntário e de ofício, não é a mais adequada para trabalhos acadêmicos que procuram analisar as circunstâncias, as justificativas e os desdobramentos dos tombamentos. Assim, elencamos outras nomenclaturas que agrupam os processos de acordo com a tônica de sua valorização, levando em consideração as informações presentes nos documentos que compõem os processos. Desenvolvemos então as seguintes subdivisões: Valor de Ancianidade; Propriedade de Personalidade Ilustre; Risco de Desaparecimento e Critério Étnico.

A partir disso, estabelecemos a primeira hipótese a ser respondida por esta tese: o critério étnico ainda é um critério válido para a comunidade no reconhecimento dos seus bens patrimoniais? Assim, a proposta deste trabalho era discutir em que medida este critério permanecia válido, e quais variáveis poderiam ser colocadas para verificar as respostas.

Para responder a questão central da tese: em que medida a política de preservação do Estado, através dos tombamentos, tem a força de criar memórias e identidades? Ou seria necessário outros suportes além do material para tal?

Neste sentido, nesta tese fizemos um breve histórico dos bens patrimoniais, e seu papel nas discussões sobre o patrimônio, a história e a memória, para contextualizar os referidos bens que foram tombados segundo os critérios étnicos.

A ferramenta utilizada para avaliar a presença dos patrimônios nas comunidades foram os questionários, considerando uma centena um número válido para quantificação de presença dos patrimônios na vida das pessoas, bem como qual conceito melhor representa a ideia de patrimônio para elas, assim como suas impressões sobre a cidade em que moram e seus conhecimentos sobre eventos e outros locais considerados importantes.

⁴³ Conforme o recorte cronológico da pesquisa (1980-2000) foram analisados inicialmente 90 processos de tombamento.

Após a aplicação dos questionários, foram selecionadas entrevistas que melhor colaboravam para fornecer elementos que respondiam as hipóteses propostas pela tese, ou conforme o local, aquelas pessoas que se dispuseram a ser entrevistadas.

De acordo com sua vontade de colaborar com o trabalho, sua disponibilidade de tempo e suas respostas aos questionários, procuramos entrevistar aquelas pessoas que durante as respostas ao questionário teciam uma série de comentários que transcendiam as perguntas.

As entrevistas se apresentaram como a principal dificuldade do trabalho, por questões relacionadas às distâncias envolvidas e, principalmente, as constantes desistências dos possíveis entrevistados.

O objetivo de comparar dados obtidos nos questionários, nas entrevistas com os documentos dos processos de tombamento, visando a obtenção das impressões, mesmo que parciais do que a comunidade entende pelos seus patrimônios e de que forma o critério étnico permanece como válido, como justificativa para o tombamento, para sua representação.

Conforme os questionários aplicados, podemos perceber que a concepção de patrimônio vigente no Estado do Rio Grande do Sul, nos casos estudados, ainda é representativa das políticas do SPHAN, que em nível nacional, acabou estabelecendo diretrizes que privilegiaram o patrimônio de “pedra e cal”. Esta política, de certa forma, foi continuada pelo Estado na “fase heroica” do órgão, que multiplicou os agentes e ampliou o conceito de patrimônio. No entanto, os bens tombados no estado, continuam sendo, majoritariamente, imóveis.

Em relação ao critério étnico para o tombamento, e posterior valorização e reconhecimento do bem, presentes nas justificativas dos processos de tombamento, não garantem o reconhecimento por parte dos indivíduos que se identificam com o mesmo grupo étnico valorizado na preservação do bem. Em linhas gerais, a maioria dos que responderam os questionários não reconheceu ou citou os bens tombados.

Podemos assim concluir que para que haja maior reconhecimento e conseqüentemente uma maior relação com a memória e, posteriormente, com a identidade, os bens tombados precisam de muito mais que a chancela do Estado ou do desejo de grupos, que no passado, por questões políticas ou ideológicas, consideraram importante a preservação desses bens. Através de uma postura centralizadora e pouco crítica em relação à pesquisa sobre os bens e às informações fornecidas por aqueles que solicitavam tombamento o Estado não foi capaz de, unicamente através da preservação do patrimônio material, formar memórias e identidades.

O conceito de patrimônio perderia o sentido se as gerações que herdaram os bens não

reconhecerem sua importância, não interajam ou se relacionarem com os mesmos; além disso, os bens correm outro risco, de desaparecimento pelo abandono. É necessário que haja uma identificação com o lugar; é justamente essa identificação, esse reconhecimento, tendo a memória como *modus operandi*, que possibilita a valorização do patrimônio, a interação, o uso do espaço e a formação de memórias.

Dessa forma, pode-se dizer que não basta a identificação dos bens ou o reconhecimento do contexto histórico ou existência do bem, é necessário um envolvimento afetivo e efetivo da sociedade, pois a exemplo de bens que se encontram fechados, como a Casa da Feitoria Velha, em São Leopoldo, e o Castelinho, em Erechim, os mesmos são citados nos questionários tanto quanto museus em funcionamento, como o Casarão Verde, de Nova Prata. No entanto, o reconhecimento parece não bastar para promover a afetividade.

Sem utilização, sem apropriação do espaço, a patrimonialização não é mais do que uma imposição, uma teatralização, fruto de políticas autoritárias. (CANCLINI 2015) Na maioria das cidades estudadas, a exceção de Itaara, os patrimônios oficiais foram menos citados que as festas referentes a etnia que motivou o tombamento dos bens.

A visibilidade dos eventos como a São Leopoldo Fest⁴⁴, Oktoberfest⁴⁵ e Fenavinho,⁴⁶ além de estarem ligadas às culturas já citadas, têm forte apelo turístico, já que milhares de pessoas deslocam-se até as cidades com objetivo de prestigiar as atrações, entre elas os shows nacionais e produtos locais. Além da questão imaterial envolvida, existe um apelo econômico, já que essas festas movimentam as cidades e geram empregos.

No caso do Castelinho, o critério étnico para o tombamento não parece ter privilegiado a memória dos italianos em relação aos outros grupos, uma vez que, o bem é reconhecido pelos que se consideram etnicamente pertencentes a outros grupos. Valorizar o Castelinho não significa valorizar somente a cultura italiana, significa valorizar a história municipal, a estadual, e assim, a história de todos os grupos que compõem a cidade.

⁴⁴ De 25 a 29 de julho e 1º a 05 de agosto de 2018 ocorreu a 26ª edição da São Leopoldo Fest contando com atrações como gastronomia alemã, danças e música o evento ainda foi palco de shows regionais como do cantor Armandinho e da banda Papas da Língua.

⁴⁵ Somente a 34ª Edição da Oktoberfest (10 a 21 de outubro de 2018) em Santa Cruz do Sul teve como tema “Santa Cruz do Sul, nossa terra nossa gente”. O evento além de oferecer ao público oficinas de culinária e gastronomia alemã, entre outras atrações artísticas e culturais, contou com shows nacionais como os cantores Michel Teló, Gustavo Lima a banda Raça Negra entre outros e com um público pagante de cerca de 130 mil pessoas, em 11 dias.

⁴⁶ A 16ª edição da Fenavinho aconteceu paralelamente à 29ª Edição da multifeira empresarial Expobento (13 à 26 de julho de 2019), além de oferecer oficinas de degustação de vinho e gastronomia contou com atrações regionais como o Cantor Victot Klay, a banda Acústicos e Valvulados e o humorista e ator Cris Pereira, os dois eventos atraíram cerca de 250 mil pessoas

Com relação a localização dos patrimônios, as distâncias de alguns bens dos centros das cidades podem até justificar a ausência destes nas respostas aos questionários; no entanto, festas que se realizam em localidades afastadas foram citadas, assim como elementos de natureza imaterial e natural, também situados mais distantes do núcleo urbano.

Um exemplo de outros bens que foram citados pelos participantes além ou no lugar do patrimônio tombado pelo IPHAE, é o Parque da *Oktoberfest*, em Santa Cruz do sul, onde o espaço é sede do evento apenas um mês ao ano. No entanto, o mesmo é utilizado pela comunidade para uma série de atividades, sediando outros eventos, servindo de espaço para prática de esporte e lazer durante todo ano; o parque não é tão central como o prédio do antigo banco pelotense, que para a maioria dos que responderam ao questionário, não figura como patrimônio. Assim, conclui-se que o apelo que o Parque da *Oktoberfest* tem em relação a cultura alemã para a população de Santa Cruz do Sul é superior ao do bem tombado, o mesmo pode ser dito de outros espaços nas cidades estudadas.

De fato, não faltam lugares que são identificados com os grupos étnicos, que servem como referência à memória da população e que propiciam diversas vivências cotidianas. Tal fato pode ser interpretado de duas maneiras: ou esses bens tornam-se patrimônios oficiais, reafirmando a importância de outros já tombados e promovendo uma valorização através de políticas e, porque não, de ações de educação patrimonial ou é possível que mais casos como o da Casa da Feitoria Velha se repitam no Estado.

Dessa forma, conclui-se que unicamente através do tombamento o Estado não possui a força de criar identidades e memórias. Os bens materiais tombados pelo critério étnico não se mantêm na identidade dos indivíduos sem o suporte de elementos imateriais. Sendo assim, o patrimônio precisa ser mais que uma referência na paisagem: ele precisa ser utilizado, socializado e ocupado, do contrário, continuará tendo relação com a memória e a identidade apenas do plano das ideias.

Os resultados obtidos com essa tese, procuram relativizar as inferências presentes em trabalhos sobre o patrimônio, os processos de tombamento e a memória, que tecem relações sem procurar um levantamento de dados ou consultar a população dos locais onde os bens tombados se encontram. A relação entre o patrimônio e a memória precisa existir para além das questões semânticas, somente assim, uma preservação efetiva e uma relação mais profunda com a memória será possível.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- ARÓSTEGUI, Júlio. **A Pesquisa Histórica: Teoria e Método**. São Paulo: EDUSC, 2006.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da Recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- AUGÉ, Marc. **Não Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. São Paulo: Papirus, 2005.
- BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar 2001.
- _____. **Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BORDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: Ensaios de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê editorial, 2003.
- BRENNER, José Antonio. **Imigração alemã: a saga dos Niederauer**. Santa Maria: Editora da UFSM, 1995.
- CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas**. São Paulo: EDUSP, 2015. CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.
- CAON, Marcelo. **Cidade e patrimônio: estudos dos inventários de preservação do patrimônio cultural edificado no Brasil e Argentina – cidades de Caxias do Sul e La Plata**. 395 fl. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, RS, 2016.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio**. São Paulo: UNESP. 2001.
- CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em Processo: Trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC-IPHAN, 2005.
- _____. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (orgs). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- _____. **O patrimônio em Processo: Trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2ª edição revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC-IPHAN, 2005.

GARCEZ, Neusa Cidade. O Castelinho analisado pela arqueologia histórica. In: CONFORTIN, Helena (org). **Um mosaico sobre Erechim**. Erechim: Editora Edelbra/AEL, 2018.

GOMIDE, Cristina Helou. **Antiga Vila Boa de Goiás – experiências e memória na/da cidade patrimônio**. 2007. 192 fl. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, SP, 2007.

GONÇALVES, Janice. SPHAN e seus colaboradores: Construindo uma ética do tombamento (1938-1972). In: CHUVA, Márcia. NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. **Patrimônio Cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, Michael M. **Entre a Etnicidade e a Classe em São Paulo**. IN: CARNEIRO; CROCI; FRANZINA(orgs) História do Trabalho e Histórias da Imigração. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2010.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e Mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: Presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras. 1998.

IZQUIERDO, Iván. Questões sobre memória. São Leopoldo: Editora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2013.

JUNIOR, Dirceu Rother. **O sentido da preservação do patrimônio natural e construído**. 2016. 136 fl. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2016.

MAFESOLI, Michel. **Saturação**. São Paulo: Editora Iluminuras LTDA, 2010.

MARQUETO, Kátia Fernanda. **Habitar o Patrimônio Moderno**. 2017. 186 fl. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

MARTINS, Estevão Rezende. **Cultura e Poder**. São Paulo: Saraiva, 2007.

MATOS, J.S., & SENNA, A.K. (2011). **História oral como fonte: problemas e métodos**. *Historiae*, 2(1), 95-108, 2011.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

_____. **História oral: como fazer, como pensar**. 2 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

MEIRA, Ana Lúcia. **O Passado no Futuro da Cidade Políticas Públicas e Participação**

- Popular na Preservação do Patrimônio em Porto Alegre.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. **O Campo do Patrimônio: Uma revisão de premissas.** I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Brasília: IPHAN, 2012.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, metodologia, memória.** São Paulo: Editora Contexto, 2017.
- MÜLLER, Telmo Lauro. **Imigração Alemã: Sua presença no RS há 180 anos.** Porto Alegre: EST Edições, 2005.
- MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL. **Parque da Gruta.** Disponível em:
<<http://www.santacruz.rs.gov.br/municipio/parque-da-gruta>>. Acesso em: 10 mai. 2019.
- NOGUEIRA, Gilberto Ramos. **Patrimônio Cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Projeto História, São Paulo, PUC. Nº10, p.01-29 dez. 1993.
- PORTELLI, Alessandro. **O que faz a História Oral diferente.** In: Revista do programa de estudos pós-graduados em História, PUC-SP, n. 14, fev. 1997.
- POULOT, Dominique. **Uma História do Patrimônio no Ocidente.** São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- PRATS, Llorenç. **Antropología y Patrimônio.** Barcelona: Esitorial Ariel.1997.
- RICCEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Tradução de Alain François, et al. Campinas: Editora UNICAMP, Título original: La mémoire, l'histoire, l'oubli.
- SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. **Memória coletiva e teoria social.** São Paulo: Ammblume, 2003.
- SCHWARCZ, L.; STARLING, H. **Brasil: Uma Biografia.** Cia das Letras. São Paulo, 2015.
- SILVA, Maciel Henrique & SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de conceitos históricos.** São Paulo: Contexto, 2013.
- SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964).** São Paulo: Caminho das Letras, 2010.
- TAMASO, Izabela M. **Em nome do Patrimônio: Representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás.** 2007. 787 fl. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

_____. **Por uma distinção dos patrimônios em relação à história, à memória e à identidade.** In: DE PAULA, MENDONÇA e ROMANELLO. *Polifonia do Patrimônio*. Londrina: Eduel. 2012.

TEDESCO, João Carlos. **Nas Cercanias da Memória: Temporalidade Experiência e Narração.** Passo Fundo: UPF; Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

THOMPSON, Analúcia. FILHO, Hilário Pereira. *Memória oral e o IPHAN: Fontes, metodologia e reflexões no campo do patrimônio cultural.* In: CHUVA, Márcia. NOGUEIRA,

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história Oral.** 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WINTER, Jay. *A geração da memória: reflexões sobre o “boom da memória” nos estudos contemporâneos de história.* In: **Palavra e imagem: memória e escrita.** SILVA, Márcio Seligmann Silva (org). Chapecó: Argos, 2006.

ZAMIN, Frinéia. **Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul: A atribuição de Valores a uma memória coletiva edificada para o Estado.** Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UFRGS, Porto Alegre, 2006.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Italianidade no Brasil Meridional: A construção da Identidade étnica na Região de Santa Maria-RS.** Santa Maria: Editora da UFSM, 2006.

ENTREVISTAS

BALDEZ, Marisa Santana. Entrevista concedida a Guilherme Dias. São Leopoldo, 8 jun. 2018.

BIRKHEUER, Luiza. Entrevista concedida a Guilherme Dias. Erechim, 10 ago. 2018.

BREM, João Kleber. Entrevista concedida a Guilherme Dias. Erechim, 09 jun. 2019.

FRANCZAK, Taís. Entrevista concedida a Guilherme Dias. Erechim, 09 jun. 2019.

FRANKE, Débora. Entrevista concedida a Guilherme Dias. Santa Cruz do Sul, 06 abr. 2019.

GONZATTO, Vinícius M. P. Entrevista concedida a Guilherme Dias. Nova Prata, 29 jun. 2019.

MAIDANA, Carolina Marcolan. Entrevista concedida a André Luis Ramos Soares e Guilherme Dias. São Leopoldo, 3 ago. 2018.

NEDEL, Paulo Sérgio. Entrevista concedida a Guilherme Dias. São Leopoldo, 8 jun. 2018.

RUBINI, Luciano. Entrevista concedida a Guilherme Dias. Bento Gonçalves, 29 jun. 2019.

SCHNEIDER, Giovani. Entrevista concedida a Guilherme Dias. Ivoti, 13 abr. 2019.

SILVA, Carlos Henrique. Entrevista concedida a Guilherme Dias. Bento Gonçalves, 29 jun. 2019.

SILVA, Glaci Teresinha Braga da. **A materialização da nação através do patrimônio: o papel do SPHAN no regime estadonovista.** 2010, 138 fl. Dissertação (mestrado em história) – Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, RS, 2010.

SILVEIRA, Hellen Reck da. Entrevista concedida a Guilherme Dias. Bento Gonçalves, 29 jun. 2019.

TÓFOLO, Juliano. Entrevista concedida a Guilherme Dias. Erechim, 12 out. 2018.

VELHO, Adriano Denone. Entrevista concedida a Guilherme Dias. São Leopoldo, 03 ago. 2018.

WEIS, Francine. Entrevista concedida a Guilherme Dias. Santa Cruz do Sul, 06 abr. 2019.

SITES

CUMÔIA IVOTI. Kerb de Ivoti. Disponível em: <<http://cumoiaivoti.com.br/kerb-de-ivoti/#item2>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

CUNHA, Jorge Luiz da. **A colônia de São Leopoldo: a primeira fase da colonização alemã no Rio Grande do Sul.** Ivoti: Revista Acadêmica Licencia&acturas v.5, n. 2, p. 37-43, jul/dez, 2017.

DELPHIN, Carlos Fernando de Moura. **O patrimônio natural no Brasil.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Patrimonio_Natural_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2019.

EXPOBENTO. Disponível em: <http://www.expobento.com.br/programacao#programacao>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

FENAVINHO. Disponível em: <<http://www.expobento.com.br/fenavinho>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

GAÚCHA ZH. **Confira 3 lugares que foram cenários de filmes, novelas e séries em Farroupilha.** Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/viagem/noticia/2018/05/confira-3-lugares-que-foram-cenarios-de-filmes-novelas-e-series-em-farroupilha-cjhghjy106t101pazvd67kkv.html>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

GOOGLE MAPS. Bento Gonçalves. Brasil, 2019. 1 mapa, color. Escala: 100mi:200km. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/dir//Bento+Gon%C3%A7alves,+RS/@-28.3325004,-64.8735632,6z/data=!4m9!4m8!1m0!1m5!1m1!1s0x951c3b525635c503:0x903e94cea10ccfe6!2m2!1d-51.5169861!2d-29.1667089!3e0>>. Acesso em 10 jun 2019.

. Caxias do Sul. Brasil, 2019. 1 mapa, color. Escala: 100mi:200km. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/dir//Caxias+do+Sul++Gal%C3%B3polis,+Caxias+do+Sul++>>

+RS/@-29.1633985,51.2146879,13z/data=!4m9!4m8!1m0!1m5!1m1!1s0x951ebcd16435f073:0xf514f707b5773bf4!2m2!1d-51.1796683!2d-29.1634031!3e0>. Acesso em 10 jun 2019.

. Cruz Alta. Brasil, 2019. 1 mapa, color. Escala: 100mi:200km. Disponível em:

<<https://www.google.com/maps/dir//Cruz+Alta,+RS/@-28.3540052,64.8105724,6z/data=!4m9!4m8!1m0!1m5!1m1!1s0x94fd962af931d469:0xfca029b2de6a7c51!2m2!1d-53.605355!2d-28.6454883!3e0>>. Acesso em: 10 jun 2019.

. Distância entre Bento Gonçalves e Santa Tereza. Brasil, 2019. 1 mapa, color. Escala: 100mi:200km. Disponível em:

<<https://www.google.com.br/maps/dir/Santa+Tereza,+RS,+95715-000/Bento+Gon%C3%A7alves,+RS/@-29.1177754,-51.8893986,11z/data=!4m13!4m12!1m5!1m1!1s0x951c463debb3b859:0x6f6d99a471f3cd0!2m2!1d-51.7358183!2d-29.1702207!1m5!1m1!1s0x951c3b525635c503:0x903e94cea10ccfe6!2m2!1d-51.5169861!2d-29.1667089?hl=pt-BR>>. Acesso em: 10 jul 2019.

. Erechim. Brasil, 2019. 1 mapa, color. Escala: 100mi:200km. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/dir//Erechim,+RS,+99700-000/@-28.8301024,-53.0036138,8z/data=!4m9!4m8!1m0!1m5!1m1!1s0x94e313f16fd2db3f:0x626616634f48836f!2m2!1d522737365!2d-27.6349085!3e0>>. Acesso em 10 jun 2019.

. Farroupilha. Brasil, 2019. 1 mapa, color. Escala: 100mi:200km. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/dir//Farroupilha,+RS/@-28.3610985,64.8977778,6z/data=!4m9!4m8!1m0!1m5!1m1!1s0x951ea084f6c184db:0xeba370db94d5e1b!2m2!1d-51.3423619!2d-29.2231867!3e0>>. Acesso em: 10 jun 2019.

. Flores da Cunha. Brasil, 2019. 1 mapa, color. Escala: 100mi:200km. Disponível em:

<<https://www.google.com/maps/dir//Flores+da+Cunha,+Rio+Grande+do+Sul,+95270-000/@-29.0293773,51.2165516,13z/data=!4m9!4m8!1m0!1m5!1m1!1s0x951e90a7ebfa2c15:0x371e275134d45bcf!2m2!1d-51.181532!2d-29.0293818!3e0>>. Acesso em 10 jun 2019.

. Ivoti. Brasil, 2019. 1 mapa, color. Escala: 100mi:200km. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/dir//Ivoti,+Rio+Grande+do+Sul/@-29.5795602,-51.2040159,13z/data=!4m9!4m8!1m0!1m5!1m1!1s0x95194565f0e2b8cd:0x9c340be7bd27f481!2m2!1d51.168963!2d-29.5795648!3e0>>. Acesso em 10 jun 2019.

. Nova Prata. Brasil, 2019. 1 mapa, color. Escala: 100mi:200km. Disponível em:

<<https://www.google.com/maps/dir//Nova+Prata,+Rio+Grande+do+Sul/@-28.7839442,-51.6427705,13z/data=!4m9!4m8!1m0!1m5!1m1!1s0x951dc605ae252e6b:0x624f39dc9596308e!2m2!1d-51.6077509!2d-28.7839487!3e0>>. Acesso em 10 jun 2019.

. Santa Cruz do Sul. Brasil, 2019. 1 mapa, color. Escala: 100mi:200km. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/dir//Santa+Cruz+do+Sul,+RS/@-29.7225114,-52.469857>>

8,13z/data=!4m9!4m8!1m0!1m5!1m1!1s0x951ca36e260866f5:0x84f108595f044705!2m2!1d-52.4348382!2d29.722516!3e0>. Acesso em 10 jun 2019.

. São Gabriel. Brasil, 2019. 1 mapa, color. Escala: 100mi:200km. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/dir//S%C3%A3o+Gabriel,+RS,+97300-000/@28.7807554,64.9428887,6z/data=!4m9!4m8!1m0!1m5!1m1!1s0x95014f164563b7ff:0xbcc26746532b5c92!2m2!1d-54.3221953!2d-30.334177!3e0>>. Acesso em: 10 jun 2019.

. São Leopoldo. Brasil, 2019. 1 mapa, color. Escala: 100mi:200km. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/dir//S%C3%A3o+Leopoldo,+RS/@-29.7549895,-51.1853026,13z/data=!4m9!4m8!1m0!1m5!1m1!1s0x951968315942f59b:0x1b4734205177f47c!2m2!1d-51.150283!2d-29.7549941!3e0>>. Acesso em: 10 jun 2019.

. Veranópolis. Brasil, 2019. 1 mapa, color. Escala: 100mi:200km. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/dir//Veran%C3%B3polis,+RS,+95330000/@28.3988623,64.7786509,6z/data=!4m9!4m8!1m0!1m5!1m1!1s0x951dcd2b59549861:0xd72395967087e6d7!2m2!1d-51.5507365!2d-28.9427186!3e0>>. Acesso em: 10 jun 2019.

. Trajeto entre a localização original da Casa Saretta e seu novo endereço. Veranópolis. Brasil, 2019. 1 mapa, color. Escala: 100mi:200km. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/dir/Casa+Saretta+--+Centro,+Veran%C3%B3polis+--+RS/Av.+Osvaldo+Aranha,+556+--+Centro,+Veran%C3%B3polis+--+RS,+95330-000/@28.9266969,51.5905896,14z/data=!4m14!4m13!1m5!1m1!1s0x951c32ceef43a4f5:0xd78e7f2b472b4823!2m2!1d51.5433736!2d28.9365424!1m5!1m1!1s0x951c32d6cb305285:0x486e27dedd8a9fa4!2m2!1d-51.5516969!2d-28.9387754!3e0>>. Acesso em: 10 jun 2019.

JORNAL VS. Começa a 26ª edição da São Leopoldo Fest. Disponível em: <https://www.jornalvs.com.br/_conteudo/2018/07/noticias/regiao/2295607-comeca-a-26-edicao-da-sao-leopoldo-fest.html>. Acesso em: 15 mai. 2019.

LOJAS RENNER. Disponível em: <https://www.lojasrenner.com.br/pt_br/institucional/historico>. Acesso em: 10 mai. 2019.

MARINS, Paulo César Garcez. **Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980.** Estudo Históricos. Vol 29, n 57, p. 9-28, jan/abr, 2016.

OKTOBERFEST SANTA CRUZ DO SUL. **Público pagante da 34ª Oktoberfest supera 130 mil pessoas.** Disponível em: <<https://oktoberfestsantacruz.com.br/index.php/2018/10/21/publico-pagante-da-34a-oktoberfest-supera-130-mil-pessoas/>>. Acesso em: 10 mai. 2019.

NSC TOTAL. Há 50 anos os templos egípcios Abu Simel foram salvos das águas do Nilo. Disponível em: <http://nscototal.com.br/noticias/ha-50-anos-os-templos-egipcios-abu-simel-foram-salvos-das-aguas-do-nilo> Acesso em 10 de junho de 2019.

PREFEITURA DE FARROUPILHA. **Lançamento do Entrai 2018 ocorre nesta quarta-feira, dia 11.** Disponível em: <<http://farroupilha.rs.gov.br/2018/04/09/lançamento-do>>

entrai- 2018-ocorre-nesta-quarta-feira-dia-11/>. Acesso em: 15 abr. 2019.

SANTUÁRIO DE NOSSA SENHORA DE CARAVAGGIO. **139ª Romaria de Caravaggio**. Disponível em: <<http://caravaggio.org.br/evento/139a-romaria-de-caravaggio/>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

SILVEIRA, Lis Aline. **Casa do Imigrante desaba em São Leopoldo**. Agência RBS Gaúcha ZH. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/noticia/2019/03/casa-do-imigrante-desaba-em-sao-leopoldocjsw0lczq00go01qk7eh0m6kt.html>>. Acesso em: 15 jun 2019.

FONTES PRIMÁRIAS

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf>. Acesso em: 08 set. 2017.

_____. **Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei_3924_de_26_de_julho_de_1961.pdf>. Acesso em: 08 set. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Documento de emancipação do município de Santa Tereza**. Disponível em: 207 <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedosul/bentogoncalves.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

_____. **Documento de emancipação do município de Farroupilha**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedosul/farroupilha.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO. **Bens Tombados: Antiga Escola Estadual Santa Tereza**. Porto Alegre, 2019. Disponível em: <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=15639>>. Acesso em 08 jun 2019.

_____. **Bens Tombados: Cemitério Israelita Philippon**. Porto Alegre, 2019. Disponível em: <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=18901>>. Acesso em: 08 jun 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Cartas patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

_____. **Coletânea de leis Sobre preservação do Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

Processo nº 1996319/85 – SEDAC – Escola Santa Teresa, Bento Gonçalves

Processo nº 2892-11.00SEDAC/94-9 – Igreja Nossa senhora do Rosário, São

Gabriel **Processo nº 00.228-11.00/91-4 – SEDAC.** – Castelinho, Erechin

Processo nº 47.006-19.00/84. – Casa de Pedra, Farroupilha **Processo nº 34.010-**

19.00/86 – Casarão Veronese, Flores da Cunha

Processo 3251-19.00/87 – SEC. P. 06) Casarão Verde, ova Prata

Processo 3058/81-DEC/SCDT/81 – Casa da feitoria velha, São Leopoldo

Processo 1170-08.04CODEC/90-6. Museu do trem, São Leopoldo

Processo nº 017071100/93 SEDAC. Santa Maria/Itaara – Colônia Philippon

Processo nº 52108-10.00/85 SEC Igreja velha, Ivoti

Processo nº 061100/91-6. Prédio do antigo Banrisul, Santa Cruz do Sul

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto Estadual nº 31.049/1983.** Disponível em:

<http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTTO&Hid_TodasNormas=23934&hTexto=&Hid_IDNorma=23934>. Acesso em: 08 set. 2017.

_____. **Lei Estadual nº 7.231, de 18 de dezembro de 1978.** Disponível em:

<<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/07.231.pdf>>. Acesso em: 08 set 2017.